



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO
SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2022

2º RELATÓRIO PARCIAL



CPA – Comissão Própria de Avaliação

Rio de Janeiro, março de 2023

CEFET/RJ
COMPOSIÇÃO EM 2022

DIREÇÃO¹

Diretor Geral
Maurício Saldanha Motta

Vice-Diretora
Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretor de Ensino
Roberto Carlos da Silva Borges

Diretor de Pesquisa e Pós-graduação
Ronney Arismel Mancebo Boley

Diretor de Extensão
Renata da Silva Moura

Diretor de Administração e Planejamento
Bianca de França Tempone Felga de Moraes

Diretor de Gestão Estratégica
Célia Machado Guimarães e Souza

Diretor do *Campus* Nova Iguaçu
Luane da Costa Pinto Lins Fragoso

Diretor do *Campus* Maria da Graça
Saulo Santiago Bohrer

Diretor do *Campus* Nova Friburgo
André Queiroz Ferreira de Mello

Diretor do *Campus* Petrópolis
Felipe da Rocha Henriques

Diretor do *Campus* Itaguaí
Dadui Cordeiro Guerrieri

Diretor do *Campus* Angra dos Reis
Everton Pedroza dos Santos

Diretor do *Campus* Valença
Fabiano Alves de Oliveira

Equipe de Apoio

Danila Tavares Amato (Técnica Educacional/DIREN)
Marcio Ferreira (DTINF)
Enoch Cezar Pimentel Lins da Silva (DTINF)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (Vigente)
Portaria nº 1044 de 30/9/2022

Corpo Docente
Amilton Ferreira da Silva Junior
Eduardo Teles da Silva
Fabrício Maione Tenório
Fernando Ribeiro da Silva
Henrique Varella Ribeiro
Jaqueline Maria Ribeiro Vieira
Júlio Cesar de Carvalho Ferreira
Július Monteiro de Barros Filho
Natalia Pujol Pacheco Silveira
Rosana Dischinger Miranda (Presidente)
Sildenir Alves Ribeiro
Silvana Bezerra da Silva

Corpo Técnico Administrativo
Anderson Gonçalves Malaquias
Christiane Rocha Pereira
Daphne Holzer Velihovetchi
Diogo Oliveira de Azevedo
Gisele Moraes Marinho
Leandro Fagundes Mançano
Mauricio Pinto Pascoal
Rogério Albergaria de Azevedo Junior

Corpo Discente
Amanda de Oliveira Ferreira
Ana Claudia Ferreira Longo Moraes
Beatriz Cavalcanti Strauss
Cristian Madeira de Souza Pereira
Ester Mesquita Teixeira Martins
Letícia Guimarães de Oliveira Alves
Lucas Coelho Barbosa
Rodrigo Costa Bittencourt Silva Arruda

Representante da Sociedade Civil Organizada
Nival Nunes de Almeida (EGN)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
Portaria nº 791 de 31/08/2021

Corpo Docente
Amilton Ferreira da Silva Junior
Eduardo Teles da Silva
Fabrício Maione Tenório
Fernando Ribeiro da Silva
Henrique Varella Ribeiro
Júlio Cesar de Carvalho Ferreira
Július Monteiro de Barros Filho
Natalia Pujol Pacheco Silveira
Ronney Arismel Mancebo Boley
Rosana Dischinger Miranda (Presidente)
Sildenir Alves Ribeiro
Silvana Bezerra da Silva

Corpo Técnico Administrativo
Anderson Gonçalves Malaquias
Christiane Rocha Pereira
Daphne Holzer Velihovetchi
Fernanda dos Santos Rocha
Kelly Barreto Videira Chaves
Maria Esther Provenzano
Rogério Albergaria de Azevedo Junior
Simone Tardin Fagundes

Corpo Discente
Amanda de Oliveira Ferreira
Cristian Madeira de Souza Pereira
Daniel Nascimento L. Andrade
Ester Mesquita Teixeira Martins
Letícia Guimarães de Oliveira Alves
Luan Gomes Schmidt
Lucas Coelho Barbosa
Thyago Leite da Silva

Representante da Sociedade Civil Organizada
Nival Nunes de Almeida (EGN)

¹A composição da Direção corresponde aos membros que permaneceram mais tempo nos cargos em 2022.

*“A Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo.”*

(Freire, Paulo, 1987.)

Apresentação

O relatório de autoavaliação tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa. Assim, este relatório objetiva comunicar à Comunidade Universitária, à Comunidade Externa e aos órgãos governamentais responsáveis pela gestão da educação superior no Brasil, os resultados da avaliação realizada pela CPA do CEFET/RJ, com relação ao ano de 2022. O processo avaliativo passa por fases de planejamento, execução, análise e decisão. Trata-se de uma tarefa complexa, que considera a trajetória da Instituição, suas características específicas e seu relevante papel social. Tal processo fornece uma visão do desempenho da Instituição no cumprimento de suas funções enquanto Instituição Pública na oferta da Educação Superior.

Este relatório contém cinco capítulos, além dos capítulos “Bibliografia Consultada” e “Anexos”, dispostos no final. As informações básicas da Instituição são fornecidas no capítulo inicial, onde também são apresentadas as questões referentes à constituição e a trajetória da Comissão Própria de Avaliação, assim como o planejamento estratégico de autoavaliação desenvolvido. No capítulo seguinte, “Metodologia” são apresentados os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados. No próximo capítulo, “Desenvolvimento”, são apresentados os dados e as informações pertinentes ao eixo 2, Desenvolvimento Institucional, ao eixo 3, Políticas Acadêmicas, e ao eixo 4, Políticas de Gestão, indicados pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), assim como as análises realizadas pela comissão referentes as dimensões envolvidas. O quarto capítulo se refere a análise dos dados e ações com base nessa análise, apresentadas no final de cada dimensão. Por fim, no capítulo seguinte, são apresentadas as “Considerações Finais”.

O eixo 1, Planejamento e Avaliação Institucional, e o eixo 5, Infraestrutura Física, foram analisados no Relatório de Autoavaliação Institucional 2021, uma vez que o presente relatório e o relatório anterior são relatórios parciais, que se complementam, fornecendo assim uma visão global do CEFET/RJ. Dessa forma, a Instituição é avaliada em 10 dimensões, distribuídas em cinco eixos, conforme indicado na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 09/10/2014.

Cientes de que o processo avaliativo contribui de forma significativa para a melhoria da Educação, disponibilizamos este relatório e chamamos a atenção para que os resultados obtidos recebam a merecida atenção dos administradores em todos os níveis, iluminando as tomadas de decisões.

1	Introdução.....	05
1.1	Dados da Instituição	05
1.2	Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	05
1.3	Histórico do CEFET/RJ	07
1.3.1	Quadros Discente, Docente e Técnico-Administrativo	09
1.4	O Processo de Autoavaliação	15
1.4.1	Planejamento	16
2	Metodologia.....	18
2.1	Metodologia e Instrumentos	18
2.2	População	20
2.2.1	População: Corpo Discente	21
2.2.2	População: Corpo Docente	26
2.2.3	População: Corpo Técnico-Administrativo	30
3	Desenvolvimento.....	32
3.1	Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	32
3.1.1	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	32
3.2	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	33
3.2.1	Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	33
3.2.2	Dimensão 3: A Responsabilidade Social da Instituição	46
3.3	Eixo 3: Políticas Acadêmicas	67
3.3.1	Dimensão 2: A política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação e a Extensão	67
3.3.2	Dimensão 4: A Comunicação com a Sociedade	123
3.3.3	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Estudantes	134
3.4	Eixo 4: Políticas de Gestão	144
3.4.1	Dimensão 5: As Políticas de Pessoal e de Carreiras do Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo	144
3.4.2	Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição	156
3.4.3	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	168
3.5	Eixo 5: Infraestrutura Física	172
3.5.1	Dimensão 7: Infraestrutura Física	172
4	Análise dos Dados e Ações	173
4.1	Análise dos Dados e das Informações	173
4.2	Ações com Base na Análise	173
5	Considerações Finais.....	174
6	Bibliografia Consultada.....	175
7	Anexos.....	178
A	Questionários	178

1.1 – Dados da Instituição

Nome da IES: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ

Código da IES: 0593

Caracterização da IES: Instituição Pública Federal

Estado: Rio de Janeiro

Município das Unidades do Sistema CEFET/RJ: Rio de Janeiro (Unidade Sede - Maracanã e *campus* Maria da Graça); Nova Iguaçu (*campus* Nova Iguaçu); Nova Friburgo (*campus* Nova Friburgo), Petrópolis (*campus* Petrópolis), Itaguaí (*campus* Itaguaí), Angra dos Reis (*campus* Angra dos Reis) e Valença (*campus* Valença).

Relatório: Parcial – Ano de Referência: 2022

1.2 – Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, foi constituída pela Portaria nº 339 de 30 de julho de 2004, considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e o memorando interno nº 047/2004-DIREC, de 13 de julho de 2004. As duas últimas composições da comissão foram designadas pelas Portarias nº 791, de 31 de agosto de 2021, e nº 1044, de 30 de setembro de 2022. A composição da CPA designada pela Portaria nº 791 compreende membros das oito Unidades ou *campi* do Sistema CEFET/RJ, uma vez que todas possuem curso superior. Há um total de 29 membros efetivos: 12 docentes, 8 técnico-administrativos, 8 alunos e 1 membro da sociedade civil, conforme a Tabela 1.1, a seguir.

Tabela 1.1 – Comissão Própria de Avaliação designada pela Portaria nº 791 de 31/08/2021

Nome	Segmento Representado	Unidade/Campus
-Amilton Ferreira da Silva Junior	docente	Valença
-Eduardo Teles da Silva	docente	Petrópolis
-Fabrício Maione Tenório	docente	Itaguaí
-Fernando Ribeiro da Silva	docente	Maracanã
-Henrique Varella Ribeiro	docente	Angra dos Reis
-Júlio Cesar de Carvalho Ferreira	docente	Maracanã
-Julius Monteiro de Barros Filho	docente	Nova Iguaçu
-Natalia Pujol Pacheco Silveira	docente	Maracanã
-Ronney Arismel Mancebo Boley	docente	Maracanã
-Rosana Dischinger Miranda (Presidente)	docente	Maracanã
-Sildenir Alves Ribeiro	docente	Maria da Graça
-Silvana Bezerra	docente	Nova Friburgo
-Anderson Gonçalves Malaquias	técnico-administrativo	Nova Iguaçu
-Christiane Rocha Pereira	técnica-administrativa	Maria da Graça
-Daphne Holzer Velihovetchi	técnica-administrativa	Petrópolis
-Fernanda dos Santos Rocha	técnica-administrativa	Valença
-Kelly Barreto Videira Chaves	técnica-administrativa	Itaguaí
-Maria Esther Provenzano	técnica-administrativa	Maracanã
-Rogério Albergaria de Azevedo Junior	técnico-administrativo	Angra dos Reis
-Simone Tardin Fagundes	técnica-administrativa	Nova Friburgo
-Amanda de Oliveira Ferreira	discente	Angra dos Reis

-Cristian Madeira de Souza Pereira	discente	Maria da Graça
-Daniel Nascimento L. Andrade	discente	Itaguaí
-Ester Mesquita Teixeira Martins	discente	Nova Iguaçu
-Letícia Guimarães de Oliveira Alves	discente	Valença
-Luan Gomes Schmidt	discente	Nova Friburgo
-Lucas Coelho Barbosa	discente	Petrópolis
-Thyago Leite da Silva	discente	Maracanã
-Nival Nunes de Almeida	sociedade civil	Professor Titular -EGN Escola de Guerra Naval

A composição atual, designada pela Portaria nº 1044, de 30 de setembro de 2022, manteve a mesma estrutura, compreendendo membros das oito Unidades ou *campi*, todas com curso superior. Há um total de 29 membros efetivos: 12 docentes, 8 técnico-administrativos, 8 alunos e 1 membro da sociedade civil, conforme a Tabela 1.2, a seguir.

Tabela 1.2 – Comissão Própria de Avaliação designada pela Portaria nº 1044 de 30/09/2022

Nome	Segmento Representado	Unidade/Campus
-Amilton Ferreira da Silva Junior	docente	Valença
-Eduardo Teles da Silva	docente	Petrópolis
-Fabrício Maione Tenório	docente	Itaguaí
-Fernando Ribeiro da Silva	docente	Maracanã
-Henrique Varella Ribeiro	docente	Angra dos Reis
-Jaqueline Maria Ribeiro Vieira	docente	Maracanã
-Júlio Cesar de Carvalho Ferreira	docente	Maracanã
-Julius Monteiro de Barros Filho	docente	Nova Iguaçu
-Natalia Pujol Pacheco Silveira	docente	Maracanã
-Rosana Dischinger Miranda (Presidente)	docente	Maracanã
-Sildenir Alves Ribeiro	docente	Maria da Graça
-Silvana Bezerra	docente	Nova Friburgo
-Anderson Gonçalves Malaquias	técnico-administrativo	Nova Iguaçu
-Christiane Rocha Pereira	técnico-administrativo	Maria da Graça
-Daphne Holzer Velihovetchi	técnica-administrativa	Petrópolis
-Diogo Oliveira de Azevedo	técnico-administrativa	Nova Friburgo
-Gisele Moraes Marinho	técnica-administrativa	Maracanã
-Leandro Fagundes Mançano	técnico-administrativo	Valença
-Maurício Pinto Pascoal	técnico-administrativo	Itaguaí
-Amanda de Oliveira Ferreira	discente	Angra dos Reis
-Ana Claudia Ferreira Longo Moraes	discente	Itaguaí
-Beatriz Cavalcanti Strauss	discente	Maracanã
-Cristian Madeira de Souza Pereira	discente	Maria da Graça
-Ester Mesquita Teixeira Martins	discente	Nova Iguaçu
-Letícia Guimarães de Oliveira Alves	discente	Valença
-Lucas Coelho Barbosa	discente	Petrópolis
-Rodrigo Costa Bittencourt Silva Arruda	discente	Nova Friburgo
-Nival Nunes de Almeida	sociedade civil	Professor Titular -EGN Escola de Guerra Naval

1.3 – Histórico do CEFET/RJ

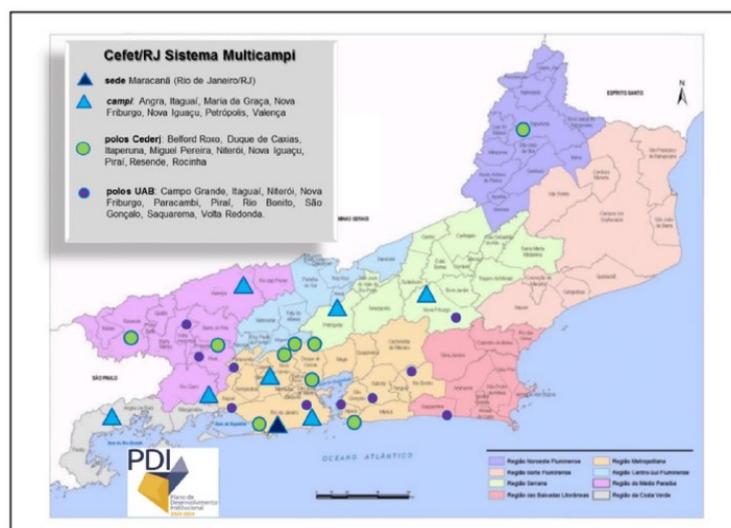
O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, teve sua origem, em 1917, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás. Em 1942, a escola foi transformada em Escola Técnica Nacional – ETN, tendo como primeiro diretor o professor Celso Suckow da Fonseca. Em homenagem póstuma, por determinação do MEC, a Escola passou a ser denominada Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca. Em 30 de junho de 1978, por meio da Lei nº 6.545, aconteceu a transformação da ETF Celso Suckow da Fonseca em Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Toda essa trajetória retrata a evolução do Ensino Industrial Profissional do País, dedicado, cada vez mais, a atuar em resposta às crescentes exigências do setor produtivo. Assim, desde essa data o CEFET/RJ, no espírito da lei que o criou, passou a ter objetivos conferidos a instituições de Educação Superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar.

Em 2022, a Instituição possuía aproximadamente 21 mil alunos distribuídos entre seus cursos de educação profissional técnica de nível médio, ensino de graduação e pós-graduação, como indicado na Plataforma Nilo Peçanha. Como atividades acadêmicas do Centro destacam-se, ainda, as de pesquisa e extensão, em resposta às demandas do setor produtivo, do poder público constituído e da sociedade em geral. Conforme consta no Portal do MEC, a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) foi iniciada em 2017 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e destina-se à coleta, ao tratamento e à publicização de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal de EPT). A criação oficial se deu, em 2018, por meio da Portaria SETEC/ME Nº 01, de 03/01/2018.

Ao aderir ao Plano de Expansão da Rede Federal de EPT, a Unidade Sede situada no Maracanã, com quase um século de existência, passou a contar com diversas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) e um Núcleo Avançado, ou seja, com diversos *campi*. A primeira UnED a ser inaugurada foi a de Nova Iguaçu, em agosto de 2003, e, em seguida a de Maria da Graça, em junho de 2006. Dois anos e três meses depois, foi inaugurada a UnED de Petrópolis, em setembro de 2008, e, em seguida, em dezembro do mesmo ano, a UnED de Nova Friburgo. Em 2010, foram inaugurados a UnED de Itaguaí e o Núcleo Avançado de Valença. Apesar da UnED de Itaguaí ter sido simbolicamente inaugurada em 2010, o início do seu primeiro curso já havia ocorrido em setembro de 2008.

A apresentação da UnED de Itaguaí e do Núcleo Avançado de Valença à sociedade como Unidades federais de educação aconteceu no dia 01 de fevereiro de 2010, em cerimônia realizada na capital da República, em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, simultaneamente, 78 Unidades da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. A vinculação do Núcleo Avançado de Valença ao CEFET/RJ advém da federalização do Instituto Técnico e Profissionalizante do Vale do Rio Preto – ITERP, no município de Valença. O ITERP foi construído e equipado com recursos provenientes do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, por força de convênio celebrado entre o Ministério da Educação e a Fundação Educacional D. André Arcoverde.

A inauguração de mais uma UnED, desta vez em Angra dos Reis, se deu em cerimônia oficial no Palácio do Planalto, em novembro de 2010. Nessa ocasião, o Presidente da República inaugurou, ao lado do ministro da Educação, 30 escolas federais de educação profissional e 25 *campi* de 15 universidades federais. As figuras a seguir apresentam o Sistema CEFET/RJ, com seus oito *campi*. O mapa apresentado ilustra também polos utilizados no ensino a distância.



Fonte: PDI 2020-2024.

Conforme apresentado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a implementação do sistema *multicampi*, no período 2005-2009, implicou ações de organização administrativa orientadas pelo estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 3.796, de 1º de novembro de 2005. Além disso, permitiu o permanente diálogo do CEFET/RJ com o MEC, com representantes dos governos estadual e municipal e com empresas públicas e privadas, visando a concretização de *campi* orientados pelo conceito de cidade-polo, que, tendo

como referência o conjunto de municípios de mesorregiões, devem aproveitar o potencial de desenvolvimento, a proximidade com Arranjos Produtivos Locais, a possibilidade de parcerias e a infraestrutura existente.

Constituindo, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o CEFET-MG e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o CEFET/RJ, como consta no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, continua a reconhecer-se como Instituição dedicada à formação de profissionais capazes de, em diferentes níveis de intervenção, aplicar conhecimentos técnico-administrativos e científicos às atividades de produção e serviços, sem perder de vista a dinâmica social do desenvolvimento.

A Instituição tem como Missão: **Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.**

A função social do CEFET/RJ é promover o ser humano, traduzida na democratização do acesso, na permanente busca da qualidade da educação pública e no desenvolvimento científico-tecnológico como vetor de atendimento a demandas sociais, estendendo benefícios à comunidade, mediante cursos e serviços.

A seguir, será explicitada uma visão geral da Instituição, apresentando o corpo discente do Ensino Superior, o corpo docente e o corpo técnico-administrativo, para que suas especificidades sejam compreendidas e que se conheça um pouco dessa comunidade acadêmica.

1.3.1 – Quadros Discente, Docente e Técnico-Administrativo

A Tabela 1.3 apresenta a distribuição dos alunos do Ensino Superior por cursos e programas em 2022. Para tal, utilizou-se como fonte a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), com o apoio das secretarias acadêmicas da Instituição. No caso da pós-graduação *stricto sensu*, os dados foram obtidos por meio da StellaExpert e no caso dos cursos *lato sensu* via secretaria acadêmica. A PNP indica, em 2022, um total de 20.852 alunos, considerando os alunos dos cursos de graduação, de pós-graduação e técnicos (integrado, concomitante e subsequente). Trata-se de uma plataforma aberta que pode ser acessada por meio do endereço <https://www.gov.br/mec/pt-br/npn>. Clicando-se em Indicadores de Gestão pode-se consultar os dados de todas as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Atualmente, a IES possui cerca de 66% de suas matrículas no Ensino Superior e 34% no ensino técnico (integrado, concomitante e subsequente).

Tabela 1.3 – Distribuição do Corpo Discente do Ensino Superior em 2022

Nº de alunos do Ensino Superior matriculados por cursos e programas em 2022										
Cursos e Programas			Sede Maracanã	Campus Maria da Graça	Campus Nova Iguaçu	Campus Petrópolis	Campus Nova Friburgo	Campus Itaguaí	Campus Angra	Campus Valença
Graduação	Presenciais	Superior de Tecnologia	14	---	---	1	246	---	---	---
		Bacharelado	4.258	244	1.132	727	781	805	669	527
		Licenciatura	---	---	---	223	140	---	---	---
	EAD	Superior de Tecnologia	1.693	---	---	---	---	---	---	---
		Bacharelado	1.617	---	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Graduação por Campus			7.582	244	1.132	951	1.167	805	669	527
Total Geral Graduação			13.077							
Pós-Graduação	<i>Stricto Sensu</i> (Mestrado e Doutorado)		588	---	69	---	---	---	---	---
	<i>Lato Sensu</i>	Presencial	41	---	---	35	---	---	---	16
		Educação a distância (UAB)	---	---	---	---	---	---	---	---
Total de Alunos da Pós-Graduação por Campus			629	---	69	35	---	---	---	16
Total Geral da Pós-Graduação			749							
Total de Alunos do Ensino Superior por Campus			8.211	244	1.201	986	1.167	805	669	543
Total Geral de Alunos do Ensino Superior			13.826							

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2022, DIPPG/Stela EXPERTA, 2022.

Com relação ao corpo docente, segundo o Departamento de Gestão de Pessoas -DGP, no final de 2021, o CEFET/RJ contava com um total de 851 docentes atuando no ensino técnico de nível médio e/ou no ensino superior. Do final de 2021 para 2022, percebe-se que houve uma redução do quadro de docentes, passando para 830, conforme apresentado na Tabela 1.4. Essa redução se deve, sobretudo, em virtude das aposentadorias.

Tabela 1.4 – Distribuição do Corpo Docente do Sistema CEFET/RJ

UNIDADES	QUANTITATIVO - 2021	QUANTITATIVO - 2022
Maracanã	427	421
Nova Iguaçu	97	91
Maria da Graça	45	45
Petrópolis	68	65
Nova Friburgo	59	57
Itaguaí	63	60
Valença	47	57
Angra dos Reis	45	46
TOTAL	851	830

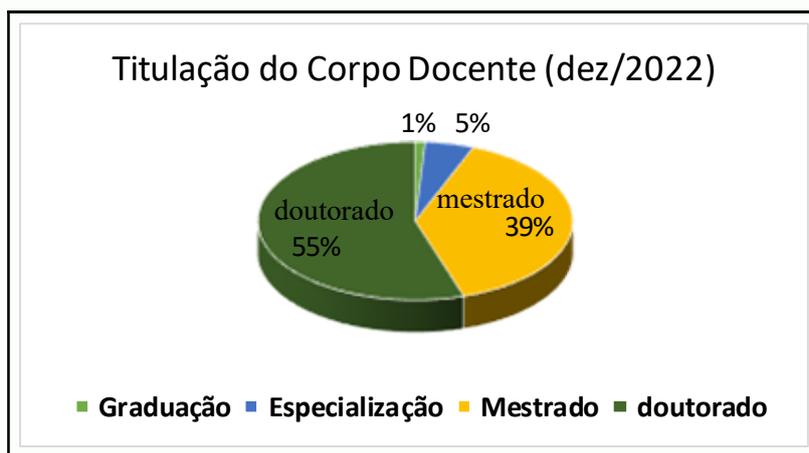
Fonte: DRH, dez/2021, dez/2022.

O corpo docente do CEFET/RJ em 2021 era composto por 51% de doutores, 43% de mestres, 5% de especialistas e 1% de graduados, conforme Tabela 1.5. A titulação em nível de mestrado ou doutorado era de 94% do corpo docente. No final de 2022, houve aumento do número de doutores, passando para 55%, e diminuição dos demais segmentos (número bruto). A titulação em nível de mestrado ou doutorado se manteve em 94% do corpo docente.

Tabela 1.5 – Distribuição da Titulação do Corpo Docente do Sistema CEFET/RJ

TITULAÇÃO	QUANTITATIVO - 2021	%	QUANTITATIVO - 2022	%
Graduação	12	1%	10	1%
Especialização	41	5%	40	5%
Mestrado	363	43%	325	39%
Doutorado	435	51%	455	55%
TOTAL	851	100%	830	100%

Fonte: DRH, dez/2021 e dez/2022.



Vale ressaltar que a Instituição incentiva a capacitação de seus servidores e que possui Regulamentos de Capacitação Docente e de servidores Técnico-Administrativos aprovados no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

Com relação ao corpo técnico-administrativo, segundo o DGP, no final de 2021, o CEFET/RJ contava com um total de 590 técnico-administrativos e, no final de 2022, um total de 566, conforme ilustrado na Tabela 1.6. Os dados mostram que está havendo uma redução do quadro de técnico-administrativos nos últimos anos. Essa redução se deve, sobretudo, em virtude das aposentadorias.

Tabela 1.6 – Distribuição do Corpo Técnico-Administrativo do Sistema CEFET/RJ

CAMPUS	QUANTITATIVO - 2021	QUANTITATIVO - 2022
Maracanã	373	357
Nova Iguaçu	40	38
Maria da Graça	30	32
Petrópolis	32	30
Nova Friburgo	32	33
Itaguaí	34	29
Valença	26	23
Angra dos Reis	23	24
TOTAL	590	566

Fonte: DGP, dez/2021 e dez/2022.

As Tabelas 1.7 e 1.8 apresentam, respectivamente, a distribuição do corpo técnico-administrativo do CEFET/RJ em 2021.2 e 2022.2, por cargo.

Tabela 1.7 – Quantitativo de Cargos Técnico-Administrativos em Educação por Nível de Classificação em 2021.2

Nível de Classificação	Cargo	Unidade Sede Maracanã	UnED Maria da Graça	UnED Nova Iguaçu	UnED Petrópolis	UnED Nova Friburgo	UnED Itaguaí	UnED Angra dos Reis	UnED Valença
B	Auxiliar de Microfilmagem	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		1	0	0	0	0	0	0	0
C	Assistente de Alunos	6	1	4	2	3	2	0	1
C	Assistente de Laboratório	0	0	0	0	0	0	0	0
C	Auxiliar de Biblioteca	0	1	0	0	0	1	0	1
C	Auxiliar em Administração	53	5	3	1	3	1	1	0
C	Contínuo	0	0	0	0	0	0	0	0
C	Contramestre/ofício	1	0	0	0	0	0	0	0
C	Motorista	3	0	0	0	0	0	0	0
C	Porteiro	5	0	0	0	0	1	0	0
C	Telefonista	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		69	7	7	3	6	5	1	2
D	Assistente em Administração	119	7	14	11	10	10	4	7
D	Desenhista Projetista	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Desenhista Técnico/Especialidade	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Mestre de Edificações e Infraestrutura	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Revisor de Textos Braille	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico de Laboratório/Área	23	1	2	0	0	0	2	3
D	Técnico de Tecnologia da Informação	7	1	2	2	1	3	2	2
D	Técnico em Alimentos e Laticínios	0	0	0	0	0	0	0	1
D	Técnico em Arquivo	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Artes Gráficas	0	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Audiovisual	2	0	1	0	0	0	0	0
D	Técnico em Contabilidade	6	0	0	1	0	0	0	0
D	Técnico em Edificações	4	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Eletrônica	0	0	0	0	1	0	0	0
D	Técnico em Eletrotécnica	0	0	1	0	0	0	0	0
D	Técnico em Mecânica	0	0	0	0	0	2	0	0
D	Técnico em Química	0	0	0	0	0	0	0	1
D	Técnico em Secretariado	1	1	0	0	1	1	0	0
D	Técnico em Segurança do Trabalho	2	0	1	0	0	0	0	0
D	Vigilante	2	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		172	10	21	14	13	16	8	14
E	Administrador	12	4	2	4	5	5	5	3
E	Analista de Tecnologia da Informação	10	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquiteto e Urbanista	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquivista	9	1	1	1	1	1	1	0
E	Assistente Social	5	1	1	1	1	1	1	2
E	Auditor	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Bibliotecário-documentalista	9	3	2	1	1	2	2	2
E	Contador	9	0	0	1	0	0	1	0
E	Economista	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Enfermeiro	1	0	0	0	0	0	0	0

E	Engenheiro/Área	6	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro de Segurança do Trabalho	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Jornalista	1	0	0	1	0	0	0	0
E	Médico/Área	6	0	0	0	0	0	0	0
E	Nutricionista	2	1	1	0	0	0	0	0
E	Odontólogo	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Pedagogo/Área	10	1	2	2	2	0	2	1
E	Programador Visual	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Psicólogo/Área	4	1	1	1	1	0	0	1
E	Relações Públicas	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Revisor de Texto	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Secretário Executivo	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Sociólogo	0	0	0	0	0	0	0	0
E	Técnico Assuntos Educacionais	23	1	3	3	2	4	2	1
E	Tecnólogo/Formação	7	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		130	13	13	15	13	13	14	10
TOTAL GERAL		372	30	41	32	32	34	23	26
590									

Fonte: DGP, dez/2021.

Tabela 1.8 – Quantitativo de Cargos Técnico-Administrativos em Educação por Nível de Classificação em 2022.2

Nível de Classificação	Cargo	Unidade Sede Maracanã	UnED Maria da Graça	UnED Nova Iguaçu	UnED Petrópolis	UnED Nova Friburgo	UnED Itaguaí	UnED Angra dos Reis	UnED Valença
B	Auxiliar de Microfilmagem	0	0	0	0		0	0	0
TOTAL		0	0	0	0	0	0	0	0
C	Assistente de Alunos	6	1	3	2	3	2	0	1
C	Assistente de Laboratório	0	0	0	0	0	0	0	0
C	Auxiliar de Biblioteca	0	1	0	0	0	1	0	1
C	Auxiliar em Administração	50	5	3	1	3	1	1	0
C	Contínuo	0	0	0	0	0	0	0	0
C	Contramestre/ofício	1	0	0	0	0	0	0	0
C	Motorista	2	0	0	0	0	0	0	0
C	Porteiro	5	0	0	0	0	1	0	0
C	Telefonista	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		65	7	6	3	6	5	1	2
D	Assistente em Administração	113	10	14	10	8	8	4	6
D	Desenhista Projetista	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Desenhista Técnico/Especialidade	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Mestre de Edificações e Infraestrutura	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Revisor de Textos Braille	1	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico de Laboratório/Área	21	1	2	0	0	0	2	2
D	Técnico de Tecnologia da Informação	7	0	1	2	1	3	2	2
D	Técnico em Alimentos e Laticínios	0	0	0	0	0	0	0	1

(continua)

D	Técnico em Arquivo	2	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Artes Gráficas	0	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Audiovisual	2	0	1	0	0	0	0	0
D	Técnico em Contabilidade	6	0	0	1	0	0	0	0
D	Técnico em Edificações	4	0	0	0	0	0	0	0
D	Técnico em Eletrônica	0	0	0	0	1	0	0	0
D	Técnico em Eletrotécnica	0	0	1	0	0	0	0	0
D	Técnico em Mecânica	0	0	0	0	0	2	0	0
D	Técnico em Química	0	0	0	0	0	0	0	1
D	Técnico em Secretariado	1	1	0	0	1	1	0	0
D	Técnico em Segurança do Trabalho	2	0	1	0	0	0	0	0
D	Vigilante	2	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		164	12	20	13	11	14	8	12
E	Administrador	13	4	2	4	5	4	5	3
E	Analista de Tecnologia da Informação	10	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquiteto e Urbanista	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Arquivista	9	1	1	1	1	1	1	0
E	Assistente Social	6	1	1	0	1	1	1	2
E	Auditor	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Bibliotecário-documentalista	9	3	2	2	2	2	2	1
E	Contador	8	0	0	1	0	0	1	0
E	Economista	3	0	0	0	0	0	0	0
E	Enfermeiro	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro/Área	6	0	0	0	0	0	0	0
E	Engenheiro de Segurança do Trabalho	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Jornalista	1	0	0	1	0	0	0	0
E	Médico/Área	6	0	0	0	0	0	0	0
E	Nutricionista	3	1	0	0	0	0	0	0
E	Odontólogo	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Pedagogo/Área	10	1	2	2	2	0	2	1
E	Programador Visual	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Psicólogo/Área	4	1	1	1	1	0	0	1
E	Relações Públicas	2	0	0	0	0	0	0	0
E	Revisor de Texto	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Secretário Executivo	1	0	0	0	0	0	0	0
E	Sociólogo	0	0	0	0	0	0	0	0
E	Técnico Assuntos Educacionais	22	1	3	2	4	2	3	1
E	Tecnólogo/Formação	5	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		128	13	12	14	16	10	15	9
TOTAL GERAL		357	32	38	30	33	29	24	23
566									

1.4 - O Processo de Autoavaliação

Como Instituição integrante da rede de Educação Superior, o CEFET/RJ participa do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, instituído pela Lei nº 10.861, de 14/04/2004, sendo submetido a três modalidades de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos: avaliação das instituições de Educação Superior (AVALIES); avaliação dos cursos de graduação (ACG) e avaliação do desempenho dos estudantes (Enade).

A avaliação das instituições de Educação Superior se desenvolve em duas etapas principais: a autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP. O presente relatório tem como objeto a avaliação da Instituição de Educação Superior CEFET/RJ em sua etapa de autoavaliação.

Segundo as Orientações Gerais para o Roteiro da autoavaliação das Instituições fornecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES (2004, p.5)², a avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos:

produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Assim, a autoavaliação ajuda a identificar as fragilidades e potencialidades da Instituição em suas dez dimensões previstas por lei, tornando-se um importante instrumento para tomada de decisões. O relatório produzido a partir de tal instrumento deve conter análises, críticas e sugestões.

A Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, baseada no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Publicado no DOU em 4 de fevereiro de 2014, Portaria Nº 92, de 31 de janeiro de 2014), nos estudos dos relatórios de autoavaliação postados no Sistema e-MEC (2011 a 2013) e nos Seminários Regionais sobre Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação (CPA) – 2013 propõe ajustes no Roteiro proposto inicialmente. Segundo essa Nota Técnica (2014, p.2)³:

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e

²BRASIL. Ministério da Educação. SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

³BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065: **Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

Nesta versão do relatório indicada na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065/2014, as dez dimensões avaliadas são dispostas em eixos. O relatório de autoavaliação institucional, elaborado pela CPA, contempla as seguintes partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise. A seção do relatório destinada ao desenvolvimento foi organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que institui o SINAES, conforme apresentado na Tabela 1.9:

Tabela 1.9 – Eixos de Trabalho e Dimensões avaliadas

Eixo	Temas e Dimensões
1	Planejamento e Avaliação Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
2	Desenvolvimento Institucional Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
3	Políticas Acadêmicas Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
4	Políticas de Gestão Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
5	Infraestrutura Física Dimensão 7: Infraestrutura Física

1.4.1-Planejamento

Para promover o processo de autoavaliação institucional de 2022, a CPA seguiu um cronograma de atividades, considerando as diretrizes para a avaliação das IES, as orientações gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições fornecidas pela CONAES, e levando em conta a missão e os objetivos da Instituição.

A autoavaliação institucional compreende três etapas básicas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente. São elas: a preparação, o desenvolvimento e a consolidação. A primeira etapa, denominada preparação, abrange o planejamento do projeto e a sensibilização da comunidade. A segunda etapa, correspondente ao desenvolvimento, consiste na concretização das atividades planejadas. A terceira e última etapa refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Considerando esse contexto, foram previstas as seguintes atividades, conforme a Tabela 1.10:

Tabela 1.10 – Lista de Atividades Programadas pela CPA

Item	Atividades a serem desenvolvidas
1	Elaboração do planejamento
2	Atualização dos instrumentos de coleta
3	Sensibilização da comunidade
4	Aplicação dos instrumentos de pesquisa
5	Coleta de dados
6	Processamento dos dados
7	Análise dos dados
8	Elaboração e entrega do Relatório Final ao Presidente do Conselho Diretor e ao INEP
9	Divulgação dos resultados à comunidade

A relação das dimensões consideradas no processo de avaliação, de acordo com o artigo 3º da Lei nº. 10.861/04 e as coordenações propostas por dimensão, baseadas na CPA designada pela Portaria nº 1044 de 30/09/2022, são apresentadas na Tabela 1.11. Apesar de cada dimensão apresentar uma coordenação para uma melhor análise dos dados, todos podem opinar e interagir no processo.

Tabela 1.11 – Dimensões Avaliadas e Subcomissões de Trabalho da CPA

Dimensões:		Servidores:	
D1	A missão e o PDI	Coordenadora:	Natalia Pujol
D2	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização	Coordenador:	Fernando Ribeiro
D3	A responsabilidade social da Instituição	Coordenador:	Julius Monteiro de Barros Filho
D4	A comunicação com a sociedade	Coordenadora:	Silvana Bezerra
D5	As políticas de pessoal e de carreira dos corpos docente e técnico-administrativo	Coordenador:	Henrique Varella Ribeiro
D6	Organização e gestão da Instituição	Coordenadora:	Júlio Cesar de Carvalho Ferreira
D7	Infraestrutura física	Coordenador:	Jaqueline Maria Ribeiro Vieira
D8	Planejamento e avaliação	Coordenadora:	Gisele Moraes Marinho
D9	Política de atendimento aos estudantes	Coordenadora:	Rosana Dischinger Miranda
D10	Sustentabilidade financeira	Coordenador:	Amilton Ferreira da Silva Junior

O diagnóstico da Instituição é obtido a partir da coleta, processamento e análise dos dados. Tais dados constituem um banco de dados. Depois de analisá-los, a comissão sistematiza os relatórios de cada dimensão, objetivando produzir o presente relatório, que será enviado ao INEP/CONAES e ao presidente do Conselho Diretor da Instituição para análise e auxílio nas tomadas de decisão. O lançamento do relatório de autoavaliação institucional no site institucional é anunciado nos Conselhos pertinentes, para uma melhor sensibilização, compreensão da importância do processo e das principais informações obtidas. O relatório compreende tanto os resultados referentes à autoavaliação institucional quanto os referentes às avaliações externas, sendo inserido em local de fácil acesso para que todos os segmentos da comunidade acadêmica tenham a oportunidade de se apropriarem dos resultados analíticos apresentados.

2.1-Metodologia e Instrumentos

A autoavaliação institucional teve início em 2004, com a Lei nº. 10.861/04. No entanto, pode-se dizer que a partir de 2009, o processo se tornou mais sistematizado e a comunidade mais receptiva. Na avaliação referente ao ano de 2009, foram necessárias diversas reuniões até o produto final, um questionário aplicado a cada segmento da comunidade. Nas avaliações que se seguiram, os instrumentos já estavam prontos, sendo necessário apenas atualizá-los ou aperfeiçoá-los, quando necessário. Entre 2004 e 2022, o processo de autoavaliação evoluiu significativamente e hoje faz parte da cultura da Instituição.

A metodologia proposta buscou articular as diretrizes para avaliação e as orientações gerais para a implementação do processo autoavaliativo estabelecidas pela CONAES, com a missão do CEFET/RJ, o PDI, a identidade da Instituição e a sua cultura de avaliação.

A autoavaliação das dimensões previstas pela Lei nº. 10.861/04 foi realizada utilizando-se diferentes procedimentos metodológicos, dentre os quais se destacam: reuniões sistemáticas, pesquisa documental, elaboração de questionários, entrevistas, assim como outros procedimentos utilizados nos estudos especiais.

Os questionários aplicados foram amplamente discutidos nas reuniões da CPA, durante o processo de elaboração, que teve início em 2009, e abrangem as dez dimensões previstas. Tais instrumentos se encontram no Anexo A e foram elaborados de forma diferenciada, considerando todos os atores do processo: discentes, docentes e técnico-administrativos. Os questionários foram disponibilizados de forma *on-line* com o auxílio do Departamento de Tecnologia da Informação (DTINF).

Na avaliação de 2009, alunos da graduação e técnico-administrativos acessavam os questionários por meio de um link no site da Instituição. Os professores eram conduzidos ao questionário ao acessarem o Portal do Professor no momento do lançamento de notas realizado no segundo semestre. Tal lançamento também é feito de forma *on-line*.

Nas avaliações realizadas até o momento, o acesso dos técnico-administrativos ao questionário é feito por meio de um link no site da Instituição. Com relação aos alunos da graduação, desde 2010, vem-se utilizando um procedimento diferente do utilizado em 2009, com o intuito de aumentar o número de avaliações. Os alunos são conduzidos ao questionário no momento da confirmação de matrícula. Com relação aos professores, manteve-se o procedimento, ou seja, os professores foram conduzidos ao questionário ao acessarem o Portal do Professor no momento do lançamento de notas.

Assim, o processo de condução obrigatório ao questionário tem início a partir do lançamento das notas P2, realizado no segundo semestre do ano letivo, momento em que os professores são conduzidos à avaliação, e termina após a confirmação de matrícula dos alunos, realizada no início do ano seguinte, momento em que os alunos são conduzidos à avaliação e em seguida à confirmação de matrícula.

O processo de convite aos técnicos para participarem da pesquisa, que utiliza um link no *site*, pode ocorrer em qualquer momento do período entre o início do segundo semestre até a confirmação de matrícula dos alunos de graduação, realizada no início do ano seguinte. No caso dos técnicos, que são convidados, o questionário habitualmente fica disponível por um período maior. Com o intuito de aumentar o número de respondentes técnico-administrativos, tem sido encaminhado também um e-mail a este segmento, chamando atenção para a importância da pesquisa e da participação de todos, além do destaque publicado no site.

Para medir o índice de satisfação ou insatisfação da comunidade, as perguntas apresentadas nos respectivos questionários, em sua maioria, possuem quatro escalas de respostas, apresentadas a seguir.

1- Insuficiente(s) ou Ruim(ns)	2- Suficiente(s) ou Regular(es)	3- Bom(ns) ou Boa(s)	4- Ótimo(s) ou Ótima(s)
-----------------------------------	------------------------------------	-------------------------	----------------------------

Na elaboração dos questionários, na medida do possível, procurou-se priorizar a objetividade, evitando-se a produção de questionários longos. Os dados colhidos foram dispostos em tabelas do Excel e processados pelo DTINF. Esse processamento incluiu a disposição dos dados em forma de gráficos, considerando a Instituição como um todo (*sede e campi* com ensino superior). Assim, qualquer disposição que exija uma filtragem mais específica, por *campus* ou por curso, por exemplo, deve ser feita a parte. A partir do banco de dados gerado, podem ser produzidos, também, os dados por *campus*, por curso e por departamento para uma análise mais profunda da Instituição, embora a análise deste relatório esteja voltada para a Instituição como um todo. Somente os dois cursos EAD da Instituição, Engenharia de Produção e Gestão de Turismo, que fazem parte do Consórcio CEDERJ, possuem uma pesquisa a parte, realizada por ele. Esta pesquisa leva em conta as especificidades da EAD e é encaminhada aos coordenadores do curso, que encaminha a CPA para apreciação.

A etapa referente à sensibilização ocorreu em paralelo com outras atividades. Entre os instrumentos aplicados estão e-mails eletrônicos, chamadas no *site* da Instituição, sensibilização de alguns Conselhos para apoio ao processo etc. Além das ações de sensibilização planejadas e realizadas pela CPA, cada membro da comissão age como um multiplicador, procurando sensibilizar o maior número possível de participantes do processo. A CPA contou com o apoio das Direções e Chefes de Departamentos/Coordenadores para a divulgação do questionário formulado e para a análise das dimensões indicadas pela CONAES, no que se refere a documentações, dados necessários e visitas setoriais, quando necessário. Sabe-se que o conjunto de informações obtido, após exame e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica das dimensões analisadas, contribuindo, dessa maneira, para a melhoria da qualidade e o fortalecimento institucional. Assim, cada um foi solicitado a ser um multiplicador,

passando aos seus pares, professores, alunos e técnico-administrativos de contato toda a importância do processo e da participação efetiva da comunidade.

Plataforma Teams

Desde 2019, a Instituição oferece à comunidade acadêmica o conjunto de serviços e aplicações do Office 365 da Microsoft, dentre os quais está a Plataforma Teams. O Microsoft Teams é uma plataforma unificada de comunicação e colaboração muito poderosa que possibilita reuniões virtuais, além das presenciais, em caso de necessidade. Essa plataforma pode ser usada para comunicação entre os membros da CPA, inserção de documentos pertinentes e discussões sobre temas ligados a avaliação. Considerando que o grupo compreende membros de diferentes unidades e que a distância física entre elas muitas vezes dificulta a presença de todos ao mesmo tempo, este veículo de comunicação tem contribuído nesse sentido.

Segundo a descrição da própria Microsoft, Teams é o “espaço de trabalho baseado em um chat que integra todas as pessoas, os conteúdos e as ferramentas que a sua equipe precisa para melhorar o seu engajamento e ser mais eficaz”. Num único espaço de trabalho, é possível gerenciar diversas conversas, seja em texto, áudio ou vídeo. Também há a possibilidade de compartilhar arquivos e editar conteúdo dentro da plataforma em tempo real.

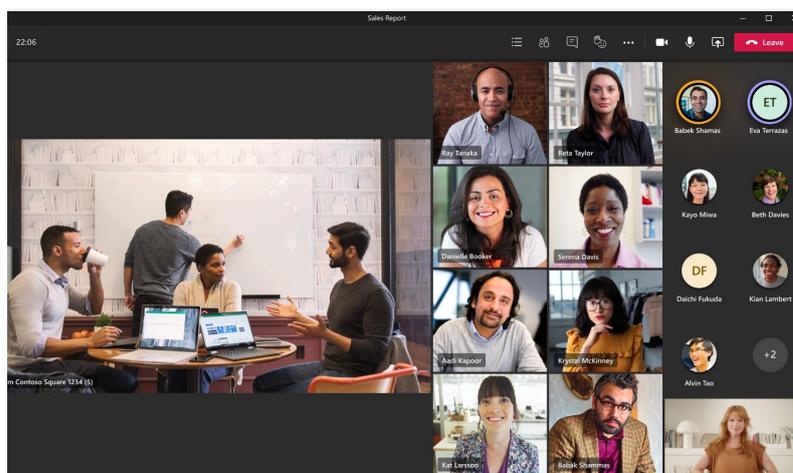


Figura ilustrativa. Disponível em <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams/teams-for-work>

2.2-População

Considerando que todas as diretrizes e orientações da CONAES estão voltadas para a autoavaliação de Instituições de Educação Superior, decidiu-se focar a avaliação interna do CEFET/RJ no ensino superior. Logicamente, dadas as características de verticalização do ensino do Centro que apresenta, além do ensino superior, o ensino técnico de nível médio, muitas vezes é necessário relacionar tal avaliação com o restante da Instituição. Não se pode esquecer que há espaços comuns compartilhados por alunos de diversos níveis, sejam eles de lazer, laboratórios, biblioteca, entre outros. É isso que torna o CEFET uma entidade peculiar em relação às demais instituições de ensino superior.

A população, ou sujeitos participantes do processo que devem ser observados nesta análise, são todos os que compõem a comunidade acadêmica e atuam, de uma forma ou de outra, no ensino superior. Assim, para simplificar, o termo “comunidade acadêmica” será usado para representar o corpo docente que atua no ensino superior, o corpo discente do ensino superior e o corpo técnico-administrativo do CEFET/RJ. A análise realizada pela comissão envolveu todos os *campi* da IES, ou seja, a Unidade Sede, situada no Maracanã, e os *campi* Maria da Graça, Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença.

2.2.1-População: Corpo Discente

Participam da pesquisa somente alunos do ensino superior, no caso os de graduação. Os discentes avaliam a Instituição, os respectivos cursos, assim como seus professores, de forma geral, por meio da avaliação das disciplinas, a partir dos questionários aplicados. Vale registrar o aumento significativo de alunos respondentes de 2009 para 2010, passando de 9% para mais de 90%. Este fato foi muito enriquecedor para o processo, mas somente foi alcançado porque, a partir dessa ocasião, os alunos foram conduzidos ao questionário no momento de confirmação de matrícula.

O total de alunos de graduação da Instituição, em 2022, considerando o sistema CEFET/RJ, com seus 8 *campi*, conforme apresentado na Tabela 1.3, baseada na Plataforma Nilo Peçanha -PNP é de 13.077 alunos. Os habilitados à pesquisa em questão são todos os alunos de graduação matriculados em 2022, ou seja os 13.077, menos 5.733 que não participam da pesquisa, referentes aos alunos EAD, aos alunos de cursos em extinção/descontinuidade, aos concluintes e aos evadidos. Convém lembrar que os dois cursos EAD da Instituição, Engenharia de Produção e Gestão de Turismo, que fazem parte do Consórcio CEDERJ, possuem uma pesquisa a parte, realizada por ele. Esta pesquisa leva em conta as especificidades da EAD e é encaminhada aos coordenadores do curso, que a encaminha à CPA para apreciação. Com isso, chega-se ao total de 7.344 alunos de graduação habilitados a participar do processo de avaliação, conforme indicado na Tabela 2.1.

Como o questionário é aplicado aos alunos no período de matrícula, após o término do segundo semestre letivo, os concluintes não entram na pesquisa, porque já estão fora do sistema e, portanto, não realizam matrícula. O sistema consegue capturar no momento da matrícula do ano n+1, a opinião dos alunos do ano n sobre o período encerrado, considerando o curso, os professores e a Instituição.

Tabela 2.1 – Total de Alunos de Graduação Habilitados a Participar do Processo de Avaliação

Alunos Habilitados a Responderem ao Questionário	
Total de Alunos de Graduação Matriculados na Instituição (todas as Unidades)	13.077
Total a ser Subtraído:	5.733
Total de Alunos de Graduação – EAD (semipresencial)	3.310
Total de Alunos dos Cursos de Tecnologia em Extinção/Descontinuidade (todas as Unidades)	15
Total de Alunos de Graduação Presenciais Concluintes (todas as Unidades)	627
Total de Alunos de Graduação Presenciais Evadidos (todas as Unidades)	1.161
Ajuste de alunos Evadidos ainda não detectados pela PNP (30% dos Retidos (2067))	620
Total de Alunos de Graduação Matriculados Habilitados (todas as Unidades)	7.344

Tabela 2.2 – Alunos de Graduação

ALUNOS - GRADUAÇÃO		
Total de Alunos Matriculados (TA)*; Nº de Alunos Respondentes (RA)	TA	RA
Unidade Sede (Maracanã)		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Administração	483	288
Ciência da Computação	453	330
Engenharia Ambiental	354	212
Engenharia Civil	496	320
Engenharia de Controle e Automação	242	140
Engenharia de Produção	547	360
Engenharia de Produção (EAD –semipresencial)	1.617	--
Engenharia de Telecomunicações	205	114
Engenharia Elétrica	319	203
Engenharia Eletrônica	257	146
Engenharia Mecânica	613	353
Física	75	27
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	214	127
Total de Alunos (Bacharelado)	5.875	2.620
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão Ambiental	4	--
Tecnólogo em Gestão de Turismo (EAD –semipresencial)	1.693	--
Tecnólogo em Sistemas para Internet	10	--
Total de Alunos (Superior de Tecnologia)	1.707	--
Total de Alunos da Graduação da Unidade Maracanã	7.582	2.620
Campus Maria da Graça		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Sistemas de Informação	244	153
Total de Alunos da Graduação da Unidade Maria da Graça	244	153
Campus Nova Iguaçu		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia de Controle e Automação	365	194
Engenharia de Produção	392	217
Engenharia Mecânica	375	210
Total de Alunos da Graduação da Unidade Nova Iguaçu	1.132	621
Campus Nova Friburgo		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia Elétrica	343	168
Sistemas de Informação	438	254
Total de Alunos (Bacharelado)	781	422
Cursos – Nível Graduação (Licenciatura)		
Licenciatura em Física	140	63
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão de Turismo	246	85
Total de Alunos da Graduação da Unidade Nova Friburgo	1.167	570
Campus Petrópolis		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia de Computação	335	243
Turismo	309	149
Total de Alunos (Bacharelado)	644	392
Cursos – Nível Graduação (Licenciatura)		
Licenciatura em Física	223	76
Licenciatura em Matemática	83	36
Cursos – Nível Graduação (Superior de Tecnologia)		
Tecnólogo em Gestão de Turismo	1	---
Total de Alunos da Graduação da Unidade Petrópolis	951	504
Campus Itaguaí		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia de Produção	346	212
Engenharia Mecânica	459	277
Total de Alunos da Graduação da Unidade Itaguaí	805	489
Campus Angra dos Reis		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Engenharia Elétrica	194	111
Engenharia Mecânica	332	178
Engenharia Metalúrgica	143	51
Total de Alunos da Graduação da Unidade Angra	669	340
Campus Valença		
Cursos – Nível Graduação (Bacharelado)		
Administração	311	154
Engenharia de Alimentos	216	114
Total de Alunos da Graduação da Unidade Valença	527	268
Total de Alunos de Graduação da Instituição (todas as Unidades)	13.077	5.565
Total de Alunos de Graduação Matriculados Habilitados** (todas as Unidades)	7.344	
Porcentagem de Alunos de Graduação Respondentes (todas as Unidades)	75,8 %	

*Fonte: PNP 2022.

**Total de alunos habilitados: Consultar Tabela 2.1

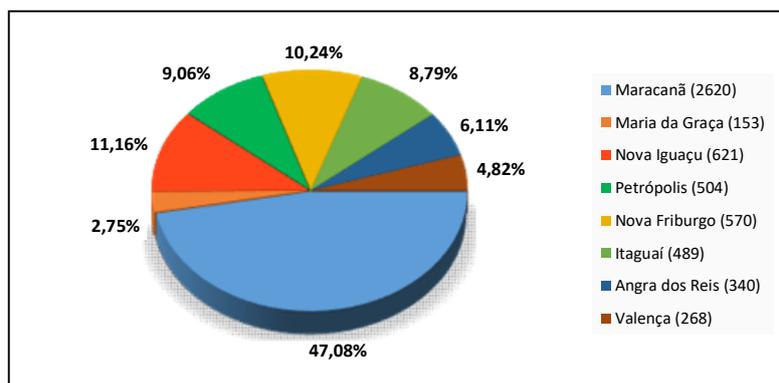
A população de alunos de graduação considerada, em 2022, pode ser observada na tabela 2.2. Na última coluna estão os alunos que de fato participaram da avaliação (RA – alunos respondentes). Com relação à Tabela 2.1, cabe esclarecer que, no caso dos alunos de cursos em extinção (Tecnólogo em Gestão Ambiental e Tecnólogo em Sistemas para Internet – *campus* Sede Maracanã e Tecnólogo em Gestão de Turismo – *campus* Petrópolis), estes correspondem a um total de 15. Os concluintes que devem ser subtraídos, no caso 627 alunos, compreendem alunos dos cursos presenciais de bacharelado, licenciatura e do tecnólogo em Gestão de Turismo – *campus* Nova Friburgo. Este último é o único tecnólogo presencial ativo, uma vez que todos os outros entraram em descontinuidade. Os alunos evadidos referentes aos cursos presenciais de bacharelado, licenciatura e do tecnólogo em Gestão de Turismo – *campus* Nova Friburgo correspondem a um total de 1.161, conforme consta na PNP. É necessário um ajuste no número de evadidos porque parte dos retidos indicados na PNP são evasões que ainda não foram oficializadas. Optou-se assim, por um ajuste no número de evadidos, equivalente a 30% dos retidos pertinentes, correspondente a 620 alunos.

Na última linha da Tabela 2.2, pode-se observar quanto, em porcentagem, os alunos respondentes representam, considerando o universo de alunos habilitados do ensino superior da Instituição. É importante lembrar que com relação ao número de matrículas de 2022, foi utilizada a Plataforma Nilo Peçanha. A PNP considera como matrícula o aluno que esteve com matrícula ativa em pelo menos um dia no ano de referência. Apesar da subtração de itens desse total, como os evadidos e concluintes, o quantitativo de habilitados pode ainda estar superestimado, considerando que a PNP, criada em 2018, é relativamente nova e é necessário tempo para esta ferramenta poderosa estar cada vez mais precisa. Além disso, como os alunos respondem à pesquisa no ano n+1, certamente há mais evadidos do que os indicados na PNP para o ano de referência.

Conforme indicado no Portal do MEC, a PNP nasceu da necessidade da constituição de um banco de dados convergente com as características da educação profissional e tecnológica, no qual estejam reunidas as informações necessárias para o monitoramento dos indicadores de gestão definidos pela Setec/MEC em conjunto com os órgãos de controle. A plataforma apresenta informações sobre as unidades que a compõem, cursos, corpo docente, discente e técnico-administrativo, além de dados financeiros. Disponibiliza dados do ano, sendo alimentada com informações do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) e do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Governo Federal e do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) da Setec/MEC.

Vale registrar que desde que os alunos passaram a ser conduzidos ao questionário no momento de confirmação de matrícula, o aumento do número de respondentes passou a ser bastante significativo. Este fato, teve início em 2010 e foi muito enriquecedor para o processo, como já mencionado. Lembrando que até 2009, os alunos de graduação eram convidados a participar do processo por meio de um link colocado no Portal da Instituição.

Para uma ideia da distribuição dos alunos de graduação respondentes por *campus*, pode-se observar o gráfico a seguir:

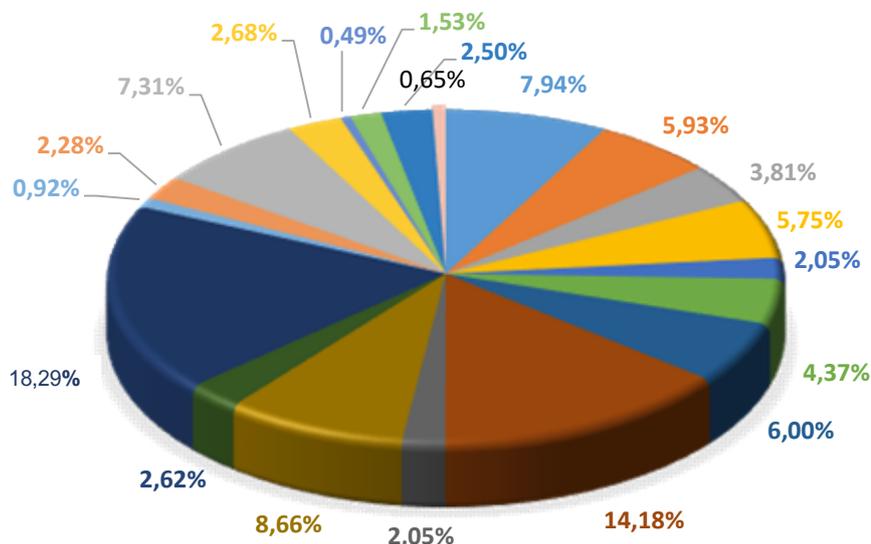


O *campus* Sede do Maracanã possui o maior número de alunos matriculados e de respondentes, dentre todas as Unidades ou *campi*. Em seguida, aparecem os *campi* de Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Petrópolis, Itaguaí, Angra dos Reis, Valença e Maria da Graça. Os dois cursos presenciais com o maior número de alunos matriculados e de respondentes são da Sede: o curso de Engenharia Mecânica, com 613 alunos matriculados e 353 respondentes, conforme apresentado na Tabela 2.2, seguido pelo curso de Engenharia de Produção, com 547 alunos matriculados e 360 respondentes. Considerando apenas os sete *campi*, sem contar com a Sede, o curso de Engenharia Mecânica do *campus* Itaguaí desponta com o maior número de alunos matriculados, no caso 459, e de respondentes, com 277. O curso mais recente que participou dessa pesquisa foi implantado em 2020.1: Licenciatura em Matemática - *campus* Petrópolis.

O gráfico a seguir mostra a distribuição de alunos respondentes por habilitação. O número de alunos do curso de Administração corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Valença. O número de alunos do curso de Engenharia de Controle e Automação ilustrado corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Nova Iguaçu. O número de alunos do curso de Engenharia de Produção ilustrado corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Nova Iguaçu e os de Itaguaí (todos de cursos presenciais). O número de alunos do curso de Engenharia Elétrica corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Nova Friburgo e os de Angra dos Reis. O número de alunos do curso de Engenharia Mecânica ilustrado corresponde ao somatório dos alunos do Maracanã com os de Nova Iguaçu, os de Itaguaí e os de Angra dos Reis. O número de alunos do curso de Licenciatura em Física ilustrado corresponde ao somatório dos alunos de Petrópolis com os de Nova Friburgo. Já o número de alunos do curso de Sistema de Informação corresponde ao somatório dos alunos de Maria da Graça com os de Nova Friburgo. A habilitação com o maior número de alunos respondentes corresponde ao curso de Engenharia Mecânica, seguido do curso de Engenharia de Produção.

Os alunos avaliaram a Instituição, o curso a que pertenciam e os professores das disciplinas que estavam cursando ou haviam acabado de cursar. A última avaliação citada, alunos avaliando professores, foi feita de forma geral, na qual os alunos avaliam o grupo de professores do período encerrado.

DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS RESPONDENTES



- Administração (442 ->7,94%)
- Ciência da Computação (330 -> 5,93%)
- Engenharia Ambiental (212 -> 3,81%)
- Engenharia Civil (320 -> 5,75%)
- Engenharia de Alimentos (114 -> 2,05%)
- Engenharia de Computação (243 ->4,37%)
- Engenharia de Contr. e Auto. (334 ->6,00%)
- Engenharia de Produção (789 ->14,18%)
- Engenharia de Tele. (114 ->2,05%)
- Engenharia Elétrica (482 ->8,66%)
- Engenharia Eletrônica (146 ->2,62%)
- Engenharia Mecânica (1018 ->18,29%)
- Engenharia Metalúrgica (51 ->0,92%)
- Linguas Estrang. (LEANI) (127 ->2,28%)
- Sistemas de Informação (407 ->7,31%)
- Turismo (149 -> 2,68%)
- Física (27-> 0,49%)
- Gestão de Turismo (85 -> 1,53%)
- Licenciatura em Física (139 -> 2,50%)
- Licenciatura em Matemática (36 -> 0,65%)

Respondentes	Campi	No	%
Alunos do Curso de Administração	Maracanã + Valença	442	7,94
Alunos do Curso de Ciência da Computação	Maracanã	330	5,93
Alunos do Curso de Engenharia Ambiental	Maracanã	212	3,81
Alunos do Curso de Engenharia Civil	Maracanã	320	5,75
Alunos do Curso de Engenharia de Alimentos	Valença	114	2,05
Alunos do Curso de Engenharia de Computação	Petrópolis	243	4,37
Alunos do Curso de Engenharia de Controle e Automação	Maracanã + Nova Iguaçu	334	6,00
Alunos do Curso de Engenharia de Produção	Maracanã + Nova Iguaçu+ Itaguaí	789	14,18
Alunos do Curso de Engenharia de Telecomunicações	Maracanã	114	2,05
Alunos do Curso de Engenharia Elétrica	Maracanã + Nova Friburgo + Angra	482	8,66
Alunos do Curso de Engenharia Eletrônica	Maracanã	146	2,62
Alunos do Curso de Engenharia Mecânica	Maracanã + Nova Iguaçu+ Itaguaí + Angra	1.018	18,29
Alunos do Curso de Engenharia Metalúrgica	Angra dos Reis	51	0,92
Alunos do Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	Maracanã	127	2,28
Alunos do Curso de Sistemas de Informação	Nova Friburgo + Maria da Graça	407	7,31
Alunos do Curso de Turismo	Petrópolis	149	2,68
Alunos do Curso de Física	Maracanã	27	0,49
Alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo	Nova Friburgo	85	1,53
Alunos do Curso de Licenciatura em Física	Petrópolis + Nova Friburgo	139	2,50
Alunos do Curso de Licenciatura em Matemática	Petrópolis	36	0,65
Total:		5.565	100%

2.2.2-População: Corpo Docente

A população de docentes considerada na análise realizada pela comissão, voltada para a Educação Superior, está ilustrada na Tabela 2.3. Como todos os professores da pós-graduação são professores também da graduação ou do técnico, eles estão incluídos na referida tabela. Em geral, não há professores que atuam somente na pós-graduação.

Os docentes avaliaram a Instituição e o curso relacionado à coordenação em que estão lotados, a partir dos questionários aplicados. Cabe observar que desde 2021 todos os Departamentos de curso do Maracanã foram transformados em Coordenações. Como cada curso compreende docentes de diversas áreas, foi necessário optar por um critério de avaliação. Com o critério adotado, o professor lotado na Coordenação de Engenharia Elétrica, por exemplo, que ministra Eletricidade para o curso de Engenharia Mecânica e outras disciplinas em sua coordenação avaliará o curso de Engenharia Elétrica e assim por diante.

Deve-se lembrar que alguns professores estão lotados em uma determinada coordenação, mas lecionam em outra. Este é o caso, por exemplo, dos professores lotados na Coordenação de Engenharia Mecânica do Maracanã, mas que dão aula unicamente na Engenharia de Produção, como colaboradores. Tais professores avaliarão o curso de Engenharia Mecânica e aparecerão como respondentes de tal curso. Além disso, o total de professores respondentes inclui também os professores do técnico que ministram aulas nos respectivos departamentos. Em virtude da complexidade que envolve cada programa de curso e respectivos docentes, que podem ministrar aulas em mais de um curso, fica difícil encontrar uma metodologia ótima de avaliação. No entanto, considerando uma série de fatores, decidiu-se optar pela avaliação do professor em relação à Instituição e, também, ao curso associado à coordenação de sua lotação.

Os professores do antigo Departamento de Disciplinas Básicas e Gerais do Maracanã foram distribuídos nas Coordenações de Matemática, Física e Ciências Aplicadas. Tais professores ministram aulas nos períodos iniciais de diversos cursos como, por exemplo, aulas de Cálculo, Física, Desenho, entre outras. Para os professores que também atuam na pós-graduação, foi solicitada uma avaliação neste nível, conforme questionário em anexo.

Em geral, mesmo os professores sendo conduzidos ao questionário no momento do lançamento de notas, o número de respondentes habitualmente não é de 100%. Isto ocorre porque alguns professores realizam o lançamento de notas diretamente através de um *link*, não passando necessariamente pela entrada do Portal do professor. Em 2022, houve um problema no sistema e muitos professores não conseguiram acessar o questionário, o que fez com que ocorresse uma redução significativa dos docentes respondentes em comparação com os anos anteriores.

Tabela 2.3 – Professores Participantes do Processo de Avaliação

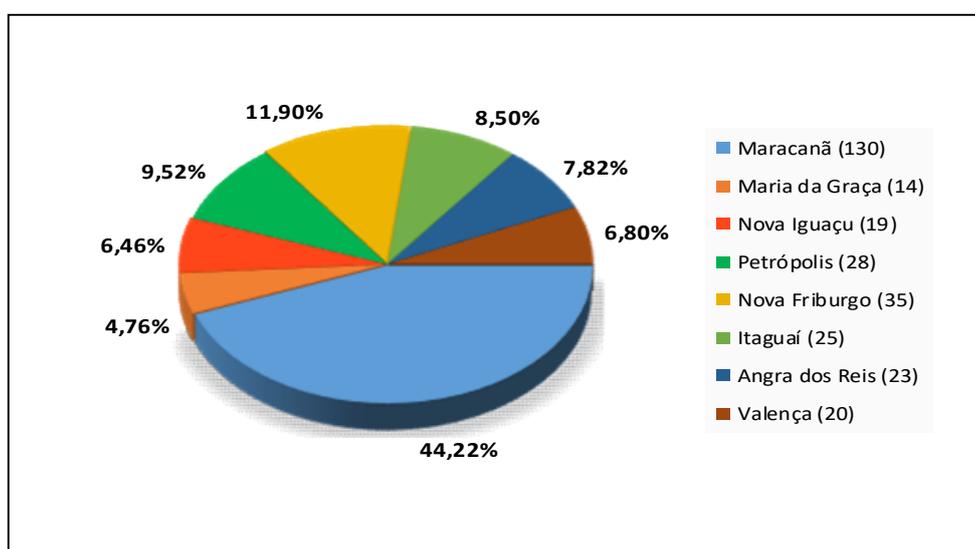
DOCENTES RESPONDENTES DO ENSINO SUPERIOR	
Nº de Respondentes¹ (RP)	RP
Unidade Sede (Maracanã)	
Profs. da Coord. de Administração	15
Profs. da Coord. de Informática (Ciência da Computação)	14
Profs. da Coord. de Engenharia Ambiental	10
Profs. da Coord. de Engenharia Civil	12
Profs. da Coord. de Engenharia de Controle e Automação	3
Profs. da Coord. de Engenharia de Produção	9
Profs. da Coord. de Engenharia de Telecomunicações	7
Profs. da Coord. de Engenharia Elétrica	4
Profs. da Coord. de Engenharia Eletrônica	8
Profs. da Coord. de Engenharia Mecânica	12
Profs. da Coord. de Gestão de Turismo ²	(--)
Profs. da Coord. de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	10
Profs. da Coord. de Ciências Aplicadas	8
Profs. da Coord. de Física	8
Profs. da Coord. de Matemática	10
Total de Professores da Unidade Maracanã Respondentes	130
Campus Maria da Graça	
Profs. da Coord. de Sistemas de Informação	14
Total de Professores da Unidade Maria da Graça Respondentes	14
Campus Nova Iguaçu	
Profs. da Coord. de Engenharia de Controle e Automação	3
Profs. da Coord. de Engenharia de Produção	5
Profs. da Coord. de Engenharia Mecânica	8
Profs. da Coord. de Disciplinas Básicas e Gerais	3
Total de Professores da Unidade Nova Iguaçu Respondentes	19
Campus Nova Friburgo	
Profs. da Coord. de Engenharia Elétrica	7
Profs. da Coord. de Sistemas de Informação	13
Profs. da Coord. do Superior de Tecnologia (Tecnólogo em Gestão de Turismo)	9
Profs. da Coord. de Licenciatura em Física	6
Total de Professores da Unidade Nova Friburgo Respondentes	35
Campus Petrópolis	
Profs. da Coord. de Engenharia de Computação	8
Profs. da Coord. de Turismo	11
Profs. da Coord. de Licenciatura em Física	3
Profs. da Coord. de Licenciatura em Matemática	6
Total de Professores da Unidade Petrópolis Respondentes	28
Campus Itaguaí	
Profs. da Coord. de Engenharia de Produção	12
Profs. da Coord. de Engenharia Mecânica	13
Total de Professores da Unidade Itaguaí Respondentes	25
Campus Angra dos Reis	
Profs. da Coord. de Engenharia Elétrica	5
Profs. da Coord. de Engenharia Mecânica	7
Profs. da Coord. de Engenharia Metalúrgica	2
Profs. da Coord. de Disciplinas Básicas e Gerais	9
Total de Professores da Unidade Angra dos Reis Respondentes	23
Campus Valença	
Profs. da Coord. de Administração	9
Profs. da Coord. de Engenharia de Alimentos	11
Total de Professores da Unidade Valença Respondentes	20
Total de Professores Respondentes que atuam no Ensino Superior (todas as Unidades)	294
Total de Professores da Instituição que atuam no Ensino Superior³ (todas as Unidades)	619
Porcentagem de Professores Respondentes que atuam no Ensino Superior (todas as Unidades)	47,5%
Total de Professores Respondentes que atuam na Pós Stricto Sensu (todas as Unidades)	43

¹O número de profs respondentes refere-se aos lotados nas respectivas coordenações, atuantes em seus cursos ou em algum outro. Além disso, estão incluídos os professores do técnico que ministram aulas nas respectivas coordenações.

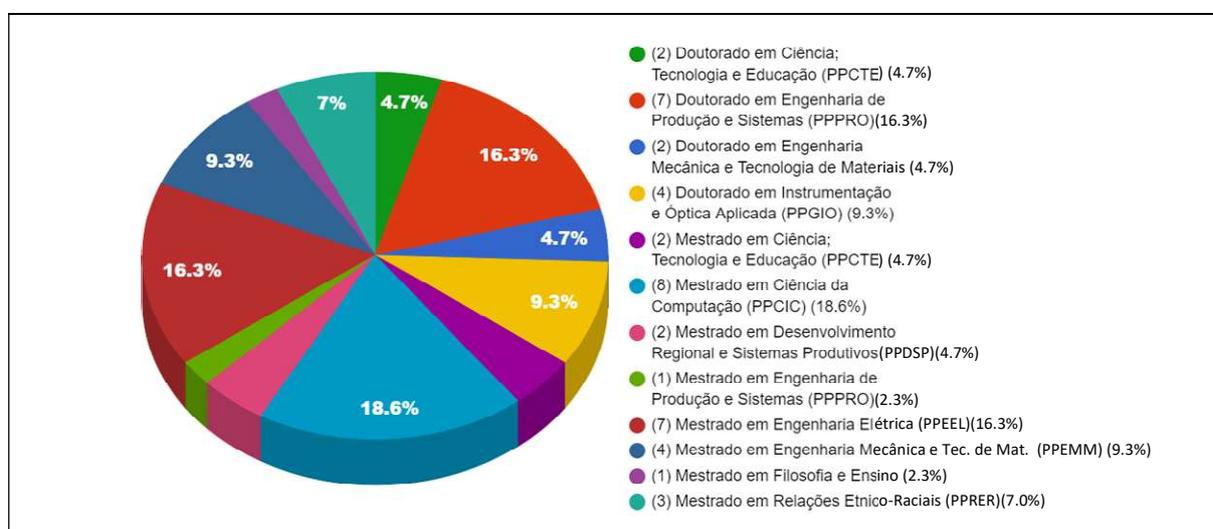
²O curso de Gestão de Turismo é ministrado em parceria com o CEDERJ, na modalidade EAD, com pesquisa a parte.

³Dados fornecidos pelo PI, referentes ao Censo de 2022.

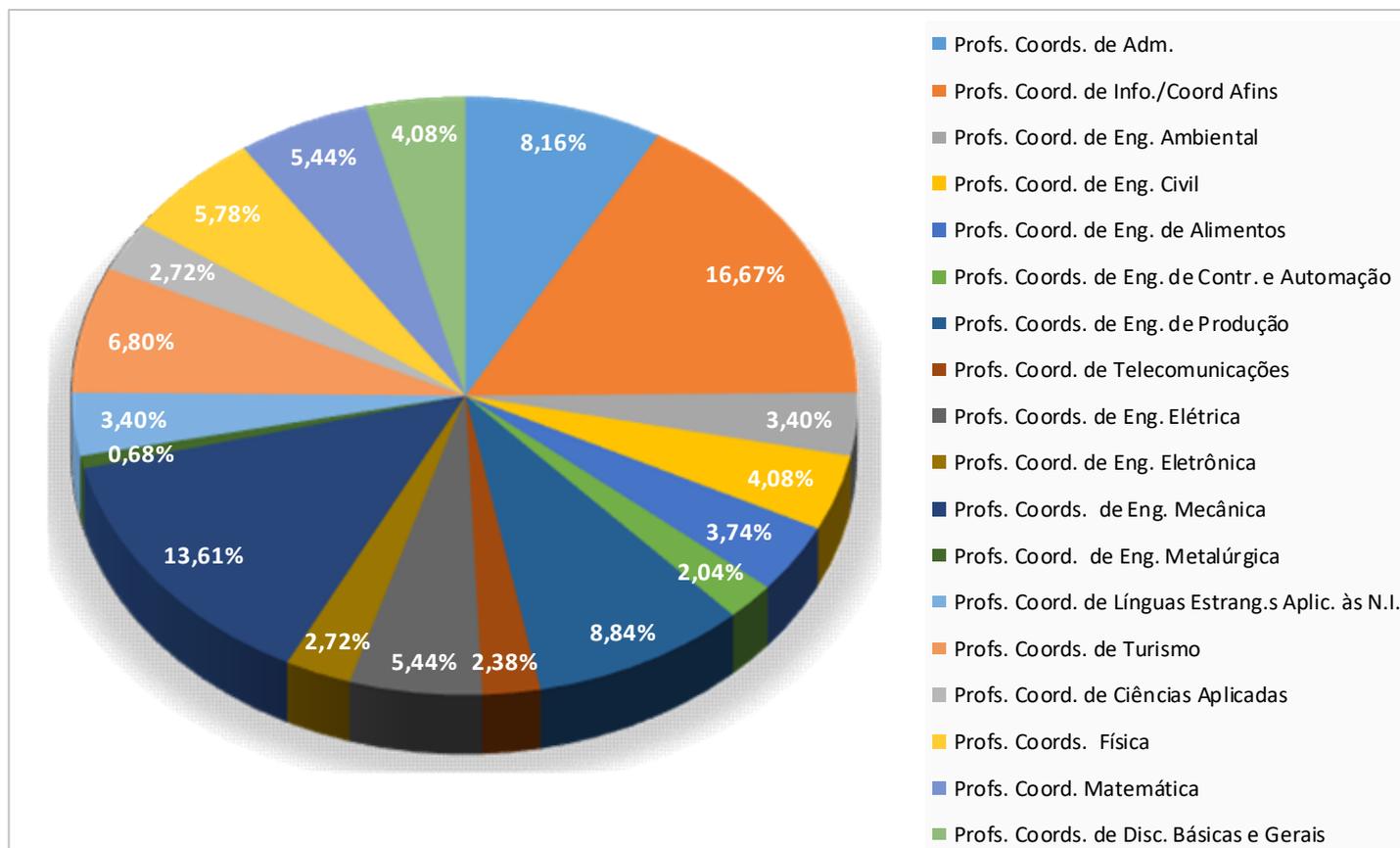
O *campus* Sede do Maracanã possui o maior número de professores respondentes, dentre todos os *campi*. Em seguida, aparecem os *campi* de Nova Friburgo, Petrópolis, Itaguaí, Angra dos Reis, Valença, Nova Iguaçu e Maria da Graça. Conforme consta na Tabela 2.3, as cinco coordenações com o maior número de professores respondentes são referentes aos cursos de Administração e Ciência da Computação da Sede, com 15, e 14 respondentes, respectivamente, seguidas pela do curso de Sistema de Informação de Maria de Graça com 14 respondentes. Na última linha da tabela, pode-se observar quanto, em porcentagem, os professores respondentes representam, considerando o universo de professores que atuam no ensino superior da Instituição. Como foi mencionado, houve uma redução significativa dos docentes respondentes em comparação com os anos anteriores, em virtude de um problema que ocorreu no sistema, fazendo com que muitos professores não conseguissem acessar o questionário. A distribuição dos professores respondentes por *campus*, pode ser observada no gráfico a seguir:



Para uma ideia da distribuição dos 43 professores respondentes indicados na Tabela 2.3 que também atuam na pós-graduação *Stricto Sensu* por curso de maior carga horária, pode-se observar o gráfico a seguir:



O próximo gráfico mostra a distribuição dos docentes respondentes por Coordenação.



Distribuição dos Professores da Graduação Respondentes	Unidade(s)	No	%
Profs. das Coords. de Administração	Maracanã + Valença	24	8,16
Profs. das Coords. de Informática (Ciência da Computação)/Coord. Afins +(Sistema de Informação + Engenharia de Computação)	Maracanã + Nova Friburgo + Petrópolis+ Maria da Graça	49	16,67
Profs. da Coord. de Engenharia Ambiental	Maracanã	10	3,40
Profs. da Coord. de Engenharia Civil	Maracanã	12	4,08
Profs. da Coord. de Engenharia de Alimentos	Valença	11	3,74
Profs. da Coords. de Engenharia de Controle e Automação	Maracanã + Nova Iguaçu	6	2,04
Profs. das Coords. de Engenharia de Produção	Maracanã + Nova Iguaçu + Itaguaí	26	8,84
Profs. da Coord. de Engenharia de Telecomunicações	Maracanã	7	2,38
Profs. das Coords. de Engenharia Elétrica	Maracanã + Nova Friburgo + Angra dos Reis	16	5,44
Profs. da Coord. de Engenharia Eletrônica	Maracanã	8	2,72
Profs. das Coords. de Engenharia Mecânica	Maracanã + Nova Iguaçu + Itaguaí + Angra dos Reis	40	13,61
Profs. da Coord. de Engenharia Metalúrgica	Angra dos Reis	2	0,68
Profs. da Coord. de Línguas Estrangeiras Aplic. às Neg. Internacionais	Maracanã	10	3,40
Profs. das Coords. de Turismo	(Maracanã) + Petrópolis + Nova Friburgo	20	6,80
Profs. da Coord. de Ciências Aplicadas ¹	Maracanã	8	2,72
Profs. das Coords. de Física	Maracanã + Petrópolis + Nova Friburgo	17	5,78
Profs. das Coords. de matemática	Maracanã + Petrópolis	16	5,44
Profs. das Coord.de Disciplinas Básicas e Gerais	Nova Iguaçu + Angra dos Reis	12	4,08
Total:		294	100

¹O Antigo Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais da Sede corresponde atualmente aos Coords. de Matemática, Física e Ciências Aplicadas da Unidade Maracanã.

2.2.3-População: Corpo Técnico-Administrativo

O total de técnico-administrativos da Instituição, conforme apresentado na Tabela 1.6, em 2022, era de 566 técnicos. A população de técnico-administrativos considerada na análise realizada em 2022 que avaliou o CEFET/RJ está ilustrada na Tabela 2.4, a seguir:

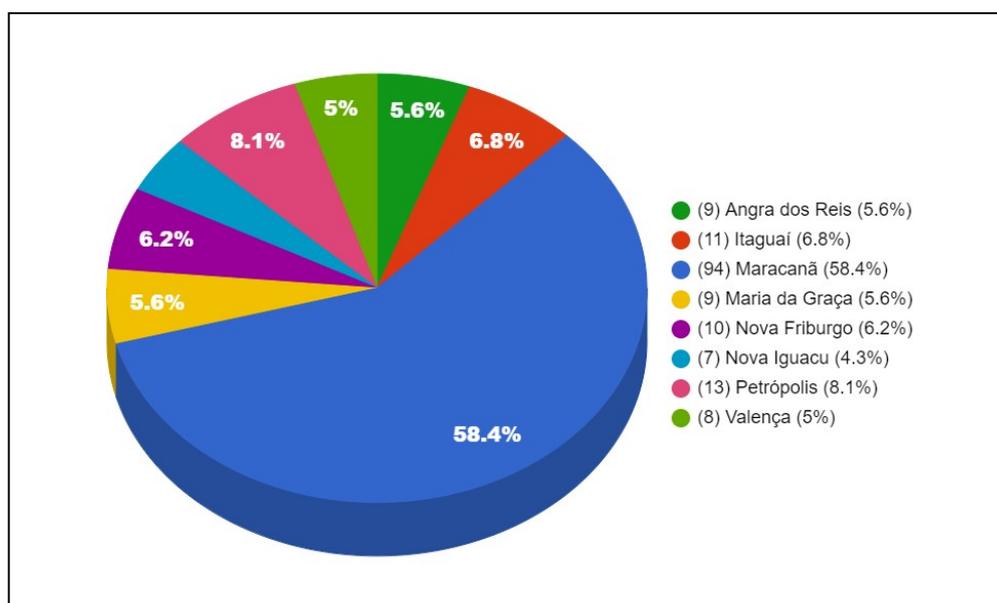
Tabela 2.4 – Técnico-Administrativos Participantes do Processo de Avaliação

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS			
Total de Técnico-administrativos (TT)*; N° de Respondentes (RT); % de Respondentes	TT*	RT	%
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Sede Maracanã	357	94	26,3
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Nova Iguaçu	38	7	18,4
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Nova Friburgo	33	10	30,3
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Petrópolis	30	13	43,3
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Itaguaí	29	11	37,9
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Angra dos Reis	24	9	37,5
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Valença	23	8	34,8
Total de técnico-administrativos do <i>Campus</i> Maria da Graça	32	9	28,1
Total de técnico-administrativos da Instituição (todas as Unidades)	566	161	28,5

*Fonte: DGP, dez/2022.

O maior número de respondentes, 94, ocorreu na Sede, porém em termos de porcentagem corresponde a apenas 26,3% do total de técnicos do Maracanã. Nesse sentido, constata-se que os três *campi* com as maiores porcentagens de respondentes são os *campi* Petrópolis com 43,3% do total de técnico-administrativos do *campus*, Itaguaí e Angra dos Reis, ambos com 37,9%.

Para uma ideia da distribuição dos técnico-administrativos respondentes por *campus*, pode-se observar o gráfico a seguir:



O baixo índice participativo dos técnico-administrativos, comparado à participação dos professores e alunos, se deve ao fato de os técnico-administrativos serem convidados a participar, não sendo obrigatoriamente conduzidos ao processo, tais como os professores e os alunos da graduação. Em relação ao total de técnico-administrativos respondentes, a Sede alcançou o maior número, correspondente a 58,4%, seguida por Petrópolis, com 8,1%.

A avaliação referente a 2022 envolveu 6.020 respondentes, conforme apresentado na Tabela 2.5. No ano anterior, o total de respondentes foi de 6.079, ou seja, de um ano para outro o total geral se manteve quase constante. Observa-se que, no que tange aos alunos e técnicos respondentes, em 2022, houve um aumento do número bruto, já com relação aos professores houve um decréscimo em virtude de um problema que ocorreu no sistema para acesso do questionário, como já mencionado.

Tabela 2.5 – Porcentagem de respondentes habilitados que participaram do Processo de Avaliação 2022 e de 2021

Avaliação 2022					
Alunos		Professores		Técnicos Administrativos	
5.565	75,8%	294	47,5%	161	28,5%
Total: 6.020					
Avaliação 2021					
Alunos		Professores		Técnicos Administrativos	
5.527	94,8%	457	86,7%	106	17,4%
Total: 6.079					

A avaliação referente a 2019 envolveu 4.814 respondentes, sendo 4.069 (60,1%) alunos de graduação, 174 (40,6%) alunos de pós-graduação, 465 (90,1%) professores e 106 (17,4%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2018 envolveu 5.379 respondentes, sendo 4.772 (94,8%) alunos de graduação, 18 (5,5%) alunos de pós-graduação, 460 (89,2%) professores e 129 (21,9%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2017 envolveu 5.177 respondentes, sendo 4.616 (98,0%) alunos de graduação, 22 (5,9%) alunos de pós-graduação, 456 (85,1%) professores e 83 (13,8%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2016 envolveu 4.188 respondentes, sendo 3.504 (75,8%) alunos de graduação, 8 (3,4%) alunos de pós-graduação, 447 (91,6%) professores e 229 (39,2%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2015 envolveu 4.503 respondentes, sendo 4.114 (100%) alunos de graduação, 37 (16%) alunos de pós-graduação, 294 (82,8%) professores e 58 (10,6%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2013/2014 envolveu 3629 respondentes, sendo 3299 (85,4%) alunos de graduação, 22 (10,3%) alunos de pós-graduação, 299 (100%) professores e 9 (2,5%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2012 envolveu 3.173 respondentes, sendo 2.825 (77,8%) alunos de graduação, 45 (23,3%) alunos de pós-graduação, 263 (90,7%) professores e 40 (10,3%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2011 envolveu 3.378 respondentes, sendo 3.091 (92,0%) alunos de graduação, 33 (20,0%) alunos de pós-graduação, 231 (77,5%) professores e 23 (5,7%) técnico-administrativos. A avaliação referente a 2010 envolveu 3.614 respondentes, sendo 3.348 (97,7%) alunos de graduação, 41 (13,6%) alunos de pós-graduação, 197 (62,7%) professores e 28 (7,2%) técnico-administrativos. A avaliação realizada em 2009 envolveu 586 respondentes no total.

Como já citado no item 1.4, o desenvolvimento do relatório foi estruturado em cinco eixos, que agrupam as dez dimensões de avaliação.

3.1 – Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Esse relatório parcial engloba os eixos 2, 3 e 4. O eixo 1, Planejamento e Avaliação Institucional, que compreende a dimensão 8, foi avaliado no relatório do ano anterior e está disponível no site da Instituição para consulta, tendo obedecido à estrutura apresentada a seguir.

3.1.1 – Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da Instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.

a.2) Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

b.2) Fragilidades

c) Ações com base na análise

3.2 – Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

3.2.1 – Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Finalidades, objetivos e compromissos da Instituição, explicitados em documentos oficiais.

Consideradas a finalidade e as características atribuídas aos Centros Federais de Educação Tecnológica e a responsabilidade social de que essas se revestem, o CEFET/RJ assume como missão institucional promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.

A missão, a visão, os valores, as finalidades, os objetivos e as metas da Instituição estão registrados de forma explícita e clara no PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI, com vigência 2020-2024. O PDI é um instrumento de planejamento e gestão elaborado para um período de cinco anos, construído com ampla participação de servidores e estudantes, que considera a identidade da Instituição, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, bem como à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver (MEC/SESu, 2004).

Orientadas pela legislação vigente, constituem finalidades prioritárias da Instituição citadas no PDI (2020-2024):

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- Ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e a à especialização de profissionais prioritariamente na área tecnológica;
- Realizar pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, estimulando o desenvolvimento de soluções e estendendo seus benefícios à sociedade;
- Promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- Estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

Desta forma, conforme consta no Estatuto do CEFET/RJ, a Instituição tem como propósito formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

O PDI 2020-2024 marca a definição dos objetivos estratégicos, separados por áreas temáticas, que guiarão a Instituição para o cumprimento de sua missão, conforme ilustrado a seguir.



Fonte: PDI 2020-2024. Elaboração DIGES

Dimensões, eixos temáticos e temas do PDI 2020-2024

Assim, no mapa estratégico do CEFET/RJ, os objetivos estratégicos estão distribuídos em 4 perspectivas, conforme a figura a seguir.

PROCESSOS INTERNOS								
ENSINO (cursos técnicos de nível médio e de graduação) Aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica dos cursos Desenvolver políticas para a melhoria do índice de Eficiência Acadêmica dos cursos Desenvolver políticas para a melhoria do acesso aos cursos			PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO Expandir as atividades de pesquisa Melhorar a qualidade das atividades de pesquisa Expandir a Pós-Graduação Melhorar a qualidade da Pós-Graduação			EXTENSÃO Incentivar a prática da Extensão articulada ao Ensino e a Pesquisa Garantir a qualidade na Extensão Fomentar a utilização de metodologias que fortaleçam o cooperativismo, o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico, social e ambiental Expandir o programa de estágio e emprego Implementar e consolidar a Política de Assistência Estudantil		
GESTÃO								
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO Integrar os diversos Planos Institucionais Otimizar os processos internos Ampliar a sustentabilidade orçamentária			TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Expandir a infraestrutura e conectividade de TI Promover o alinhamento das ações da área de TI com os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão Adequar a gestão de TI às novas exigências de governança de TI			ARQUIVO Melhorar a estrutura física dos Arquivos	BIBLIOTECA Atualizar, expandir e garantir a segurança do acervo bibliográfico	PREFEITURA Permitir a acessibilidade de pessoas com deficiência através de obras
PESSOAS E CONHECIMENTO								
GESTÃO DE PESSOAS Promover a melhoria das condições de Trabalho, Segurança e Saúde dos Trabalhadores Reestruturar a gestão do desenvolvimento de Pessoas Estruturar modelo de gestão de pessoas			GOVERNANÇA Consolidar a Gestão de Riscos Institucional Consolidar e Melhorar a Gestão de mapeamento de processos			INTERNACIONALIZAÇÃO Ampliar a participação no cenário internacional Consolidar uma ambiência acadêmica capaz de promover e sustentar o processo de internacionalização Formar recursos humanos preparados para atuação global		
SOCIEDADE								
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL Fortalecer a sustentabilidade ambiental	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL Solucionar desafios e problemas de comunicação	COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA Fortalecer a comunicação científica	DIREITOS HUMANOS Instituir e fortalecer uma Política de Ação Afirmativa Garantir a discussão dos Direitos Humanos e da diversidade	ARTE E CULTURA Incentivar, valorizar e ampliar o espaço da produção e fruição de Arte e Cultura	ESPORTE Desenvolver o respeito às diferenças, o senso de coletividade, a autonomia, a inclusão de todos e a educação integral Discutir cultura geral e corporal e consciência e práticas corporais			
Valores Comprometimento e Responsabilidade/Busca pela excelência Respeito aos Direitos Humanos Governança e Transparência Inovação Consciência Ambiental Autonomia Gestão Compartilhada Meritocracia								

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2022. DIGES. Adaptado.

Objetivos estratégicos do CEFET/RJ

A tabela a seguir apresenta cada eixo temático com os respectivos objetivos, que orientam a política de ação do CEFET/RJ, no período compreendido entre 2020 e 2024:

Eixo Temático	Objetivos
Ensino	1-Aperfeiçoar e garantir a qualidade acadêmica dos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição
	2-Desenvolver políticas para a melhoria do índice de eficiência acadêmica dos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição
	3-Desenvolver políticas para a melhoria do acesso aos cursos técnicos de nível médio e de graduação oferecidos pela instituição
Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	1-Expansão das atividades de pesquisa
	2-Melhorar a qualidade das atividades de pesquisa
	3- Expansão da Pós-graduação
	4- Melhorar a qualidade da Pós-graduação
Extensão	1-Incentivar a prática da Extensão articulada ao ensino e à pesquisa como elemento indissociável do processo de formação em todos os níveis de ensino ministrados no Cefet/RJ
	2- Garantir a qualidade na Extensão
	3-Fomentar a utilização de metodologias que fortaleçam o cooperativismo, o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico, social e ambiental
	4-Expandir o programa de estágio e emprego em todos os <i>campi</i>
	5-Implementar e consolidar a Política de Assistência Estudantil do Cefet/RJ
Administração e Planejamento	1-Fomentar a integração dos diversos Planos Institucionais
	2-Aprimorar a gestão da DIRAP através da otimização dos processos internos
	3-Ampliar a sustentabilidade orçamentária
	4-Promover o conceito de sustentabilidade ambiental nos processos de compras
Governança	1-Consolidar a gestão de riscos institucional
	2-Consolidar e melhorar a gestão de mapeamento de processos no Cefet/RJ Meta 2020 2021 2022
Pessoas	1-Promover a melhoria das condições de trabalho, segurança e saúde dos trabalhadores no Cefet/RJ
	2-Reestruturar a gestão do desenvolvimento de pessoas para incrementar sua efetividade em relação às necessidades institucionais
	3-Estruturar modelo de gestão de pessoas que gere impactos positivos na qualidade do serviço prestado pela instituição
Tecnologia da Informação	1-Expandir a infraestrutura e conectividade de TI
	2-Promover o alinhamento das ações da área de TI com os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão
	3-Adequar a gestão de TI às novas exigências de governança de TI
Internacionalização	1-Ampliar a participação do Cefet/RJ no cenário internacional
	2-Consolidar uma ambiência acadêmica capaz de promover e sustentar o processo de internacionalização
	3-Formar recursos humanos preparados para atuação global
Infraestrutura: Arquivo, Biblioteca e Prefeitura	Arquivo: 1-Atender as demandas referentes ao levantamento da produção documental, visando ao processo de análise de documentos de arquivo e seu diagnóstico
	Arquivo: 2-Promover melhorias na estrutura física dos Arquivos do Sistema <i>Multicampi</i>
	Biblioteca: 1-Consolidar o repositório institucional digital
	Biblioteca: 2-Atualizar, garantir a segurança e expandir o acervo bibliográfico institucional
	Prefeitura: 1-Elaborar obras para permitir a acessibilidade de pessoas com deficiência em todos os ambientes do Cefet/RJ
Temas Transversais: Sustentabilidade Ambiental; Direitos Humanos; Arte e Cultura; Esporte; Comunicação Institucional e Comunicação Científica	Sustentabilidade Ambiental: 1-Fortalecer a sustentabilidade ambiental na instituição
	Direitos Humanos: 1-Instituir e fortalecer uma Política de Ação Afirmativa institucional que contemple as populações negras, quilombolas, indígenas, imigrantes, LGBT, pessoas com deficiências, idosos e/ou mulheres
	Direitos Humanos: 2-Garantir a discussão dos direitos humanos e da diversidade em atividades de ensino, pesquisa e extensão em parceria com os movimentos sociais e representações da sociedade civil
	Arte e Cultura: 1-Incentivar, valorizar e ampliar institucionalmente o espaço da produção e fruição de arte e cultura, campos consolidados de conhecimento e fundamentais para o exercício pleno da cidadania, no ambiente do Cefet/RJ
	Esporte: 1-Desenvolver, através da prática esportiva e de atividades físico-culturais, o respeito às diferenças, o senso de coletividade, a autonomia, a inclusão de todos e a educação integral
	Esporte: 2-Discutir cultura geral, cultura corporal, consciência corporal e práticas corporais
	Comunicação Institucional: 1-Solucionar desafios e problemas de comunicação, contribuindo, assim, para o fortalecimento da imagem da organização, o cumprimento da sua missão institucional e o relacionamento com seus públicos de interesse
	Comunicação Científica: 1-Fortalecer a comunicação científica do Cefet/RJ

Cada objetivo é acompanhado de uma ou mais metas e cada meta é associada a pelo menos um indicador, ambos estão explicitados no PDI 2020-2024. O monitoramento de um objetivo em relação a uma meta fornece informação de sucesso ou fracasso na avaliação de um determinado processo. Os indicadores consistem em métricas que proporcionam a geração de informações e permitem a avaliação do desempenho em relação aos objetivos e metas definidos.

No CEFET/RJ, a coordenação do PDI 2020-2024, bem como o planejamento, execução, formatação e a divulgação da metodologia são de responsabilidade estatutária da Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES). A comunidade acadêmica foi chamada a participar da construção do documento por meio de convites no Portal, e-mails e cartazes distribuídos na Instituição. O processo de divulgação pode ser consultado no próprio documento: http://www.cefet-rj.br/attachments/article/5553/PDI%20CONSOLIDADO_final.pdf

A elaboração do PDI 2020-2024 teve como pressuposto o atendimento ao conjunto de normas vigentes mencionadas na fundamentação legal do documento. Tais diretrizes orientaram a sua construção, requerendo a explicitação da missão e das estratégias para o alcance das metas e dos objetivos propostos, observando-se a sua factibilidade, coerência e articulação entre as ações planejadas, conforme consta no documento.

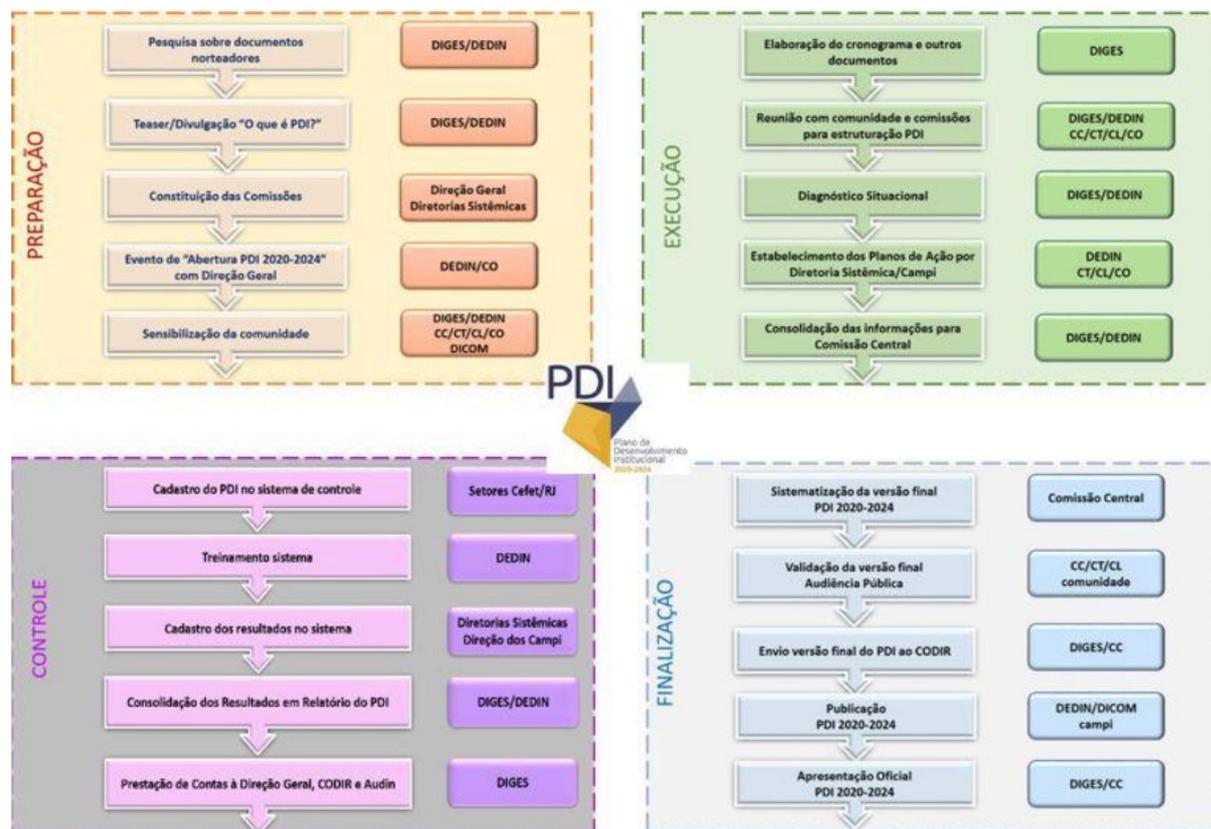
No cumprimento de suas atribuições e deveres, em novembro de 2017, a DIGES iniciou o planejamento para a Metodologia de Elaboração do PDI 2020-2024. Por meio da Portaria nº 688, de 05 de junho de 2018, foi aprovada pela Direção-geral, a norma interna DIGES (NS nº 07 de 06 de junho de 2018) que dispõe sobre as instruções do Processo de Elaboração do PDI 2020-2024, sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão Estratégica.

O conteúdo do PDI foi elaborado pelas Comissões Temáticas e Locais, coletado e organizado pela Comissão Operacional, formatado e revisado pela Comissão Central, que prezou pela objetividade e coerência deste PDI 2020-2024 às suas exigências legais e finalidades específicas.

Conforme consta no documento, para o planejamento metodológico de sua elaboração, foram consultados, além do arcabouço legal que fundamenta e orienta sobre os componentes que devem ser considerados no PDI (i.e. Decreto nº 9.235/2017), material na literatura especializada sobre planejamento estratégico, assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional elaborado por outras IES, tais como universidades federais e outros membros da RFEPCT.

De forma geral, a principal fonte consultiva para estruturação do Processo de Elaboração do PDI 2020-2024 é a sua Comissão Central, com representações de diversos segmentos da gestão e comunidade, incluindo representantes dos seus egressos através da AEA CEFETN (Associação de Ex-alunos do Cefet/RJ e Escola Técnica Nacional).

A figura a seguir, conforme consta no PDI 2020-2024, sintetiza as fases da elaboração do documento: Preparação; Execução; Finalização e Controle.



Fonte: PDI 2020-20204. Elaboração: DIGES, 2020.

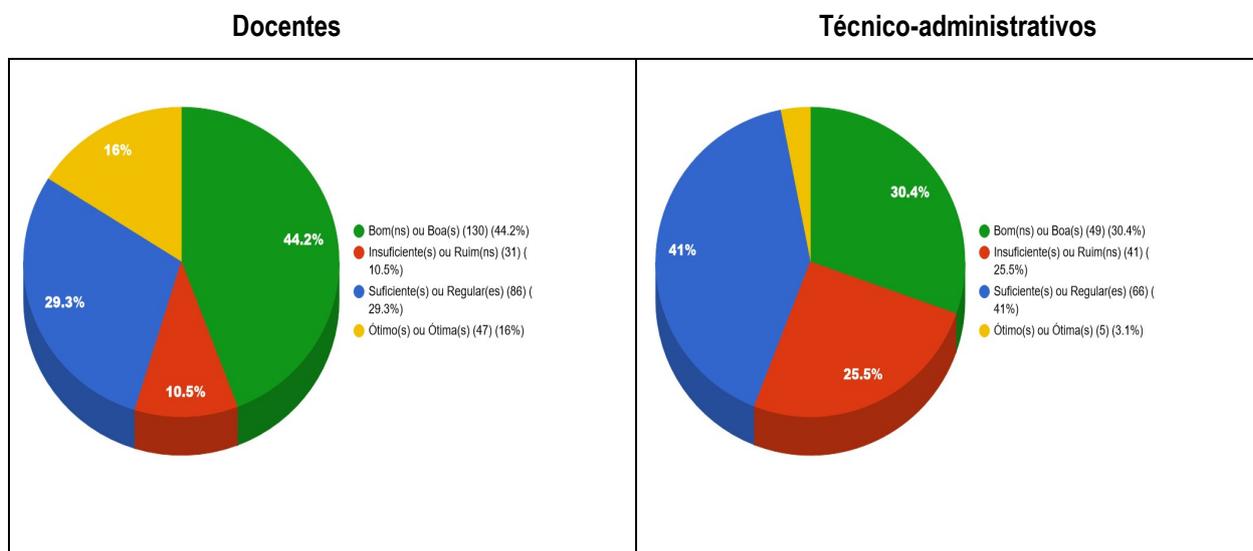
Etapas do Processo de Elaboração do PDI 2020-2024

Após sua construção, a versão definitiva do PDI foi aprovada pelo Conselho máximo da universidade (CODIR), e publicada no Portal para a consulta de toda a comunidade. O documento é amplamente consultado e considerado nas tomadas de decisões do corpo diretor e nas avaliações externas realizadas pelo MEC/INEP.

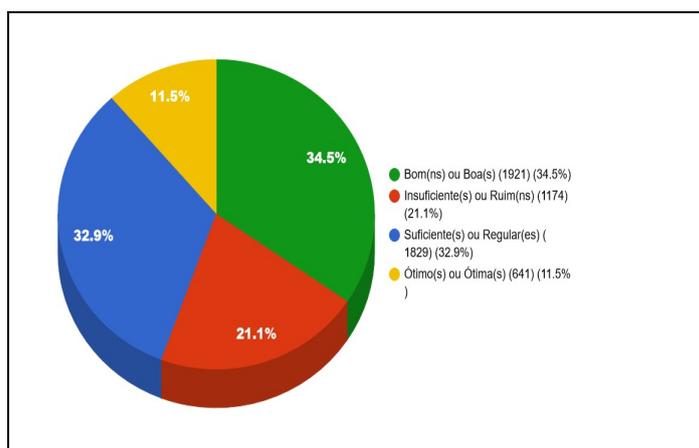
Para obter a percepção da comunidade do CEFET/RJ sobre a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional foram formuladas pela CPA três questões que fizeram parte do questionário aplicado.

Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

☞ Como você avalia o seu conhecimento com relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do CEFET/RJ?



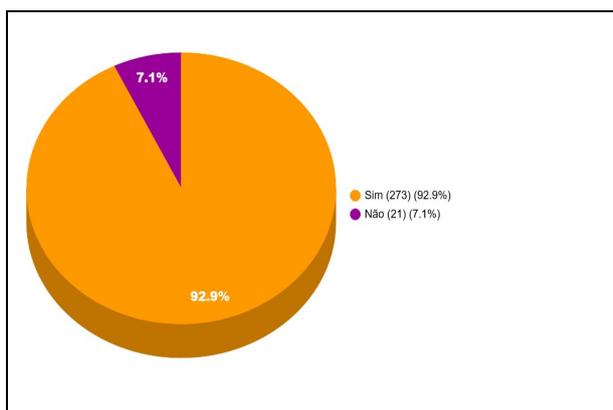
Alunos-Graduação



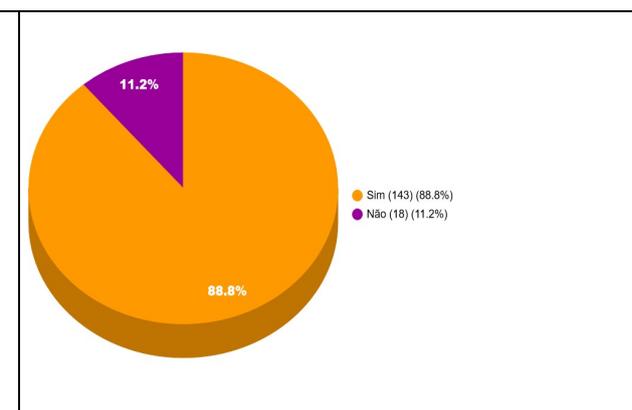
Considerando a comunidade acadêmica que respondeu ao questionário, os gráficos mostram que 10,5% dos docentes admitem que o seu conhecimento do PDI é insuficiente, seguidos de 21,1% dos alunos da graduação e 25,5% dos técnico-administrativos. O restante pesquisado da comunidade acadêmica afirma possuir conhecimento suficiente, bom ou ótimo. Sendo assim, ainda é necessário um trabalho de divulgação, principalmente junto aos técnicos e alunos da graduação para reduzir os índices referentes ao desconhecimento da missão. O fechamento das instituições de ensino de março de 2020 até abril de 2022, em virtude da pandemia de COVID-19, pode ter influenciado nestes índices, considerando que o PDI teve início em 2020.

Vale observar o comportamento semelhante da comunidade diante da mesma questão na avaliação de 2019. Naquela ocasião, 10,1% dos docentes, 17,8% dos discentes da graduação e 29,2% dos técnicos respondentes declararam desconhecimento do PDI.

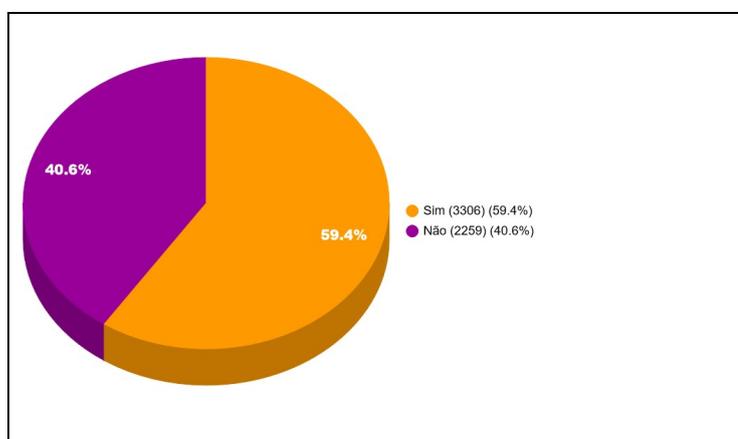
Docentes



Técnico-administrativos



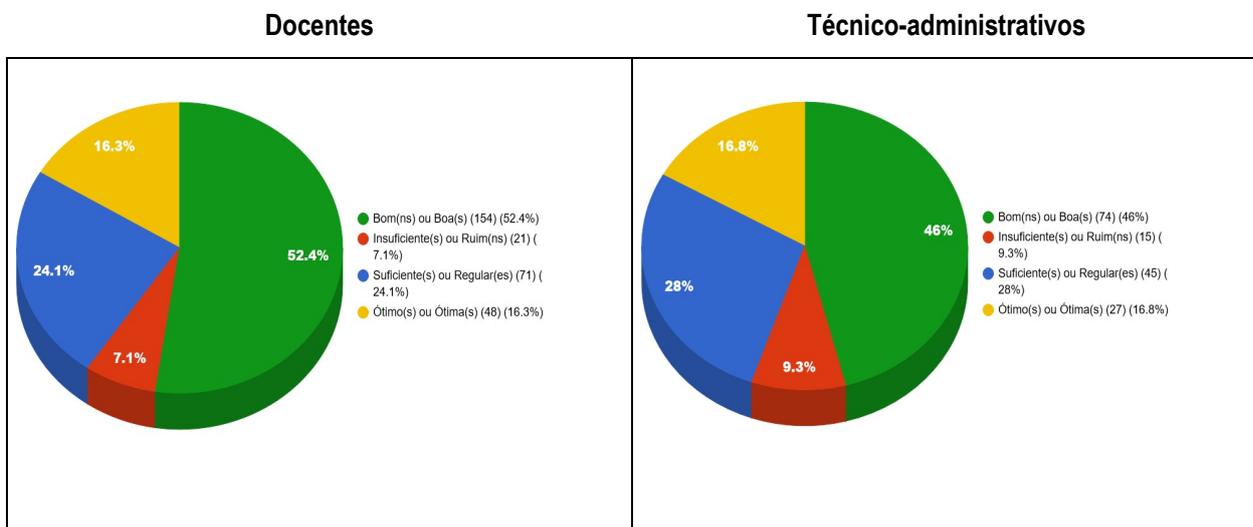
Alunos-Graduação



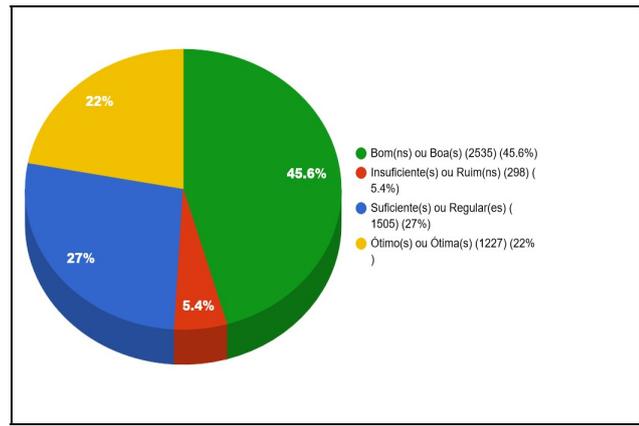
Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que o percentual de professores e técnicos que desconhecem a missão do CEFET/RJ é 7,1% e 11,2%, respectivamente. Assim, a grande maioria indica conhecimento desse item. Com relação aos alunos, os resultados mostram que 40,6% dos alunos da graduação respondentes não sabem a missão de sua Instituição. Esse índice alto relativo aos alunos de graduação é preocupante e deve ser analisado para que as razões deste desconhecimento sejam identificadas e tratadas. Uma sugestão é incluir a missão da Instituição no Regimento Interno dos Alunos de Graduação, também conhecido como Manual do Aluno, que é um documento bastante consultado pelos estudantes de Graduação. Além disso, apesar de essa informação já constar no Portal da Instituição, pode-se inseri-la especificamente no Portal do Aluno e apresentá-la nas aulas inaugurais. O fechamento das instituições de ensino de março de 2020 até abril de 2022, em virtude da pandemia de COVID-19, pode ter influenciado no índice dos alunos, considerando que o PDI teve início em 2020 e este documento é justamente baseado na missão da IES.

Na avaliação realizada em 2019, 3,4% dos docentes, 6,6% dos técnicos e 27,6% dos alunos da graduação respondentes declararam desconhecimento da missão. Isso significa que houve um aumento nos percentuais de desconhecimento da missão em 2022.

☞ A missão do CEFET/RJ é “Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico cultural, tecnológico e econômico da sociedade.” Isso ocorre de forma...



Alunos-Graduação



Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que uma pequena parte da comunidade considera que o CEFET/RJ cumpre sua missão de forma insuficiente, o equivalente a 5,4% dos alunos da graduação, 7,1% dos docentes e 9,3% dos técnicos. Assim, de forma geral, pode-se dizer que a maioria de todas as classes considera que a IES cumpre sua missão. Analisando por outra ótica, somando as parcelas bom e ótimo, tem-se 62,8% para os técnico-administrativos, 67,6% para os alunos da graduação e 68,7% para os docentes.

Na avaliação realizada em 2019, uma pequena parte da comunidade considerou que o CEFET/RJ cumpre sua missão de forma insuficiente, o equivalente a 4,1% dos docentes, 4,2% dos discentes da graduação e 8,5% dos técnicos. Tais dados mostram que essa questão já havia sido também muito bem avaliada pela comunidade.

a.2) Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da Instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.

Partindo de uma concepção de prática pedagógica adjetivada pelo termo dialógica, conforme proposto por Freire (1986), a construção do conhecimento é vista como um processo realizado por ambos os atores: professor e aluno, na direção de uma leitura crítica da realidade. Considerando essa perspectiva, a prática pedagógica pode ser pensada como expressa Fernandes (1999, p.159):

(...) Prática intencional de ensino e aprendizagem não reduzida à questão didática ou às metodologias de estudar e de aprender, mas articulada à educação como prática social e ao conhecimento como produção histórica e social, datada e situada, numa relação dialética entre prática-teoria, conteúdo-forma e perspectivas interdisciplinares.

Nesse contexto, a aula se constitui num espaço-tempo em que transitam diferentes histórias, formando uma teia de relações, em que conflitos, encontros e desencontros acontecem assim como possibilidades de construir a capacidade humana, mediada por relações dialógicas, conforme destaca Fernandes. Esse tipo de relação pedagógica não é assimétrico, no sentido de que ambos os lados: professor e aluno, ensinam e aprendem, construindo e reconstruindo o conhecimento juntos. O professor aprende com o aluno, ao pesquisar sua realidade, seu desenvolvimento cognitivo e afetivo, enquanto o aluno aprende, por meio de um processo de reconstrução e criação de conhecimentos daquilo que o professor sabe, tem para compartilhar. Entretanto, essa não assimetria não significa ausência de autoridade, licenciosidade, por parte do professor. Não nega o papel diretivo e necessário do educador, mas esse não é considerado o dono do conhecimento, e sim alguém interessado num determinado objeto de conhecimento e desejoso de criar esse interesse em seus alunos para juntos, iluminarem o objeto, conforme coloca Freire (1986, p. 125).

O aprimoramento das práticas pedagógicas e administrativas vem sendo alcançado por meio de diversas formas, contribuindo para o alcance dos objetivos centrais da Instituição. Entre elas, tem-se:

- Aprimoramento do modelo de gestão da informação por meio da implementação do SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública. Ferramenta escolhida pela IES para produção, tramitação, acompanhamento e difusão de documentos e processos administrativos em ambiente digital.
- Implantação das novas diretrizes curriculares, reestruturação dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) dos cursos técnicos de nível médio e de graduação, com dinamização e melhor planejamento das mudanças curriculares.
- Adequação de espaços físicos e aquisição de equipamentos para o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para fins didático-pedagógicos nos cursos presenciais.
- Capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos para o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos, utilizando TIC para o desenvolvimento de cursos a distância (EAD) e disciplinas a distância para os cursos presenciais.
- Implantação de programas de apoio à melhoria da qualidade do ensino, com garantia de recursos para material permanente e de consumo, por meio de editais internos.
- Desenvolvimento de políticas de divulgação e inserção dos cursos no meio acadêmico nacional, internacional e na sociedade.
- Implantação e aperfeiçoamento dos projetos de acessibilidade no CEFET/RJ.
- Implementação de mecanismos de acompanhamento de egressos dos cursos do CEFET/RJ.

A Instituição vem investindo nos itens descritos anteriormente e, além desses, pode-se destacar:

- aperfeiçoamento e sustentabilidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;
- implantação de políticas de organização e gestão de pessoal;
- investimento em melhoria de infraestrutura física; e
- democratização do planejamento, gestão e avaliação institucional.

Deve-se ressaltar também que a Instituição conta com Projetos Pedagógicos para cada um dos cursos oferecidos, desenvolvidos em sintonia direta com o Projeto Pedagógico Institucional– PPI e o PDI, de forma à consecução dos objetivos estabelecidos. As oportunidades diferenciadas de integralização curricular também chamam atenção, considerando a mobilidade acadêmica interna e externa oferecida, tanto a nível nacional quanto internacional. Essa flexibilidade curricular possibilita aos alunos participar da construção dos seus próprios currículos. O apoio significativo à capacitação de docentes a nível de doutorado e pós-doutorado *stricto-sensu* é outro ponto a ser mencionado, pois também influencia no aprimoramento e atualização das práticas pedagógicas.

A Instituição demonstra, em seu PDI, a preocupação com a redução do índice de evasão/repetências e vagas ociosas e com a questão da inclusão dos alunos com necessidades especiais. Com relação ao primeiro item, os apoios pedagógicos e financeiros oferecidos pela Instituição são fundamentais como estímulos a permanência do aluno. O Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET/RJ (PPE) aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), no primeiro semestre de 2017, é uma ótima estratégia para lidar com essa temática.

Em se tratando da questão dos alunos com necessidades especiais e das respectivas práticas pedagógicas que devem ser utilizadas, o apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napne) é fundamental. Tal núcleo tem por finalidade justamente preparar os diferentes setores da Instituição para trabalhar com a realidade da inclusão, buscando a quebra de barreiras físicas, educacionais e atitudinais na Instituição.

a.3) Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a Instituição está inserida.

O PDI em vigor no CEFET/RJ destaca alguns aspectos da realidade brasileira, nas dimensões econômica, política e educacional, de forma a analisar o macrocenário em que se circunscreve, numa sociedade globalizada e desigual. Para uma ideia mais profunda desse item, serão transcritos alguns trechos do PDI, que mostram claramente as inter-relações do Centro na sociedade.

Baseando-se em pesquisa que analisou os dados obtidos na plataforma digital do IBGE em 2018, com exceção do município do Rio de Janeiro, todos os demais *campi* do Cefet/RJ localizados em outros municípios são a única opção de ensino público federal de ensino médio na região.

A taxa de escolarização para as crianças com faixa etária de 6 a 14 anos – público-alvo para o ensino médio no Cefet/RJ – na sua região de atuação é superior a 96%. No entanto, os resultados obtidos nas notas dos anos finais do ensino fundamental por esses estudantes no Ideb estão abaixo da média nacional de 4,7, apresentando um cenário, sobretudo dos estudantes advindos de ingresso por cota, que requer uma atenção especial no desenvolvimento do conteúdo escolar.

Há uma grande concentração de empresas na capital (totalizando 194.495). No entanto, analisando o salário médio dos trabalhadores formais da capital (R\$ 4,1mil), apresenta-se um grande atrativo aos profissionais também nas regiões de Angra dos Reis (R\$ 3,5mil) e Itaguaí (R\$ 3,3mil).

Outro aspecto observado nos dados do IBGE relaciona-se à questão ambiental na região, sendo o índice de arborização das vias públicas maior na capital (70,5%) do que nas cidades do interior (26,6%; 36,1%; 38,3%; 57,9%; 38%; 47,7%), apresentando uma oportunidade de trabalho na área ambiental nos *campi* como contribuição à sociedade.

Ao atuar como Instituição de ensino superior pública comprometida com o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade, em favor de um país justo, capaz de promover o crescimento com geração de renda e redução das desigualdades, o CEFET/RJ tem presente em seu plano de desenvolvimento os desafios de demandas formativas associadas a políticas de industrialização e comércio, infraestrutura econômica (energia, transportes, telecomunicações) e social (educação, saúde e saneamento), capacitação tecnológica, entre outras prioridades que se impõem ao desenvolvimento com alcance social.

No tocante à inclusão social e à questão da educação, o CEFET/RJ, Instituição federal de ensino público possuidora de um perfil de jovens alunos, esteve amplamente envolvido, promovendo palestras sobre a importância do trabalho voluntário em eventos como esse para a aquisição de experiências e para o desenvolvimento da cidadania. Dessa forma, a Instituição contribuiu para o envolvimento de toda a comunidade escolar nas atividades que estavam acontecendo na região.

A adesão ao plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica resultou na atual constituição do Sistema: *campus* Maracanã (sede) e outros sete *campi* – Maria da Graça, Nova Iguaçu, Petrópolis, Nova Friburgo, Angra dos Reis, Valença e Itaguaí. Desse modo, o Centro Federal ampliou sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social da região e do país.

Subsidiado por sua trajetória histórica, o CEFET/RJ reafirma a intenção de continuar a ministrar ensino verticalizado da educação profissional em nível de educação básica à educação superior de graduação e pós-graduação, desenvolver pesquisa e promover atividades de extensão ao alcançar, em sua inserção regional mediante atuação *multicampi*, mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro.

No exercício cotidiano de sua atuação, tal intenção implica prosseguir:

- no investimento permanente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, considerando o contexto de desenvolvimento e as demandas apontadas no diálogo com atores sociais e debatidas com a comunidade;
- na integração dos diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, priorizando projetos e programas de maior impacto acadêmico e social para a região e o país;
- na participação em ações de cooperação interinstitucional nos contextos regional, nacional e internacional, visando à realização de projetos de formação discente e aperfeiçoamento docente;
- na busca de apoio de agências de fomento e de centros de P&D para o desenvolvimento de projetos voltados ao avanço do conhecimento e comprometidos com a relevância social da produção científico-tecnológica, participando do esforço de inovação;
- no fortalecimento da integração com o setor produtivo em geral e, em especial, com as empresas públicas e privadas que atuam em projetos estratégicos ao desenvolvimento nacional, favorecendo a formação teórico-prática nas atividades curriculares dos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação;
- na interiorização das atividades acadêmicas mediante novos recursos e modalidades, como a educação a distância, buscando desenvolver formas de atendimento educacional que, além de superar limites de espaço e tempo, promovam acesso à comunicação e à informação, superando desafios de aprendizagem na contemporaneidade;
- na integração de atividades de extensão na formação dos profissionais da área tecnológica, promovendo oportunidades de vivência cidadã em uma realidade desigual e, ao mesmo tempo, diversa, que precisa ter reconhecido seu potencial nas soluções de desenvolvimento.

Evidentemente, a educação, como eixo estruturante do desenvolvimento, torna-se um elemento viabilizador da construção cultural em prol de um novo padrão de convivência na sociedade e de interação com o meio ambiente.

a.4) Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Os documentos institucionais PDI e PPI estão articulados e em sintonia no que se refere às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Os documentos consultados apresentam uma descrição clara dos objetivos e finalidades da Instituição. A comunidade acadêmica em sua grande maioria demonstra conhecimento do PDI e da Missão institucional, conforme indicado na pesquisa. Além disso, de forma geral, docentes, discentes e técnicos administrativos consideram que a Instituição desempenha sua missão de forma boa ou ótima.

b.2) Fragilidades

A pesquisa realizada com a comunidade acadêmica indicou que mais de 20% e menos de 30% dos técnico-administrativos e dos alunos de graduação consideraram insuficiente o respectivo conhecimento sobre o PDI. Com relação a missão do CEFET/RJ cerca de 40% dos alunos de graduação indicaram desconhecimento. Apesar de esses itens terem sido bem avaliados de forma geral, deve-se dar atenção a esses grupos que ainda não foram atingidos pela divulgação dessas informações e documentos. É possível que a pandemia de COVID-19 tenha influenciado nestes índices, considerando que o novo PDI, que tem como base a missão da IES, teve início em 2020.

Como é do conhecimento de todos, em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo Coronavírus (COVID-19) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

O avanço da doença levou ao fechamento das instituições de ensino em março de 2020, incluindo o CEFET/RJ. Com a suspensão das atividades presenciais, foram estabelecidas medidas temporárias para as atividades não presenciais em razão dessa nova realidade e foi adotado o ensino remoto, que continuou ao longo de todo ano de 2021. O fechamento das instituições de ensino durou de março de 2020 até abril de 2022. Salomão et al. (2020) relataram algumas ações realizadas por pesquisadores da Instituição no enfrentamento da COVID-19.

c) Ações com base na análise

A divulgação do PDI e do PPI, principalmente junto aos alunos, deve continuar e ser intensificada. Sugere-se mencionar no Regimento Interno dos Alunos de Graduação, o PDI e a Missão da Instituição.

3.2.2 – Dimensão 3: A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.

a.2) Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis.

a.3) Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc.

Para a análise da presente dimensão, foi realizado um levantamento das ações efetivadas pela Instituição em relação ao que foi proposto no PDI 2020-2024. Estes dados foram obtidos por meio dos relatórios de atividades emitidos pelo setor que concentra a maior parte das ações relacionadas a esta dimensão. Além disso, foram propostas algumas questões em questionários direcionados aos três principais segmentos que compõem a comunidade interna do CEFET/RJ: alunos, professores e técnico-administrativos. Tais respostas foram coletadas, processadas e analisadas. Esta análise conjunta permitiu uma visão geral sobre a dimensão conforme se segue.

De acordo com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024, as ações de extensão são executadas em alinhamento com as áreas temáticas definidas pelo FORPROEX como: Comunicação, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Direitos Humanos e Justiça e Cultura. Compreende-se, assim, que as referidas ações produzem e disseminam saberes contextualizados e acessíveis, apontando que:

-a Instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;

-a Instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem a superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;

-o desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganham sentido na perspectiva da promoção humana;

-a superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

A responsabilidade social da Instituição está fortemente relacionada com a parte de Extensão, cujos objetivos constam no PDI. O eixo do PDI “Temas Transversais” também complementa este importante tópico, como pode ser observado a seguir:

Eixo Temático	Objetivos
Extensão	1-Incentivar a prática da Extensão articulada ao ensino e à pesquisa como elemento indissociável do processo de formação em todos os níveis de ensino ministrados no Cefet/RJ
	2- Garantir a qualidade na Extensão
	3-Fomentar a utilização de metodologias que fortaleçam o cooperativismo, o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico, social e ambiental
	4-Expandir o programa de estágio e emprego em todos os <i>campi</i>
	5-Implementar e consolidar a Política de Assistência Estudantil do Cefet/RJ
Temas Transversais: Sustentabilidade Ambiental; Direitos Humanos; Arte e Cultura; Esporte; Comunicação Institucional e Comunicação Científica	Sustentabilidade Ambiental: 1-Fortalecer a sustentabilidade ambiental na instituição
	Direitos Humanos: 1-Instituir e fortalecer uma Política de Ação Afirmativa institucional que contemple as populações negras, quilombolas, indígenas, imigrantes, LGBT, pessoas com deficiências, idosos e/ou mulheres
	Direitos Humanos: 2-Garantir a discussão dos direitos humanos e da diversidade em atividades de ensino, pesquisa e extensão em parceria com os movimentos sociais e representações da sociedade civil
	Arte e Cultura: 1-Incentivar, valorizar e ampliar institucionalmente o espaço da produção e fruição de arte e cultura, campos consolidados de conhecimento e fundamentais para o exercício pleno da cidadania, no ambiente do Cefet/RJ
	Esporte: 1-Desenvolver, através da prática esportiva e de atividades físico-culturais, o respeito às diferenças, o senso de coletividade, a autonomia, a inclusão de todos e a educação integral
	Esporte: 2-Discutir cultura geral, cultura corporal, consciência corporal e práticas corporais
	Comunicação Institucional: 1-Solucionar desafios e problemas de comunicação, contribuindo, assim, para o fortalecimento da imagem da organização, o cumprimento da sua missão institucional e o relacionamento com seus públicos de interesse
Comunicação Científica: 1-Fortalecer a comunicação científica do Cefet/RJ	

Plano de Ações Afirmativas/Responsabilidade Social/Inclusão

Conforme consta no PDI, ações afirmativas são atos ou medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente, com os objetivos de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Em suma, ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado (FANTINI, 2014). Portanto, essas ações, como os sistemas de cotas sociais e raciais nos vestibulares e concursos públicos, buscam equiparar a desigualdade social que, conseqüentemente, gera a desigualdade econômica.

Além do cumprimento das questões legais voltadas ao respeito e diversidade no Sistema *Multicampi*, a assinatura do Pacto Universitário de Direitos Humanos representou um divisor de águas na promoção do debate em prol de uma maior inclusão por parte da comunidade em relação às Ações Afirmativas e à Lei de Cotas.

Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais

A inclusão de pessoas com necessidades especiais (pessoas com deficiência – PCD, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) no ensino regular exige mudanças desde a reestruturação física dos ambientes, até adaptações curriculares e metodológicas, que deverão ser articuladas pelos diversos setores acadêmicos.

Dessa forma, como parte das políticas públicas inclusivas de educação, foi desenvolvido o Programa TECNEP. Trata-se de uma ação coordenada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, cujo objetivo principal é a inserção das Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) em cursos de formação inicial e continuada, técnicos, cursos de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino, integrados ainda com os segmentos comunitários locais.

Visando articular as ações em prol do atendimento qualitativo das PNEs no âmbito interno e externo das instituições federais de educação profissional e tecnológica, foram institucionalizados, por intermédio do Programa TECNEP, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE). O Cefet/RJ integra o grupo de instituições educacionais de orientação inclusiva. Assim, sob a Portaria Institucional nº 484, foi instituído o NAPNE Cefet/RJ em novembro de 2004. O NAPNE está, hoje, vinculado à Diretoria de Ensino e conta com uma equipe multidisciplinar que organiza e desenvolve ações e projetos institucionais inclusivos voltados a alunos e servidores, no sentido de:

- oferecer apoio didático-pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais e seus professores;
- implantar medidas de acessibilidade nos *campi* do Cefet/RJ, de forma a permitir o acesso das pessoas com necessidades especiais nos vários espaços acadêmicos;
- promover e debater sobre a inclusão escolar e a educação inclusiva no Cefet/RJ por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- promover a aceitação da diversidade por meio da cultura da “educação por convivência”;
- trabalhar de forma articulada com as coordenadorias de cursos e disciplinas e com os demais departamentos que demandem ações voltadas para a inclusão de PNE;
- acompanhar as políticas e as ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão com sucesso do processo educativo de qualidade aos alunos com necessidades especiais;
- fomentar a troca de experiências com instituições de ensino e outros setores públicos ou privados, para a discussão da temática da educação inclusiva.

A finalidade do NAPNE é preparar os diferentes setores da Instituição para trabalhar com a realidade da inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais, buscando a quebra de barreiras físicas, educacionais e atitudinais no Cefet/RJ.

Considerando esse processo como uma ação coletiva, que suscita a observação de diferentes atores em uma diversidade de cenários dentro do ensino, o NAPNE pretende levar o estudante do Cefet/RJ com necessidade especial a sentir a relação de pertencer, de fato, à escola e à comunidade, e a participar ativamente de todo esse processo, modificando o espaço de aprendizagem, com a criação de novas lógicas no contexto escolar e nas relações educativas como um todo.

Sobre a questão da acessibilidade, é importante mencionar que em 2011, o CEFET/RJ firmou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro, em 24/08/2011, para o

cumprimento da questão da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme o Decreto nº 5.296/2004 e, conseqüentemente, para o cumprimento da Norma NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Como resultado do TAC, o CEFET/RJ apresentou ao Ministério Público o diagnóstico de todas as suas dependências e concluiu um projeto no que se refere à questão da acessibilidade. Em 16 de maio de 2016, por meio do Ofício PR/RJ/COORJU/DICIVE/N 0 6875/2016, o Ministério Público considerou que as obras e serviços executados pelo CEFET/RJ contribuíram, efetivamente, para o satisfatório atendimento das pessoas com necessidades especiais que frequentam e se utilizam dos espaços e instalações da Instituição. Assim, dentro de um critério de razoabilidade do que se era exigido, considerou-se que a Instituição atendeu aos anseios da coletividade. Não obstante, a Instituição continua atualizando o seu Plano de Acessibilidade e realizando as obras pertinentes para melhor atender sua comunidade.

Inclusão Social de outros grupos

Vale ressaltar a presença de outros grupos que auxiliam na inclusão escolar e/ou social, como o NEABI, Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas. O NEABI é um espaço que congrega pesquisadores e interessados em diversas áreas do conhecimento que têm como cerne de suas atividades as relações étnico-raciais na sociedade brasileira. O NEABI CEFET/RJ se apresenta como observatório de questões étnico-raciais e espaço de atuação da comunidade do CEFET/RJ no sentido de incentivar, apoiar e promover políticas de ações afirmativas, cuja proposta principal é articular e promover atividades de estudos, ensino, pesquisa e extensão relacionados a temáticas concernentes à população negra, à cultura afro-brasileira e africana, às diásporas africanas, como também ao cumprimento da Lei nº 10.639/03.

Ainda referente à inclusão, é importante mencionar que atualmente, o CEFET/RJ reserva parte de suas vagas para o Sistema de Cotas, considerando candidatos oriundos da rede pública e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e candidatos oriundos da rede pública e pretos, pardos e indígenas, independente da renda. A porcentagem reservada obedece aos critérios da Lei de Cotas.

A partir da Política de Permanência, visando a permanência e a formação acadêmica dos estudantes que comprovem condições de vulnerabilidade social e econômica, ocorre a oferta de auxílios financeiros, de acordo com o orçamento específico, por meio dos Programas de Assistência Estudantil. No Programa de Assistência Estudantil, o quantitativo de auxílios ofertados é estabelecido em conformidade com a disponibilidade orçamentária, que em 2022 foi de R\$ 4.488.000,00 (quatro milhões e quatrocentos e oitenta e oito mil reais) atendendo atualmente a 3 (três) Programas: Programa de Auxílio ao Estudante (PAE), Programas de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED) e Programa de Auxílio Emergencial (PAEm), conforme quadro a seguir:

Programa	Estudantes Atendidos
Programa de Auxílio ao Estudante (PAE)	1.750
Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED)	20
Programa de Auxílio Emergencial (PAEm)	200

Fonte: CAE/DEAC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

Neste contexto ainda, vale ressaltar os projetos da Enactus Cefet/RJ, apresentados mais adiante, organização que visa criar projetos que impactem grupos de pessoas que se encontram à margem da sociedade.

Responsabilidade Social e Ambiental

O CEFET/RJ, desde sua fundação, caracterizou-se como uma Instituição de ensino voltada para uma formação calcada num forte eixo humanista que se traduz como aquele que prioriza a formação centrada na responsabilidade socioambiental, na aceitação das diversidades e na visão crítica da área de atuação. A Política de Sustentabilidade Ambiental do Cefet/RJ, aprovada pelo Conselho Diretor por meio da Resolução nº 44, publicada no dia 14 de setembro de 2018, é o resultado do trabalho desenvolvido pela Divisão de Estratégia para Sustentabilidade Ambiental Institucional (DISAI) e pelo Comitê de Sustentabilidade Ambiental Institucional (COSAI). Tal política tem como objetivo promover uma gestão ambiental integrada em todo sistema CEFET/RJ. Nesse sentido, visa adotar padrões sustentáveis de produção e de consumo, além de estimular as ações de educação ambiental. O documento foi norteador para a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

O CEFET/RJ entende que seus projetos pedagógicos e de avaliação, devem estar vinculados à responsabilidade socioambiental da Instituição, enfatizando o compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a socialização do conhecimento, resguardando sua identidade e especificidades em um sistema plural. No contexto da responsabilidade socioambiental, o Centro Federal reafirma sua experiência de atuação junto à sociedade interagindo com a comunidade local, regional e nacional, promovendo a educação ambiental de maneira integrada em todos os seus níveis de ensino por meio da inserção das disciplinas curriculares de Gestão Ambiental ou equivalente em todos os cursos de graduação, assim como nos cursos médio/técnico da Instituição.

O Plano de Gestão Ambiental da Instituição foi aprovado por meio da Resolução/CODIR nº 56/2018, de 23/11/2018. O PLS do CEFET/RJ tem por objetivo geral consolidar e aprimorar as práticas sustentáveis em andamento e ser uma ferramenta de planejamento para novas ações, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, contribuindo, assim, para o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública. Essas práticas devem estar voltadas para os seguintes eixos temáticos: compras e contratações; economia e conservação de energia; uso sustentável de água e efluentes; gestão de resíduos sólidos; obras e construções sustentáveis; deslocamento pessoal e qualidade de vida no ambiente de estudo e de trabalho.

Em 2018, o CEFET/RJ aderiu a um programa da Administração Pública de responsabilidade socioambiental do Ministério do Meio Ambiente: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), conforme consta no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2018 (DOU, Seção 3, n.19, p. 95). O programa A3P adiciona aos procedimentos tradicionais da administração pública os elementos socioambientais, exatamente aqueles que são exigidos pela modernidade, em que se busca economia, eficiência e sustentabilidade. Os eixos temáticos ou linhas de atuação da A3P nas instituições de ensino superior são: (i) uso dos recursos naturais e bens públicos; (ii) gestão de resíduos sólidos e efluentes gerados; (iii) contratações sustentáveis; (iv) qualidade de vida no ambiente de trabalho e de estudo; (v) sensibilização e capacitação dos servidores; e (vi) obras públicas sustentáveis.

Entre os diversos projetos que a Instituição possui nesse âmbito, está o projeto Sala Verde, que tem apoio institucional do Ministério do Meio Ambiente, que reconhece a relevância e certifica que o projeto apresentado está alinhado com as diretrizes e os objetivos da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental. Tal projeto, no CEFET/RJ é conhecido por Observatório de Iniciativas Sustentáveis e tem o objetivo de demonstrar a importância da sustentabilidade nas ações e iniciativas desenvolvidas nas dimensões que envolvem o processo educativo – ensino, pesquisa e extensão – da Instituição de ensino. A existência da Coleta Seletiva Solidária no CEFET/RJ também tem trazido inúmeros benefícios, tanto ambientais, como sociais e econômicos. Vale citar também o Núcleo de Proteção Animal e Meio Ambiente (NUPAMA), criado com o objetivo de tratar de questões relacionadas à causa animal, fomentando a Educação Ambiental nos diferentes níveis de ensino da Instituição, além de prestar assistência aos animais que habitam ou aparecem nas dependências dos *campi* que integram o Cefet/RJ.

Em termos de capacitações externas é importante citar as que foram promovidas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) em parceria com a empresa alemã GIZ GmbH, tanto na área de Aproveitamento Energético de Biogás, como em Hidrogênio Verde. O Programa EnergiFE (Programa para Desenvolvimento em Energias Renováveis e Eficiência Energética nas Instituições Federais de Educação), estruturado no âmbito da SETEC, torna possível a aplicação de medidas de melhoria no desempenho energético da Rede Federal, bem como capacitar docentes da Rede Federal para atuação como multiplicadores em Energias Renováveis e Eficiência Energética.

Atividades Culturais

A cultura é um direito universal, sendo um dever do Estado proporcionar a participação de todos na vida cultural e nos progressos científicos, beneficiando o crescimento pessoal e a cidadania dos indivíduos. Reconhecendo a importância da cultura em todos os segmentos da escolaridade e o papel fundamental das universidades na produção, divulgação e valorização da arte, o CEFET/RJ contempla esse segmento com a devida relevância, assumindo os objetivos e atribuições que lhe competem.

Cada um dos oito *campi* do CEFET/RJ nos diferentes municípios insere-se em um contexto específico, de perfil próprio. Assim, são indispensáveis projetos coletivos que promovam o intercâmbio, a troca, a atuação conjunta e o consequente engrandecimento de todos, valorizando e divulgando as produções de cada localidade.

Para tanto, são objetivos do CEFET/RJ com relação à área cultural:

- Aprofundar a formação integral dos alunos;
- Trabalhar pela criação, pela transmissão e pelo desenvolvimento do conhecimento cultural em todas as suas formas expressivas;
- Promover a preservação do patrimônio cultural; e
- Valorizar as manifestações culturais locais, regionais ou mundiais.

Em 2016, foi observada a demanda para a criação de um núcleo específico que fosse responsável pela discussão e implementação de ações artísticas e culturais no Cefet/RJ. Com isso, surgiu o Núcleo de Arte e Cultura (NAC), criado, por meio da Portaria nº 1.127. O NAC é vinculado à Diretoria de Extensão e é formado por servidores atuantes nas áreas de arte e cultura, como docentes de Artes e de História, por exemplo, e servidores técnico-administrativos de setores como o de Comunicação. O NAC tem como diretriz definir ações e projetos que irão reafirmar o compromisso do Cefet/RJ numa ampla e abrangente formação dos seus estudantes em todos os níveis de ensino, confirmando seu papel de agente na sociedade, que no contexto atual, de profundas e rápidas transformações, deve fortalecer seu compromisso com a pluridisciplinaridade e a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, pretende promover o intercâmbio, reflexão e valorização da cultura nos *campi*. A Arte e a Cultura são áreas estratégicas para o desenvolvimento social, sendo necessário o intercâmbio com outras instituições e investimento. A democratização do acesso à cultura e à arte torna a sociedade mais igualitária.

Em 27 de abril de 2022, obras com foco em sustentabilidade, feitas a partir de matérias-primas coletadas da natureza e de objetos recicláveis, marcaram a inauguração do novo espaço artístico-cultural do Cefet/RJ Unidade Maracanã, a Galeria Cubo de Vidro.

Atividades Desenvolvidas pela Instituição em 2022

Com relação às atividades desenvolvidas pela Instituição coordenadas pela Diretoria de Extensão e inseridas no contexto dessa dimensão, tem-se:

I- Estágio e Emprego

Serviços	2020	2021	2022
Ofertas para Estágio	140	1.818	2.763
Empresas Conveniadas	1.687	2.035	2.436
Palestras e Processos Seletivos de Orientação no Mercado	0	1	1

Fonte: DIEMP/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

II- Ações Extensionistas e Público Participante

Ações	Público (2020)	Público (2021)	Público (2022)
Cursos	1.101	1.943	2.146
Oficinas	648	1.754	2.427
Eventos de Extensão	7.495	13.401	13.561
Projetos de Extensão	150.785	184.889	104.452
Total	160.029	201.987	122.586

Fonte: DEAC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

Detalhamento dos Eventos da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão 2022:

Eventos	SEPEX 2022
Apresentação de Pôster	38
Atividade Artístico-Cultural	21
Comunicações Livres	78
Mesa-Redonda	53
Minicurso	45
Oficina	45
EXPOTEC	145
EXPOSUP	101
TOTAL	526

Fonte: DEAC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

III- Atividades Extensionistas no Sistema CEFET/RJ em 2022

No quadro a seguir, estão quantificadas as Atividades de Extensão (cursos, palestras, projetos, programas, etc.) realizados no Sistema CEFET/RJ, excetuando-se as realizados durante a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (quantificados anteriormente).

Eventos	Maracanã	Angra dos Reis	Itaguaí	Maria da Graça	Nova Friburgo	Nova Iguaçu	Petrópolis	Valença
Cursos	240	29	55	59	56	68	31	28
Demais Atividades	156	14	25	40	14	24	15	23
Proj. e Programas de Extensão	96	16	17	10	16	42	16	15

Fonte: DEAC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

IV- Ações de Empreendedorismo Inovador – Incubadora de Empresas Tecnológicas

Incubadora de Empresas Tecnológicas - IETEC	2020	2021	2022
Empresas Incubadas	5	2	0
Projetos Pré-Incubados	0	0	0
Atendimento ao público	621	2.300	1.001
Lançamento de Edital	0	0	0
Empresas Graduadas (acumulado)	23	23	23
Projetos descontinuados (acumulado)	37	38	38

Fonte: IETEC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

V- Ações de Empreendedorismo Inovador – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis

Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis - ITESS	2020	2021	2022
Empreendimentos Incubados	1	2	4
Projetos Pré-Incubados	1	2	-
Atendimento ao público	720	1.404	1.672
Lançamento de Edital	-	-	-
Empreendimentos Graduados (acumulado)	-	-	-
Projetos descontinuados (acumulado)	1	1	3

Fonte: ITESS/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

VI- Ações de Protagonismo Estudantil

Das ações do protagonismo estudantil, apoiadas pela Diretoria de Extensão, destacam-se a ENtrepreneurial ACTion for US all – Enactus Cefet/RJ (*campus* Maracanã), Time Enactus CEFET – Angra dos Reis, Cefet Jr. Consultoria (*campus* Maracanã), Ônix Jr. Consultoria (*campus* Itaguaí).

A Enactus Cefet/RJ é uma organização mundial, sem fins lucrativos, formada exclusivamente por alunos, com auxílio de professores e conselheiros. O programa de extensão visa criar projetos com viés econômico, ambiental e social.

No ano de 2022, a Enactus Cefet/RJ completou 20 anos de funcionamento e participou de vários eventos, dos quais podem ser destacados: Chega Junto de Natal (com o Projeto Aurora e o Instituto Trans da Maré), Evento Nacional Enactus Brasil - ENEB e Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão - Sepex 2022. Além disso, foram conquistados prêmios, como: ODS 10 pelo Projeto Aurora (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável relacionado à redução das desigualdades), Edital Futuremakers, e 3º lugar, com o Projeto Aurora, no Prêmio Sociedade Sustentável Sumitomo Chemical.

Com a participação de 11 docentes e 33 discentes, a Enactus Cefet/RJ atuou na execução de 3 projetos em 2022, descritos a seguir. Dois destes projetos foram finalizados (Gera e IARA) durante o ano e um ainda sendo trabalhado dentro do programa de extensão (Aurora).



Aurora: Visa incluir pessoas trans no mercado de trabalho formal, promovendo uma trilha de empregabilidade e um HUB de empregabilidade. Por meio da trilha, são oferecidas turmas semestrais, no Rio de Janeiro, com mentorias coletivas e individuais auxiliando no direcionamento profissional. Já no HUB, são realizados engajamentos em treinamentos, eventos e outras ações, buscando mudar a realidade e qualidade de vida dessa parte da população;



IARA: tem como objetivo levar tecnologias sustentáveis ligadas ao fornecimento de água limpa às comunidades desprovidas deste bem, visando a melhoria da qualidade de vida e da saúde pública no local, além da geração de renda com o comércio das tecnologias. Ações de conscientização da população também fazem parte do escopo do projeto;



Gera: visa impactar cooperativas que trabalham com reciclagem, ao torná-las competitivas na logística de tratamento de resíduos dominada por grandes empresas.

O quadro a seguir apresenta o panorama da organização Enactus, nos últimos 3 anos.

Panorama da Enactus Cefet/RJ	2020	2021	2022
Projetos	4	3	3
Docentes participantes	8	6	11
Discentes participantes	33	55	33

Fonte: DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

A Cefet Jr. Consultoria é uma iniciativa organizada como uma associação civil sem fins lucrativos, com fins educacionais formada exclusivamente por alunos do Ensino Superior do Cefet/RJ, que realizam projetos e prestam serviços em suas áreas, principalmente para micro, pequenas e médias empresas. Fica localizada na sede Maracanã. No ano de 2022, a Cefet Jr. Consultoria realizou 51 projetos e foi a terceira maior Empresa Júnior do Rio de Janeiro no quesito faturamento. Com relação aos eventos, podem ser destacados: Encontro Nacional de Empresas Juniores – ENEJ, CentralRio, Encontro Fluminense de Empresas Juniores - EFEJ. Foram conquistados 4 prêmios da Confederação Brasileira de Empresas Juniores: Empresa de Alto Crescimento, Empresa Colaborativa, Empresa Inovadora e Empresa de Tri Alto Impacto. Houve, ainda, a obtenção do certificado Great Place to Work, que traduz o excelente desempenho que a empresa júnior representa como lugar de desenvolvimento daqueles que participam dos projetos.

O quadro a seguir apresenta o panorama da organização da Cefet Jr. Consultoria, nos últimos 3 anos.

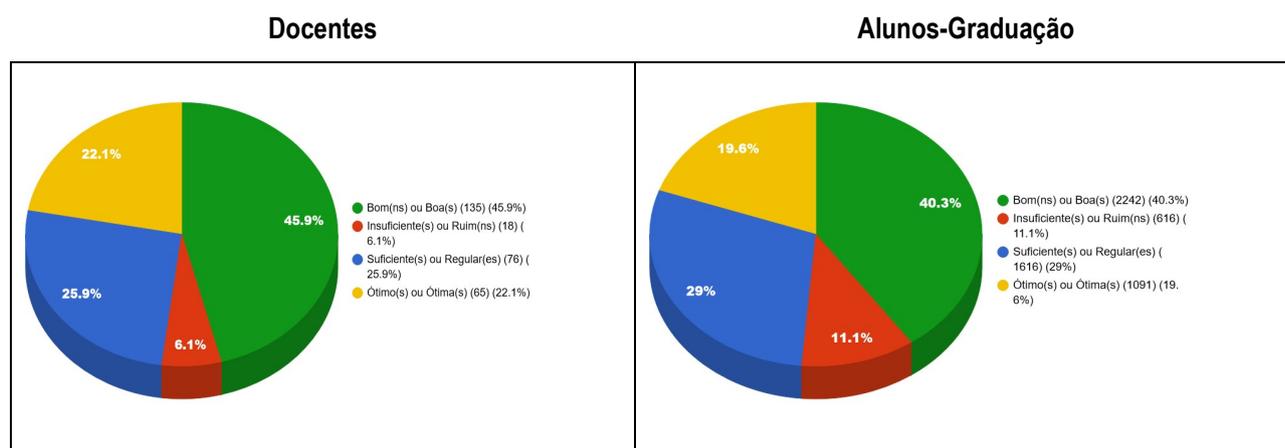
Panorama da Cefet Jr. Consultoria	2020	2021	2022
Projetos	67	67	51
Docentes participantes	3	1	1
Discentes participantes	46	50	55

Fonte: DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

A seguir, são apresentadas as questões propostas relacionadas à respectiva dimensão.

Questão comum aos docentes e alunos:

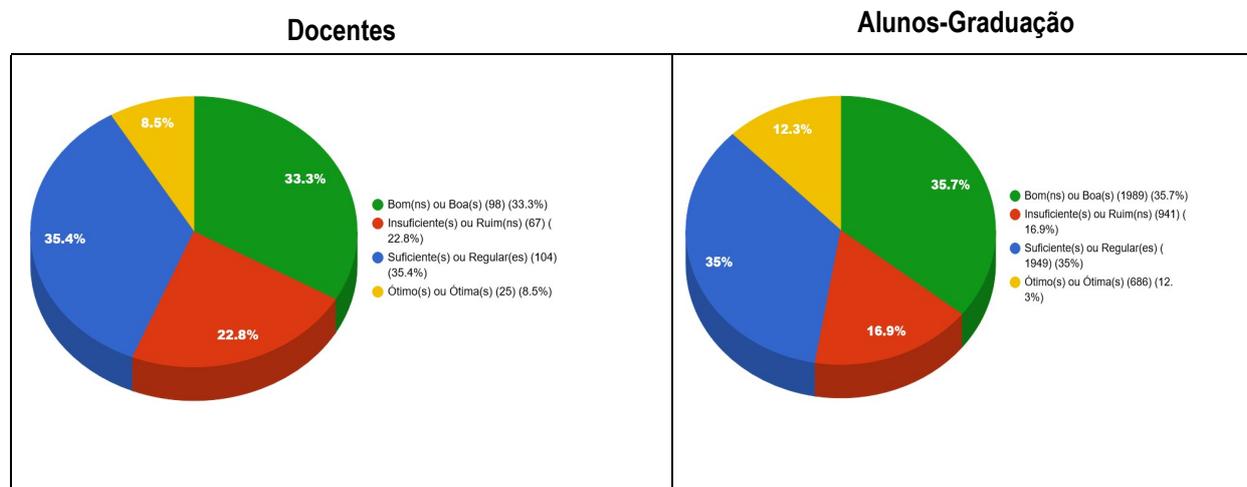
☞ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



Considerando os alunos e seus familiares como os principais interessados neste indicador, pois revela a empregabilidade do formando do CEFET/RJ, percebe-se que 59,9% dos alunos de graduação consideram boa ou ótima a forma como a Instituição conduz sua entrada no mercado de trabalho. Entre os professores, 68% também consideram boa ou ótima a forma como a Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho.

Esses dados revelam que a Instituição causa relevante impacto do ponto de vista da empregabilidade de seus alunos que conseguem, por meio do CEFET/RJ, inserir-se no mercado de trabalho regional. A avaliação realizada em 2019 apresentou um comportamento semelhante para tal quesito, com 68% dos docentes e 61,7% dos alunos de graduação avaliando como boa ou ótima a viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho.

⇒ As ações da Instituição no sentido de acompanhar a inclusão dos estudantes que se formam no CEFET/RJ no mercado de trabalho podem ser avaliadas como.... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



Entre os alunos de graduação pesquisados, 12,3% consideram que a Instituição acompanha a inclusão dos alunos no mercado de trabalho de forma ótima, 16,9% consideram que isto ocorre de forma insuficiente. Já 35% dos respondentes avaliam tal quesito como suficiente ou regular e 35,7% julgam-no bom.

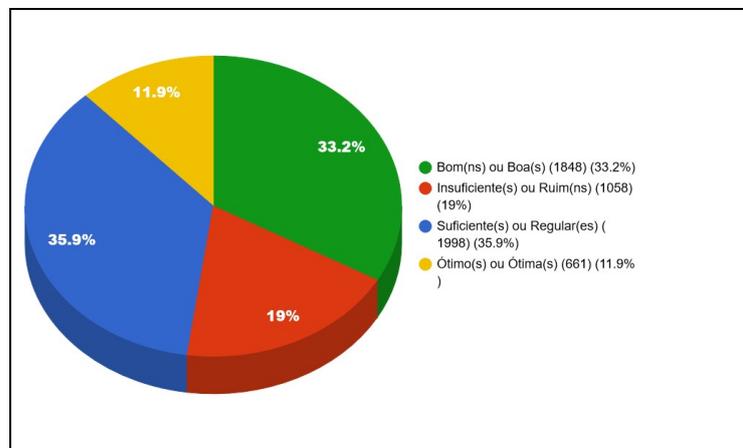
Entre os professores pesquisados, 8,5% consideram ótima a forma como a Instituição acompanha a inclusão dos estudantes no mercado de trabalho e 22,8% consideram-na insuficiente. O restante avalia que tais ações da Instituição ocorrem de forma boa, o correspondente a 33,3% e suficiente, o equivalente a 35,4%. Seria muito produtivo aprimorar a forma como este acompanhamento é feito, pois o dado em questão é muito favorável à imagem da Instituição, com base no que revela o item anteriormente pesquisado. Procurando atender essa questão, no ano de 2022 foi elaborada a Política de Acompanhamento de Egressos do Cefet/RJ, aprovada pelo CEPE e homologada pela Resolução CODIR nº 51, de 02 de dezembro de 2022. A Política de Acompanhamento de Egressos é um conjunto de ações que visam a conhecer o itinerário profissional e acadêmico do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo educacional.

A avaliação de 2019 apresentou um comportamento semelhante à avaliação de 2022 para os alunos de graduação e professores, com um índice de insatisfação de 16,2% para os discentes e de 19,4% para os docentes.

Questões específicas aos alunos:

➡ Em sua opinião, a política de assistência estudantil ocorre de maneira...

Alunos-Graduação

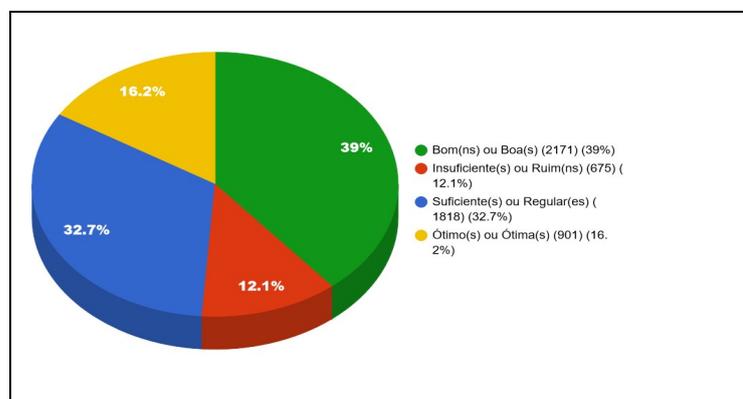


Grande parte dos discentes da graduação indica a escala suficiente e boa para avaliar o quesito. No entanto, chama a atenção o índice de insatisfeitos com a política de assistência estudantil: 19% dos alunos. Sugere-se aprofundar junto aos alunos a pesquisa sobre o que é relevante em termos de assistência social visando melhorar esse índice em avaliações futuras.

Na avaliação realizada em 2019, pode-se constatar que, de uma maneira geral, tal item foi avaliado de forma similar: grande parte dos alunos da graduação considerou a política de assistência estudantil boa e suficiente. Quanto ao índice de insatisfação, esse foi de 15,4%.

➡ A política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica, extensão, pode ser considerada como...

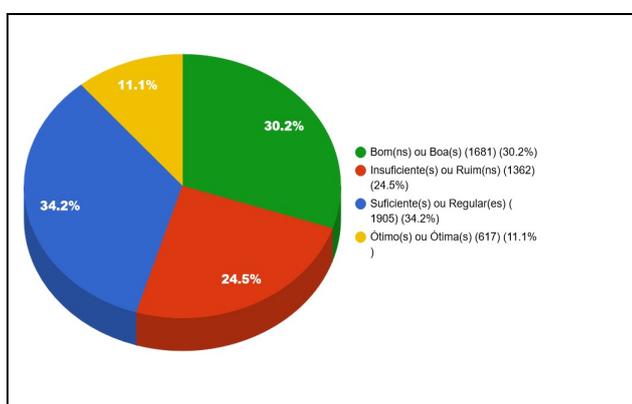
Alunos-Graduação



Neste item, a maior parte dos alunos respondentes, no caso 39%, escolheu a escala boa para avaliar tal questão e outra grande parcela, 32,7% dos respondentes, selecionou a escala suficiente. Já 16,2% dos respondentes consideraram tal quesito ótimo. Entretanto, 12,1% dos discentes não estão satisfeitos com a política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica etc. A avaliação realizada em 2019 apresentou uma avaliação similar para tal quesito. Grande parte dos respondentes considerou tal item bom (44,5%) e suficiente (29,4%), enquanto 15,8% avaliaram-no como ótimo. Por fim, 10,3% dos respondentes julgaram-no insuficiente.

➡ O número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais pode ser considerado...

Alunos-Graduação

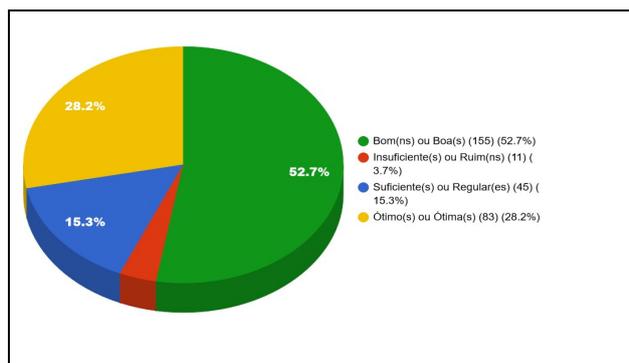


Grande parte dos respondentes considerou tal quesito suficiente, o equivalente a 34,2%, seguida de outra parcela que o julgou como bom, o correspondente a 30,2%. Já 24,5% dos respondentes avaliaram como insuficiente e 11,1% como ótimo. Na avaliação de 2019, as duas maiores parcelas de respondentes ficaram igualmente divididas entre as opções suficiente e bom, o equivalente a 32,7% cada. No entanto, o índice de insatisfação também foi alto: 25,1% dos alunos respondentes.

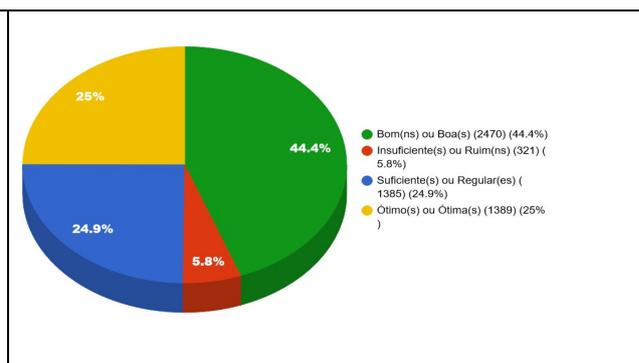
Questão comum aos docentes e alunos:

O conceito do seu curso na comunidade interna e externa pode ser considerado...

Docentes



Alunos-Graduação



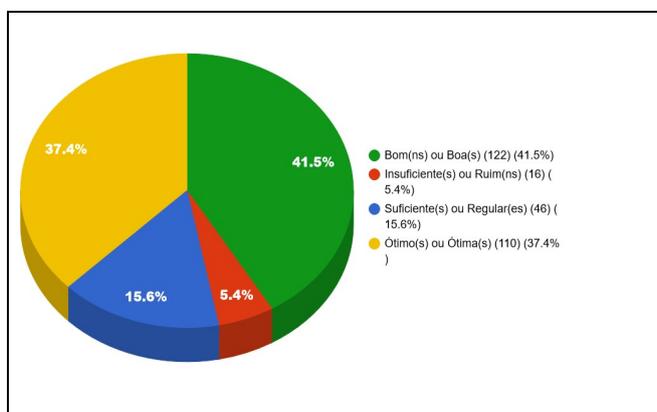
O equivalente a 69,4% dos estudantes da graduação considera bom ou ótimo o conceito do curso na comunidade interna e externa. Entre os docentes, 80,9% consideram o conceito do curso na comunidade interna e externa bom ou ótimo. Isto revela uma excelente autoestima dos alunos e professores em relação ao CEFET/RJ. Este aspecto pode ser ainda mais desenvolvido, intensificando a divulgação interna e externa das oportunidades que a Instituição oferece.

A avaliação de 2019 também apresentou uma grande satisfação por parte da comunidade envolvida, com 72,9% dos alunos de graduação e 80,9% dos docentes avaliando tal quesito como bom ou ótimo.

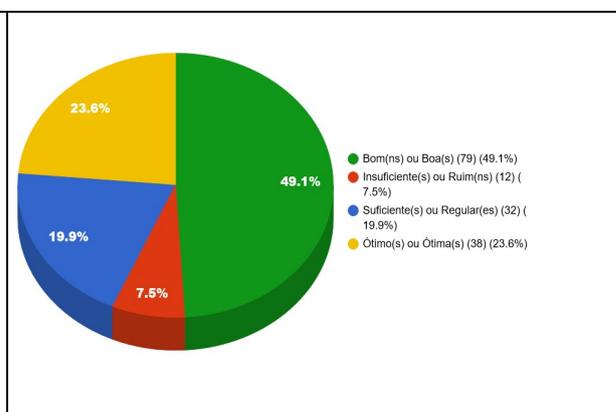
Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

⇒ A Instituição respeita as diferenças. Sejam elas religiosas, de sexo e étnicas. Isso se dá de maneira...

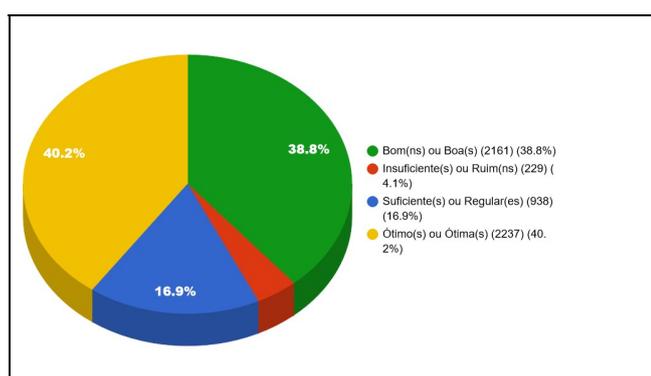
Docentes



Técnico-administrativos



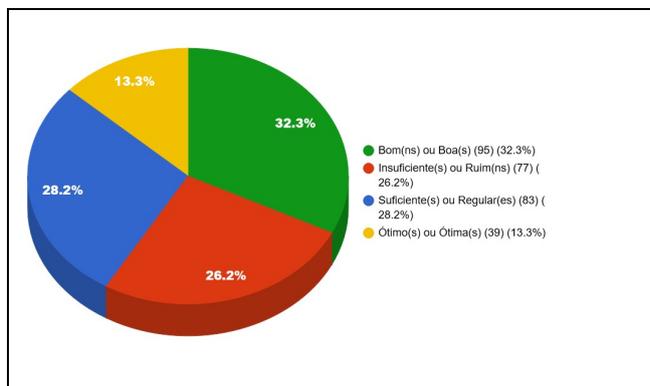
Alunos-Graduação



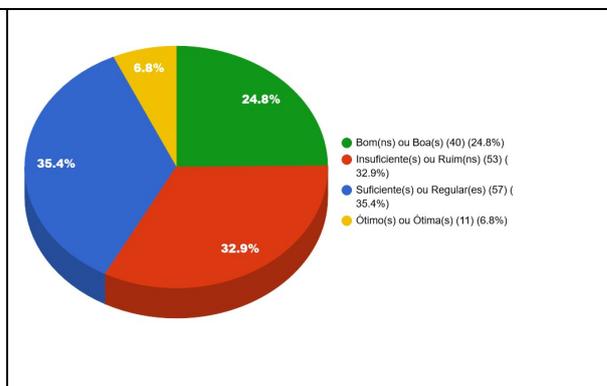
O equivalente a 78,9% dos docentes, de 72,7% dos técnico-administrativos e 79% dos alunos da graduação pesquisados consideram bom ou ótimo esse aspecto. Com base nos dados mencionados, percebe-se um ambiente de elevada tolerância às diferenças. Este aspecto é muito positivo para uma Instituição de ensino. Na avaliação realizada em 2019, foi detectado um comportamento semelhante: 79,1% dos docentes, 65,1% dos técnico-administrativos e 78,4% dos alunos da graduação avaliaram tal aspecto como bom ou ótimo.

⇒ A Instituição promove ações que visam à inclusão dos portadores de necessidades especiais em seus cursos. Isso ocorre de maneira...

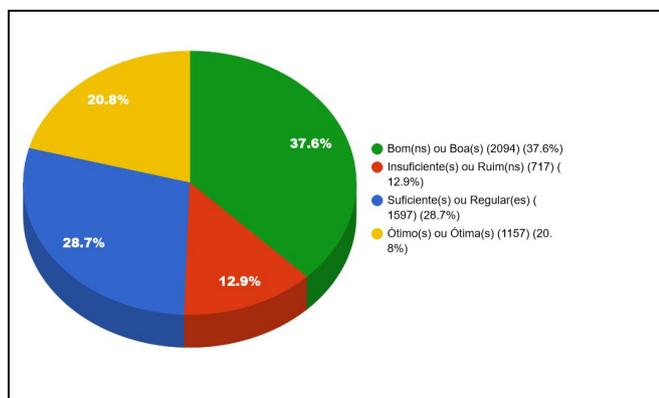
Docentes



Técnico-administrativos



Alunos-Graduação

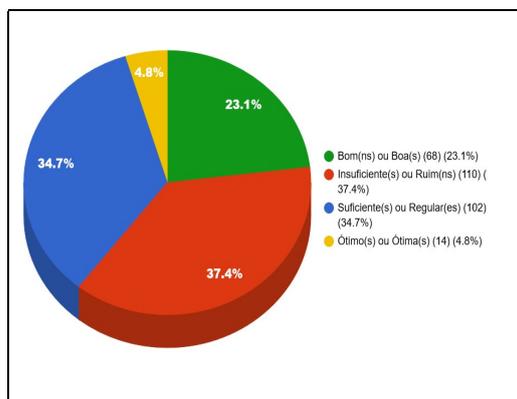


O equivalente a 12,9 dos alunos de graduação não estão satisfeitos com as ações da Instituição visando à inclusão dos portadores de necessidades especiais. Dos professores, 26,2% também consideram essas ações insatisfatórias. Para os técnico-administrativos, 32,9% também concordam com este ponto de vista. Assim, a maior parte dos respondentes indicou uma avaliação boa, suficiente ou ótima do quesito.

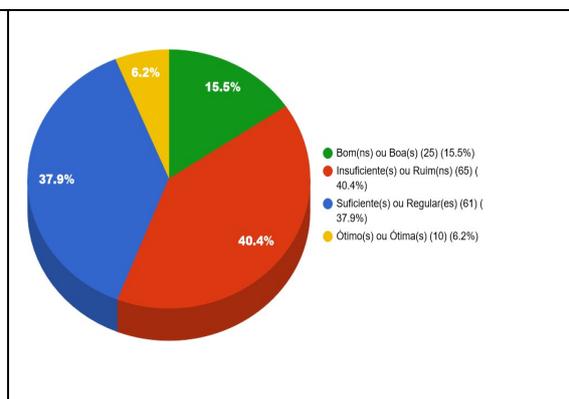
Na avaliação realizada em 2019, 14% dos alunos de graduação, 20,9% dos professores e 34% dos técnico-administrativos avaliaram as ações da Instituição que visam à inclusão dos portadores de necessidades especiais como insuficientes.

⇒ As instalações da Instituição são adequadas e adaptadas para os portadores de necessidades especiais de forma...

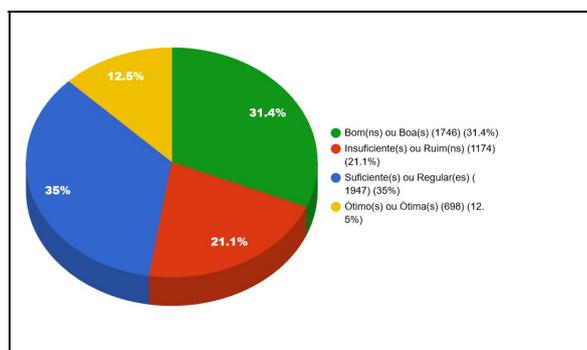
Docentes



Técnico-administrativos



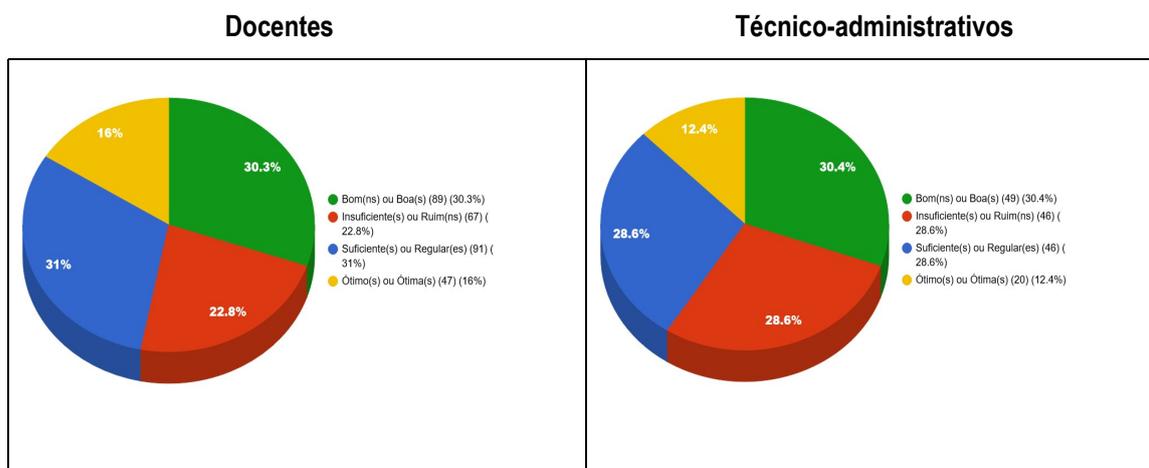
Alunos-Graduação



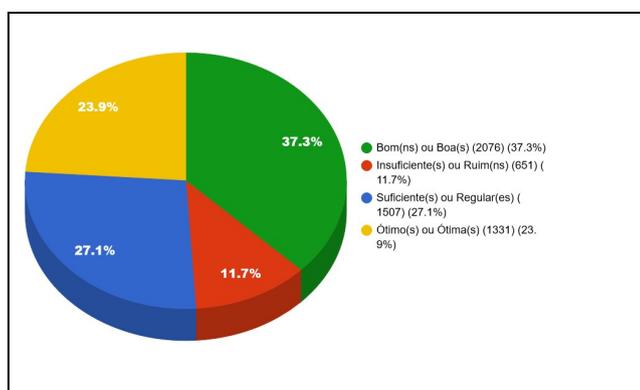
O equivalente a 21,1% dos alunos de graduação, 37,4% dos professores e 40,4% dos técnico-administrativos consideram que as instalações não são adequadas aos portadores de necessidades especiais. Assim, parece haver um consenso sobre a necessidade de maiores investimentos com relação a esse item.

Na avaliação realizada em 2019, 21,5% dos discentes de graduação, 38,1% dos professores e 52,8% dos técnico-administrativos avaliaram as instalações como insuficientes. Vale observar que tal item ainda apresenta expressivos índices de insatisfação e, portanto, merece ser pesquisado e compreendido para que providências sejam tomadas.

⇒ A coleta de materiais recicláveis realizada no seu *campus* pode ser avaliada como...



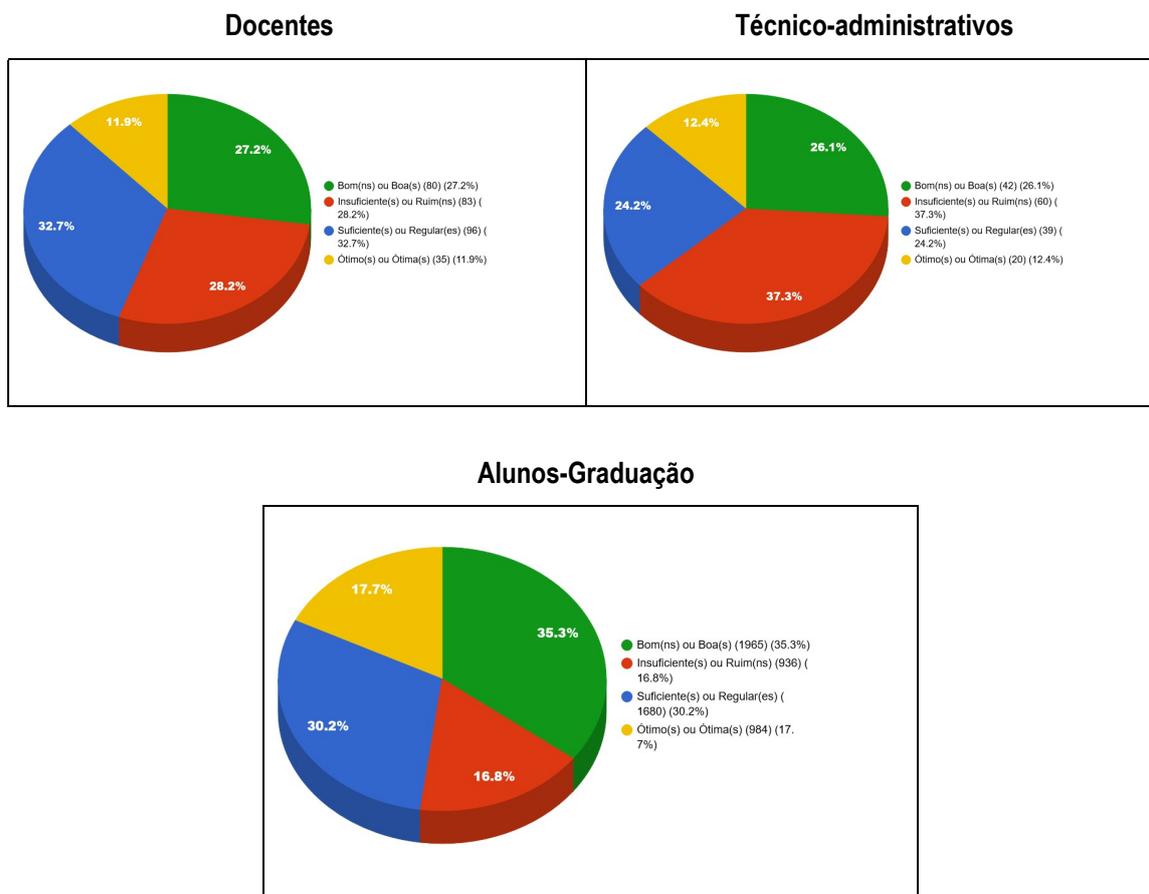
Alunos-Graduação



Em todos os segmentos as maiores fatias corresponderam a uma avaliação boa e suficiente da coleta de materiais recicláveis realizada no *campus*. A parcela insatisfeita foi equivalente a 28,6% dos técnico-administrativos, 22,8% dos docentes e 11,7% dos alunos de graduação.

Na avaliação realizada em 2019, grande parte dos docentes e alunos da graduação responderam julgou tal quesito como bom e suficiente também. Já a maior parcela dos técnicos considerou o quesito insuficiente e bom. A parcela de insatisfeitos foi de 34,9% dos técnico-administrativos, 19,4% dos docentes e 11,2% dos alunos de graduação.

⇒ A divulgação das ações implementadas e dos resultados do projeto da Coleta Seletiva Solidária pode de ser avaliada como...



O equivalente a 37,3% dos técnico-administrativos, 28,2% dos professores e 16,8% dos alunos de graduação avaliaram de forma insuficiente a divulgação das ações implementadas e dos resultados do projeto da Coleta Seletiva Solidária. Assim, a maior parte dos respondentes indicou uma avaliação boa, suficiente ou ótima do quesito. A avaliação mais positiva ocorreu por parte dos alunos. No entanto, o índice de insatisfação, principalmente dos técnicos, mostra que ainda é necessário intensificar a divulgação das ações e dos resultados referentes ao projeto.

Na avaliação realizada em 2019, grande parte dos respondentes também julgou tal quesito como bom, suficiente ou ótimo. Já a parcela de insatisfeitos foi de 35,8% dos técnico-administrativos, 23,7% dos docentes e 16,3% dos alunos de graduação.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Na última avaliação institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 3 (Responsabilidade Social da Instituição) foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Muitas atividades são

desenvolvidas em relação à responsabilidade social, o que contribui para a imagem positiva da Instituição perante a comunidade interna e externa. Destacam-se, nesse sentido, as iniciativas do protagonismo estudantil como: ENACTUS CEFET/RJ, projeto que tem como principal objetivo empoderar pessoas e comunidades, transformando suas vidas e aumentando suas rendas; a CEFET Jr Consultoria, que visa possibilitar a realização de ações voltadas para o desenvolvimento de estudos, análises e diagnósticos, capazes de se constituírem em soluções para as demandas do mundo produtivo e da sociedade; além do Centro de Memória do CEFET que objetiva tornar evidente a história da Instituição e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica de nosso país; as Incubadoras ITESS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis de base social e a IETEC – Incubadora de Empresas Tecnológicas; a Semana de Extensão, atualmente Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX), que integra a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), cujo principal objetivo é socializar a produção científico-acadêmica do CEFET/RJ para a público interno e externo.

Sobre inclusão social destaca-se o NAPNE, Núcleo de Portadores de Necessidades Especiais, que visa atender às demandas de estudantes e servidores com necessidades especiais de aprendizagem e de acessibilidade. Com relação aos programas acessíveis que a Instituição disponibiliza estão:

- NVDA: leitor de telas gratuito, que permite aos cegos e deficientes visuais utilizarem computadores com Microsoft Windows;
- DOSVOX: conjunto de programas que permite que as pessoas cegas utilizem um computador para desempenhar uma série de tarefas com mais independência;
- VLIBRAS: Traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em Libras, tornando os computadores acessíveis para pessoas surdas.
- Microsoft Speech Platform e Sintetizador de voz Microsoft Heloisa: pacote de linguagem em português do Brasil, que melhora substancialmente a qualidade dos sintetizadores de voz do NVDA, DOSVOX e do Windows.
- Microsoft Teams: possui ótimos recursos de acessibilidade, podendo atender, por exemplo, deficientes visuais e deficientes auditivos.

O NEABI Cefet/RJ se apresenta como observatório de questões étnico-raciais e espaço de atuação da comunidade do Cefet/RJ no sentido de incentivar, apoiar e promover políticas de ações afirmativas, cuja proposta principal é articular e promover atividades de estudos, ensino, pesquisa e extensão relacionados a temáticas concernentes à população negra, à cultura afro-brasileira e africana, às diásporas africanas, como também ao cumprimento da Lei nº 10.639/03. O Cefet/RJ foi um dos primeiros membros da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) a criar um Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB), em 2008, aberto à participação de docentes e alunos dos níveis médio/técnico e superior. Atualmente há mais de oitenta núcleos afro-brasileiros existentes em Instituições públicas de ensino superior no Brasil.

As ações da IES no sentido da defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural são perceptíveis e estão contempladas nas diretrizes institucionais sendo adequadamente implantadas e acompanhadas, destacando-se o Programa Turma Cidadã, com o objetivo de implantar uma cultura de responsabilidade socioambiental na ambiência da IES, por meio de ações internas e externas, de dimensão nacional e internacional. Vale mencionar o projeto Sala Verde, do qual CEFET/RJ participa desde 2018, conhecido como Observatório de Iniciativas

Sustentáveis. Esse projeto tem como objetivo demonstrar a importância da sustentabilidade nas ações e iniciativas desenvolvidas nas dimensões que envolvem o processo educativo – ensino, pesquisa e extensão – da Instituição de ensino. Convém registrar aqui a existência da Coleta Seletiva Solidária, que traz inúmeros benefícios ambientais, sociais e econômicos.

Ainda na área de Sustentabilidade, uma importante conquista institucional foi a inclusão, pelo segundo ano, de nossa Instituição no UI Green Metric World University Rankings que somado ao selo da Agenda A3P demonstra os esforços institucionais para o desenvolvimento de uma Instituição mais sustentável. Na parte cultural, a criação da Galeria de Arte “Cubo de Vidro” também pode ser considerada um ponto forte, uma vez que abriu um importante espaço não apenas para o público da Instituição, mas também para a própria região da Tijuca e arredores, que não dispõe de tantos locais dedicados à arte. O importante papel do NAC (Núcleo de Arte e Cultura) que viabiliza as ações de Cultura deve ser ressaltado aqui.

A Instituição possui uma imagem positiva na sociedade, amparada pelos resultados em termos da empregabilidade que proporciona aos seus alunos. A comunidade interna, em linhas gerais, possui autoestima elevada nesse aspecto. A Instituição convive bem com as diferenças, constituindo, assim, um ambiente de tolerância e boa convivência.

b.2) Fragilidades

A acessibilidade e as ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais são questões que ainda merecem atenção.

c) Ações com base na análise

Ampliar os programas de assistência social, pesquisando quais são as necessidades percebidas pelos alunos como fundamentais. Ampliar as ações de inclusão dos portadores de necessidades especiais. Procurando atender à questão do Acompanhamento de Egressos, no ano de 2022, foi elaborada a Política de Acompanhamento de Egressos do Cefet/RJ, aprovada pelo CEPE e homologada pela Resolução CODIR nº 51, de 02 de dezembro de 2022. A Política de Acompanhamento de Egressos é um conjunto de ações que visam a conhecer o itinerário profissional e acadêmico do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo educacional.

3.3 – Eixo 3: Políticas Acadêmicas

3.3.1 – **Dimensão 2:** A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

a) Principais Aspectos Avaliados

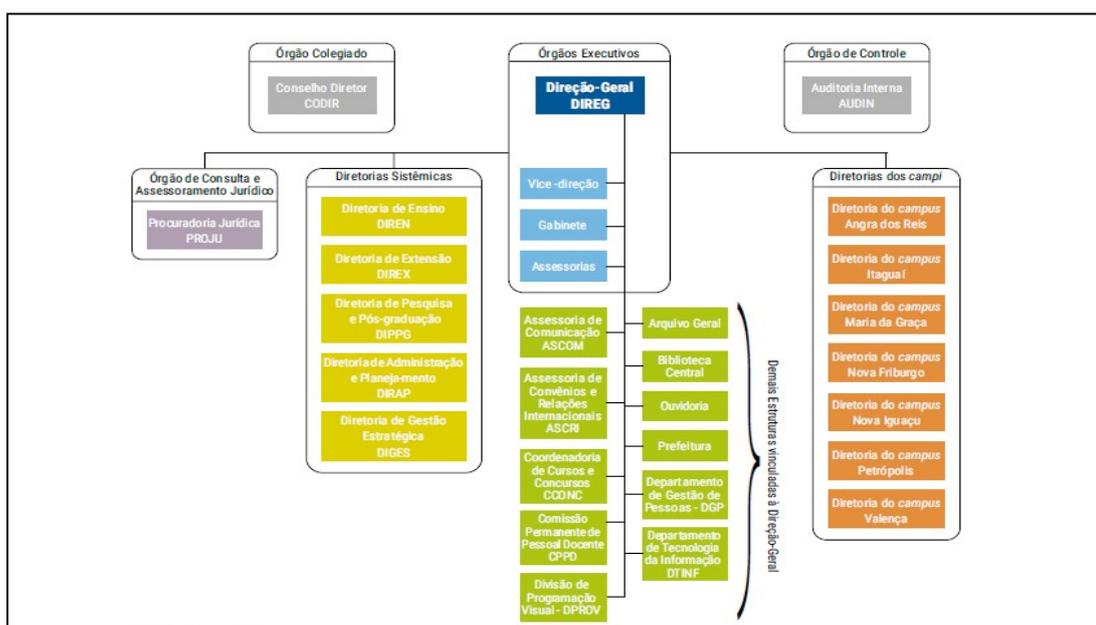
ENSINO – GRADUAÇÃO

a.1) Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da Instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.

a.2) Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.

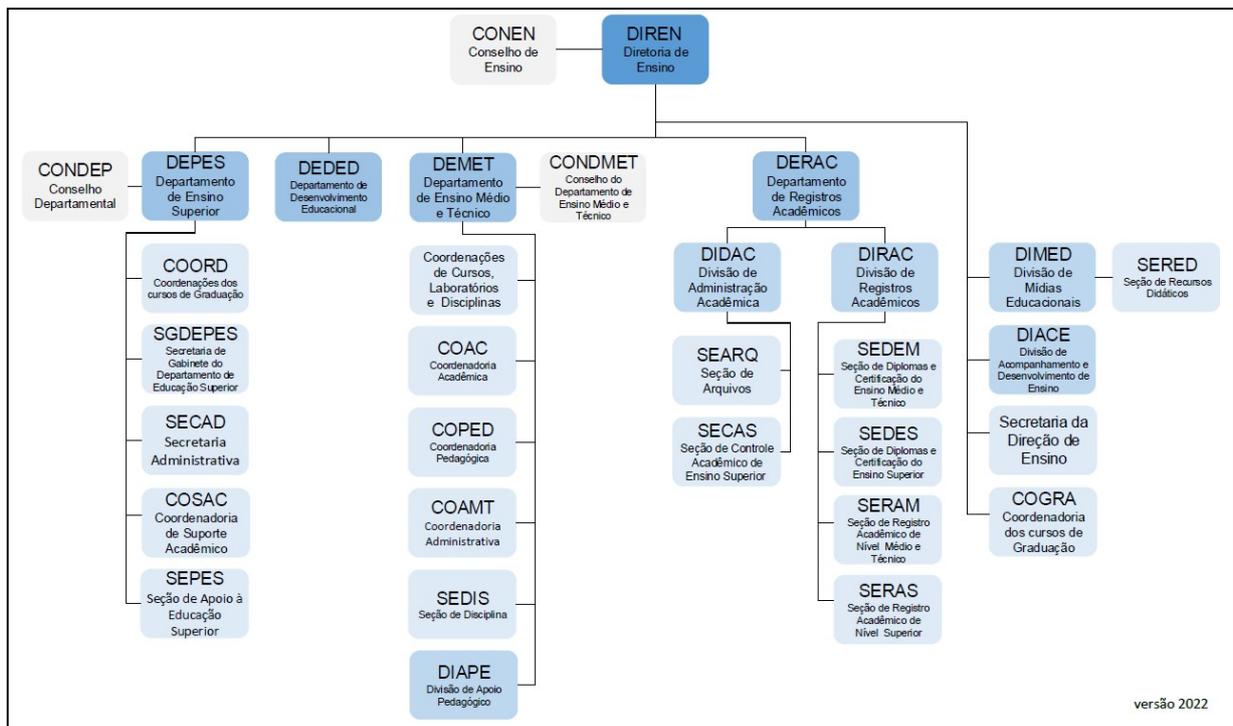
Embora o foco desta avaliação seja o ensino superior, não se pode esquecer que o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ é uma Instituição diferenciada que atua nos três níveis de ensino: educação profissional técnica e ensino médio, graduação e pós-graduação.

A Diretoria de Ensino - DIREN é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino no CEFET/RJ, devendo estar articulada com as atividades de pesquisa e extensão, conforme disposto no Estatuto da Instituição. Na estrutura de uma Universidade, a DIREN seria equivalente à Pró-Reitoria de Ensino. Os organogramas do sistema CEFET/RJ e da DIREN são ilustrados a seguir.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

Organograma Principal do CEFET/RJ



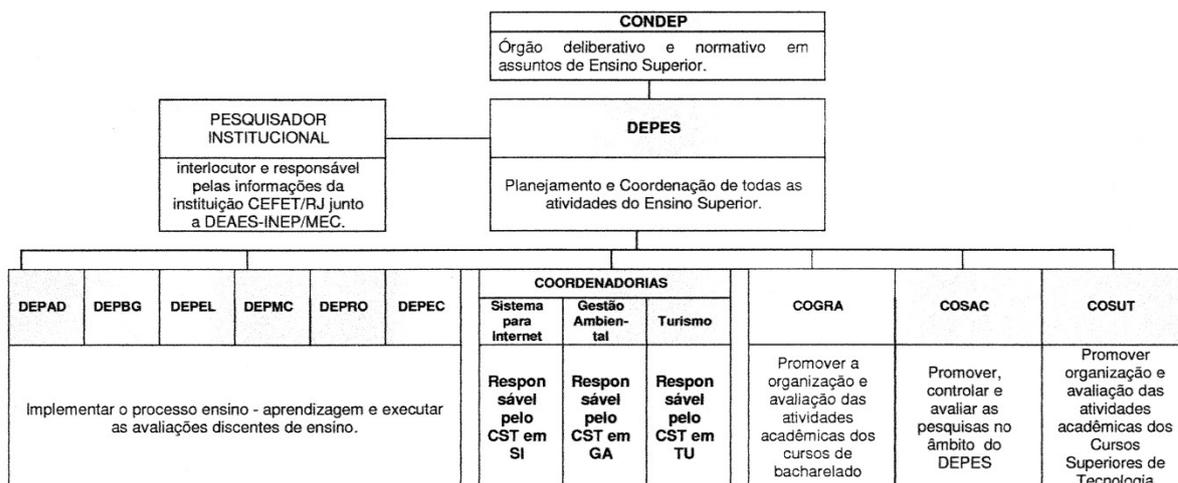
Fonte: <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/2386/Organograma%20DIREN%202022.pdf>

Organograma da Diretoria de Ensino

Os organogramas anteriores não serão detalhados nesse momento, embora alguns setores pertinentes sejam mencionados nessa dimensão.

O DEDES é um órgão executivo da Diretoria de Ensino que, até o primeiro semestre de 2011, contava com um Conselho Departamental (CONDEP) e três coordenações: a COGRA (Coordenadoria dos Cursos de Graduação), a COSAC (Coordenadoria de Suporte Acadêmico) e a COSUT (Coordenadoria dos Cursos Superiores de Tecnologia), conforme ilustrado no organograma a seguir. As siglas dos departamentos ilustrados na figura a seguir correspondem a: DEPAD (Departamento de Educação e Administração Industrial), DEPBG (Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais), DEPEL (Depto. de Engenharia Elétrica), DEPMC (Depto. de Engenharia Mecânica), DEPRO (Depto. de Engenharia de Produção) e DEPEC (Depto. de Engenharia Civil).

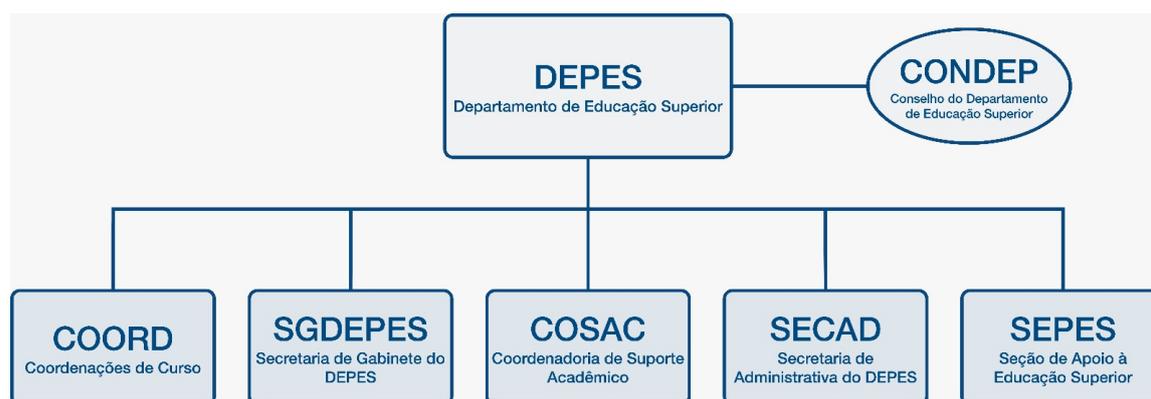
Até o primeiro semestre de 2011, o DEDES era um órgão sistêmico, apoiando todas as unidades com cursos de graduação, na ocasião Maracanã, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Petrópolis e Itaguaí. As áreas em que todas as unidades atuam estão representadas no organograma, a não ser as licenciaturas, que não estão indicadas. A partir do segundo semestre de 2011, o DEDES passou a atuar apenas no Maracanã. A DIREN manteve seu caráter sistêmico, continuando a atuar em todas as Unidades.



Organograma Funcional do Departamento de Educação Superior (até 1^o sem/2011)

Em julho de 2014, o DEPBG (Depto. de Disciplinas Básicas e Gerais) do Maracanã foi desmembrado em 3 departamentos: o Departamento de Matemática, o Departamento de Física e o Departamento de Ciências Aplicadas. Em agosto de 2014, o DEPEL, Depto. de Engenharia Elétrica do Maracanã, que contemplava 4 cursos, (Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia de Telecomunicações) passou a ter 4 departamentos. Os últimos cursos superiores criados na Sede foram o curso de Engenharia Ambiental (2016.2) e o curso de Física (2018.2).

A estrutura atual de apoio do DEPES, contempla a COORD (Coordenações de Cursos), a SGDEPES (Secretaria de Gabinete), a COSAC (Coordenadoria de Suporte Acadêmico), a SECAD (Secretaria Administrativa) e a SEPES (Seção de Apoio a Educação Superior, antigo COLAN), conforme o fluxograma a seguir. Os antigos departamentos foram transformados em coordenações.

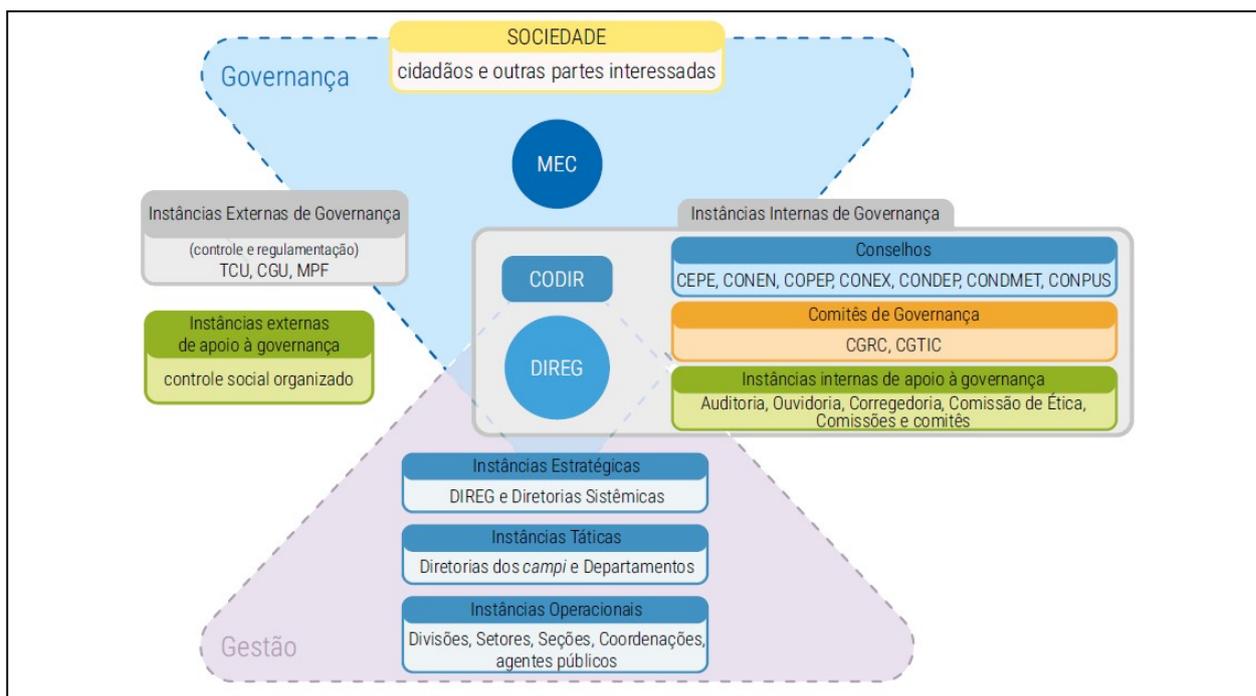


Organograma Funcional atual do Departamento de Educação Superior

A COGRA (Coordenadoria dos Cursos de Graduação) atualmente está ligada diretamente à DIREN, conforme ilustrado no respectivo diagrama, mantendo sua função de apoio ao Sistema CEFET/RJ, da época em que o DEPES era sistêmico. Desta forma, a COGRA apoia a DIREN em atividades sistêmicas como processos de transferência de alunos, processos de mobilidade, entre outras atividades.

A figura do Pesquisador Institucional (PI) surgiu com a Portaria Nº 46, de 10 de janeiro de 2005, atendendo à necessidade do Ministério da Educação da existência de um interlocutor entre as IES e o ministério. Com a Portaria Normativa Nº 23, de 1 de dezembro de 2010, que deu nova redação a Portaria Normativa Nº 40, de 12 de dezembro de 2007, o PI passou a ser denominado Procurador Educacional Institucional. O PI, entre outras atribuições, é o responsável pelas informações inseridas anualmente no Censo da Educação Superior, conforme o artigo 4º dessa mesma Portaria: “As Instituições de Educação Superior deverão designar um Pesquisador Institucional para ser o interlocutor e responsável pelas informações da Instituição junto a DEAES-INEP”.

A política de ensino no CEFET/RJ é estabelecida de forma coletiva e democrática, através da discussão em seus colegiados de cursos e conselhos ligados à atividade acadêmica. Até o primeiro semestre de 2011, em nível sistêmico, havia as seguintes instâncias de decisão colegiada: Conselho de Extensão (CONEX), Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP), Conselho Departamental (CONDEP), Conselho do Departamento de Ensino Médio e Técnico (CONDMET), Conselho de Ensino (CONEN), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Diretor (CODIR). A partir do segundo semestre de 2011, o CONDMET e CONDEP passaram a não ser mais sistêmicos e as instâncias passaram a ser as representadas no organograma a seguir:



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

Estrutura de Governança do CEFET/RJ

No organograma anterior, a sigla CONPUS representa o Conselho de Unidade, sendo portanto 7 Conselhos do tipo CONPUS. A estrutura dos Conselhos pode ser consultada na Dimensão 6, “Estrutura de Órgãos Colegiados”.

Os objetivos para o ensino traçados no PDI 2020-2024 estão contemplados nos objetivos da Instituição apresentados na dimensão 1 do Eixo 2.

Norteadas pelo princípio da verticalização do ensino, a Instituição assumiu ser possível levar a oferta de cursos de graduação às suas Unidades fora da Sede. Assim o fez em Nova Iguaçu, onde implantou cursos de Engenharia a partir das primeiras iniciativas de uma Universidade Pública da Baixada Fluminense, participando, com a UFF e a UFRRJ, do Consórcio de Instituições Federais de Educação Superior sediadas no Estado do Rio de Janeiro. Nas cidades-polo de Petrópolis, Nova Friburgo, Itaguaí, Angra dos Reis e Valença, com a inauguração das novas Unidades, também chegou com cursos dessa natureza, em resposta ao pleito da população de mesorregiões que não contam ou contam incipientemente com a presença da educação superior pública e gratuita.

Nesse contexto, cabe citar a Resolução Nº 10/2016 do Conselho Diretor (CODIR), de 18/03/2016, que aprova as normas propostas pela Direção de Ensino para criação de cursos técnicos de nível médio e de graduação no âmbito do CEFET/RJ. Esse instrumento propõe que a abertura de um curso passe por duas etapas principais: a elaboração do Projeto de Abertura do Curso (PAC) e a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Ambos documentos são elaborados levando em conta a legislação pertinente e os indicadores do MEC vigentes para um curso de qualidade e estão em consonância com o PPI e o PDI. Com relação ao PAC, antes de tudo é essencial que a apresentação desse permita às instâncias de apreciação uma avaliação completa, clara e objetiva tanto da proposta quanto da sua pertinência, relevância, propriedade e adequação aos aspectos legais, aos objetivos e preceitos institucionais da universidade, assim como das condições já existentes e das necessárias para viabilizar a implementação do novo curso. As normativas foram desenvolvidas com a intenção de evitar a ocorrência de lacunas que possam prejudicar a análise dos processos e imprimir maior agilidade à tramitação das propostas de criação de cursos, facilitando a elaboração dos projetos pedagógicos e a montagem dos respectivos processos. Cabe ressaltar que a Direção de Ensino, em quaisquer das fases de elaboração das propostas de curso ou mesmo de montagem dos processos, coloca a sua equipe à disposição para assessoramento no que for necessário ou desejado.

Ao desenvolver ou atualizar o projeto pedagógico de curso deve-se consultar os documentos ilustrados a seguir, citados na própria normativa e elaborados pela Direção de Ensino, com o apoio da equipe pedagógica.



Manuais orientadores para a elaboração e construção dos PPCs do CEFET/RJ.

Em 2022, o CEFET/RJ oferecia na Educação Superior os seguintes cursos de graduação, com implementação nas datas indicadas:

Sede - Maracanã

Três cursos de graduação na modalidade bacharelado, sendo onze presenciais e um a distância. Bacharelados presenciais: Engenharia Mecânica (1979.1), Engenharia Elétrica (1979.1), Engenharia Eletrônica (1979.1), Engenharia de Telecomunicações (1979.1), Engenharia de Produção (1998.1), Administração (1998.1), Engenharia de Controle e Automação (2005.2), Engenharia Civil (2007.2), Ciência da Computação (2012.2), Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (2014.1), Engenharia Ambiental (2016.2) e Física (2018.2). Bacharelados EAD (semipresenciais): Engenharia de Produção (2015.1). Três cursos de graduação na modalidade superior de tecnologia, sendo dois presenciais e um a distância. Superiores de Tecnologia presenciais: Tecnólogo em Gestão Ambiental (1998.1) e Tecnólogo em Sistemas para Internet. (1998.1). Ambos em processo de extinção em virtude da criação dos cursos de engenharia ambiental e ciência da computação. Superiores de Tecnologia EAD (semipresenciais): Tecnólogo em Gestão de Turismo (2012.1).

Campus Maria da Graça

Um curso de graduação presencial na modalidade bacharelado: Sistemas de Informação (2018.2)

Campus Nova Iguaçu

Três cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia de Controle e Automação (2004.2), Engenharia de Produção (2005.2) e Engenharia Mecânica (2014.1).

Campus Nova Friburgo

Dois cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Sistemas de Informação (2014.1) e Engenharia Elétrica (2015.2). Um curso de graduação presencial na modalidade licenciatura: Licenciatura em Física (2008.2). Um curso de graduação presencial na modalidade superior de Tecnologia: Tecnólogo em Gestão de Turismo (2008.2).

Campus Petrópolis

Dois cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia de Computação (2014.1) e Turismo (2015.1). Dois cursos de graduação presencial na modalidade licenciatura: Licenciatura em Física (2008.2) e Licenciatura em Matemática (2020.1). Um curso de graduação presencial na modalidade superior de Tecnologia: Tecnólogo em Gestão de Turismo (2008.2). Esse último em processo de extinção em virtude da criação do curso de Turismo (bacharelado).

Campus Itaquai

Dois cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia Mecânica (2010.1) e Engenharia de Produção (2015.1).

Campus Angra dos Reis

Três cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia Mecânica (2013.2), Engenharia Metalúrgica (2015.1) e Engenharia Elétrica (2016.1).

Campus Valença

Dois cursos de graduação presenciais na modalidade bacharelado: Engenharia de Alimentos (2014.1) e Administração (2015.1).

A Tabela a seguir sintetiza os cursos de graduação oferecidos pelo CEFET/RJ.

HABILITAÇÃO	Modalidade	Duração	Unidade(s)	Implantação	Obs.
1-Administração	Bacharelado	8 sem 8 sem	Maracanã Valença	1998.1 2015.1	Presencial Presencial
2-Ciência da Computação	Bacharelado	8 sem	Maracanã	2012.2	Presencial
3-Engenharia Ambiental	Bacharelado	10 sem	Maracanã	2016.2	Presencial
4-Engenharia Civil	Bacharelado	10 sem	Maracanã	2007.2	Presencial
5-Engenharia de Alimentos	Bacharelado	10 sem	Valença	2014.1	Presencial
6-Engenharia de Computação	Bacharelado	10 sem	Petrópolis	2014.1	Presencial
7-Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	10 sem	Maracanã	2005.2	Presencial
		10 sem	Nova Iguaçu	2004.2	Presencial
8-Engenharia de Produção	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1998.1	Presencial
		10 sem	Nova Iguaçu	2005.2	Presencial
		10 sem	Itaguaí	2015.1	Presencial
		10 sem	Maracanã	2015.1	Semipresencial
9-Engenharia de Telecomunic.	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
10-Engenharia Elétrica	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
		10 sem	Nova Friburgo	2015.2	Presencial
		10 sem	Angra	2016.1	Presencial
11-Engenharia Eletrônica	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
12-Engenharia Mecânica	Bacharelado	10 sem	Maracanã	1979.1	Presencial
		10 sem	Itaguaí	2010.2	Presencial
		10 sem	Angra	2013.2	Presencial
		10 sem	Nova Iguaçu	2014.1	Presencial
13-Engenharia Metalúrgica	Bacharelado	10 sem	Angra	2015.1	Presencial
14-Física	Licenciatura	9 sem 9 sem	Nova Friburgo Petrópolis	2008.2 2008.2	Presencial Presencial
	Bacharelado	8 sem	Maracanã	2018.2	Presencial
15-Gestão de Turismo	Tecnológico	6 sem	Maracanã	2012.1	Semipresencial
		6 sem	Nova Friburgo	2008.2	Presencial
16- Línguas Estrang. Aplicadas às Negociações Internacionais	Bacharelado	8 sem	Maracanã	2014.1	Presencial
17-Matemática	Licenciatura	8 sem	Petrópolis	2020.1	Presencial
18-Sistemas de Informação	Bacharelado	8 sem	Nova Friburgo	2014.1	Presencial
		9 sem	Maria da Graça	2018.2	Presencial
19-Turismo	Bacharelado	8 sem	Petrópolis	2015.1	Presencial

Nota: Não foram colocados os cursos em processo de extinção, apenas os que oferecem vagas atualmente.

Os cursos de Engenharia são ministrados em 10 períodos letivos regulares, todos com um máximo de 18 períodos. Os cursos de Administração, Ciência da Computação, Física, Línguas Estrangeiras, Sistemas de Informação (NF) e Turismo são oferecidos em 8 períodos letivos regulares, com um máximo de 14 períodos.

Os cursos de Licenciatura em Física e de Sistemas de Informação (MG) são oferecidos em 9 períodos letivos regulares, com um máximo de 16 períodos, sendo as licenciaturas ministradas no período noturno. Os Cursos Superiores de Tecnologia são oferecidos com a duração média de dois anos e meio.

Os cursos em extinção não foram apresentados na tabela anterior, no caso: Gestão Ambiental e Sistemas para Internet no campus Maracanã e Gestão de Turismo no campus Petrópolis. A Tabela a seguir apresenta os conceitos referentes ao Enade e ao CPC (Conceito Preliminar de Curso), respectivamente.

Conceito Enade | Conceito Preliminar de Curso - CPC

Habilitação		Campus	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2021	2022				
01	Administração	Maracanã		5			4	4			4	3			5	4			5	4			
		Valença												---			4	4			3	3	
02	Ciência da Computação	Maracanã										---			4	4				3	4		
03	Engenharia Ambiental	Maracanã													---								
04	Engenharia Civil	Maracanã				S	S					4	3		4	3			5	4			
05	Engenharia de Alimentos	Valença											---		---				4	4			
06	Engenharia de Computação	Petrópolis											---		---				4	4			
07	Engenharia de Controle e Automação*	Maracanã	S			4	4		N	N		3	3		3	3			3	3			
		Nova Iguaçu	---			5	4		3	3		3	3		3	3			3	4			
08	Engenharia de Produção	Maracanã	4			4	4		3	3		4	3		4	4			4	4			
		Maracanã EAD														---				5	5		
		Nova Iguaçu	---			S	S		4	3		3	3		4	3			4	4			
		Itaguaí														---				5	5		
09	Engenharia de Telecomunicações	Maracanã	4			3	3		3	3		3	3		3	3							
10	Engenharia Elétrica	Maracanã	2			3	3		2	2		3	3		3	3			3	3			
		Nova Friburgo														---			3	4			
		Angra dos Reis														---			---				
11	Engenharia Eletrônica	Maracanã	2			3	3		2	2		3	3		3	3							
12	Engenharia Mecânica	Maracanã	4			3	3		2	2		3	3		4	3			4	3			
		Nova Iguaçu											---			---			4	3			
		Itaguaí								---			4	-		4	3		4	3			
		Angra dos Reis											---			4	4		4	4			
13	Engenharia Metalúrgica	Angra dos Reis													---			---					
14	Física (Licenciatura)	Nova Friburgo				---			---			5	-		4	4			4	4			
	Petrópolis				---				---			5	-		4	4			2	3			
	Física (Bacharelado)	Maracanã																	---				
15	Gestão Ambiental (em extinção)	Maracanã						5	4			4	3		4	3			5	4			
16	Gestão de Turismo	Maracanã EAD									---		---										
		Nova Friburgo					S	S			---		---										
		Petrópolis (em ext)					S	S			---		---										
17	Línguas Estrangeiras Apl. às N.I.	Maracanã																					
18	Matemática (Licenciatura)	Petrópolis																	---				
19	Sistemas de Informação	Nova Friburgo											---		5	5			5	4			
		Maria da Graça																	---				
20	Sistemas para Internet (em extinção)	Maracanã	---			---			---			---			---								
21	Turismo	Petrópolis																	5	4		4	4

Nota: A tabela apresenta os conceitos do Enade e CPC, respectivamente. Os resultados do CPC iniciam a partir de 2008, quando foi criado o conceito (2007/2008).

Cor amarela: indica que o curso ainda não havia sido criado naquele período.

Cor cinza, sem pontilhado: indica que o curso não foi avaliado naquele período.

Pontilhado (---): indica que embora houvesse avaliação da área do curso, naquele período, este não participou porque estava nos períodos iniciais ou outro motivo.

Traço (-): indica que não foi gerado CPC em virtude das regras, como Portaria de Reconhecimento ainda não publicada, mesmo o curso possuindo o conceito do Enade.

S: sem conceito, em virtude de não haver concluintes (curso recém-criado, por exemplo) ou outro motivo, como haver apenas 1 concluinte.

N: Alunos fizeram o Exame, porém a Portaria de Reconhecimento ainda não havia sido publicada até a data de corte estipulada.

*: Com relação ao Enade 2011 dos Cursos de Engenharia de Controle e Automação, ocorreu uma inversão dos resultados entre os *campi*. Esta listagem está correta.

Observar os reflexos do boicote ocorrido em 2011, ente os cursos da elétrica, em virtude da demora da entrega de alguns laboratórios.

2020 -Pandemia (não foi realizado o ENADE).

O conceito Enade é um indicador de qualidade calculado atualmente a partir dos desempenhos dos concluintes dos cursos de graduação no Enade. Tal conceito varia de 1 a 5 e é resultante da média ponderada da nota padronizada dos concluintes na Formação Geral (25%) e no Conhecimento Específico (75%). Pode-se observar pelo histórico de resultados, que os conceitos de forma geral vêm melhorando, resultado do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Instituição. Seguem algumas observações que devem ser consideradas.

Em 2005, o curso de Engenharia Elétrica do CEFET/RJ submetido ao ENADE possuía três ênfases, eletrônica, eletrotécnica e telecomunicações, que mais tarde resultaram em três cursos. Em relação aos cursos de Engenharia Elétrica com Ênfase em Eletrônica e Eletrotécnica, é preciso que se registre um fato que redundou em prejuízo dos resultados naquela ocasião. No encaminhamento das provas, de responsabilidade do INEP, os alunos do curso com Ênfase em Eletrônica receberam os cartões de resposta com o código e o nome da Ênfase em Eletrotécnica. A consequência foi uma avaliação distorcida, uma vez que, frente à identidade do seu curso, muitos responderam à prova de Eletrônica, não tendo sido consideradas as respostas do correspondente gabarito; e, aqueles que responderam às questões de Eletrotécnica não tiveram o melhor desempenho, já que os assuntos da prova eram diferentes dos da ênfase de formação do seu curso. Isso impactou na média de desempenho dos alunos dos dois cursos. À época da prova, o fato foi imediatamente comunicado ao INEP, com vistas a que o grupo prejudicado tivesse nova oportunidade de avaliação, o que não ocorreu.

Em 2011, parte dos estudantes realizaram um boicote, que, infelizmente, provocou consequências sobre os resultados. Pelo que pôde ser apurado, isso se deu em virtude da demora na instalação de alguns laboratórios que haviam sido comprados. O processo de compra e instalação de laboratórios é algo demorado, pois envolve licitação e instalação com pessoal especializado. Os três cursos que ficaram sob medida cautelar receberam a visita de especialistas do MEC, em 2014, e obtiveram os seguintes conceitos: Engenharia Elétrica: conceito 3, Engenharia Mecânica: conceito 4, e Engenharia Eletrônica: conceito 4. Tais conceitos confirmaram a qualidade dos cursos e a seriedade do trabalho desenvolvido.

Em 2014, os cursos de engenharia elétrica, engenharia eletrônica, engenharia de telecomunicações e engenharia de controle e automação do Maracanã foram enquadrados na engenharia elétrica para a realização das provas, o que era uma opção. O curso de engenharia de controle e automação do *campus* Nova Iguaçu foi enquadrado na mesma categoria do curso, engenharia de controle e automação, o que também era possível. Em 2019, os cursos de engenharia eletrônica e de engenharia de telecomunicações não estavam entre os cursos de engenharia indicados para realizar o ENADE, conforme consta na Portaria nº 828 de 16 de abril de 2019 e pode ser observado na tabela anterior.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) vai de 1 a 5 e é divulgado anualmente. Tal conceito é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país. Para que os valores se consolidem, e representem o que se espera de um curso em termos de qualidade e excelência, comissões de avaliadores fazem visitas *in loco* para corroborar ou alterar o conceito obtido preliminarmente. Os cursos que obtiverem CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos

no cronograma de visitas dos avaliadores do INEP. Os demais casos, ou seja, cursos com conceito igual ou maior que 3, podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC em conceito permanente. Os cursos com CPC=3 são aqueles que atendem plenamente aos critérios de qualidade para funcionarem. Cursos com conceito 5 são cursos de excelência, devendo ser vistos como referência pelos demais. O conceito permanente servirá como referência para subsidiar o processo de regulação dos cursos de graduação no país.

O CPC é composto por diferentes variáveis, que traduzem resultados da avaliação de desempenho de estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente. As variáveis utilizadas em sua composição foram retiradas do Enade, incluindo o questionário socioeconômico, e do Cadastro de Docentes

Com o tempo, o cálculo do CPC vem sofrendo algumas alterações, conforme ilustrado na tabela a seguir. Em 2011, ocorreram alterações no cálculo do CPC, assim como os pesos envolvidos. Estas alterações podem ser consultadas na Nota Técnica Nº 029 de 15 de outubro de 2012. Esta Nota Técnica apresenta os estudos realizados pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) do INEP para definir o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referente ao ano de 2011, uma vez que foi necessário promover uma adaptação ao modelo utilizado até 2010. A Nota Técnica Nº 70 de 15 de outubro de 2014 apresenta as alterações na forma de utilização dos insumos do questionário do estudante (Enade) no cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) de 2013.

Até a edição de 2014, o Conceito Enade (CE) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC) eram calculados para cada Unidade de Observação, constituída pelo conjunto de cursos que compõem uma área de avaliação específica do Enade, de uma mesma IES em um determinado município. A partir da edição 2015, o CE e o CPC passaram a ser calculados para cada curso de graduação avaliado, conforme enquadramento realizado pela IES em uma das áreas de avaliação, ou seja, por código de curso. Essa mudança foi regulamentada pela Portaria Normativa MEC Nº 23/2016, artigo 33-B, que altera a Portaria Normativa MEC Nº 40/2007: “O CE e o CPC serão calculados por código de curso constante no sistema e-MEC para os cursos com estudantes concluintes participantes no ENADE.”

Segundo o Manual dos Indicadores de Qualidade, publicado pelo MEC/INEP/SINAES/DAES, o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) tem o propósito de trazer às Instituições informações comparativas dos desempenhos de seus estudantes concluintes em relação aos resultados médios obtidos pelos concluintes das demais Instituições que possuem estudantes ingressantes de perfil semelhante ao seu. Para tanto, o IDD, como o próprio nome já diz, é resultante da diferença entre o desempenho médio obtido no Enade pelos estudantes concluintes de um curso e o desempenho médio que era esperado para esses mesmos estudantes, dadas as informações existentes sobre o perfil dos ingressantes desse curso.

Assim, o IDD afere o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem. A partir de 2014, o cálculo do IDD passou a ocorrer para cada indivíduo que tenha participado do Enade e do Enem, a partir da vinculação dos resultados dos exames pelo CPF do estudante.

DESEMPENHOS		PESO até 2010	PESO em 2011	PESO desde 2013
percepção dos alunos	(NC) –Nota dos concluintes no Enade Origem: Enade	15%	20%	20%
	(NI) - Nota dos ingressantes no Enade	15%	---	---
cadastro de docentes	(NIDD) - Nota do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado Origem: Enem, Enade e Questionário do Estudante do Enem e Enade	30%	35%	35%
SUBTOTAL - DESEMPENHOS		60%	55%	55%
INSUMOS e PROCESSOS		PESO até 2010	PESO em 2011	PESO desde 2013
percepção dos alunos	(NF) –Nota Infraestrutura e equipamentos: aulas práticas: “Os equipamentos disponíveis são suficientes para o número de estudantes?” Origem: Questionário do Estudante do Enade	5%	7,5%	5,0%
	(NO) - Nota Recursos didático-pedagógicos: “Os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos:objetivos; metodologias de ensino e critérios de avaliação; conteúdos e bibliografia da disciplina?” Origem: Questionário do Estudante do Enade	5%	7,5%	7,5%
	(NA) – Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional) Origem: Questionário do Estudante do Enade	---	---	2,5%
cadastro de docentes	(ND) - Nota de professores doutores -> percentual de professores doutores no curso Origem: Censo	20%	15%	15%
	(NM) - Nota de professores mestres ->percentual de professores mestres no curso Origem: Censo	5%	7,5%	7,5%
	(NR) - Nota de Professores com Regime de Dedicção Integral ou Parcial -> percentual de professores que cumprem regime parcial ou integral (não horista) no curso Origem: Censo	5%	7,5%	7,5%
SUBTOTAL - INSUMOS e PROCESSOS		40%	45%	45%
TOTAL		100%	100%	100%

A portaria normativa nº 4 de 05 de agosto de 2008 regulamentou a aplicação do Conceito Preliminar de Cursos Superiores - CPC, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES. Os cursos do CEFET/RJ com CPC ≥ 3 habitualmente realizam sua renovação de reconhecimento baseada no CPC. A Portaria Normativa Nº 741, de 2 de agosto de 2018, alterou a Portaria Normativa MEC Nº 20, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03/09/2018, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino. As tabelas a seguir apresentam um histórico das avaliações externas.

Avaliação Externa (<i>in loco</i>)	Tipo de Avaliação	Conceito (CC)	Visita <i>in loco</i>
Curso de Engenharia de Produção (Campus Nova Iguaçu)	Reconhecimento de curso	4	26 a 28/06/08
Curso de Engenharia de Controle e Automação (Campus Nova Iguaçu)	Reconhecimento de curso	4	14 a 17/09/11
Curso de Tecnólogo em Sistemas para Internet* (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento	3	02 a 05/05/12
Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo* (Campus Nova Friburgo)	Reconhecimento de curso	3	13 a 16/05/12
Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo (Campus Petrópolis)	Reconhecimento de curso	4	10 a 13/06/12
Curso de Engenharia de Controle e Automação (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	24 a 27/10/12
Curso de Engenharia Civil (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	04 a 07/11/12
Curso de Engenharia Elétrica (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	3	09 a 12/04/14
Curso de Licenciatura em Física (Campus Petrópolis)	Reconhecimento de curso	4	03 a 06/08/14
Curso de Licenciatura em Física (Campus Nova Friburgo)	Reconhecimento de curso	3	10 a 13/08/14
Curso de Engenharia Eletrônica (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	4	26 a 29/11/14
Curso de Engenharia Mecânica (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	4	26 a 29/11/14
Curso de Engenharia Mecânica (Campus Itaguaí)	Reconhecimento de curso	4	06 a 09/03/16
Curso de Ciência da Computação (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	04 a 07/12/16
Curso de Engenharia Mecânica (Campus Angra dos Reis)	Reconhecimento de curso	3	19 a 22/03/17
Curso de Sistemas de Informação (Campus Nova Friburgo)	Reconhecimento de curso	4	19 a 22/03/17
Curso de Gestão Ambiental (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento de curso	4	23 a 26/04/17
Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	5	26 a 29/04/17
Curso de Tecnólogo em Sistemas para Internet* (Sede: Maracanã)	Renovação de Reconhecimento	4	18 a 21/02/18
Curso de Engenharia Mecânica (Campus Nova Iguaçu)	Reconhecimento de curso	4	19 a 22/08/18
Curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo (Campus Nova Friburgo)	Renovação de Reconhecimento de curso	4	02 a 05/12/18
Administração (Campus Valença)	Reconhecimento de curso	4	02 a 05/12/18
Turismo (Campus Petrópolis)	Reconhecimento de curso	4	12 a 15/12/18
Engenharia de Alimentos (Campus Valença)	Reconhecimento de curso	5	24 a 27/02/19
Engenharia Elétrica (Campus Nova Friburgo)	Reconhecimento de curso	4	27 a 30/03/19
Engenharia de Computação (Campus Petrópolis)	Reconhecimento de curso	4	10 a 13/11/19
Curso de Engenharia de Produção (Campus Itaguaí)	Reconhecimento de curso	4	11 a 14/03/20
Curso de Engenharia Metalúrgica (Campus Angra dos Reis)	Reconhecimento de curso	5	11 a 14/03/20
Curso de Engenharia de Produção -Semipresencial (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	5	14 a 16/02/22
Curso de Engenharia Ambiental (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	5	25 a 27/04/22
Curso de Engenharia Elétrica (Campus Angra dos Reis)	Reconhecimento de curso	4	02 a 04/05/22
Curso de Gestão de Turismo -Semipresencial (Sede: Maracanã)	Reconhecimento de curso	4	15 a 17/08/22
Curso de Sistemas de Informação (Campus Maria da Graça)	Reconhecimento de curso	4	12 a 14/12/22

Avaliação Externa (<i>in loco</i>)	Tipo de Avaliação	Conceito (CI)	Visita <i>in loco</i>
CEFET/RJ	Credenciamento Institucional para a Oferta de Educação a Distância	4	08 a 10/02/10
CEFET/RJ	Rede credenciamento Institucional	3	26 a 30/09/10
CEFET/RJ	Rede credenciamento <i>Lato Sensu</i> EAD	4	16 a 20/04/17

Conforme as Portarias Normativas citadas no parágrafo anterior, com relação à análise dos pedidos de Renovação de Reconhecimento de Cursos de Educação Superior que foram submetidos à visita de avaliação *in loco*, para o caso de curso insatisfatório e/ou conceito insatisfatório em uma ou mais dimensões avaliadas, há sugestão de Protocolo de Compromisso. Como pode-se observar na tabela que lista os conceitos de curso (CC) gerados nas avaliações externas, nos últimos anos, os cursos avaliados obtiveram o conceito 4 ou 5, em uma escala de 1 a 5. Trata-se de uma avaliação bastante abrangente, onde os elementos que compõem o CC podem ser observados na figura a seguir.

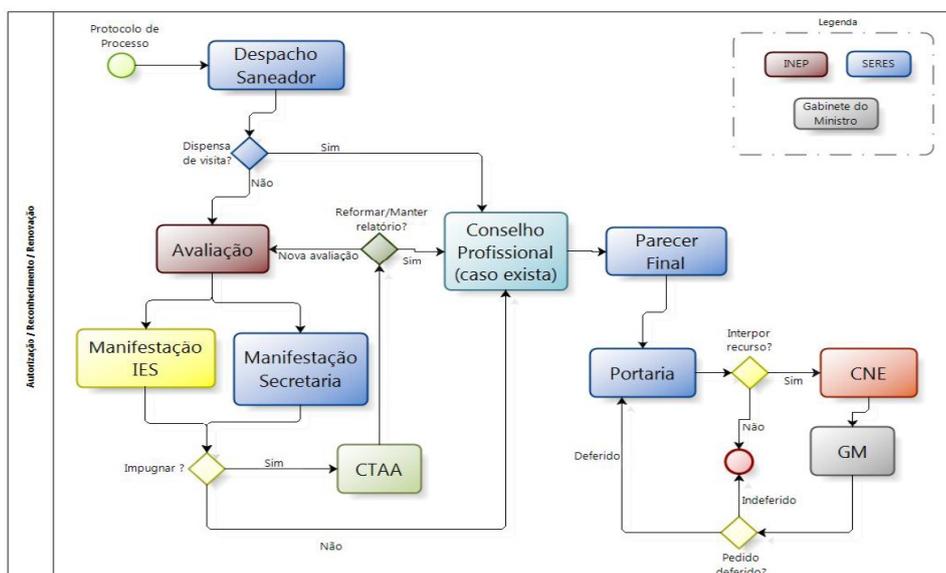
Elementos que compõem o Conceito do Curso - CC



Fonte: O Sinaes e o Enade 2016, Inep, 2016.

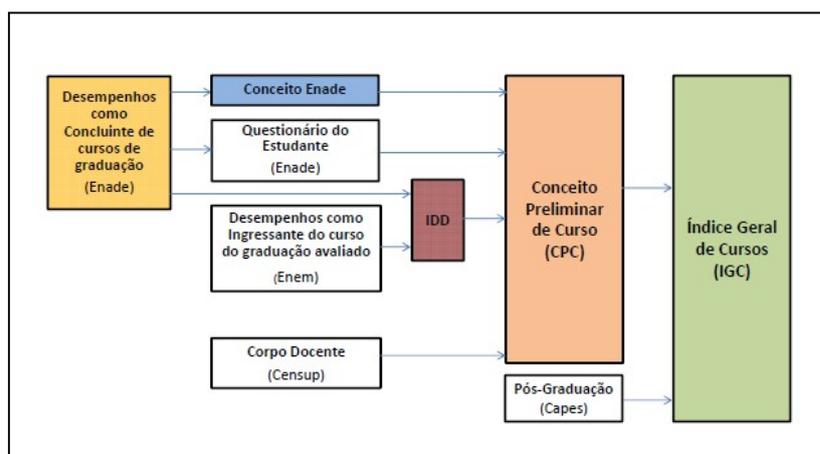
O fluxo dos processos de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento podem ser observados na figura que segue.

FLUXO DOS PROCESSOS DE AUTORIZAÇÃO/REC/RR



O IGC (Índice Geral de Cursos) é um indicador de qualidade das instituições de Educação Superior, que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). No que se refere à graduação, é utilizado o CPC (Conceito Preliminar de Curso), no que se refere à pós-graduação, é utilizada a nota da CAPES. As faixas consideradas para o IGC também variam de 1 a 5.

O IGC é calculado por IES, considerando a média dos CPCs dos cursos avaliados da Instituição, no triênio de referência, ponderada pelo número de matrículas e a média dos conceitos da avaliação trienal da Capes dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, ponderada pelo número de matrículas. A figura a seguir sintetiza os indicadores de qualidade, segundo o Inep.



Fonte: Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2015, Daes/Inep, 2017.

Indicadores de Qualidade da Educação Superior

A tabela a seguir apresenta o histórico de IGC do CEFET/RJ. É importante registrar que o resultado do Enade 2011 influenciou negativamente o cálculo do CPC que envolveu particularmente esse ano, como indicado na tabela. No entanto, pode-se observar pelo IGC contínuo, que a Instituição vem melhorando significativamente os seus resultados, tendo alcançado o conceito 4 neste indicador.

IGC									
	Triênio 2005-2007	Triênio 2006-2008	Triênio 2007-2009	Triênio 2008-2010	Triênio 2009-2011	Triênio 2010-2012	Triênio 2011-2013	Triênio 2012-2014	Triênio 2013-2015
IGC (faixa)	3	3	4	4	3	3	3	3	3
IGC (cont.)	2,80	2,87	2,97	3,00	2,6553	2,4236	2,3725	2,793	2,9017
Cursos com CPC (nº)	-	7	7	8	10	10	10	11	11
Alfa (prop. graduandos)	-	-	0,9313	0,9240	0,9269	0,9197	0,8993	0,9	0,8989
Conc. Médio Graduação	-	-	2,8854	2,90	2,5405	2,2792	2,1724	2,7	2,7539
Beta (prop. mestrandos)	-	-	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	0,1	0,0816
Conc. Médio Mestrado	-	-	3,2431	3,24	3,2227	3,1538	3,3186	4,2	4,1476
Gama (prop. doutorandos)	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0195
Conc. Médio Doutorado	-	-	-	-	-	-	-	4,5	4,500

Influência do Enade 2011

IGC									
	Triênio 2014-2016	Triênio 2015-2017	Triênio 2016-2018	Triênio 2017-2019	Triênio 2018-2020	Triênio 2019-2021	Triênio 2020-2022	Triênio 2021-2023	Triênio 2022-2024
IGC (faixa)	3	4	4	4	--	4	4	--	--
IGC (cont.)	2,9285	3,1113	3,1601	3,5124	--	3,516	3,5562	--	--
Cursos com CPC (nº)	11	17	19	25	--	23	23	--	--
Alfa (prop. graduandos)	0,8794	0,8708	0,8660	0,8795	--	0,870	0,8507	--	--
Conc. Médio Graduação	2,7490	2,9153	2,9657	3,3881	--	3,385	3,4001	--	--
Beta (prop. mestrandos)	0,0838	0,0874	0,0872	0,0762	--	0,078	0,0966	--	--
Conc. Médio Mestrado	4,1229	4,2850	4,2689	4,2789	--	4,247	4,3617	--	--
Gama (prop. doutorandos)	0,0367	0,0418	0,0468	0,0442	--	0,050	0,0527	--	--
Conc. Médio Doutorado	4,5	4,7421	4,6933	4,6630	--	4,618	4,5994	--	--

A concepção de currículo e a organização didático-pedagógica dos cursos do CEFET/RJ estão respaldadas nos Projetos Pedagógicos de seus Cursos (PPC), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e se encontram em consonância com as finalidades da IFES e com os estudos recentes sobre cada área de conhecimento. Tais cursos observam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação instituídas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e o conjunto da legislação pertinente ao ensino superior. As diretrizes gerais para o ensino superior do Brasil estão estabelecidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) e no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001). A organização didático-pedagógica dos cursos no que se refere aos métodos adotados, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem encontra-se descrita nos respectivos PPCs, que, como dito anteriormente, estão em consonância com o PDI. Os currículos e programas de cada curso conduzem ao perfil do egresso proposto. As atualizações curriculares são realizadas sempre que indicadas pelo MEC ou a partir de discussões e recomendações advindas de fóruns relacionados às respectivas áreas de formação, críticas e sugestões do corpo docente, expectativas do corpo discente, e demandas das empresas e da sociedade em geral.

Com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais, até 2019, os cursos de Administração obedeciam à Resolução CNE/CES 4/2005. Desde 2021, tais cursos devem obedecer a Resolução CNE/CES 5/2021, que entrou em vigor em 1/11/21. Os cursos de Engenharia, tiveram a Resolução CNE/CES 11/2002 revogada pela Resolução CNE/CES 2/2019, que instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. A Resolução CNE/CES 1/2021 alterou o Art. 9º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2019. Deve-se lembrar que a Instituição possui 20 cursos de engenharia, sendo uma das instituições que mais oferece vagas para engenharia no Estado do Rio de Janeiro. Os cursos oferecidos na área de Computação, obedecem à Resolução CNE/CES 5/2016, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação, e dá outras providências. Em se tratando dos bacharelados, há ainda o curso de Turismo, que obedece à Resolução CNE/CES 13/2006, que instituiu

as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Turismo e dá outras providências, e o curso de Física, que obedece à Resolução CNE/CES 9/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física. O curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, criado em 2014, não possui Diretrizes Curriculares Nacionais.

Os cursos de Licenciatura em Física oferecidos têm como objetivo a formação do físico-educador, conforme o perfil especificado no parecer CNE/CES 1.304/2001 (Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Física). Possuem estrutura curricular flexível, que inclui estágio supervisionado e um projeto final de cunho científico-educacional. Consideram também a Resolução CNE/CES 9/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física; e a Resolução CNE/CP 2/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Esta última é alterada pela Resolução CNE/CP 2/2022. O curso de Licenciatura em Matemática oferecido tem como objetivo a formação do matemático-educador, conforme o perfil especificado no parecer CNE/CES 1.302/2001 (Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura). Conforme estabelecido na Resolução CNE/CP 3/2003, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Matemática, a estrutura curricular deverá incluir o estágio supervisionado. Consideram também a Resolução CNE/CP 2/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Esta última é alterada pela Resolução CNE/CP 2/2022.

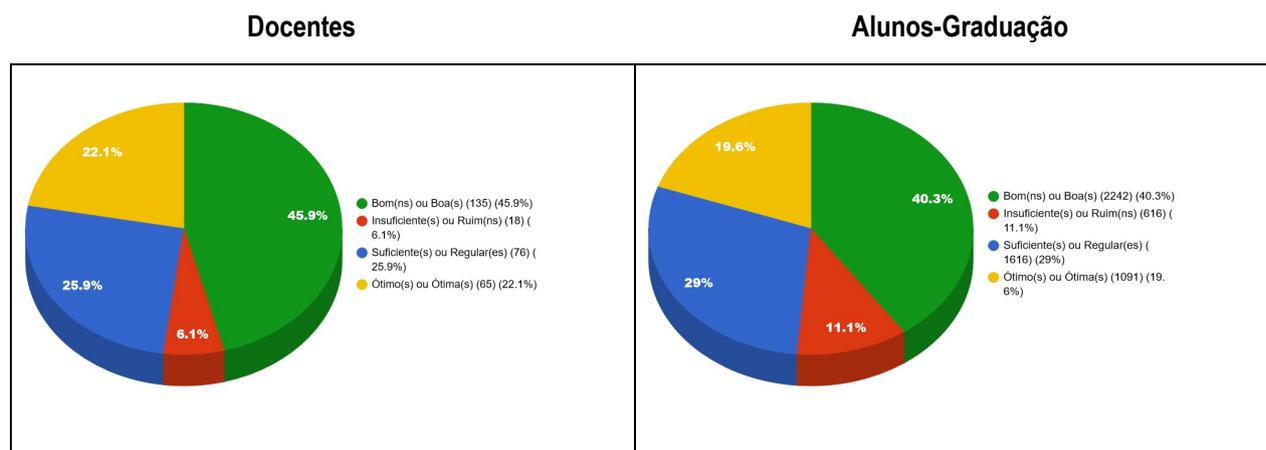
Sabe-se que os cursos superiores de tecnologia atendem a uma demanda do mercado por especialistas dentro de uma área de conhecimento, em vez dos generalistas formados pelas outras modalidades do ensino superior. Seus principais atributos são o foco, a rapidez, a inserção no mercado de trabalho e a metodologia. Os cursos de tecnólogo oferecidos pela IFES estão de acordo com esta proposta. Deve-se ter atenção, pois tais cursos não são permanentes, devendo ser continuamente revistos, de acordo com as necessidades do mercado. Seus currículos devem ter flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e atualização permanente. Os cursos superiores de tecnologia de Gestão de Turismo do *campus* Petrópolis e de Sistemas para Internet e Gestão Ambiental da Sede foram descontinuados. Tal procedimento ocorreu em virtude da abertura dos cursos de Bacharelado de Turismo no *campus* Petrópolis e de Ciência da Computação e de Engenharia Ambiental na Sede. A metodologia aplicada em tais cursos abrange técnicas, métodos e estratégias voltadas para a aprendizagem, para o saber e o saber fazer, com propostas didático-pedagógicas voltadas para a prática. Em tais cursos, os alunos também devem realizar um estágio supervisionado e apresentar um projeto final.

Um tema que também tem sido muito discutido na Instituição nos últimos anos, envolve a Resolução CNE/CES 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014-2024 e dá outras providências.

Com relação a esta dimensão, no que se refere ao ensino de graduação, foram propostas algumas questões com o intuito de levantar a percepção da comunidade envolvida. Dependendo da questão, ela pode ser aplicada tanto aos docentes quanto aos alunos, especificamente aos docentes ou especificamente aos alunos.

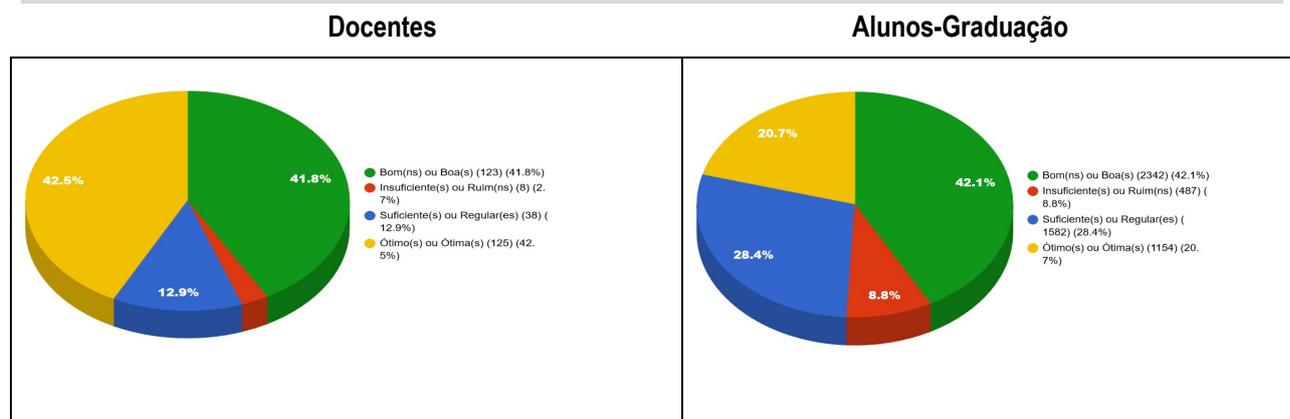
Questão comum aos docentes e alunos:

➡ A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



Foi observado um grande índice de satisfação com relação a este quesito, tanto por parte dos professores quanto por parte dos alunos. Dos 294 professores respondentes, 135 (45,9%) consideram boa a viabilização dos formandos no mercado de trabalho por parte da Instituição, 76 (25,9%) consideram suficiente, 65 (22,1%) consideram ótima e 18 (6,1%) consideram insuficiente. Com relação aos alunos, dos 5565 respondentes, 2242 (40,3%) consideram que ocorre de forma boa, 1616 (29%) consideram suficiente, 1091 (19,6%) consideram ótima e 616 (11,1%) consideram insuficiente. Na avaliação realizada em 2019, obteve-se um comportamento muito semelhante ao obtido em 2022, com 8,2% de insatisfação para os docentes e 10,7% para os alunos.

➡ Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contêm: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira ...

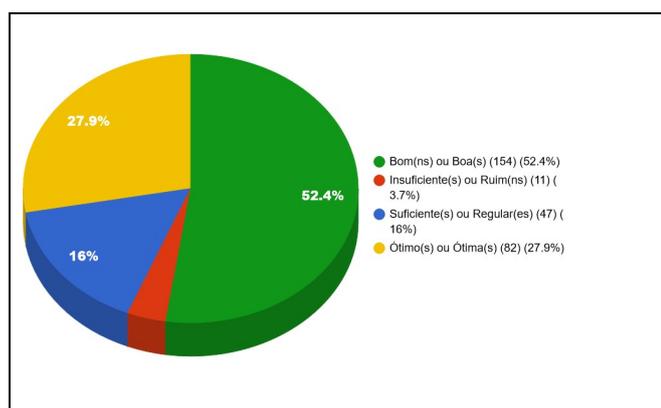


Foi observado um grande índice de satisfação com relação a este quesito, principalmente por parte dos professores. Dos 294 professores respondentes, 125 (42,5%) consideram que a apresentação dos planos de ensino ocorre de forma ótima, seguidos de uma parcela de professores que considera que ocorre de forma boa, 123 (41,8%). Com relação aos alunos, dos 5565 respondentes, 2342 (42,1%) consideram que a apresentação dos planos de ensino ocorre de forma boa, seguidos de uma parcela de alunos que considera que ocorre de forma suficiente: 1582 (28,4%). Questão semelhante é aplicada aos estudantes no questionário do ENADE. É interessante observar como os docentes e discentes percebem esta questão, considerando que são os docentes os atores do processo neste caso, pois são eles que apresentam os planos de ensino aos alunos.

Em 2019, esse quesito foi avaliado de forma similar pelos respondentes com 206 docentes (44,3%) e 1833 (45%) dos alunos da graduação considerando tal item bom.

Questão específica aos docentes

➡ A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...



Com relação a este item, os docentes apresentaram um alto índice de satisfação. Considerando o universo de 294 professores respondentes, verificou-se que 154 (52,4%) consideram que a adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando pode ser avaliada como boa, seguidos de 82 (27,9%) que avaliam como ótima, 47 (16%) que avaliam como suficiente e 11 (3,7%) que avaliam como insuficiente.

Na avaliação realizada em 2019, também foi obtido um alto índice de satisfação neste quesito. Na ocasião, 49,5% dos docentes respondentes consideraram esse item bom, enquanto 3,9% dos professores julgaram tal item insuficiente. Os docentes restantes dividiram-se entre as seguintes escalas: ótima (31%) e suficiente (15,7%).

a.3) Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.

a.4) Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

A IFES busca articular teoria e prática na formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e econômico da sociedade. Para isso, os alunos são estimulados a participar de atividades com objetivo de apropriação e construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e atitudes para o exercício profissional. Entre tais atividades estão os projetos Mini-baja, Aerodesign, Barco Solar e CEFET Jr. Consultoria. A preocupação com uma atuação profissional pautada em princípios éticos e de compromissos de cidadania, para o desenvolvimento local e regional, pode ser verificada, por exemplo, nos programas Turma Cidadã e Enactus CEFET/RJ.

Nesse contexto, vale ressaltar o Expin⁴⁸, inspirado no Invent for the Planet, evento colaborativo organizado pela Texas A&M University. O Expin48 é uma iniciativa realizada pelo Cefet/RJ que envolve estudantes de educação profissional técnica de nível médio e do ensino superior (graduação e pós-graduação). A proposta da competição é desenvolver, de modo colaborativo, soluções tecnológicas para a sociedade em 48 horas. Os participantes formam equipes, de quatro a seis pessoas, para a realização de trabalhos com base em elementos como criatividade, inovação, colaboração e conhecimento multidisciplinar. A equipe Luz do Rio foi a grande vencedora da edição 2022 do desafio de inovação do Cefet/RJ. O trabalho premiado consiste na construção de um sistema de geração de energia que utiliza turbinas e geradores eólicos de pequeno porte, adaptados para ficarem submersos nas regiões centrais dos rios. De acordo com a proposta, a manutenção do sistema seria feita pelos próprios moradores ao serem treinados durante a instalação dos equipamentos. O projeto também visa fomentar uma associação entre os moradores e empresas de reciclagem de baterias elétricas para o descarte seguro das peças ao fim de sua vida útil.

As práticas pedagógicas e atividades acadêmicas buscam o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica, por meio de estudos, pesquisas e vivências em atividades, programas e eventos como, por exemplo, os mencionados anteriormente, assim como a iniciação científica (PIBIC), o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), visitas técnicas, mobilidade estudantil (nacional e internacional) e as disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas. A IFES incentiva seus alunos a interagir com outras culturas, como elemento agregador de valor em sua formação, por meio da participação nos programas Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, este último com cerca de 30 anos de vigência, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos.

Ainda nesse contexto, convém mencionar que o CEFET/RJ e o Instituto Politécnico de Bragança (IPB), de Portugal, possuem um acordo de cooperação internacional que possibilita a obtenção de dupla-diplomação (DD). Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa receberão dois diplomas: um diploma de graduação da Instituição brasileira e o título de mestre, expedido pelo Instituto Politécnico. O intercâmbio iniciou em

2016, com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ do *campus* Angra e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da Instituição de Bragança. Mais tarde, o Instituto Politécnico de Portalegre (IPPortalegre) também fechou acordo com a Instituição nos mesmos termos. Com isso, em 2022, diversos cursos tiveram a possibilidade de participar dos editais de Dupla Diplomação lançados, como os de Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica e Administração (Valença).

No final de 2022, foi lançado o Edital 2022 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ, onde foram oferecidas 110 bolsas para o ensino superior e 130 bolsas para o ensino médio/técnico. A Monitoria, nos padrões atuais, teve seu retorno, no final de 2011, com o Edital 2011 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ. O retorno da monitoria foi extremamente enriquecedor para a Instituição.

Cabe mencionar a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos processos de construção do saber. Uma das ações do Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da informação (PDTI) do CEFET/RJ é justamente usar a Tecnologia da Informação e Comunicação como ferramenta de auxílio às atividades principais da Instituição para o aumento da qualidade e produtividade dos processos de ensino, pesquisa e extensão. Tais tecnologias, quando bem utilizadas, enriquecem e diversificam o processo de ensino e aprendizagem. A importância deste processo foi muito bem descrita por Côrrea (2004)⁴:

A revolução tecnológica concentrada nas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), que possibilita a conexão mundial via rede de computadores, promove alterações significativas na base material da sociedade, ao estabelecer uma interdependência global entre os países e modificar as relações Estado-Nação e sociedade. O uso crescente de redes como a Internet resultou na criação de uma organização social, a sociedade em rede, que permite a formação de comunidades virtuais, grupos constituídos pela identificação de interesses comuns.

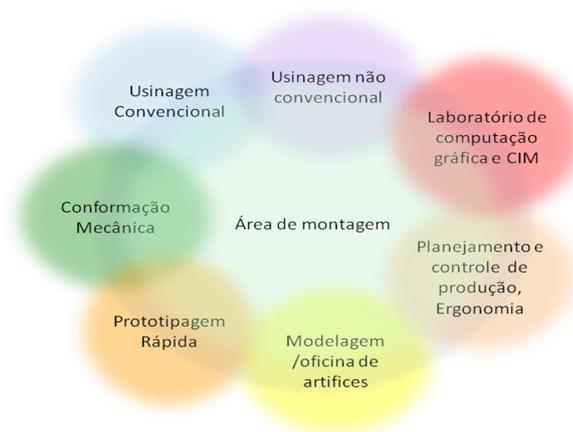
O investimento na qualidade dos cursos de graduação é feito com recursos financeiros do orçamento da Instituição, alocados em centros de custos da DIREN, do DEPES e das Unidades. Foram verificados investimentos na implantação de novos ambientes, sejam salas de aula ou laboratórios. Cabe citar também que a IFES apoia a participação de docentes em eventos nacionais e internacionais e projetos estudantis como os citados anteriormente.

Fábrica de aprendizagem

Está em fase de implantação, na Sede, uma oficina denominada Fábrica de Aprendizagem (*Learning Factory*) cujo objetivo é transformar ideias e projetos em produtos. Este conceito é comum em algumas Universidades do Exterior, como a Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual da Pensilvânia, classificada como a 17ª melhor faculdade de engenharia dos Estados Unidos. Esta oficina poderá ser usada por alunos e professores de todos os *campi*.

⁴CORRÊA, Cynthia H. W. **A Cibercultura Científica Brasileira: ensino e pesquisa na rede Internet**. Ecos Revista, Pelotas/RS, Brasil, v. 9, n.2, n. 2, p. 41-59, 2004.

Em uma oficina ou laboratório didático convencional o estudante, via de regra, realiza uma experiência ou tarefa pré-determinada segundo um roteiro dado pelo professor. Em contraste, na Fábrica de Aprendizagem não existe uma tarefa pré-determinada nem a atividade está relacionada a uma determinada disciplina. O estudante, de forma livre e em comum acordo com o professor, propõe um produto a ser fabricado. A Fábrica de Aprendizagem proporciona a infraestrutura de máquinas, equipamentos, instrumentos, materiais e orientação acadêmica para o estudante transformar o seu projeto em protótipo do produto. A área de montagem envolve os seguintes processos, presentes na ilustração a seguir, para a transformação do projeto em produto. Todas as ações são integradas e permitem uma atuação não somente multidisciplinar, mas sobretudo interdisciplinar e transdisciplinar para alcançar os resultados esperados.



Segundo Fernando Cardona (2000), na visão multidisciplinar, um elemento pode ser estudado por disciplinas diferentes ao mesmo tempo, contudo, não ocorrerá uma sobreposição dos seus saberes no estudo do elemento analisado. A ideia mais correta para esta visão seria a da justaposição das disciplinas cada uma cooperando dentro do seu saber para o estudo do elemento em questão. Nesta, cada professor cooperará com o estudo dentro da sua própria ótica; um estudo sob diversos ângulos, mas sem existir um rompimento entre as fronteiras das disciplinas. A interdisciplinaridade, por sua vez, é a forma correta de se superar a fragmentação do saber instituída no currículo formal. Através desta visão ocorrem interações recíprocas entre as disciplinas. Estas geram a troca de dados, resultados, informações e métodos. A transdisciplinaridade diz respeito ao que se encontra entre as disciplinas, através das disciplinas e para além de toda a disciplina.

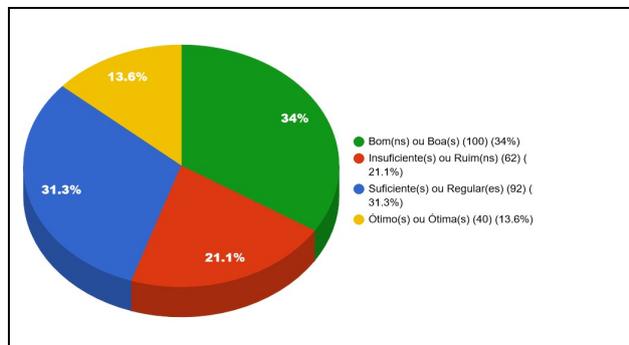
Assim, a fábrica de aprendizagem vem contribuir para a formação deste profissional do terceiro milênio, exposto a problemas cada vez mais complexos, que faz repensar o processo de ensino-aprendizagem formal.

No que se refere ao ensino e aos aspectos avaliados, foram propostas algumas questões no questionário aplicado com o intuito de levantar a percepção da comunidade envolvida, apresentadas a seguir.

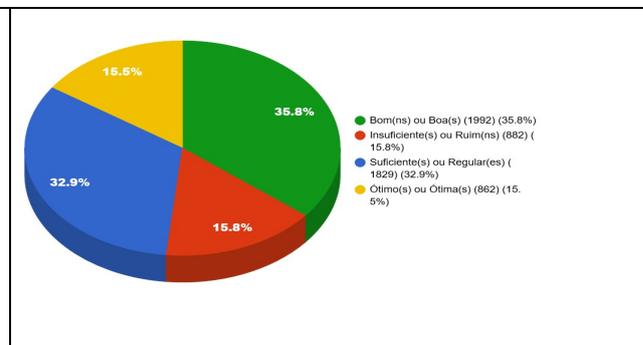
Questão comum aos docentes e alunos:

➡ Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...

Docentes



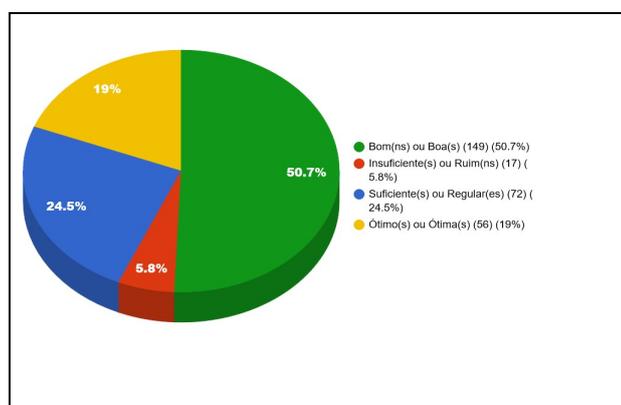
Alunos-Graduação



Com relação aos recursos disponibilizados pela IFES, observa-se que as fatias maiores nos dois gráficos correspondem a uma avaliação boa e suficiente de tal quesito, tanto para professores quanto para alunos. Dos 294 professores respondentes, 100 (34%) avaliam tal quesito como bom, 92 (31,3%) consideram suficiente, 62 (21,1%) consideram insuficiente e 40 (13,6%) consideram ótimo. Em se tratando dos alunos, num universo de 5.565 estudantes, 1.992 (35,8%) consideram bom, 1.829 (32,9%) avaliam tal quesito como suficiente, 882 (15,8%) consideram insuficiente, seguidos de 862 (15,5%) que consideram ótimo. Na avaliação realizada em 2019, as fatias maiores nos dois segmentos, docentes e alunos, também corresponderam às escalas boa e suficiente. Já o índice de insatisfação foi de 12,7% para os professores e 9,8% para os discentes.

Questão específica aos docentes

➡ As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...



A maioria dos professores se mostrou satisfeita com relação a este item. Considerando o universo de professores respondentes, 294, observou-se que 149 (50,7%) consideram que as práticas pedagógicas utilizadas promovem a interação interdisciplinar e a contextualização de forma boa, 72 (24,5%) consideram que tal processo

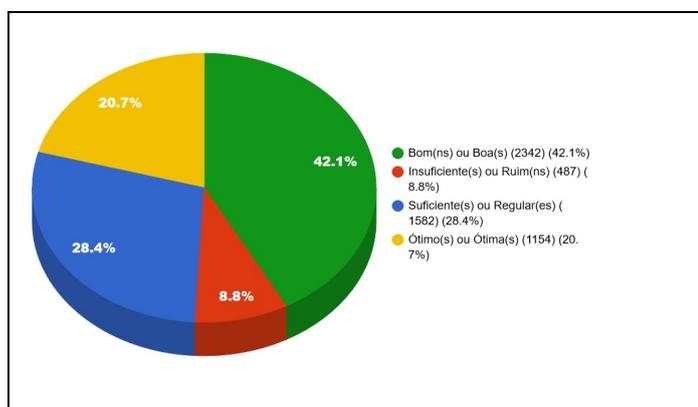
ocorre de forma suficiente, 56 (19%) consideram que acontece de forma ótima e 17 (5,8%) consideram que o processo acontece de forma insuficiente. A avaliação de 2019 apresentou um comportamento semelhante para esse quesito, com grande parte dos docentes (51,8%) avaliando-o de forma boa. Já a parcela de professores respondentes insatisfeitos correspondeu a 4,5%.

Alunos da Graduação avaliando seus Professores

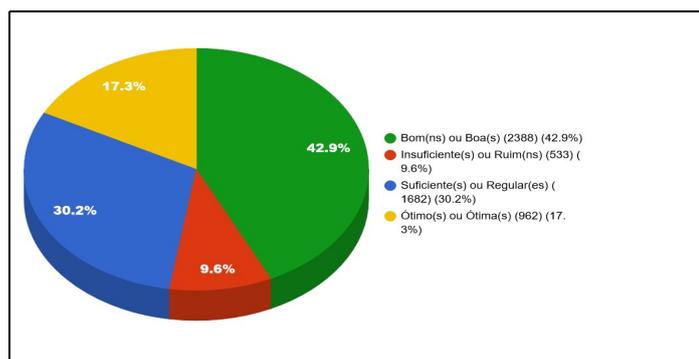
Foram propostas oito questões aos alunos, para que pudessem avaliar seus professores do período em alguns quesitos. Esta avaliação abrangeu também as disciplinas e o próprio curso, sendo realizada de forma geral, considerando somente os professores das disciplinas que os alunos cursavam no momento. No futuro, pretende-se fazer uma avaliação individual para que os professores recebam a percepção do alunado quanto ao trabalho que está sendo desenvolvido. Neste caso, optou-se por uma análise conjunta, para que esta avaliação fosse melhor compreendida, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante.

Questões específicas aos alunos

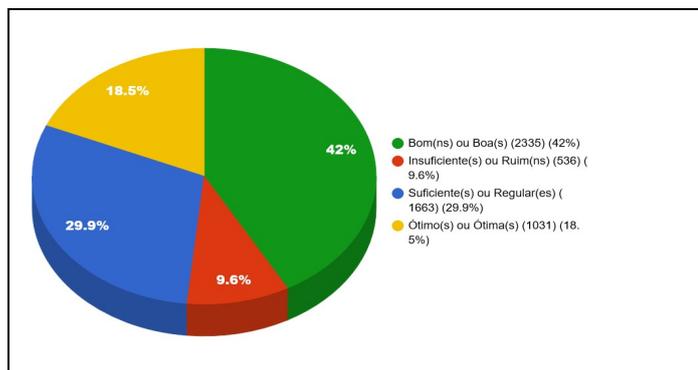
☛ 1- Os planos de ensino de cada disciplina de seu curso contêm: objetivos, metodologia de ensino, critério de avaliação, conteúdos programáticos e referências bibliográficas. Tais planos devem ser apresentados pelos professores aos alunos no início de cada período. De forma geral, isso ocorre de maneira...



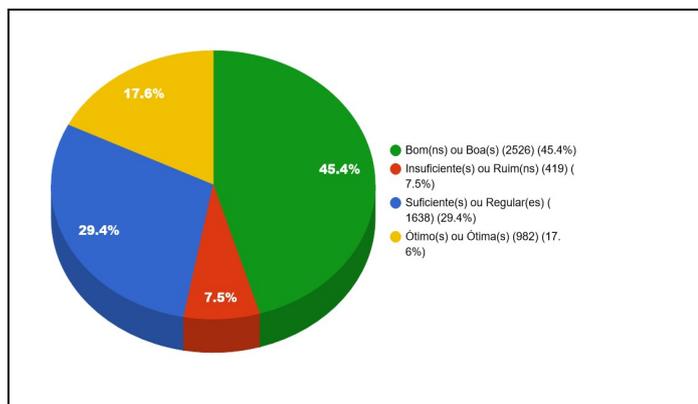
☛ 2- De forma geral, pode-se dizer que a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



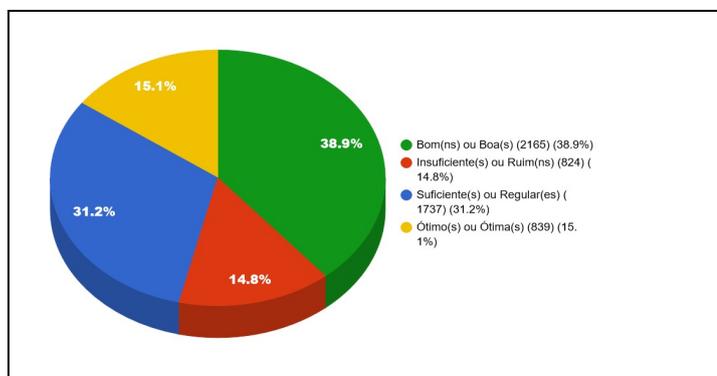
3- De forma geral, pode-se dizer que o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos ocorre de maneira...



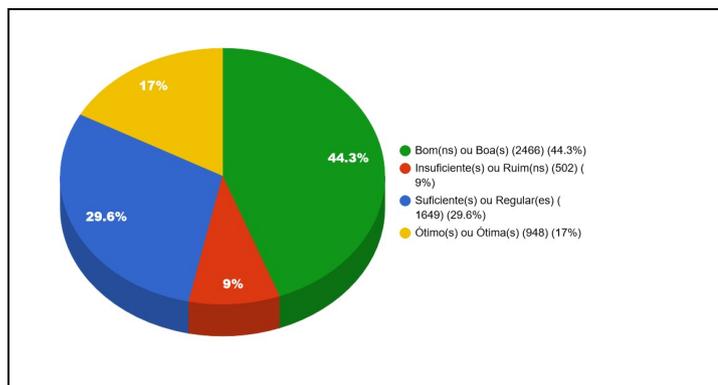
4- De forma geral, pode-se dizer que o cumprimento do conteúdo programático ocorre de maneira...



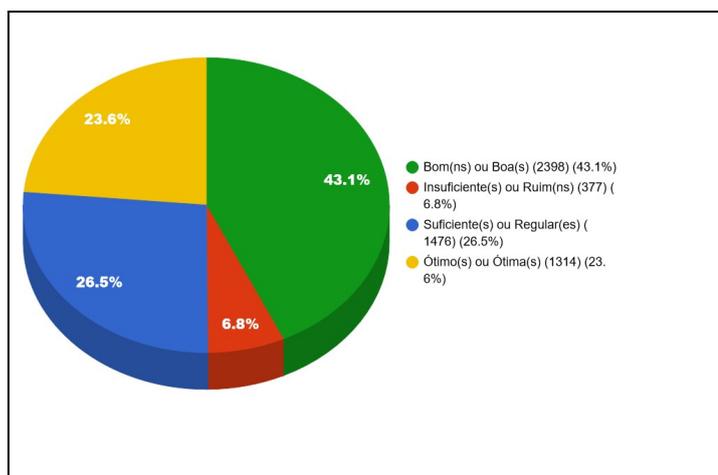
5- As práticas pedagógicas promovem a contextualização. De forma geral, pode-se dizer que a relação da teoria com a prática das disciplinas cursadas ocorre de maneira...



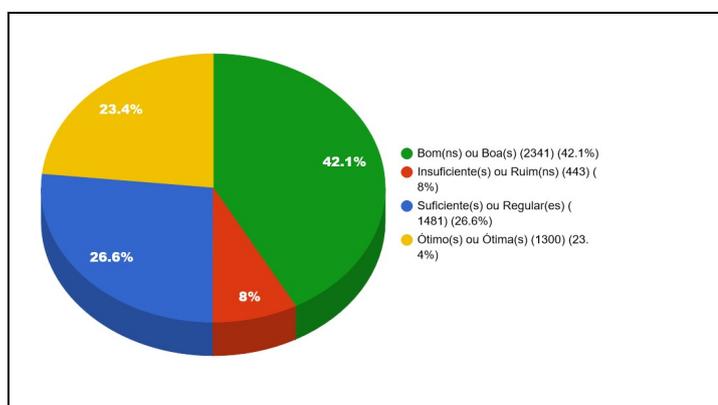
6- De forma geral, pode-se dizer que o planejamento/organização das aulas pelos professores ocorre de maneira...



7- De forma geral, pode-se dizer que a assiduidade dos seus professores ocorre de forma...



8- De forma geral, pode-se dizer que a pontualidade dos seus professores pode ser avaliada como...



Este item indicou uma grande satisfação por parte dos alunos respondentes. Em todas as oito perguntas propostas, grande parte dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom e suficiente. A questão que apresentou o maior índice de insatisfação, no caso 14,8%, foi a que abordou a relação da teoria com a prática. A questão que apresentou o menor índice de insatisfação, no caso 6,8%, corresponde à assiduidade dos professores, que foi muito bem avaliada.

Em 2019, a avaliação realizada referente a tais questões igualmente indicou uma grande satisfação por parte dos alunos respondentes. Em sete das oito perguntas propostas, grande parte dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom e suficiente. Na única pergunta que não seguiu esse padrão, as parcelas maiores ficaram entre uma avaliação boa e ótima do quesito, no caso assiduidade dos professores. A questão que apresentou o maior índice de insatisfação, no caso 12,1%, também foi a que abordou a relação da teoria com a prática. A questão que apresentou o menor índice de insatisfação, no caso 4,2%, também corresponde à assiduidade dos professores.

Considerando os objetivos do PDI em relação ao ensino de graduação descritos na Dimensão 1 (Eixo 2) e todo o contexto descrito, percebe-se que, de uma forma geral, a Instituição cumpre os objetivos traçados e empreende esforços para superar os obstáculos de percurso. Dentre as ações que ainda merecem atenção, destaca-se o apoio à capacitação de docentes para o uso de novas ferramentas de ensino-aprendizagem.

PESQUISA

a.5) Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções.

a.6) Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.

a.7) Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica).

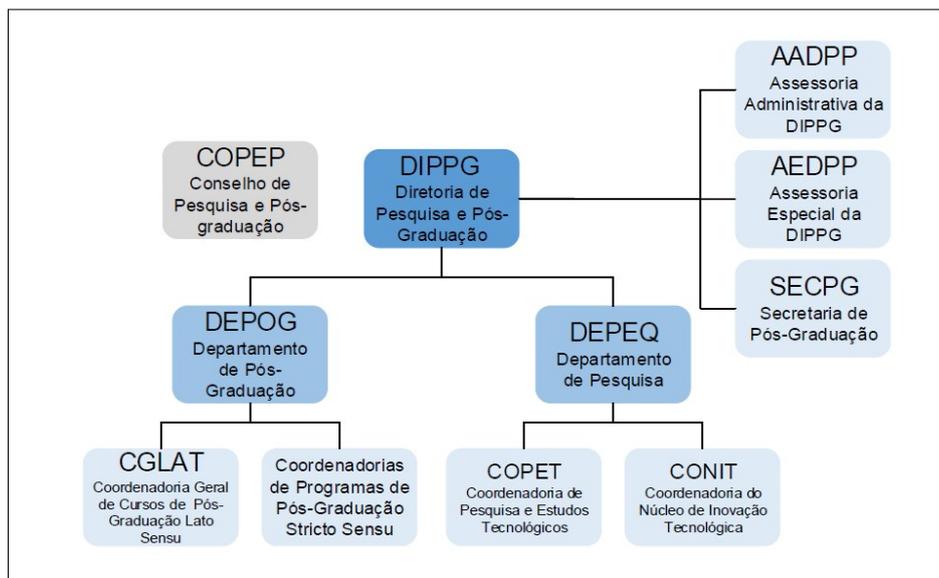
a.8) Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.

a.9) Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

O órgão responsável pelas atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas na Instituição é o DIPPG (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação). O Departamento de Pesquisa (DEPEQ) está subordinado à DIPPG, conforme ilustrado no organograma mais adiante. O DEPEQ é o responsável pela criação e manutenção de mecanismos facilitadores para o exercício da atividade de pesquisa, assegurando uma diretriz geral para as atividades de pesquisa na Instituição gerando resultados de acordo com as políticas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). As ações do departamento se concretizam por meio da Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos (COPET) e da Coordenadoria do Núcleo de Inovação Tecnológica (CONIT).

É a Assessoria de Convênios e Relações Internacionais (ASCRI) que coordena as atividades de Cooperação Internacional na gestão sistêmica da Instituição. A ASCRI está ligada à Direção-Geral. Seu principal objetivo é o de ampliar atividades, identificando as demandas e as ofertas existentes, nacional e internacionalmente, em termos de ensino, pesquisa e extensão. Dentre suas funções, estão as de disponibilizar informações pertinentes aos processos de intercâmbio docente e discente, e de viabilizar condições operacionais para a realização de convênios e eventos geradores de parcerias acadêmicas que correspondam aos princípios e valores do Centro. Também faz parte de suas atividades o encaminhamento de processos de afastamento do país de servidores do CEFET/RJ para missões, participação em congressos e similares, ou para cursos de pós-graduação. Em função dessa última atribuição, foi elaborada uma cartilha, com o propósito de delimitar procedimentos para solicitação do afastamento, bem como disponibilizar a legislação em vigor para conhecimento geral.

A Instituição possui convênios com muitos países para o intercâmbio de alunos, conforme citado nos aspectos avaliados na parte Ensino. Com relação à pesquisa propriamente dita, os intercâmbios e cooperações ocorrem basicamente entre os pesquisadores das instituições envolvidas. Há anos, acordos bilaterais vêm contribuindo para a formação de discentes e aperfeiçoamento de docentes, mediante projetos integrados de ensino e de atividades de pesquisa e desenvolvimento, com apoio financeiro da Capes, CNPq, DAAD e outras agências.



Fonte: <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/2386/Org%20DIPPG%202022.pdf>

Organograma da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Os objetivos para a pesquisa traçados no PDI 2020-2024 estão contemplados nos objetivos da Instituição apresentados na dimensão 1 do Eixo 2.

Apesar das atribuições legais para a realização de pesquisa datarem de 1978, o CEFET/RJ teve sua primeira atuação sistematizada nesse campo em 1986, com a criação do Núcleo de Pesquisa Tecnológica – NPT. Esse Núcleo acabou por determinar, em 1991, a criação do Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação – DPPG. Em 2005, em consonância com o então recém-aprovado estatuto e com os objetivos, estratégias e ações do PDI 2005-2009, o DPPG foi transformado na Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), de caráter sistêmico, abrangendo todas as Unidades do sistema CEFET/RJ (Sede e Unidades descentralizadas ou *campi*).

Antes de 1986, não havia registro e acompanhamento institucional das várias iniciativas isoladas de produção de conhecimento por parte do corpo docente. Com o NPT, começa um esforço nesse sentido que, continuado com a criação do DPPG, sustenta a implantação do primeiro Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com o curso de mestrado em Tecnologia em 1992. Por algum tempo, a atividade de pesquisa manteve-se restrita ao corpo docente e escopo desse curso. A maior parte da produção, na época, confundia-se com a capacitação docente, correspondente a dissertações de mestrado e teses de doutorado. A atividade de Iniciação Científica continuava a existir por iniciativa de alguns professores, com bolsas, em geral, trazidas de outras instituições. Em 1996, várias ações são determinadas no sentido de fortalecer a pesquisa e, por consequência, a pós-graduação, visando à sua institucionalização no Centro. Com a criação da COPET, ainda nesse ano são aprovados a regulamentação da atividade de pesquisa e o Programa de Iniciação Científica pelos Conselhos competentes. A partir daí, passa a se desenvolver um cadastramento de projetos, que configura o primeiro banco de projetos de pesquisa institucional.

O primeiro grupo de pesquisa da Instituição foi cadastrado em 1997, no diretório de grupos do CNPq. Desde 2000, o orçamento do Centro disponibiliza bolsas de Iniciação Científica, tendo sido também instituído o Comitê Interno de Iniciação Científica. No início de 2003, a Instituição contava com vinte bolsas de Iniciação Científica em

seu orçamento e foi contemplada, ainda, com outras dez bolsas do CNPq, passando, com isso, a constituir o Comitê Externo de Iniciação Científica, conforme as regras desse Conselho. Em 2022, o CEFET/RJ possuía um total de 203 bolsas para o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -Graduação), aumentando o total que possuía em 2021, conforme tabela a seguir. O ingresso no programa se dá mediante edital sendo que a seleção, acompanhamento e avaliação dos programas são feitos por um Comitê Interno e Externo, conforme regras estabelecidas pelo órgão de fomento. Os resultados dos projetos de Iniciação Científica são apresentados pelos alunos nos Seminários de Iniciação Científica do CEFET/RJ, evento anual promovido pela Instituição. Os resumos dos trabalhos são publicados pela COPET em um livro de resumos.

PIBIC	Número de Bolsas por tipo e órgão financiador	
	Iniciação Científica 2021	Iniciação Científica 2022
Órgão Financiador		
CNPq	38	40
CEFET/RJ	93	100
Total	131	140

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2022. DIGES, 2023.

Assim, por meio de tais programas, os alunos têm o seu primeiro contato formal com as atividades de pesquisa. Na avaliação da Iniciação Científica pelo CNPq, realizada em 2005, o CEFET/RJ ocupava a 5ª posição entre 247 Instituições, indicando tratar-se de um programa de excelência. Depois disso, não ocorreu outra avaliação, nesses moldes, que fizesse esse tipo de ranqueamento.

O DIPPG que, desde 2003, passou a ter Conselho próprio, conta desde o final de 2010, mediante atuação da COPET, com 25 grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq e um Banco de Projetos Institucionais registrados no banco de dados da COPET que abrange projetos vinculados aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e projetos resultantes das demais atividades de pesquisa da Instituição. Alguns dos projetos com financiamento do CNPq, da Finep, da Capes, da FAPERJ, entre outras agências de fomento. A ampliação do número de grupos de pesquisa de 22 para 53, durante o período de 2010 a 2022, foi sustentada pelo aumento de pesquisadores com produção científica qualificada envolvidos diretamente com atividades de pesquisa. Em 2022, o CEFET/RJ possui 16 Bolsistas de Produtividade do CNPq (1 bolsista nível 1C, 3 nível 1D e 12 nível 2).

A pesquisa, desenvolvida nos diversos Laboratórios de Pesquisa da Instituição, é realizada tanto pelos grupos de pesquisa quanto por pesquisadores isolados. Os resultados das pesquisas são disseminados através da produção acadêmica publicada em diversos veículos, entre os quais, periódicos internacionais de alto impacto. De acordo com o Regulamento da Pesquisa da Instituição, toda atividade com esta natureza deve ser proposta pela Coordenação de origem do pesquisador responsável ao DEPEQ. A célula básica das atividades de pesquisa é o projeto de pesquisa, que sempre tem um coordenador responsável, e deve ser formulado para atender aos requisitos estabelecidos no regulamento e rotinas.

A relação dos grupos de pesquisa do CEFET/RJ está apresentada na tabela a seguir:

1. Algoritmos e Modelagem Computacional
2. Análise Estrutural, Vibrações e Acústica
3. Aprendizado de Máquina
4. Aprendizagem Baseada em Problemas
5. Ciências Térmicas em Micro e Macro Escala
6. Compósitos e Adesivos
7. Computação Paralela e Distribuída
8. Comunicação Quântica
9. Cooperação Tecnológica, Inovação e Desenvolvimento
10. CTS e Educação
11. Ciências Sociais, Ações Coletivas e Mundo do Trabalho
12. Culturas e Identidades Étnico-Raciais
13. Data Analytics Lab
14. Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos
15. Dispositivos e Sistemas Ópticos
16. Divulgação Científica: práticas de apropriação por docentes e discentes
17. Ecooa: Ecoeconomias, Ecoinovações e a Abordagem do Ciclo de Vida
18. Educação em Ciências e Representações Sociais (EDUCIRS)
19. EMMA - Estudos em Modelagem Matemática
20. Estudos de Prevenção de Riscos e Agravos à Saúde
21. Estudos Integrados em Turismo e Humanidades
22. Estudos Teóricos e Práticos em Saúde e Ambiente
23. Expedições do CEFET/RJ
24. Física Experimental e Aplicada
25. GAIC - Grupo de Automação, Instrumentação e Controle
26. Gestão da Tecnologia
27. Gestão do Conhecimento e da Inovação Tecnológica
28. Grupo de Empreendedorismo, Energia, Meio Ambiente e Tecnologia
29. Grupo de Microeletrônica
30. Grupo de Pesquisa em Educação em Ciências, História da Ciência e Cultura
31. Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas
32. História e Memória dos Movimentos Sociais, Intelectuais e das Políticas Públicas: América, Europa e África
33. História e Modernidade: Identidade, raça e cultura -América Latina e Brasil
34. Informática na Educação
35. Integridade Estrutural
36. Interações Fundamentais
37. Laboratório de Computação Afetiva -LaCAfe
38. Mecatrônica
39. Meio Ambiente e Eficiência Energética
40. Meninas e Mulheres na Computação -MMComp
41. Mobility Systems Laboratory - MOB-LAB
42. Núcleo de Estudos Culturais Orientais (NECO)
43. N@melab Novos Ambientes para Educação e Sustentabilidade
44. Otimização Combinatória e Aplicações
45. Perspectivas Sociais em Ensino de Ciências
46. Políticas, Práticas e Currículo no Ensino Médio Integrado
47. Práticas discursivas na produção de ident. sociais: Fatores humanos, organiz., trabalho, tecnol. e sociedade
48. Processamento e Soldagem por Fricção e Mistura
49. Racismo, Discurso e Cinema Negro
50. Redes Adaptativas e Processamento Inteligente
51. Relatividade, Astrofísica e Constituintes da Matéria
52. Sistemas e Estruturas Inteligentes
53. Sport Analytics
54. SULEAR – Saberes Subalternizados, Letramentos, Ações de Resistência
55. Teoria e Técnicas de Eletrônica
56. Transmissão Digital e Comunicações Eletrônicas

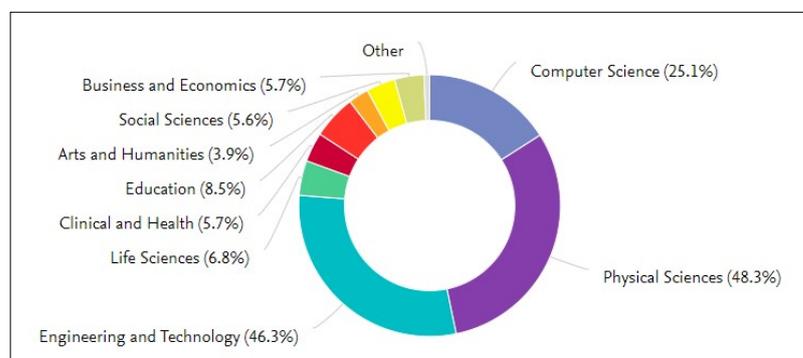
Fonte: DIPPG/DEPEQ, 2023.

Percebe-se que os grupos de pesquisa são formados nas mesmas linhas de pesquisa da pós-graduação, o que é natural. No entanto, há pesquisas sendo realizadas também em outras linhas, ainda não contempladas. Seria interessante um maior incentivo nas linhas de pesquisa que ainda são incipientes, mas que também se mostram importantes para o desenvolvimento da Instituição e do país. Sugere-se que essas linhas sejam identificadas e traçados mecanismos de fortalecimento delas, uma vez comprovado que são importantes para o desenvolvimento da Instituição.

O registro das publicações em periódicos e anais de eventos científicos era feito através do SIMEC, onde tais informações eram retiradas manualmente do *curriculum lattes* de cada pesquisador pelos coordenadores dos programas de pós-graduação. Em 2010, o portal da DIPPG passou a apresentar dados da produção intelectual dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, extraídos diretamente dos currículos Lattes dos pesquisadores através do aplicativo scriptLattes desenvolvido pela USP. São registradas apenas as publicações dos pesquisadores incluídos nos programas de pós-graduação. Na realidade, se fossem consideradas as publicações de todos os pesquisadores da Instituição, o número de publicações seria maior. Atualmente, os dados são extraídos da Plataforma Stela Experta, com base nos currículos Lattes.

Uma outra fonte bastante significativa é a SciVal, uma plataforma desenvolvida pela Elsevier, que oferece várias ferramentas de análise de indicadores de produção científica, tendo como fonte de dados o Scopus e o Science Direct, e que permite, dentre outras variáveis, identificar a colaboração de uma determinada Instituição com outras em âmbito internacional, bem como o desempenho e impacto de sua pesquisa. A SciVal, atualmente, reúne cerca de 14.000 instituições de pesquisa de 230 países ao redor do mundo.

De acordo com dados disponibilizados pela SciVal, durante o período de 2018 a 2022, o CEFET/RJ teve mais de mil e cem artigos indexados em bases internacionais com um índice de 8 citações por artigo. Essa produção encontra-se distribuída em diversas áreas do conhecimento, com destaque para as Engenharias, conforme a figura a seguir.



Fonte: <https://www.scival.com>

Os indicadores a seguir apresentam a produção científica do CEFET/RJ referente a 2022, extraída da plataforma Sttela Experta.

Produção Bibliográfica	Artigo aceito para publicação	65
	Artigo publicado em periódicos	318
	Capítulo de livro publicado	53
	Livro publicado	3
	Organização de obra publicada	5
	Outra produção bibliográfica	4
	Prefácio, Posfácio	2
	Texto em jornal ou revista	4
	Trabalho publicado em anais de evento	170
Produção técnica	Apresentação de trabalho e palestra	90
	Assessoria e consultoria	9
	Curso de curta duração ministrado	12
	Desenvolvimento de material didático ou instrucional	3
	Editoração	2
	Outra produção técnica	5
	Patentes e registros	1
	Produto	1
	Programa de computador	2
	Programa de rádio ou TV	16
	Rede social, Website e blog	8
	Relatório de pesquisa	2
	Trabalhos técnicos	76
Produção artística/cultural	Artes Cênicas	1
	Música	2

A DIPPG tem seus critérios sobre a alocação dos recursos do centro de custos aprovados. O financiamento da participação de docentes, pesquisadores e discentes em eventos científicos se dá com a alocação dos recursos para os programas de pós-graduação *stricto sensu*. Para os discentes, só é possível utilizar os recursos da Capes (verba PROAP), que também podem ser utilizados para os docentes dos programas. Em 2011, o centro de custos da DIPPG representava 20% do orçamento do CEFET/RJ aplicado em investimento. Grande parte destes recursos (90%) foi utilizada para ampliar e modernizar a infraestrutura dos grupos de pesquisa com a abertura de editais internos baseados em indicadores de produtividade. Estes recursos vêm se somar àqueles captados pelos pesquisadores junto aos órgãos de fomento, como FINEP, CNPq, FAPERJ e CAPES.

O CEFET/RJ entende que a pesquisa é uma atividade indissociável do ensino e da extensão, incentiva a pesquisa científica e tecnológica com o objetivo de contribuir para o avanço técnico-científico do país, para a solução de problemas nas suas áreas de atuação e para o aperfeiçoamento do processo de formação e qualificação profissional. Assim, a Instituição assume que o foco de suas pesquisas e estudos científicos e tecnológicos seja voltado para a solução dos problemas internos do país, valorizando soluções, patentes, produtos e ações que resultem em respostas às necessidades locais, regionais e nacionais. Nesse contexto, cabe ressaltar a importância da formação de professores para a área técnica/tecnológica. Os programas da pós-graduação do CEFET/RJ, de acordo com as linhas de ação da CAPES, devem preparar os futuros professores e pesquisadores para a área tecnológica nos três níveis de cursos, técnico, graduação e pós-graduação.

Com as bolsas de Iniciação Científica, a participação da graduação na atividade de pesquisa é ampliada. A pesquisa é uma das ferramentas utilizadas nas práticas pedagógicas e atividades acadêmicas para o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica do aluno. A IFES busca integrar a participação de todos os níveis de ensino nessa atividade, não só com a capacitação de docentes em programas de mestrado e doutorado, mas também, a exemplo do Programa de Iniciação Científica, em Programas de Iniciação Tecnológica favorecendo, assim, a possibilidade de engajamento de docentes e discentes dos cursos regulares do Centro em projetos institucionais de pesquisa. Os critérios apresentados para a concessão de bolsas PIBIC são baseados na qualidade dos artigos publicados pelo orientador, com base na RAD (Regulamento da Avaliação de Desempenho).

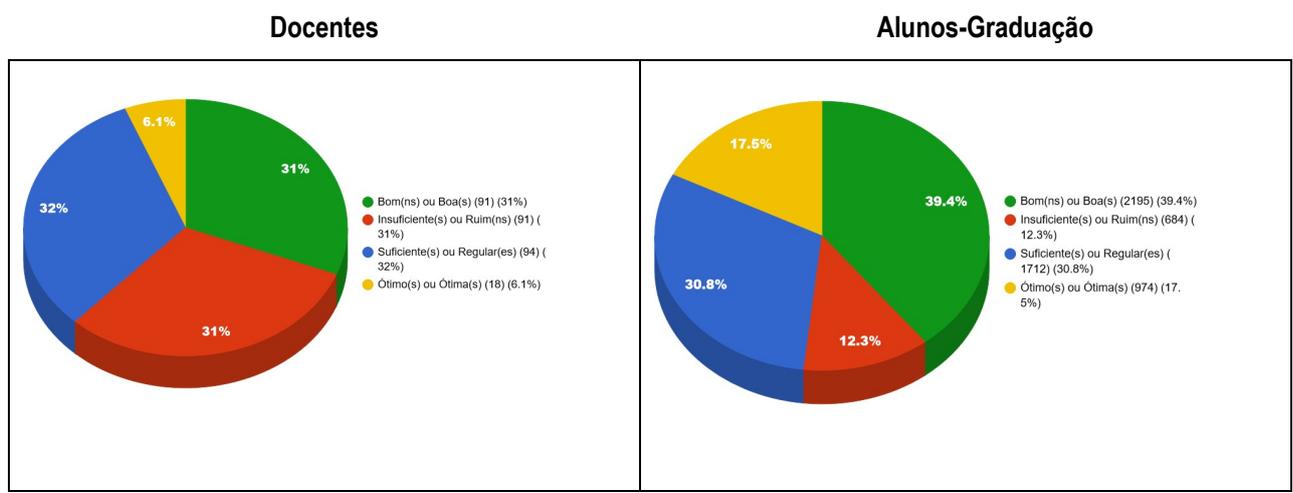
As atividades de pesquisa estão regulamentadas por meio de resoluções, regulamentos e normas, aprovados pelos conselhos competentes, que procuram garantir a expansão e a consolidação das atividades de pesquisa. Entre os principais documentos regulamentadores podem ser destacados os seguintes:

- Regulamento do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP);
- Regulamento da Pesquisa;
- Regulamento da Coordenadoria do Núcleo de Inovação Tecnológica (CONIT);
- Normas para a Criação de Grupos de Pesquisa.
- Critérios para Cadastros de Projetos de Pesquisa

Com relação à pesquisa, foram propostas algumas questões a alunos e professores. Os resultados colhidos são apresentados e analisados a seguir.

Questões comuns aos docentes e alunos:

➡ A política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como...

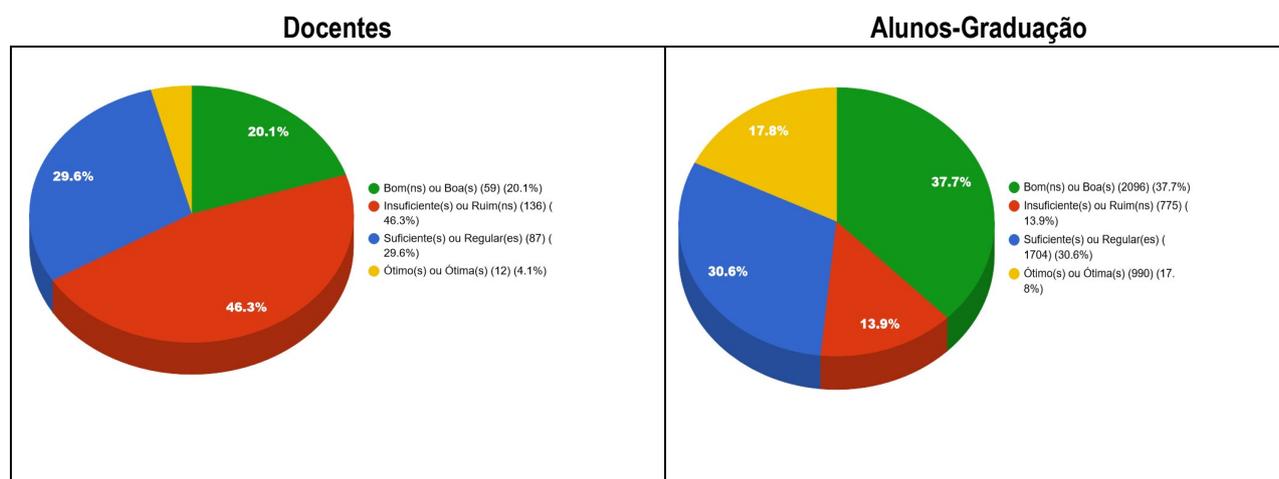


Dos 294 professores respondentes, 94 (32%) consideram que a política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como suficiente, seguidos de duas parcelas igualmente divididas entre as escalas insuficiente e boa (31%), o equivalente a 91 respondentes cada. Talvez esses índices estejam relacionados a dois grupos de

professores: os que possuem suas linhas de pesquisa ligadas à pós-graduação e aqueles que procuram fazer pesquisa, mas encontram dificuldades inerentes ao fato de que suas linhas de pesquisa não receberem o mesmo incentivo do que as outras, por não estarem inseridas em nenhum grupo de pesquisa. Há ainda 18 (6,1%) docentes que avaliam a política de incentivo à pesquisa como ótima. Com relação aos alunos de graduação, dos 5.565 respondentes, 2.195 (39,4%) consideram que a política de incentivo à pesquisa na Instituição pode ser avaliada como boa, 1.712 (30,8%) como suficiente, 974 (17,5%) como ótima e 684 (12,3%) consideram insuficiente. Percebe-se que, de forma geral, tal quesito foi bem avaliado, no entanto, o índice de insatisfação ainda merece atenção.

Na avaliação realizada em 2019, tal quesito foi julgado como bom por grande parte dos alunos da graduação e docentes. Já os índices de insatisfação foram de: 24,9% para os docentes e 12,5% para os alunos da graduação.

➡ A Instituição viabiliza a participação dos docentes e discentes em congressos, exposições ou reuniões científicas. Isso acontece de maneira...



Considerando os professores respondentes, observa-se que grande parte, 136 (46,3%), considera que a Instituição viabiliza a participação dos docentes e discentes em congressos, exposições ou reuniões científicas de forma insuficiente, seguida de outra parcela, o equivalente a 87 respondentes (29,6%), que a julga suficiente. Outros 59 docentes (20,1%) apontam tal quesito como bom, seguidos de 12 (4,1%) que o consideram ótimo. Com relação aos alunos de graduação, grande parcela, 37,7% (2.096 alunos), considera que tal viabilização ocorre de forma boa, seguida de outra parte, 30,6% (1.704 estudantes), que avalia como suficiente e outra parcela, 17,8% (990 discentes), que julga tal item como ótimo. Tais índices de satisfação podem estar relacionados à participação dos alunos em projetos como o Mini-baja e o Aerodesign, por exemplo. Finalmente, 13,9% (775 alunos) consideram tal quesito como insuficiente. Assim, pode-se dizer que, de forma geral, tal quesito foi bem avaliado pelos alunos.

Na avaliação de 2019, grande parte dos professores avaliou tal quesito como insuficiente (34,4%) seguida de outra grande parcela que o considerou suficiente (32,3%). Já grande parte dos alunos da graduação avaliou tal

quesito como bom (42,1%) e suficiente (28,3%). A parcela correspondente à insuficiente, na época, representava 11,8% dos alunos da graduação.

Considerando os objetivos do PDI em relação à pesquisa descritos no início da análise dessa dimensão e todo o contexto descrito, percebe-se que, de um modo geral, a Instituição vem buscando cumprir os objetivos traçados.

EXTENSÃO

a.10) Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.

a.11) Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.

a.12) Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

Reconhecida como atividade acadêmica na Constituição de 1988, a extensão traduz o compromisso de disponibilização e produção de conhecimentos em resposta às demandas da sociedade e, em se tratando de grupos da população cujas necessidades básicas ainda não foram atendidas, a responsabilidade social de utilização desse conhecimento a serviço da melhoria de condições de sua qualidade de vida. O FORPREX (Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, do qual a Instituição participa com direito a voz e voto) conceitua a Extensão Universitária como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A Extensão no CEFET/RJ tem suas políticas conduzidas pela Diretoria de Extensão (DIREX), órgão responsável pelo planejamento, coordenação, avaliação e controle dessas atividades nos diferentes *campi* da Instituição. Desde a década de 90, a Instituição vem buscando desenvolver, consolidar e fortalecer experiências e projetos reconhecidos como atividades de extensão, entendendo esse tipo de realização acadêmica como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a Instituição educacional e a sociedade. Vale observar que a Instituição entende que os programas de extensão não visam substituir funções de responsabilidade do estado, do setor produtivo e da sociedade civil, mas sim produzir e disseminar saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população.

Integram o rol de atividades da DIREX, o Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC) que se ocupa da gestão executiva e institucional das ações de Extensão (programa de projetos e bolsas de Extensão, por exemplo), além da área de Assistência Estudantil. Integram o DEAC dois núcleos que viabilizam, respectivamente, as ações de Cultura (NAC – Núcleo de Arte e Cultura), de modo a fortalecer os ideários do pluralismo e diversidade cultural; e as atividades relacionadas aos cursos preparatórios voltados para a comunidade (NUAC – Núcleo de Assuntos Comunitários).

Os objetivos para a extensão traçados no PDI 2020-2024 estão contemplados nos objetivos da Instituição apresentados na dimensão 1 do Eixo 2.

Assim, o CEFET/RJ busca consolidar a extensão, enquanto prática acadêmica, articulada com o ensino e a pesquisa, uma vez que a extensão acaba por favorecer o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica. Um bom exemplo desta integração é o reconhecimento da atividade extensionista na grade curricular do aluno de graduação, a exemplo do Programa Turma Cidadã e as

atividades desenvolvidas pelo Time ENACTUS CEFET/RJ. Além disso, de forma concomitante ou não às demandas do entorno social, para a integração do CEFET/RJ com a sociedade são estimuladas atividades nas áreas voltadas a áreas temáticas definidas como Comunicação, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Direitos Humanos, Justiça e Cultura.

De modo geral, as ações de extensão englobam programas, projetos, cursos (de atualização, qualificação profissional, aperfeiçoamento, educação continuada etc.), eventos (realização de congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, feiras, eventos esportivos, campanhas, apresentações artísticas), prestação de serviços, produção e publicação (de material impresso e multimídia) e outros produtos acadêmicos, voltados a áreas temáticas definidas no parágrafo anterior.

A partir da nucleação de projetos e ações de extensão conforme as respectivas áreas temáticas e de atuação em uma mesma linha programática, busca-se o apoio de programas de fomento, especialmente o Programa de Bolsas de Extensão, e integram-se os projetos e programas de extensão ao plano pedagógico dos cursos de graduação e técnicos, em um processo de complementaridade curricular. São exemplos disso: o Programa Turma Cidadã, a CEFET Jr. Consultoria, a ENACTUS CEFET/RJ, as atividades da Semana de Extensão e da Feira de Estágio e Emprego, a IETEC – Incubadora de Empresas Tecnológicas – e a ITESS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis –, alguns dos quais serão descritos a seguir.

-Turma Cidadã: programa voltado para os estudantes da graduação com foco nas questões sociais, pessoais e ambientais;

-Time ENACTUS CEFET/RJ: programa de protagonismo estudantil, cujo escopo está voltado para as questões de empreendimento social;

- Empresa CEFET Jr: programa com base no empreendedorismo empresarial focado em ações de consultoria desenvolvido por estudantes da graduação com a assistência de professores orientadores;

-Incubadora de Empresas Tecnológicas –IETEC: mecanismo destinado a apoiar empreendimentos nascentes inovadores, de base tecnológica, que apoiem os empreendedores e projetos necessitados de um desenvolvimento tecnológico, de formação empreendedora e de estruturação gerencial. Constitui, assim, um meio inovador que gera condições para aumentar as chances de sobrevivência, crescimento e consolidação de microempresas inovadoras.

-Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis–ITESS: seu diferencial é a ênfase atribuída aos princípios da economia solidária, de grupos populares e/ou empreendimentos sociais econômicos solidários, podendo contemplar outras formas de empreendimentos compatíveis com a economia solidária, oriundos das regiões do entorno dos *campi* do CEFET/RJ. Além disso, atua como espaço de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão.

Há ainda dois núcleos que merecem ser citados, embora não estejam subordinados à Diretoria de Extensão:

- Núcleo de Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE) que visa atender às demandas de estudantes e servidores com necessidades especiais de aprendizagem e de acessibilidade;

- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEABI) que visa promover o estudo das relações étnico-raciais, contribuindo para a execução de políticas de ação afirmativa voltadas para a população negra.

Cabe citar também o Centro de Memória do CEFET/RJ, que disponibiliza todo seu acervo para pesquisa científica e tecnológica e visitas abertas aos públicos interno e externo, de modo a tornar evidente não só a história da Instituição bem como a cronologia e a dinâmica do desenvolvimento da educação profissional e tecnológica de nosso país.

Dentre os grandes eventos anuais realizados pelo CEFET/RJ, está a Semana de Extensão, denominada atualmente Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX). Esse último evento ocorre na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada sempre em outubro e criada pelo decreto presidencial s/nº de 9 de junho de 2004. Nesta ocasião, acontecem, na Instituição, exposições científicas e tecnológicas compostas pelas EXPOTEC RIO, EXPOSUP, cujos enfoques vão ao encontro das diretrizes do PDI, visando a demonstração de criatividade para a aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos adquiridos em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo a responsabilidade social, econômica, ambiental e o desenvolvimento sustentável como objetivos a serem alcançados. A EXPOTEC é uma exposição da produção em tecnologia de alunos de cursos de educação profissional técnica de nível médio do estado do Rio de Janeiro. A EXPOSUP é uma exposição da produção em ciência e tecnologia de alunos dos cursos superiores e de pós-graduação do sistema CEFET/RJ. A Semana abrange também o Fórum de Ensino e a Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação (JIPP). Tal semana, que inclui também um ciclo multidisciplinar com comunicações livres, mesas-redondas, oficinas, minicursos e atividades artístico-culturais, como pode ser visto no folder ilustrado, é muito importante para a Instituição, pois promove a interação entre professores, alunos, técnico-administrativos e a sociedade de uma forma geral.



(a)



(b)

Folder da Semana de Extensão: (a) realizada em 2021 e (b) realizada em 2022.

Uma lista das atividades de Extensão realizadas de 2020 a 2022 pode ser encontrada na Dimensão 3 (Responsabilidade Social).

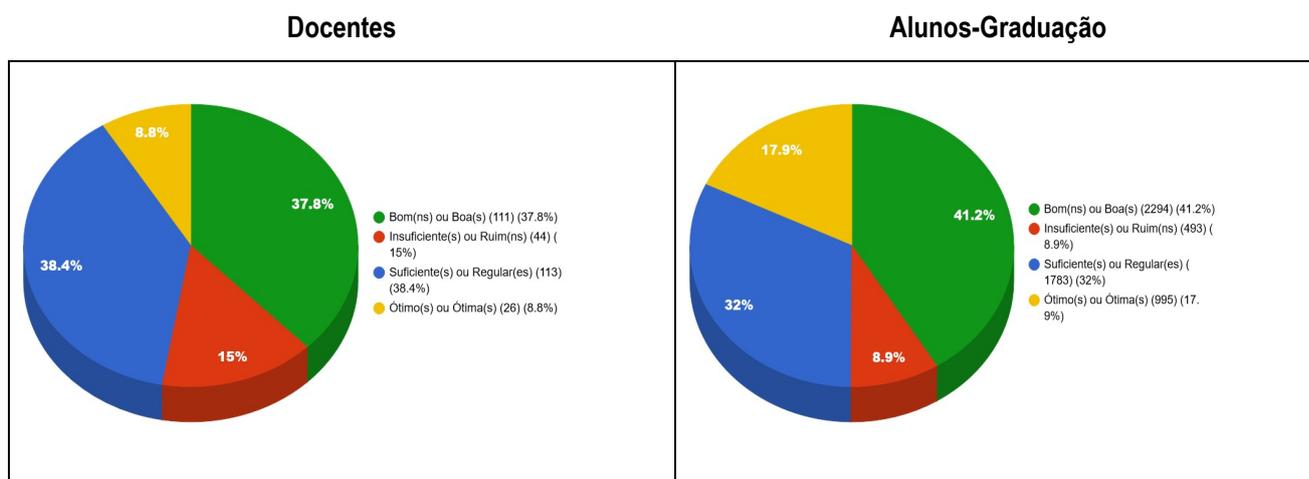
Conforme consta no PDI 2020-2024, entendendo que os programas de extensão produzem e disseminam saberes contextualizados, tornando-os acessíveis à população, o projeto pedagógico ao tratar dessa atividade acadêmica, certamente continuará a assinalar que:

- a Instituição deve se constituir como sistema aberto à sociedade, sendo sensível a seus problemas em nível local, regional e nacional;
- a Instituição deve participar de movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das condições de desigualdade e exclusão existentes no país;
- o desenvolvimento da ciência e da tecnologia só ganha sentido na perspectiva da promoção humana;
- a superação das desigualdades sociais e a atenção às necessidades da população exigem a democratização do saber e a formação de cidadãos-profissionais capazes de colocar, individual e coletivamente, o conhecimento científico-tecnológico adquirido a serviço do desenvolvimento político, econômico e social do espaço em que vivem e atuam.

No que se refere à Extensão, foi proposta uma questão para docentes e alunos no questionário aplicado à comunidade, apresentada a seguir.

Questão comum aos docentes e alunos:

A política institucional de articulação entre ensino e extensão pode ser avaliada como...



A partir dos resultados, verificou-se que grande parte dos professores respondentes considera que a política institucional de articulação entre ensino e extensão é suficiente, o que equivale a 113 (38,4%) docentes. Dentre o restante, 111 (37,8%) consideram boa, 44 (15%) ruim e 26 (8,8%) ótima. Com relação aos alunos da graduação, 41,2% (2294 discentes) avaliaram-na como boa, 32% (1783 estudantes) como suficiente, 17,9% (995 alunos) como ótima e 8,9% (493 discentes) consideraram-na insuficiente.

Na avaliação de 2019, grande parte dos professores e alunos da graduação respondentes avaliou tal política como boa e suficiente. Os índices de insatisfação foram de 11,6% para os docentes e 8,1% para os discentes da graduação.

Quanto aos objetivos propostos no PDI, pode-se dizer que a Instituição busca o cumprimento dos mesmos.

PÓS-GRADUAÇÃO

a.13) Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

a.14) Política de melhoria da qualidade da pós-graduação.

a.15) Integração entre graduação e pós-graduação

a.16) Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.

Como já foi mencionado nos aspectos avaliados em Pesquisa, o órgão responsável pelas atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas na Instituição é a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação - DIPPG. A DIPPG é equivalente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação na estrutura de uma universidade. Ela foi criada em 2005 para cumprir o disposto no Estatuto do CEFET/RJ e vem atuando em consonância com a filosofia, princípios e valores institucionais, procurando cumprir os objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP) da DIPPG é o órgão normativo e consultivo para o ensino de pós-graduação, em assuntos de natureza acadêmica, e de pesquisa, conforme Regimento Interno da Instituição.

Os objetivos para a pós-graduação traçados no PDI 2020-2024 estão contemplados nos objetivos da Instituição apresentados na dimensão 1 do Eixo 2.

Pós-Graduação *Stricto Sensu*

O primeiro programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* implantado na Instituição aconteceu em 1992, com a criação do curso de Mestrado em Tecnologia. O segundo programa aprovado no CEFET/RJ ocorreu no âmbito do Ensino de Ciências Físicas e Matemáticas, tendo como objetivo capacitar professores de física e matemática do ensino fundamental e básico. O Programa de Ensino de Ciências era profissional e o Programa em Tecnologia era acadêmico.

Em 2022, a Instituição possuía 9 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com 8 cursos de mestrado, 4 cursos de doutorado, e 3 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Os mestrados acadêmicos têm duração mínima de 18 meses e máxima de 24. Existe pedido de prorrogação justificada, que pode levar o tempo máximo de 36 meses. No mestrado profissional, o prazo máximo é de 30 meses, prorrogável por mais 6 meses. A próxima tabela apresenta os dados dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do CEFET/RJ, em 2022.

O crescimento da pós-graduação *stricto sensu* do CEFET/RJ foi acompanhado da preocupação com a qualidade dos cursos e a formação dos egressos o que se refletiu na melhoria da avaliação dos Programas feita pela Capes. Na última quadrienal (2017-2020), de forma geral, o desempenho dos cursos da Instituição foi superior à média nacional. Dos nove programas de pós-graduação *stricto sensu* do Cefet/RJ, 44% aumentaram suas notas. O Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciência, Tecnologia e Educação – PPCTE obteve nota 6, sendo considerado um Programa de excelência acadêmica, com a maior nota obtida por um PPGSS da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT; o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em

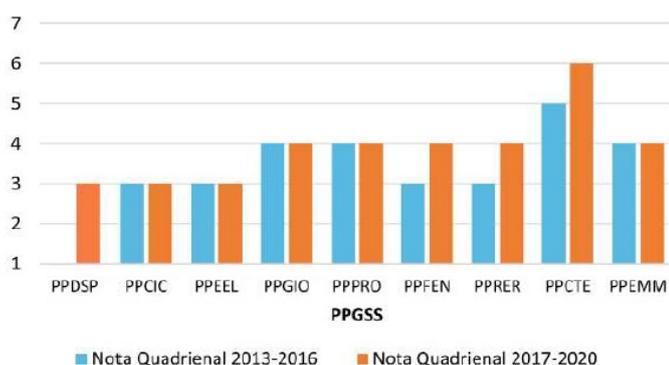
Filosofia e Ensino – PPFEN e o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Relações Étnicas Raciais alcançaram nota 4 e o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos obteve nota 3 na sua primeira avaliação.

A tabela a seguir apresenta as notas obtidas pelos cursos de pós-graduação *stricto sensu* do CEFET/RJ na Quadrienal 2017-2020 da Capes. Na escala de classificação da Capes, 3 significa desempenho regular e 4 é considerado um bom desempenho. A nota máxima para programas com apenas mestrado é 5. Notas 6 e 7 indicam desempenho equivalente ao alto padrão internacional. Cursos novos de mestrado, em geral iniciam com nota 3.

<i>Programa</i>	<i>Curso</i>	<i>Início</i>	<i>Campus</i>	<i>Docentes</i>	<i>Área de avaliação</i>	<i>Nota</i>
Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO)	Mestrado Acadêmico	1992	Maracanã	15	Engenharias III	4
	Doutorado Acadêmico	2016	Maracanã			4
Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (PPEMM)	Mestrado Acadêmico	2008	Maracanã	18	Materiais	4
	Doutorado Acadêmico	2016	Maracanã			4
Engenharia Elétrica (PPEEL)	Mestrado Acadêmico	2009	Maracanã	17	Engenharias IV	3
Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE)	Mestrado Acadêmico	2010	Maracanã	19	Ensino	6
	Doutorado Acadêmico	2013	Maracanã			6
Relações Étnico-raciais (PPRER)	Mestrado Acadêmico	2011	Maracanã	25	Interdisciplinar	4
Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO)	Doutorado Acadêmico	2015	Maracanã	12	Engenharias IV	4
Filosofia e Ensino (PPFEN)	Mestrado Profissional	2015	Maracanã	18	Filosofia	4
Ciência da Computação (PPCIC)	Mestrado Acadêmico	2016	Maracanã	15	Ciência da Computação	3
Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP)	Mestrado Acadêmico	2019	Nova Iguaçu	13	Planejamento Urbano e Regional / Demografia	3

Fonte: DIPPG/DEPOG, 2022. Tabela adaptada.

A evolução das notas alcançadas pelos PPGSS do Cefet/RJ pode ser observada no gráfico a seguir:



Fonte: Plataforma Sucupira, 2022.

Os Programas e os Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Maracanã têm coordenadorias próprias, espaço físico próprio com salas para docentes, salas de aula, sala para discentes e auditórios localizados no 5º andar do Bloco E da Unidade Maracanã, além de diversos laboratórios de pesquisa. As atividades acadêmicas contam com o apoio de uma secretaria própria, com técnico-administrativo para apoio aos docentes, atendimento ao público e registro das atividades de pós-graduação em sistema acadêmico próprio. Apesar da grande maioria dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* atualmente serem oferecidos no *campus* Maracanã, as ações implantadas para fomentar a expansão desta modalidade de curso nos *campi* – com o objetivo de permitir a interiorização e suprir o atendimento a demandas locais – foram exitosas. No início de 2019, o *campus* de Nova Iguaçu passou a oferecer o curso de mestrado acadêmico em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Em 2022, foram aprovados no CODIR os APCNs: Energia e Sociedade -Resolução CODIR nº 27/2022 (mestrado profissional) e Engenharia Mecânica Resolução - Resolução CODIR nº 22/2022 (mestrado acadêmico).

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de matrículas ativas e de titulados dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* nos últimos anos.

Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Matrículas ativas no ano	346	410	443	517	569	448	426	597
Titulados no ano	57	82	86	95	107	30	19	58

Fonte: Relatórios de Gestão dos Exercício de 2015-2022. DIGES.

A próxima tabela mostra o quantitativo de bolsas de mestrado e doutorado em 2022. Além destas bolsas, o CEFET/RJ possuía bolsas do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da CAPES, que atualmente não são mais concedidas. Vale lembrar também que, em 2019, a Capes realizou um significativo corte de bolsas da Demanda Social em todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação, sendo que o CEFET/RJ perdeu 2 bolsas de doutorado e 12 de mestrado.

Total de bolsas de Doutorado e Mestrado em 2022

Financiador	Mestrado	Doutorado
Capes	55	48
CNPq	1	0
CEFET/RJ	17	9
Total	73	57

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2022. DIGES, 2023.

Pós-Graduação *Lato Sensu*

A primeira iniciativa institucional de pós-graduação *lato sensu* data de 1988, com a criação de um curso de especialização para engenheiros em Segurança do Trabalho. Os cursos de especialização se intensificaram a partir de 1996, no âmbito do Departamento de Educação Superior. Em julho de 2003, o DEPPG passa a responder pela organização didática e pedagógica desses cursos, sem qualquer responsabilidade, porém, pela gestão financeira

dos mesmos. Nessa oportunidade, entendeu-se que a oferta de pós-graduação *lato sensu* deveria ser paralisada até que se dispusesse da nova regulamentação para a intermediação das Fundações no apoio a cursos dessa natureza. Tal paralisação durou de 2003 a 2007. Os procedimentos a serem considerados em relação a um conjunto de cursos reconhecidos institucionalmente foram encaminhados aos Conselhos competentes, que aprovaram uma proposição de conduta para a Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, integrante do DEPPG.

Em 2008, teve início o curso *Lato Sensu* em Educação Tecnológica da Universidade Aberta do Brasil (UAB), na modalidade de ensino a distância. Tal curso foi iniciado com cerca de 200 alunos. Em 2019, o curso foi ofertado em 10 polos: Campo Grande, Itaguaí, Nova Friburgo, Niterói, Paracambi, Pirai, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema e Volta Redonda. A Instituição utiliza os polos do consórcio CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), por meio de convênio com a Fundação CECIERJ (Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), a qual atua como secretaria executiva do citado consórcio. Ressalta-se que no início de 2010, o CEFET/RJ foi avaliado para credenciamento em educação a distância, pós-graduação, com conceito 4 (quatro), numa escala de 1 a 5. Em 2017, foi realizado o credenciamento, tendo sido mantido o conceito 4, confirmando a qualidade do trabalho desenvolvido.

Em 2022, o CEFET/RJ ofertou 3 cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, sendo 1 no campus Maracanã, 1 em Valença e 1 em Angra dos Reis. Ressalta-se que a oferta de cursos pós-graduação *lato sensu* atende às demandas locais além de ser um potencial embrião para a criação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados pelo CEFET/RJ em 2022 estão listados na tabela a seguir. Todos os cursos da Instituição são gratuitos.

Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em 2019	Local
Patrimônio Cultural	Sede -Maracanã
Processos Industriais	<i>Campus Angra</i>
Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino	<i>Campus Valença</i>

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2022. DIGES, 2023.

A pós-graduação *lato sensu* também apresentou um crescimento do número de matrículas ativas passando de 128 em 2017 para 421 em 2018. Esse crescimento significativo ocorrido na pós-graduação *lato sensu* deve-se em grande parte a oferta de novas turmas do curso Educação Tecnológica, na modalidade EAD, através da UAB. No entanto, observa-se que não existe um crescimento contínuo, tanto do número de matrículas ativas quanto do número de titulados. Essa variação decorre da própria natureza desses cursos, bem como, do impacto da oferta de turmas do curso EAD que envolve um grande quantitativo de alunos. A Tabela a seguir mostra a evolução do número de matrículas ativas e de titulados dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do CEFET/RJ nos últimos anos.

Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Matrículas ativas no ano	297	306	128	421	393	168	185	28
Titulados no ano	32	139	29	52	63	20	21	06

Fontes: Relatórios de Gestão dos Exercícios de 2015-2022. DIGES.

A infraestrutura de pesquisa e pós-graduação do CEFET/RJ foi bastante ampliada no período de 2007-2016. Os investimentos diretos permitiram a aquisição de diversos equipamentos de pesquisa (alguns de grande porte), a criação de novos laboratórios de pesquisa, a modernização dos laboratórios de pesquisa existentes e a modernização do espaço físico associado às atividades de ensino de pós-graduação.

Além do financiamento das atividades de pesquisa e pós-graduação que já vem sendo feito com os recursos financeiros do CEFET/RJ alocados nos centros de custos da Pesquisa e da Pós-Graduação, os pesquisadores da Instituição têm aumentado o montante de captação de recursos junto a órgãos de fomento como FINEP, FAPERJ, CNPq e CAPES.

Além dos recursos externos obtidos junto a órgãos de fomento à pesquisa, as atividades de pesquisa na Instituição contam com o apoio de editais internos: GPESQ, APP-CAMPI e AUX-IND. Os editais são avaliados por *ad-hocs* de diversas áreas do conhecimento que seguem critérios aprovados no COPEP. O GPESQ - Apoio aos Grupos de Pesquisa Institucionais Certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq distribuiu recursos para Grupos de Pesquisa do sistema CEFET/RJ. O APP-CAMPI - Apoio a Projeto de Pesquisa Institucional, é destinado aos pesquisadores que atuam nos *campi* do sistema CEFET/RJ. Finalmente, o AUX-IND - Auxílio Individual, é destinado a pesquisadores em fase inicial de atividades de pesquisa.

No que diz respeito à Inovação, em 2018 foi criada a Comissão de Inovação visando o assessoramento às atividades do NIT, atualmente CONIT (Coordenadoria do Núcleo de Inovação Tecnológica), no que se refere à revisão da política institucional de inovação e à proposição de regulamentos, normas e processos relacionados às atividades de inovação no CEFET/RJ, de acordo com o novo marco de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) vigente.

Conforme consta no Relatório de Gestão, em 2022, os gestores da Coordenadoria do Núcleo de Inovação Tecnológica (CONIT) concluíram a capacitação em curso oferecido pela ANPROTEC, com o mapeamento dos ambientes de inovação e os ecossistemas de inovação institucional, apresentando à Direção-geral o projeto de criação de uma Agência de Inovação. Importante ressaltar, que o CONIT foi contemplado no edital de chamamento público nº 76/2022, no eixo II – atuação em rede. O referido edital tem como objetivo o fortalecimento dos NITs da rede federal profissional de educação profissional e tecnológica. Portanto, espera-se contribuir com as redes de inovação e cadeias de valor globais.

As atividades de pós-graduação estão regulamentadas por resoluções, regulamentos e normas, aprovados pelos conselhos competentes, que procuram garantir a expansão e a consolidação delas. Entre os principais documentos regulamentadores podem ser destacados:

- Política Institucional de Pós-Graduação
- Regulamento do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (COPEP);
- Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
- Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Normas dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Resolução do CEPE sobre o Credenciamento e Recredenciamento de Docentes nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

Cabe destacar os seguintes eventos organizados em 2022 no âmbito da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do CEFET/RJ, por docentes que atuam em programas de pós-graduação:

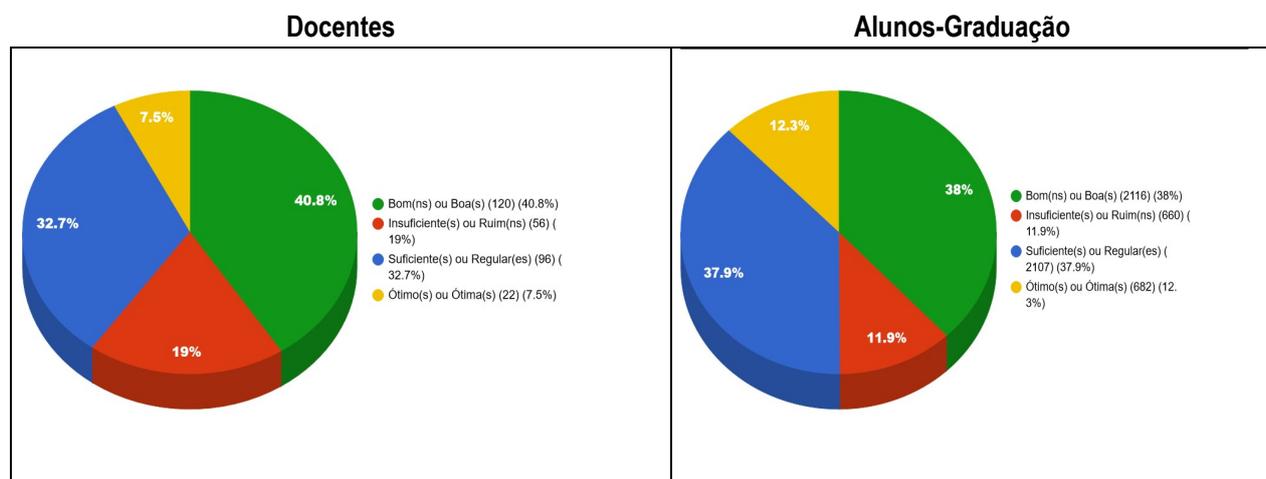
- Invent for the Planet 2022 (IFTP 2022) – Equipe composta por estudantes de graduação e de pós-graduação do CEFET/RJ e da UFRJ. A etapa local foi organizada pelo CEFET/RJ e realizada no campus do Maracanã de 18 a 20 de fevereiro sob coordenação de docentes do PPEMM, PPGIO e PPPRO. O Invent for the Planet é uma competição internacional de grande destaque organizada pela Texas A&M University dos EUA. A partir da definição das etapas locais, um vídeo da equipe vencedora é enviado para os organizadores do evento, que selecionam as cinco melhores soluções do mundo para disputar a final nos Estados Unidos. O IFTP é um desafio de 48 horas em que estudantes universitários de diversos países, liderados pela Texas A&M University, dos Estados Unidos, têm que idealizar projetos de engenharia que possuam potencial para mudar o mundo. Trata-se de uma experiência intensiva com base em temas de impacto global. A equipe Rio, formada por estudantes do Cefet/RJ e da UFRJ, representou o Brasil na competição e ficou entre as cinco finalistas nas últimas três edições (2019, 2020 e 2022), sendo a vencedora da competição internacional nas edições de 2019 e 2020. Em 2019, a equipe Tupã conquistou o primeiro lugar geral ao projetar um sistema com sensores ultrassônicos que auxiliam pessoas com deficiência visual a detectar objetos ao seu redor. Já em 2020, foi a vez da equipe Corais garantir o título ao desenvolver um sistema de filtragem para os microplásticos liberados durante a lavagem de roupa.
- VII Congresso Ibero-Americano de Empreendedorismo, Energia, Ambiente e Tecnologia (CIEEMAT). O evento, coordenado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET/RJ), foi realizado pela terceira vez em Portugal e pela segunda na cidade de Bragança, sob a organização do Instituto Politécnico de Bragança (IPB). O VII CIEEMAT ocorreu no período de 6-8 de julho de 2022 e teve como tema específico a Transição Energética.
- Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação 2022 – JIPP 2022 - O evento foi realizado no período: 19 a 21 de outubro de 2022 com atividades nos vários *campi* do CEFET/RJ. O objetivo da JIPP 2022 é propiciar o intercâmbio entre alunos e docentes que atuam em atividades relacionadas à pesquisa e pós-graduação no CEFET/RJ (<https://dippg.cefet-rj.br/jipp/index.php/pt/edicoes-anteriores>).

- Expin48 – Experiência de Inovação em Projetos – Inspirado no Invent for the Planet, desafio internacional de inovação organizado pela Texas A&M University, o Expin48 promoveu, durante os dias 25 a 27 de novembro, uma experiência de imersão em que alunos do ensino médio/técnico, da graduação e da pós-graduação do CEFET/RJ tiveram 48 horas para desenvolver soluções tecnológicas inovadoras, que contribuíssem para solucionar problemas sociais contemporâneos. (<http://dippg.cefet-rj.br/expin48> e <https://eic.cefet-rj.br/~expin48/principal/>).

Com relação à pós-graduação, o questionário aplicado compreendia as seguintes perguntas, comuns a professores e alunos.

Questões comuns aos docentes e alunos:

Os cursos de pós-graduação são oferecidos de acordo com as necessidades da sociedade. Isso vem ocorrendo de forma...

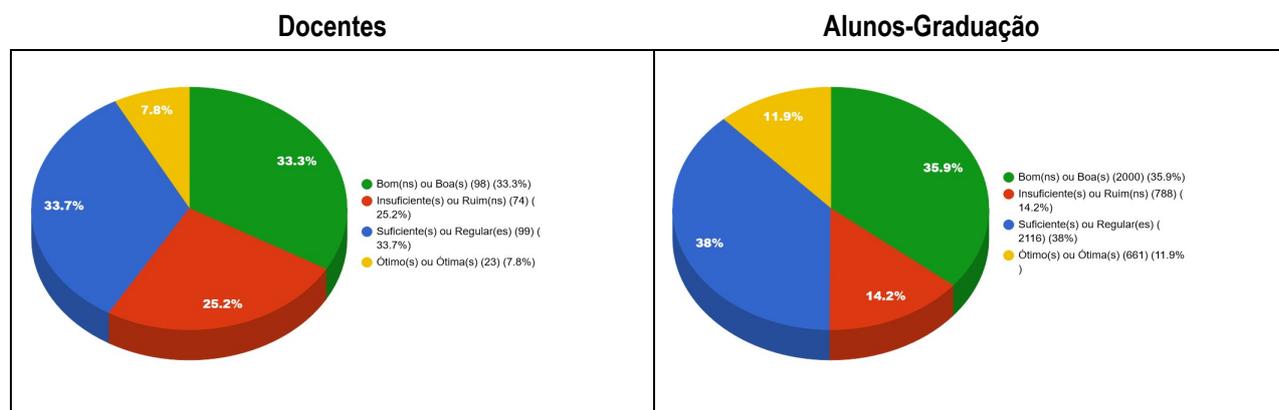


Grande parte dos professores respondentes da Instituição, o equivalente a 120 (40,8%), considera que o oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade ocorre de forma boa. Para 96 (32,7%), acontece de forma suficiente, seguidos de 56 (19%) que acham insuficiente e de 22 (7,5%) que julgam ser ótimo. Apesar da boa avaliação do quesito, vale refletir sobre o índice de insatisfação de 19%, que se mostrou significativo.

Com relação aos alunos de graduação respondentes, observou-se que grande parcela, equivalente a 2.116 (38%), considera que o oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade ocorre de forma boa. Dois mil cento e sete discentes (37,9%) consideram-no suficiente, seguidos de 682 (12,3%) que acham ótimo e 660 (11,9%) que consideram insuficiente.

Na avaliação de 2019, grande parcela dos professores e dos alunos da graduação indicou a escala “boa” para avaliar tal quesito, o equivalente a 34,8% e 40,1%, respectivamente.

Os cursos de pós-graduação devem ser oferecidos articulados com os cursos de graduação. Isso vem ocorrendo de maneira...



Neste quesito, observou-se que a maior parte dos professores, no caso 99 (33,7%), considera que a articulação entre os cursos de pós-graduação e os de graduação ocorre de forma suficiente. Noventa e oito (33,3%) consideram-na boa. Já 74 docentes (25,2%) consideram-na insuficiente, seguidos de 23 (7,8%) que avaliam tal quesito como ótimo. A porcentagem referente àqueles que consideram tal articulação insuficiente pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos professores do ensino superior da Instituição atua nos cursos de Engenharia, no entanto a maioria dos cursos oferecidos na Pós-Graduação *Lato Sensu* está relacionada a outras áreas. Com relação a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, entre os 9 Programas de Pós-Graduação oferecidos, há quatro na área das Engenharias.

Quanto aos alunos de graduação, a maior parte, o equivalente a 2.116 discentes (38%), considera que tal articulação é suficiente, seguida de 2.000 (35,9%) que a consideram boa, 788 (14,2%) insuficiente e 661 (11,9%) ótima. O índice de insatisfação apresentado, de 14,2%, pode estar relacionado aos motivos expostos acima.

Em 2019, a avaliação de tal quesito realizada pelos professores e alunos demonstrou que as maiores parcelas julgaram-no bom. Na ocasião, o índice de insatisfeitos foi de 26% dos docentes e 17,3% dos alunos da graduação.

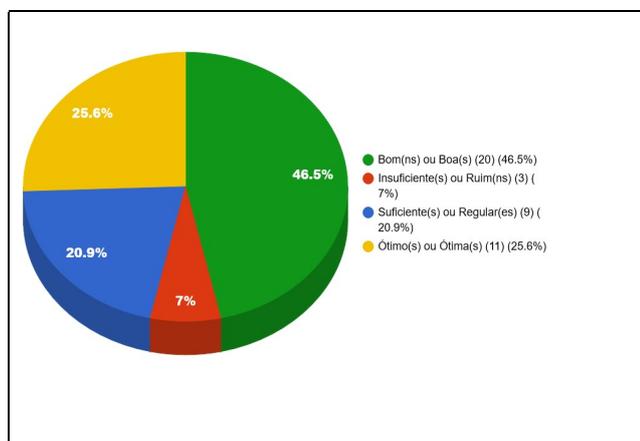
Docentes da Pós-Graduação avaliando seus Cursos

Foram propostas oito questões aos docentes da pós-graduação, para que pudessem avaliar seus cursos quanto a alguns quesitos. Para os docentes que atuam na EAD, em virtude das características do curso de ensino à distância, foram aplicadas apenas três das nove questões propostas para os professores da pós-graduação. As perguntas aplicadas são apresentadas logo a seguir. Neste caso, preferiu-se fazer uma análise conjunta para uma melhor compreensão desta avaliação, uma vez que a maioria dos gráficos apresentou comportamento semelhante.

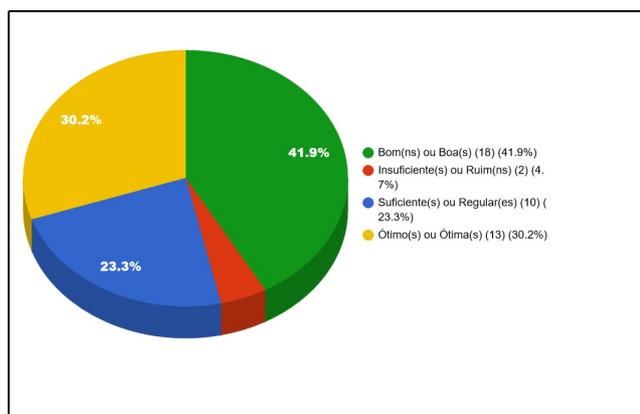
Questões específicas aos docentes da Pós-Graduação

➡ 1- As práticas pedagógicas no seu curso promovem a interação interdisciplinar e a contextualização. Isso ocorre de maneira...

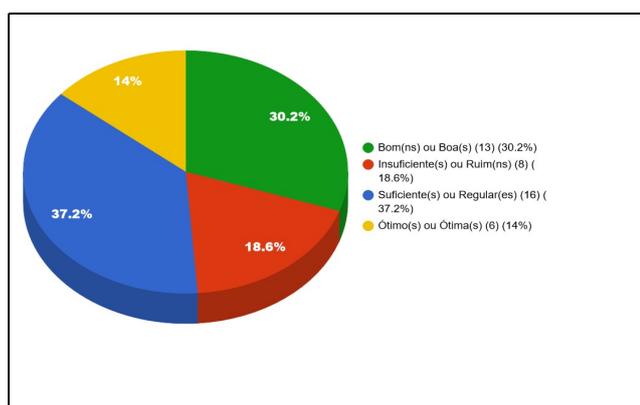
(Aplicada também para EAD)



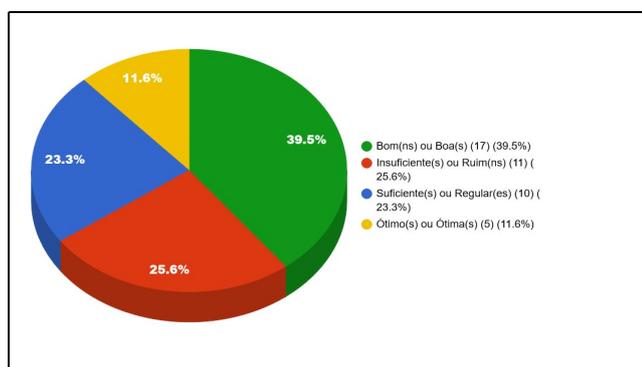
➡ 2- A adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando, pode ser avaliada como...



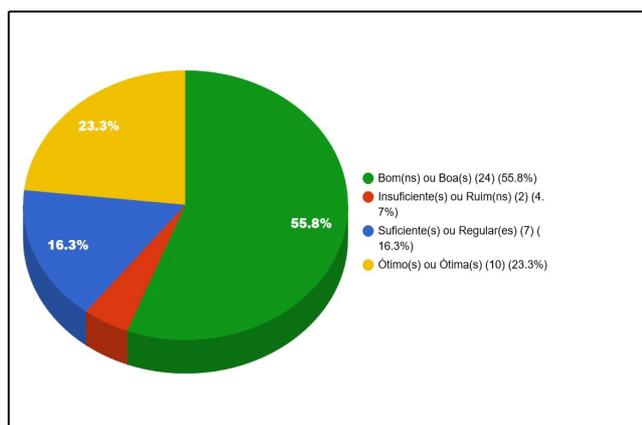
➡ 3- A Instituição viabiliza a entrada dos formandos no mercado de trabalho. Isso acontece de maneira... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



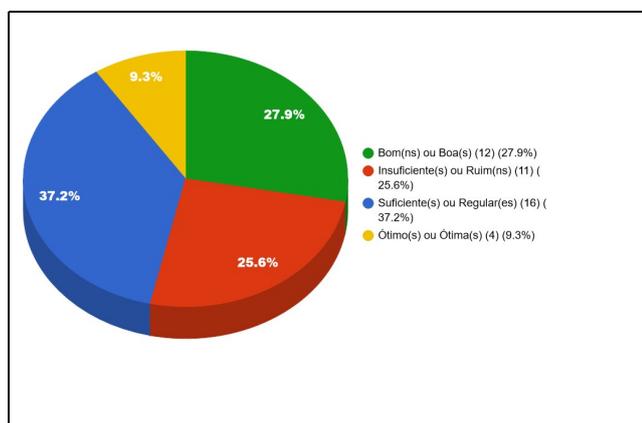
4- Recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares e outros devem ser disponibilizados e atualizados, visando dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem. No seu curso isso ocorre de forma...



5- O conceito do seu curso na comunidade interna e externa pode ser considerado...

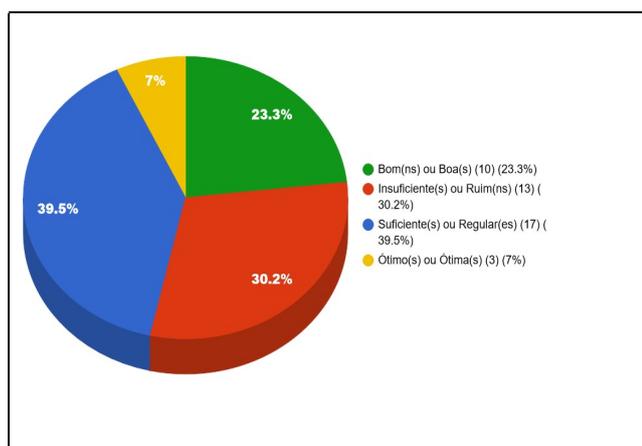


6- Em seu curso, os recursos de informática disponibilizados aos estudantes e professores, no que se referem aos microcomputadores e à internet, podem ser avaliados como...

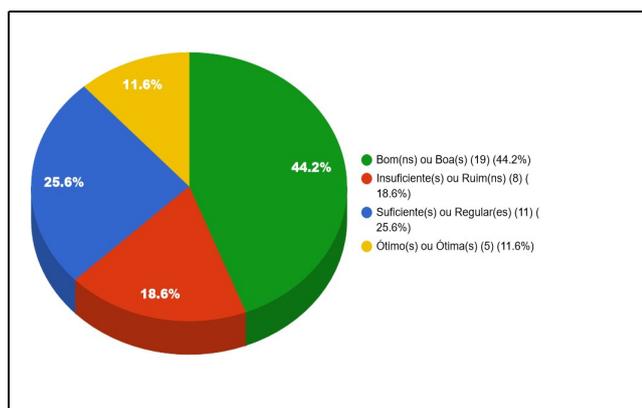




7- O seu curso, no que se refere ao apoio de pessoal administrativo, pode ser avaliado como...



8- Com relação à bibliografia básica indicada nas disciplinas de seu curso, pode-se avaliar o acervo bibliográfico disponibilizado como...



Em todas as oito perguntas propostas a grande parte dos docentes avaliou o respectivo quesito como bom ou suficiente. O maior índice de insatisfação apresentado entre as oito perguntas propostas refere-se ao apoio de pessoal administrativo, o correspondente a 30,2% dos respondentes. Tal índice merece atenção e deve ser melhor analisado.

A avaliação realizada em 2019 indicou uma grande satisfação por parte dos professores da pós-graduação, em todas as oito perguntas propostas, grande parte dos respondentes avaliou o respectivo quesito como bom. A questão que apresentou o maior índice de insatisfação, 17% dos docentes respondentes, foi a relacionada ao acervo bibliográfico disponibilizado.

De um modo geral, os objetivos traçados no PDI para a pós-graduação vêm sendo atingidos. A criação do primeiro curso de doutorado em programa já existente foi alcançada em 2013. Em 2016, a Instituição teve dois cursos de doutorado aprovados pela CAPES, o curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas (PPPRO) e o curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em

Engenharia Mecânica e Materiais (PPEMM). Também foi aprovada pela CAPES a criação do programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (PPCIC) que teve início com um curso de mestrado acadêmico. Estes 3 cursos iniciaram as atividades em 2016. Em 2019, foi criado o primeiro curso de Mestrado fora da Sede, no caso o curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPDSP), no *campus* Nova Iguaçu.

Apesar das dificuldades encontradas, percebem-se os esforços da Instituição e, especificamente, da DIPPG para o desenvolvimento da pós-graduação, seja no aumento do número de bolsas de pesquisa, na criação de novos cursos, no investimento em infraestrutura, entre outras ações.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

ENSINO – GRADUAÇÃO

Com relação ao ensino, observou-se que a Instituição apresenta uma boa estrutura curricular, capacitando o egresso para o exercício profissional, segundo o perfil proposto. Além disso, na avaliação institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para o ensino de graduação e as respectivas normas de operacionalização.

Os conceitos obtidos no ENADE, em 2022, foram significativos, sendo que dos três cursos avaliados, 1 obteve conceito 5 (Administração-Maracanã) e 1 obteve conceito 4 (Turismo-Petrópolis), em uma escala de 1 a 5. A tabela apresentada na pag.74 apresenta a evolução histórica dos conceitos do Enade e CPC de todos os cursos da IES.

Os conceitos obtidos no CPC vêm contribuindo para a evolução do IGC da Instituição, conforme mostra a tabela apresentada na pag.81. O último IGC publicado pelo INEP foi o referente ao triênio 2020-2022. Conforme os dados, o CEFET/RJ obteve o conceito 4, em uma escala de 1 a 5, com IGC contínuo de 3,556, o maior entre as instituições de ensino superior da Rede Federal, composta por 38 institutos, 2 CEFETs e uma universidade tecnológica, considerando as instituições avaliadas com programas de mestrado e doutorado e com mais de 20 cursos de graduação avaliados. Desde o triênio 2015-2017, a Instituição vem mantendo o conceito 4. Esse excelente desempenho ficou registrado na imprensa por meio das notícias veiculadas, como por exemplo:



Outro indicador muito importante é o CC, conceito de curso, dado por especialistas do MEC, após visita *in loco*. Em 2022, ocorreram 5 avaliações *in loco*, para o ato de reconhecimento de curso. Os cursos avaliados foram: engenharia de produção EaD (Sede -Maracanã), engenharia ambiental (Sede -Maracanã), engenharia elétrica (*campus* Angra dos Reis), Gestão de Turismo EaD (Sede -Maracanã), Sistemas de Informação (*campus* Maria da Graça). O curso de engenharia de produção EaD e o curso de engenharia ambiental obtiveram o conceito máximo, 5 (cinco), e os outros três o conceito 4 (quatro), comprovando a expansão com qualidade.

Os aspectos avaliados com a aplicação do questionário da CPA que apresentaram altíssimos índices de satisfação, no caso acima de 70% da comunidade respondente indicando uma avaliação boa ou ótima, foram os relativos aos quesitos:

- Planos de ensino de cada disciplina (84,3% dos docentes avaliaram como bom ou ótimo).
- Adequação da matriz curricular do curso aos objetivos propostos, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando (80,3% dos docentes avaliaram como boa ou ótima).

Cabe uma observação com relação ao item referente aos recursos envolvendo multimídia, hardwares e softwares disponibilizados para dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, que, em 2011, foi apontado como um ponto de fragilidade e agora vem se tornando uma das potencialidades da Instituição, como mostram as avaliações realizadas em 2019 e 2022. No entanto, este é um item que merece atenção por necessitar de investimentos contínuos e que ainda pode ser melhorado, em virtude da sua importância. A resposta da comunidade aos investimentos realizados pela Instituição é clara quando se observa as avaliações de 2019 e 2022, em que as fatias maiores nos dois segmentos, docentes e alunos, corresponderam às escalas boa e suficiente.

Pode-se dizer que a avaliação dos professores pelos alunos, assim como das disciplinas realizadas, com relação ao último período cursado, foi bastante positiva, apresentando altos índices de satisfação em todos os quesitos. Em todas as oito questões propostas, a maioria dos alunos avaliou o respectivo quesito como bom, seguida de uma parcela que avaliou como suficiente. Quesitos avaliados: apresentação do programa e objetivos das disciplinas cursadas; a atualização da bibliografia utilizada e/ou adequação aos tópicos do programa das disciplinas cursadas;

o esclarecimento prévio sobre os critérios utilizados para a avaliação dos alunos; o cumprimento do conteúdo programático; a relação da teoria com a prática; o planejamento/organização das aulas pelos professores; a assiduidade e a pontualidade dos professores. O menor índice de insatisfação, no caso 6,8%, foi referente à assiduidade dos professores. O índice de insatisfação mais significativo foi de 14,8% (Contextualização promovida pelas práticas pedagógicas). Todos os outros foram inferiores a esses valores.

O Programa de Monitoria também se destaca como uma das potencialidades do ensino, assim como o Fórum de Ensino e o Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET/RJ, que contribui na redução dos índices de evasão e retenção.

As Comissões de Acompanhamento de Desempenho Discente (CADDs) instituídas em 2016, que orientam e acompanham os alunos com baixo desempenho, são um instrumento importante, que vem a contribuir de forma significativa na questão da permanência do aluno e na redução dos índices de evasão e retenção.

Ainda nesse contexto, convém mencionar o acordo de cooperação internacional do CEFET/RJ com o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e com o Instituto Politécnico de Portalegre (IPPortalegre), de Portugal, que possibilita a obtenção de dupla-diplomação (DD). Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa receberão dois diplomas, um diploma de graduação da Instituição brasileira e o título de mestre, expedido pelo Instituto Politécnico. O intercâmbio iniciou em 2016, com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ do *campus* Angra e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da Instituição de Bragança. Este tipo de programa contribui para a flexibilidade curricular dos cursos envolvidos. Em 2022, diversos cursos tiveram a possibilidade de participar dos editais de Dupla Diplomação lançados, como os de Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica e Administração (Valença).

O conjunto de serviços e aplicações do Office 365 da Microsoft, que a Instituição oferece à comunidade acadêmica, entre eles a Plataforma Teams, também é considerado uma potencialidade. O Microsoft Teams é uma plataforma unificada de comunicação e colaboração muito poderosa, com recursos de acessibilidade, que possibilita reuniões virtuais, além das presenciais, em caso de necessidade. Desde julho de 2019, todos os alunos devidamente matriculados no CEFET/RJ, em qualquer nível de ensino, podem baixar o Office 365 *for students* (Licença A3) e instalar gratuitamente em até 5 dispositivos eletrônicos pessoais. A parceria com Microsoft no e-mail institucional, permitiu a imediata distribuição dessas licenças. O manual para instalação foi disponibilizado e amplamente divulgado no portal do aluno, redes sociais, página oficial do CEFET/RJ e do DTINF.

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A Direção Geral do CEFET/RJ vem investindo fortemente na pesquisa e na pós-graduação, estando ciente do papel estratégico da DIPPG para o desenvolvimento da Instituição. O apoio à pesquisa e pós-graduação pode ser observado em ações como a atualização/elaboração de regulamentação para pesquisa e pós-graduação na

Instituição e o aumento significativo da alocação de recursos da Instituição destinados à criação de infraestrutura adequada para atender às necessidades dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação. Nos últimos anos, as atividades no CEFET/RJ associadas à pesquisa e à pós-graduação apresentaram um expressivo crescimento, que pode ser comprovado pelo aumento de diversos indicadores como produção científica qualificada, número de grupos de pesquisa, número de programas de pós-graduação, número de bolsas de iniciação científica e de mestrado. Esse crescimento foi suportado pelos investimentos que a Instituição efetuou nas duas áreas ao longo desses anos.

Na avaliação Institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para o ensino de pós-graduação, a pesquisa e as respectivas normas de operacionalização.

A avaliação da pós-graduação por seus professores foi bastante positiva. Nas 8 perguntas propostas, a maior parcela de respondentes avaliou o quesito como bom ou suficiente. Tais quesitos são referentes às práticas pedagógicas; à adequação da matriz curricular e do perfil profissional; à viabilização da entrada dos formandos no mercado de trabalho; aos recursos envolvendo multimídia, hardwares, softwares, aos recursos de informática disponibilizados; ao conceito do curso na comunidade; ao apoio de pessoal administrativo e à bibliografia básica. O menor índice de insatisfação, no caso 4,7%, foi referente a duas questões: a que aborda o conceito do curso na comunidade e à referente a adequação da matriz curricular do curso aos objetivos do mesmo, assim como a adequação ao perfil profissional desejado para o formando. O índice de insatisfação mais significativo nesse aspecto em 2022 foi de 30%, relativo a questão de apoio de pessoal administrativo.

Os seguintes eventos organizados no âmbito da DIPPG, em 2022, também se destacam como potencialidade: Invente for the Planet, CIEEMAT, Jornada Integrada de Pesquisa e Pós-Graduação 2022 – JIPP 2022 e *Expin*⁴⁸ – Experiência de Inovação em Projetos.

EXTENSÃO

A diversidade de programas que fazem parte do âmbito de trabalho da Extensão no CEFET/RJ e a Semana de Extensão, atualmente Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) podem ser considerados potencialidades da Instituição. Além disso, na avaliação Institucional *in loco* realizada pela comissão do MEC, a Dimensão 2 foi avaliada com nota 4, numa escala de 1 a 5, uma vez que os indicadores da dimensão avaliada configuraram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade. Como se sabe, a Dimensão 2 inclui a política para a extensão e as respectivas normas de operacionalização.

b.2) Fragilidades

ENSINO – GRADUAÇÃO

Com relação à avaliação dos professores e das disciplinas realizada pelos alunos, o índice de insatisfação mais significativo foi de 14,8% (Contextualização promovida pelas práticas pedagógicas). Apesar desse índice não representar uma fragilidade, sabe-se que é um item que requer atenção constante.

Entre as ações que ainda merecem atenção, estão a capacitação de docentes para o uso de novas ferramentas de ensino-aprendizagem.

PESQUISA

Há pesquisadores com artigos em linhas de pesquisa que ainda não estão presentes nos grupos de pesquisa. Deve-se analisar os motivos e verificar se tais linhas são de interesse da Instituição. Em caso positivo, seria interessante convidar tais pesquisadores para criar novos grupos.

PÓS-GRADUAÇÃO

O maior índice de insatisfação apresentado entre as oito perguntas propostas aos professores refere-se à questão de apoio de pessoal administrativo, o correspondente a 30% dos respondentes. Tal índice merece atenção e deve ser melhor analisado. É possível que com o concurso que está previsto este índice diminua.

A questão que trata do oferecimento dos cursos de pós-graduação de acordo com as necessidades da sociedade também merece atenção constante. No entanto, a comunidade parece estar mais satisfeita considerando a redução do índice de insatisfação, que em 2013/2014, era de 30,43% e de 23,67%, por parte dos professores e alunos de graduação, respectivamente. Em 2016, esses índices passaram para 23,04% e 16,55%, em 2019, para 20,4% e 15,2%, e em 2022, para 19% e 11,9%, respectivamente, o que sugere que a comunidade parece estar mais satisfeita, com a abertura dos últimos cursos.

Deve-se dar atenção também ao quesito referente à articulação dos cursos de pós-graduação com os cursos de graduação. Tal quesito, em 2013/2014, na avaliação dos professores, apresentou um índice de insatisfação de 22,41% e, na avaliação dos alunos de graduação, de 19,19%. Em 2016, esses índices passaram para 27,07% e 20,46%, em 2019, para 26% e 17,3%, e em 2022, para 25,2% e 14,2%, respectivamente, merecendo ainda atenção em virtude da sua importância.

A porcentagem referente àqueles que consideram a articulação dos cursos de pós-graduação com os cursos de graduação insuficiente pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos professores do ensino superior da Instituição atua nos cursos de Engenharia, no entanto a maioria dos cursos oferecidos na Pós-Graduação *Lato Sensu* está relacionada a outras áreas. Com relação a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, entre os 9 Programas de Pós-Graduação oferecidos, há quatro na área das Engenharias.

c) Ações com base na análise

ENSINO – GRADUAÇÃO

Sabendo da importância da tecnologia da informação como apoio às propostas educacionais para dar qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, sugere-se um maior investimento neste campo com relação aos recursos envolvendo multimídia, hardwares e softwares. O quesito relação da teoria com a prática pode ser mais bem trabalhado junto aos alunos, e deve-se buscar alternativas para que todas as disciplinas apresentem situações práticas que envolvam a teoria ministrada. Esse problema passa pela reciclagem dos professores, aos quais devem ser oferecidas oportunidades de interação com indústrias e empresas dos respectivos ramos. Algumas ações institucionais devem promover a integração dos professores às empresas dos setores industriais correspondentes às diversas especialidades.

Intensificar o apoio à capacitação de docentes para a utilização de novas ferramentas de ensino-aprendizagem. Orientar os docentes para atuar de forma correta no processo de compras. Desenvolver um manual com os principais erros e soluções.

Fomentar discussões acadêmicas com o colegiado das diversas coordenações no sentido de: estabelecer o quantitativo de professores que atenda de forma contínua às necessidades requeridas pelas disciplinas, mesmo com as saídas para capacitações; atualizar os programas das disciplinas no que tange ao conteúdo e à carga horária. Atualizar continuamente as informações do site institucional.

PESQUISA

Estudar alternativas para que todos os pesquisadores que trabalhem com projetos de pesquisa em consonância com a missão e objetivos da Instituição possam constituir grupos de pesquisa. Da mesma forma, deve-se refletir sobre a questão dos critérios de concessão de bolsas do PIBIC quando se trata das respectivas linhas de pesquisa que, pelo fato de ainda não estarem associadas à pós-graduação da Instituição, não apresentam a produção científica esperada, ficando presas a um círculo vicioso.

EXTENSÃO

Verificar a possibilidade de enriquecer as informações que constam no *site* da Instituição relativas à Extensão.

PÓS-GRADUAÇÃO

Aumentar a participação dos alunos de graduação nos projetos e pesquisas desenvolvidos a nível de pós-graduação no sentido de motivá-los à continuação de seus estudos em um programa de pós-graduação.

Divulgar as atividades da pós-graduação (participação em congressos, defesas de dissertações, trabalhos publicados, etc.) junto aos alunos de graduação, convidando-os também a participar desses eventos.

3.3.2 – Dimensão 4: A comunicação com a sociedade.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.

a.2) Imagem pública da Instituição nos meios de comunicação social.

Conforme consta no PDI 2020-2024, um dos temas transversais abordados no documento é a Comunicação Institucional. O objetivo traçado para a Comunicação Institucional está contemplado nos objetivos da Instituição apresentados na dimensão 1 do Eixo 2. Trata-se de solucionar desafios e problemas de comunicação, contribuindo, assim, para o fortalecimento da imagem da organização, o cumprimento da sua missão institucional e o relacionamento com seus públicos de interesse. Esse objetivo reforça a importância da comunicação não só como ferramenta de divulgação, mas também como estratégia institucional, ultrapassando uma visão meramente instrumental.

Como pode ser verificado no PDI, as inter-relações do CEFET/RJ na sociedade envolvem grupos sociais, o mundo produtivo e o poder público constituído. Desse modo, a comunicação com a sociedade ultrapassa os serviços de comunicação e de TIC, exigindo a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e dos órgãos/setores institucionais no exercício de suas competências e atribuições. O Centro, como Instituição pública de Educação Superior, obriga-se à visibilidade e legitimidade de sua atuação, submetida ao controle do Estado e da sociedade em geral. A articulação com os órgãos de governo (em especial do MEC) e demais IFES e instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a participação em conselhos e associações de interesse institucional (a exemplo da ANDIFES e do CONIF), o estabelecimento de convênios e acordos de cooperação técnico-científica com instituições de ensino e pesquisa, órgãos de fomento, secretarias estaduais e municipais de educação, a realização de eventos e a interação com empresas públicas e privadas vêm alargando o reconhecimento social dessa atuação.

Com relação à Assessoria de Comunicação (ASCOM), a visibilidade institucional tem sido fortalecida por meio da produção jornalística para o sítio eletrônico, bem como pela articulação permanente com órgãos de notícias locais e nacionais e com as mídias sociais, como Facebook, Twitter, YouTube, Instagram e LinkedIn. Além disso, também contribuem a produção de releases e do informativo eletrônico #Cefet/RJ, assim como a elaboração de materiais de divulgação das ações institucionais, em formatos de banners, cartazes, CDs, DVDs, folders, folhetos, outdoors, painéis etc. Deve-se citar também o apoio à promoção de eventos internos e externos, como seminários, palestras, feiras e exposições etc.

O portal institucional é, sem dúvida, a grande ferramenta de visibilidade da Instituição e merece a visita da comunidade interna e externa. Para acessá-lo, basta digitar www.cefet-rj.br. Nele, são publicadas diariamente notícias relativas ao universo da ação institucional (intra e extramuros), assim como são alimentadas as informações

vinculadas aos diferentes setores da estrutura acadêmica e administrativa. Estão incluídos, também, links de alcance governamental e de grupos específicos (de docentes, discentes e entidades).

Com relação à publicidade legal, a Assessoria de Comunicação Social é responsável pela inserção desse conteúdo em jornais de grande circulação, obedecendo ao contrato com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), de acordo com o Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008. Esse decreto estabelece que a divulgação de publicidade legal dos órgãos e entidades da Administração Federal, em veículos da imprensa comercial (jornais de grande circulação de determinada região), deve ser feita, obrigatoriamente, por intermédio da EBC, com exceção daquela veiculada nos órgãos oficiais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O Decreto nº 7.379, de 1 de dezembro de 2010, dá nova redação e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

Há dois veículos de comunicação que também devem ser citados. Um deles é a TV CEFET e o outro veículo são as revistas do CEFET/RJ. A mais antiga é a Tecnologia & Cultura (ISSN: 1414-8498), estratificada na classificação dos periódicos Qualis da CAPES. A Assessoria de Comunicação e a Divisão de Programação Visual atuam de modo colaborativo na produção da revista científica Tecnologia & Cultura, da Diretoria de Gestão Estratégica. As duas revistas mais recentes ligadas a programas de pós-graduação são: Revista Produção e Desenvolvimento - RPD (eISSN: 2446-9580) e Revista Estudos de Filosofia e Ensino (ISSN: 2763-5759).

Recursos tecnológicos e audiovisuais

No tocante a recursos de informação e comunicação, a Instituição vem buscando, gradual e sistematicamente, a adequação e a melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com vistas a responder, inclusive, às demandas da modalidade educação a distância (EaD). Desde 2006, a área tem encaminhado projetos e atividades relacionados à reestruturação da infraestrutura de rede informatizada nos *campi* do Sistema CEFET/RJ, envolvendo *data center*, redes físicas e lógicas e desenvolvimento de sistemas. Tais esforços envolvem o departamento de TI da Instituição, cuja função principal é promover recursos de TI – serviços e tecnologia – alinhados às operações e atividades desenvolvidas pelos usuários de acordo com o seu papel e sua dependência de infraestrutura de TI.

Em 2022, segundo o Relatório de Gestão, o montante de recursos aplicados em TIC foi de R\$11.753.076,13. O detalhamento dos contratos mais relevantes está descrito na tabela a seguir.

ID	Objeto contratado	Contrato	Categoria	Grupo	Empresa	Valor
1	Firewall Maracanã	28/2018	Permanente	Redes	BlockBit	R\$64.000,00
2	Firewall Campi	42/2018	Permanente	Redes	BlockBit	R\$114.075,44
3	Telefonia (LDN/LDI)	43/2018	Serviço	Telefonia	Telemar Norte	R\$ 12.000,00
4	SIE (Suporte)	06/2021	Serviço	Software	AVMB Consultoria	R\$ 259.196,20
5	Licenciamento Microsoft	06/2022	Serviço	Software	VIVO	R\$ 402.493,40
6	Biblioteca Virtual	15/2021	Serviço	Software	Pearson	R\$ 426.526,36
7	Red Hat	13/2021	Serviço	Software	FabricaDs	R\$196.894,88
8	Sophia	19/2019	Serviço	Software	Primasoftware	R\$ 20.472,34

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2022. DIGES 2023.

Contratações mais relevantes de recursos de TIC

As próximas seções descrevem de forma resumida a estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e os recursos audiovisuais.

Organização

A organização da TIC no CEFET/RJ é constituída pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTINF) no campus Sede Maracanã que aloca a maior parte dos profissionais técnicos, e pelos Setores de Informática (SINFO) nos demais *campi*. O Comitê Gestor de TI (COGTI) é um órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva, de caráter permanente, com a finalidade de colaborar com o DTINF nas políticas e ações do Cefet/RJ na área de Tecnologia da Informação. Este comitê é composto por servidores representantes de todas as diretorias sistêmicas e de *campi*.

O alinhamento estratégico da TI aos objetivos institucionais é acompanhado pelo Comitê de Governança e Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) composto pela alta direção do Cefet/RJ, formada pelo Diretor-Geral, presidente da comissão, os diretores sistêmicos, a chefia do DTINF e pelo Encarregado do tratamento de dados pessoais, nos termos do disposto da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). O CGTIC tem como objetivos elaborar e aprovar políticas relativas à TIC e à Segurança da Informação, acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos e ações em Tecnologia da Informação com os objetivos do Cefet/RJ, além de priorizar os projetos nessa área, recomenda, sempre que necessário, atualizações e ajustes nos projetos de TIC, estabelece mecanismos para a comunicação e institucionalização, monitora e avalia sistematicamente estas políticas. Ele representa o Comitê de Governança Digital – CGD e é responsável pela aprovação dos seguintes planos: Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC, Plano de Dados Abertos – PDA e Plano de Transformação Digital – PTD.

As necessidades de informação e serviços de TI da Instituição estão contempladas no PDTIC, que é o documento norteador para promover a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação desta Instituição é o PDTIC, documento este que está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e às normativas e diretrizes do Governo Federal, como a Estratégia de Governança Digital - EGD. O COGTI auxilia na elaboração do PDTIC e no atendimento das demandas ou decisões institucionais pertinentes à área de TIC.

Infraestrutura

O parque tecnológico da Instituição é composto por computadores, telefones IP, servidores, ativos de redes, *appliances* de segurança, equipamentos de armazenamento e processamento de dados distribuídos pelas unidades interconectadas por infraestrutura de rede de alta velocidade protegida (*Firewall Blockbit*) e um datacenter em sua Sede.

Todos os *campi* possuem acesso à internet com velocidade mínima de 100 Mbps fornecida pela RNP conectados à Redecomep com o campus Maracanã integrando o anel principal (backbone) e operando a 10Gbps. A Redecomep-Rio é uma rede metropolitana de alta velocidade que conecta instituições acadêmicas e de pesquisa do

Rio de Janeiro.

O datacenter (Maracanã) concentra os maiores recursos computacionais e hospeda os principais sistemas e informações críticas da Instituição. Por segurança, diariamente, os dados mais importantes são copiados para o campus de Nova Iguaçu. Todo gerenciamento é feito através da tecnologia de virtualização (Red Hat Virtualization) que permite administração remota com facilidade e em tempo real.

Uma normativa interna de padronização de equipamentos aprovada pelo CGTIC orienta o uso de soluções de TIC compatíveis com as já existentes e serve de referência para as aquisições de TI no processo de obtenção de especificações. Os *softwares* disponibilizados aos usuários são o Pacote Office 365 e outros programas gratuitos. E os sistemas operacionais das estações de trabalho são Windows nas versões 10, 8, 7 e Linux.

Serviços

Os serviços de TIC são disponibilizados através dos Sistemas de Informação que coletam, processam e armazenam os dados institucionais. São softwares integrados que auxiliam nas atividades e funcionamento das áreas acadêmica e administrativa do CEFET/RJ.

O SophiA é a ferramenta de gestão de biblioteca utilizada para administrar todo o acervo impresso do Cefet/RJ e permite a consulta pública de disponibilidade dos livros através da internet. Este software foi desenvolvido pela empresa PRIMA que presta também o serviço de suporte e manutenção do sistema. Em 2022, foi disponibilizada à toda comunidade acadêmica a Biblioteca Virtual da Pearson. Através do sistema Registro, discentes e docentes podem acessar a plataforma de livros eletrônicos on-line

O sistema acadêmico adotado pela Instituição é o Sistema de Informações para o Ensino (SIE) que é mantido com suporte da empresa AVMB. Com a utilização do módulo acadêmico em todos os níveis de ensino e a integração do módulo de RH com o SIAPE, concentrou-se em uma mesma base de dados todos os discentes e funcionários, permitindo uma melhor gestão da informação para a Instituição.

O banco de dados do SIE é usado pelo sistema Registro CEFET para permitir que os servidores e alunos se cadastram para terem acesso aos serviços institucionais com a criação de uma única senha. Esse método de autenticação eliminou a necessidade de múltiplas senhas de acesso e processos de cadastramento, proporcionando maior controle e segurança.

A parceria do Cefet/RJ com a Microsoft possibilitou a prestação gratuita para servidores e alunos dos serviços de e-mail de 50GB (Outlook), armazenamento em nuvem de 1TB (OneDrive), software colaborativo de mensagem instantânea e videoconferência (Teams) e outros aplicativos. Com a contratação das licenças do Office 365 (A3) para os professores, os estudantes conseguiram gratuidade nas licenças. Através do sistema Registro CEFET, todos esses serviços são disponibilizados em até 30min.

Para os serviços de comunicação interna o Centro tem como ferramentas a Intranet e o e-mail institucional. A comunicação institucional para a comunidade externa é realizada pelo Portal CEFET/RJ que está em conformidade com normativa da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, além das contas oficiais nas redes sociais.

A Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) é um serviço de gestão de identidade administrada pela RNP que reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras através da integração de suas bases de dados. Com o sistema "Registro CEFET", alunos e funcionários passaram a ter acesso aos principais serviços oferecidos aos integrantes da CAFe:

- Portal de periódico Capes: Portal que fornece acesso gratuito a diversos artigos científicos para pesquisadores do CEFET/RJ;
- Conferência Web: Solução de videoconferência para interações online e trabalho colaborativo;
- Eduroam: Wi-fi internacional para instituições educacionais disponibilizado no campus Maracanã para toda comunidade acadêmica interna e externa (visitantes).

O Decreto nº 10.332/20 promoveu a transformação dos serviços públicos para os canais digitais. Em conformidade à Estratégia de Governo Digital e buscando simplificar e melhorar o atendimento à comunidade interna e externa, o Cefet/RJ promoveu a integração ao Portal Gov.br. Esta integração possibilitou os candidatos a participarem dos processos seletivos e se matriculem nos cursos da Instituição através desta plataforma.

Foi adotado também na Instituição o Sistema Unificado de Administração Pública (Suap) para a implantação do Processo Eletrônico e Programa de Gestão. A adoção ao trabalho híbrido e a documentação digital é uma forma de conciliar eficiência e sustentabilidade, uma vez que otimiza o tempo e reduz o consumo de papel e energia.

O aplicativo Teams se consolidou como plataforma colaborativa para compartilhamento dos conteúdos ministrados em sala de aula e como canal de comunicação instantânea entre professores e aluno.

Recursos audiovisuais

A área administrativa do CEFET/RJ possui um sistema de videoconferência instalado e implantado em todos os *campi*, na DIREG e na DIRAP do *campus* Maracanã. A finalidade do sistema de videoconferência é agilizar e organizar encontros eventuais sem que seja necessário o deslocamento dos diretores de *campus* até a Sede da Instituição, reduzindo, assim, despesas com locomoção e diárias. Atualmente, o sistema de videoconferência é utilizado para atender especificamente à área administrativa, ou seja, não é usado para cunho didático ou exposição de conteúdo em salas de aula ou auditórios. O sinal do sistema de videoconferência do CEFET/RJ é alimentado e distribuído pela rede de dados do Centro Federal, que possui uma porta exclusiva para esse fim. Existem outros recursos de multimídia utilizados na Instituição, como já mencionados anteriormente, como projetores de mídia, aparelhos de televisão e dispositivos de som.

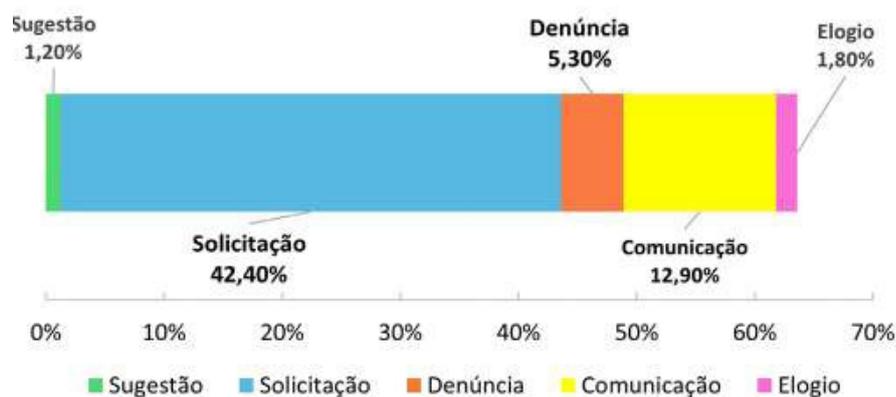
Ouvidoria

A Ouvidoria é um espaço aberto para a sociedade que, através de canais de atendimento, recebe e responde manifestações, que podem ser sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias sobre as políticas e os serviços públicos prestados por esta Instituição Federal de Ensino. A Ouvidoria é um mecanismo de exercício da democracia participativa com duas grandes finalidades: realizar o controle social da qualidade do serviço público, auxiliando a busca de soluções para os problemas existentes nos órgãos do Estado; e promover a efetividade dos direitos humanos ao ouvir, reconhecer e qualificar as manifestações recebidas, encaminhando-as para os órgãos competentes e acompanhando sua tramitação, para, posteriormente, fornecer a resposta adequada ao cidadão.

Conforme consta no Relatório de Gestão 2022, a Ouvidoria do Cefet/RJ está vinculada à Direção Geral e é subordinada e fiscalizada pela Controladoria-Geral da União. Atua em conformidade com os princípios, dentre outros, da legalidade, da impessoalidade, da finalidade, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da publicidade, do contraditório, da solução pacífica dos conflitos e da prevalência dos direitos humanos. É uma instância de controle e participação social responsável por interagir com os usuários, com o objetivo de aprimorar a gestão pública e melhorar os serviços oferecidos. A Lei nº 13.460/2017 estabeleceu para a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, normas básicas para a atuação das ouvidorias. Incorpora também as atribuições de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), responsável pelo processamento dos pedidos de acesso à informação, com fundamento na Lei 12.527/2011.

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC foi disponibilizado no contexto da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), nos moldes estabelecidos no Decreto nº 7.724/12 e em consonância com as orientações repassadas pela Controladoria-Geral da União - CGU. O link de acesso encontra-se disponível no sítio da Instituição na seção “Acesso à Informação”, onde há o link que permite ingressar diretamente no SIC, bem como o endereço físico disponível para atendimento pessoal ao cidadão. O CEFET/RJ disponibiliza também na seção “Acesso à Informação”, conforme previsto no Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, sua carta de serviços ao cidadão.

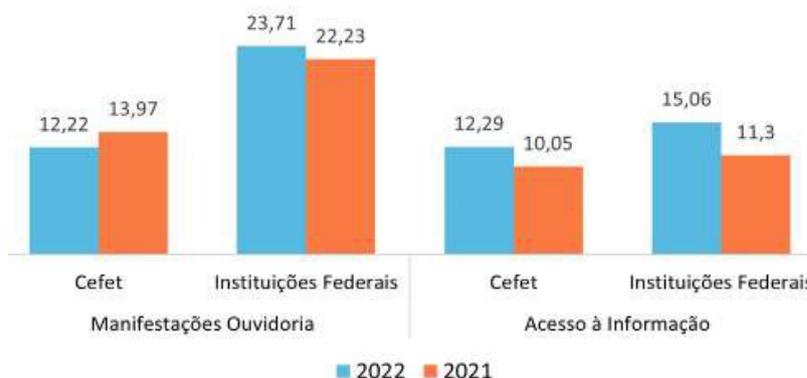
Segundo o Relatório de Gestão 2022, foram registradas 212 (duzentas e doze) manifestações de diversas naturezas, sendo 42 (quarenta e duas) arquivadas. Os arquivamentos ocorrem por serem manifestações duplicadas, ou de teor de difícil entendimento, em que a Ouvidoria não consiga entrar em contato com o cidadão para esclarecimentos. Foram recebidas também, 61 (sessenta e uma) manifestações de acesso à informação que foram tratadas pela Ouvidoria, por serem de SIC (Serviço de Informação ao Cidadão). Considerando 170 (cento e setenta) manifestações de ouvidoria, válidas, observa-se a seguinte distribuição dos tipos de manifestações de Ouvidoria:



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2022. DIGES 2023.

Demandas recebidas em 2022

Comparando-se com as médias nacionais, observa-se pela figura a seguir que a Ouvidoria do Cefet/RJ melhorou significativamente em seu tempo de resposta, proporcionando aos seus usuários, em 2022, uma resposta melhor que a do ano anterior, que já era boa, dentro do prazo médio de 13,97 dias, mesmo tendo o prazo máximo de resposta de 60 dias e foi muito mais rápida que a média nacional para a resposta aos usuários do serviço de informação ao cidadão, respondendo em média de 10,05 dias, mesmo tendo o prazo máximo de 35 dias, para conclusão de seus atendimentos.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2022. DIGES 2023.

Tempo médio de resposta (em dias corridos)

Todas as manifestações são concluídas no sistema FalaBr com encaminhamento de informação para o cidadão. Em caso de denúncias, quando as manifestações são encaminhadas para a Corregedoria, Comissão de Ética ou Auditoria, para apuração, essas são encerradas no FalaBr e inseridas numa planilha. Quando a análise e providências for finalizada nos setores responsáveis, como orientação da CGU, estes deverão retornar à Ouvidoria com o resultado para que a manifestação seja reaberta e respondida com a finalização no FalaBr, para que o cidadão tome conhecimento.

Comissão de Ética

Considerando o contexto dessa dimensão, cabe mencionar a presença da Comissão de Ética do CEFET/RJ, com regimento interno aprovado pela Portaria nº 357, de 16/05/2011, que pode ser acessada no *site* da Instituição,

na aba Comissão de Ética. Nesse espaço virtual, no *site* da Instituição, na aba Comissões, e depois clicando-se em Comissão de Ética, pode-se encontrar o e-mail disponível comissao.etica@cefet-rj.br, o regimento interno e a legislação envolvida. A comissão, assim, estabelece um canal direto com a comunidade interna do CEFET/RJ e a sociedade em geral. A Comissão de Ética é um órgão colegiado, vinculado à Direção Geral, que possui dentre outras, a competência de supervisionar a observância do Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal, podendo apurar condutas que possam configurar violação às normas e adotar providências, aplicando sanções, tais como pena de censura que configurarão nos registros funcionais dos servidores.

Corregedoria

A Corregedoria do CEFET/RJ, vinculada à Direção Geral (DIREG), é o setor responsável por gerenciar, aprimorar, conduzir e acompanhar os processos administrativos disciplinares (PADs), processos administrativos de responsabilidade (PARs), sindicâncias (SI) e apuração de irregularidades funcionais descritas na Lei 8.112/1990 e prática de atos contra a administração pública descritos na Lei 12.846/2013. A configuração do setor foi realizada com a edição do Regimento Interno, Resolução CODIR/Cefet/RJ nº 09, de 11 de junho de 2021, nos moldes autônomos indicados pela Controladoria Geral da União, e, a nomeação do cargo de chefia setorial, nos moldes da Portaria n. 1070/2021, publicada no D.O.U em 22/11/2021.

Outros Canais de Comunicação

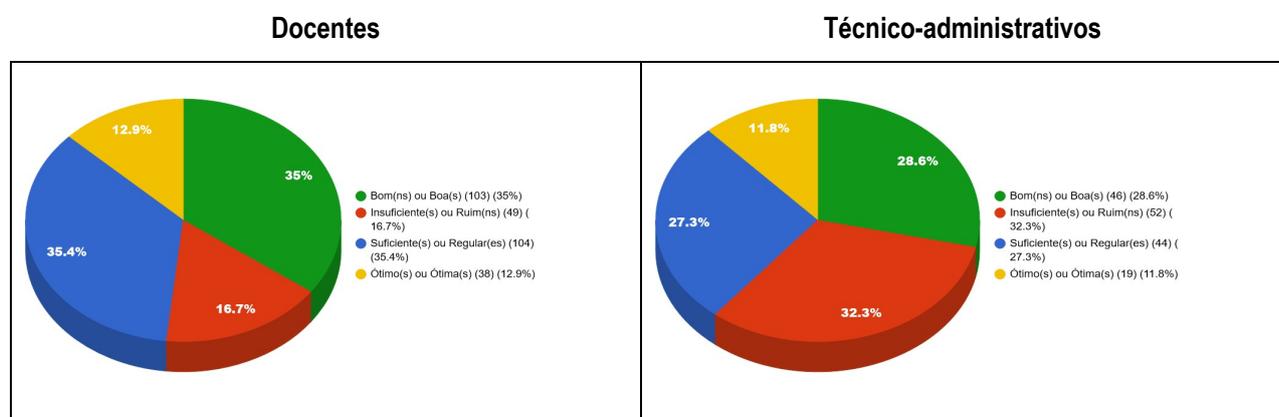
O Setor de Protocolo Geral está disponível a todos os cidadãos que comparecerem ao CEFET/RJ. Este setor é responsável pelo registro das solicitações e processos administrativos direcionados a Instituição de forma presencial, bem como sua distribuição aos setores competentes.

Em 2019, o Departamento de Recursos Humanos implantou formas de atendimento eletrônico aos servidores, de modo a ampliar os canais de comunicação, facilitando o fluxo de informações principalmente aos trabalhadores lotados nos *campi* distantes da Sede. O atendimento através do Sistema de Chamados facilitou a organização do atendimento e melhorou o tempo de resposta às questões.

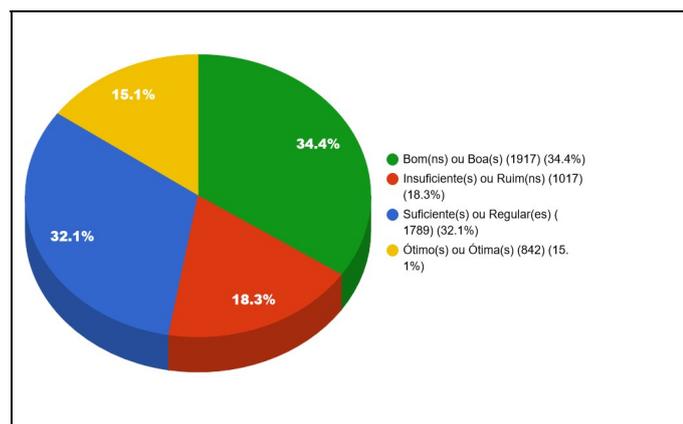
Para obter a percepção da comunidade do CEFET/RJ sobre a comunicação da Instituição com a sociedade, foram formuladas pela CPA duas questões que fizeram parte do questionário aplicado.

Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

☞ Como você avalia a efetividade de comunicação e a circulação de informações institucionais no CEFET/RJ?



Alunos-Graduação

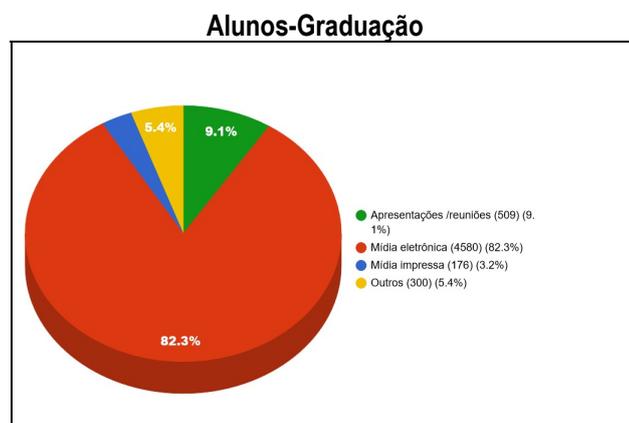
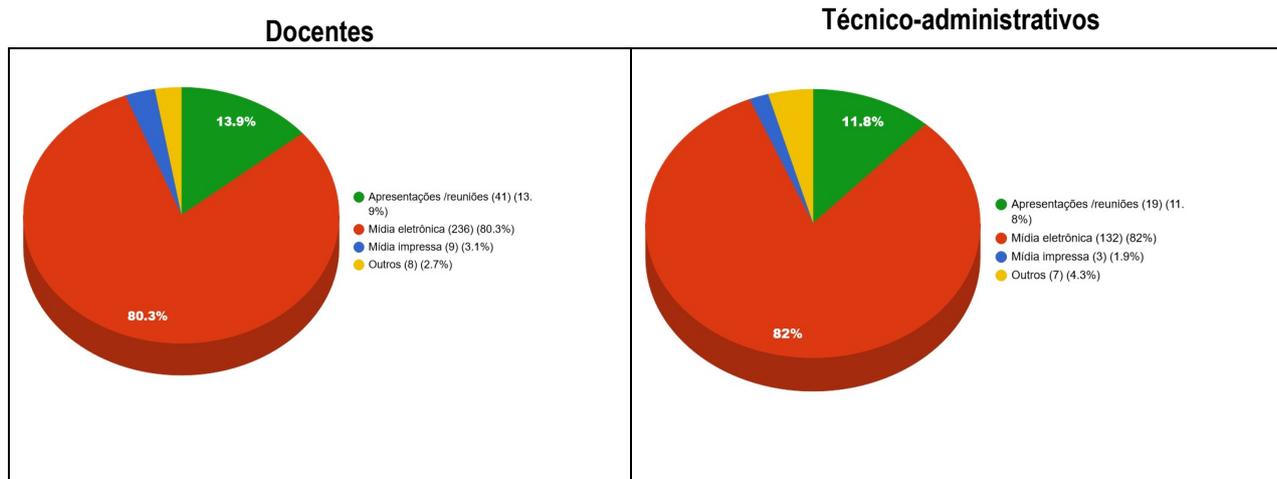


Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 16,7% dos professores, 32,3% dos técnico-administrativos e 18,3% dos alunos de graduação consideram insuficiente ou ruim a efetividade de comunicação e a circulação de informações institucionais no CEFET/RJ. Avaliam como bom ou ótimo 47,9% dos professores, 40,4% dos técnico-administrativos e 49,5% dos alunos de graduação.

Percebe-se a necessidade de aprofundarmos a investigação dos problemas relativos à comunicação dentro da Instituição, aprimorando os mecanismos já existentes e criando novas formas de facilitar a circulação das informações. Incluir os diferentes segmentos da comunidade na elaboração dos instrumentos de divulgação (mídia impressa e eletrônica), sejam alunos, técnico-administrativos ou professores, pode ser um movimento que contribuirá na melhoria da qualidade da comunicação existente.

Em 2019, 23,7% dos professores, 39,6% dos técnico-administrativos e 17,7% dos alunos de graduação avaliaram a efetividade de comunicação e a circulação de informações como ruim ou insuficiente.

➔ Em sua opinião, qual destes modos de divulgação funciona de forma mais efetiva?



Considerando o universo de respondentes, os gráficos mostram que 80,3% dos professores, 82% dos técnicos e 82,3% dos alunos de graduação consideram a mídia eletrônica como o veículo de comunicação mais efetivo na Instituição. Esses dados mostram a contribuição do Portal da Instituição, que aparece como importante instrumento de acesso da comunidade a vida institucional. Em segundo lugar, aparecem as apresentações e reuniões para todos os segmentos com os seguintes percentuais: 13,9% dos docentes, 11,8% dos técnico-administrativos e 9,1% dos estudantes de graduação.

Em 2019, em primeiro lugar para todos os segmentos participantes também ficou a mídia eletrônica. Em segundo lugar, também apareceram as apresentações e reuniões.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

O projeto de modernização da infraestrutura de Rede e ampliação da conectividade de TI, assim como o montante de recursos aplicados em TIC, em 2022, podem ser considerados pontos fortes no contexto da dimensão

abordada. O Portal e as redes sociais do CEFET/RJ também vêm se destacando como potencialidades da Instituição, conforme figura a seguir. Cabe mencionar ainda o sistema de videoconferência instalado e implantado em todos os *campi*, na DIREG e na DIRAP do *campus* Maracanã. Tal sistema possibilita maior agilidade nos encontros dos diretores de *campi* com os diretores sistêmicos, que ficam na Sede, além de reduzir custos com viagens e deslocamentos.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2022. DIGES 2023.

Métrica das redes Sociais

b.2) Fragilidades

O Portal, apesar de ser uma ferramenta poderosa, carece de atualização e de uma interface mais agradável com a comunidade.

c) Ações com base na análise

Atualizar e aprimorar o Portal. Reformular os conteúdos, evitando as informações repetidas.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social.

A admissão nos cursos de graduação do CEFET/RJ pode ser feita de quatro formas distintas:

1) Por meio do Sisu:

O ingresso para os cursos oferecidos na Instituição, desde 1998, vinha ocorrendo por meio de vestibular isolado. Em 2009, o CEFET/RJ aprovou a adesão integral ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), utilizando o novo Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) como fase única de seleção para o ingresso nos cursos de graduação de suas diferentes Unidades de Ensino.

2) Por transferência Externa ou Interna:

A transferência externa ocorre por meio de um processo seletivo aberto a alunos regularmente matriculados em Instituição de Ensino Superior (IES), oriundos de estabelecimentos reconhecidos, de acordo com a legislação em vigor, sendo limitado às vagas existentes. O processo de transferência interna corresponde ao remanejamento interno de aluno regularmente matriculado em curso de graduação do CEFET/RJ (da Sede ou de suas Unidades). O remanejamento interno é a mudança de um aluno da graduação da Unidade Sede do CEFET/RJ ou das Unidades descentralizadas, de um curso para outro ou para o mesmo curso.

3) Mediante convênio:

O aluno-convênio é aquele encaminhado ao CEFET/RJ pelos órgãos governamentais competentes, e oriundo de países com os quais o Brasil mantém acordo cultural, conforme as normas da Assessoria de Convênios e Relações Internacionais (ASCRI). O CEFET/RJ mantém diversos convênios com instituições estrangeiras, as quais, periodicamente, promovem ações de intercâmbio de alunos, dentro de critérios específicos.

4) Mediante Reingresso (para Portadores de Diploma):

Processo seletivo no qual, mediante a concordância dos Departamentos Acadêmicos dos Cursos e, havendo disponibilidade de vagas, o aluno formado em Instituição de Ensino Superior pode concorrer a vaga de acordo com os critérios que são estabelecidos via edital. O aluno que ingressar por esta forma e que tiver sua matrícula cancelada pelo CEFET/RJ, ou vier a cancelá-la, não mais poderá utilizar esta forma de ingresso. O processo é realizado a qualquer momento antes do período letivo para o qual haja vagas disponíveis e é regido pelas normas estabelecidas em edital disponível no *site* da Instituição.

É importante mencionar que, atualmente, o CEFET/RJ reserva parte de suas vagas para o Sistema de Cotas, considerando candidatos oriundos da rede pública e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e candidatos oriundos da rede pública e pretos, pardos e indígenas, independente da renda. A porcentagem reservada obedece aos critérios da Lei de Cotas.

Nesse contexto de políticas de acesso à Instituição, merece ser mencionada a mobilidade acadêmica, oferecida para os cursos de graduação e de pós-graduação. A mobilidade pode ser nacional ou internacional. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com sua Instituição e curso de origem. Por meio dos programas de mobilidade acadêmica, a Instituição desempenha tanto o papel de Instituição receptora quanto o de emissora, proporcionando aos alunos de graduação o contato com múltiplas realidades culturais e educacionais.

Sendo o CEFET/RJ uma Instituição pública e gratuita, para que um aluno possa se manter, deve dispor de recursos financeiros mensais mínimos para custeio de traslado, alimentação, compra de alguns livros, reprodução de apostilas, notas de aula e materiais didáticos complementares. Nesse sentido, o CEFET/RJ desenvolve políticas de assistência estudantil, tanto para estudantes do nível de ensino profissional técnico, como para a graduação. A Instituição disponibiliza recursos próprios e oriundos do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil, com vistas a diminuir os índices de evasão escolar.

No Programa de Assistência Estudantil, o quantitativo de auxílios ofertados é estabelecido em conformidade com a disponibilidade orçamentária, que em 2022 foi de R\$ 4.488.000,00 (quatro milhões e quatrocentos e oitenta e oito mil reais). Considerando os alunos que se enquadram na situação em condição de vulnerabilidade social e/ou econômica, a política de atendimento do CEFET/RJ está fundamentada em três programas que contemplam bolsas de permanência, a saber:

a) Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED) - destinado a facilitar a acessibilidade, permanência e formação de qualidade aos estudantes com deficiência.

b) Programa de Auxílio Emergencial (PAEm) - destinado a minimizar as dificuldades socioeconômicas emergenciais que comprometem a permanência do estudante na Instituição.

c) Programa de Auxílio ao Estudante (PAE), destinado a atender os estudantes que não dispõem de recursos financeiros suficientes para arcar com despesas básicas para seu desempenho escolar e prevenir a retenção e evasão escolar.

O quantitativo de bolsas de assistência estudantil 2022 está apresentado na tabela a seguir:

Programa	Estudantes Atendidos
Programa de Auxílio ao Estudante (PAE)	1.750
Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED)	20
Programa de Auxílio Emergencial (PAEm)	200

Fonte: CAE/DEAC/DIREX, Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

A Divisão de Integração Empresarial (DIEMP) possui diversas empresas conveniadas que oferecem regularmente oportunidades de estágio supervisionado, programas de trainee e também empregos para estudantes de todos os níveis de ensino e egressos do CEFET/RJ, uma vez que a Instituição é também uma agência governamental de estágio-emprego. Essa parceria visa facilitar a integração dos estudantes em fase final de aprendizado acadêmico e os recém-formados com o mercado de trabalho.

A preocupação com a questão da permanência dos estudantes e redução dos índices de evasão e retenção levou a constituir uma comissão, instituída pela Portaria 1.295 em 03 de setembro de 2015, objetivando propor um Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET/RJ. Tal documento foi aprovado no CEPE, por meio da Resolução 04/2017, em 30/03/2017.

A Instituição investe na contratação e capacitação de profissionais com o objetivo de implantar um eficiente acompanhamento sócio-pedagógico. A tabela a seguir indica o número de alguns tipos de profissionais que vem a auxiliar nesse sentido por *campus*. Logicamente o *campus* Sede possui o maior número desses profissionais em virtude do número de cursos e de alunos envolvidos.

Classificação	Cargo	Sede Maracanã	Maria da Graça	Nova Iguaçu	Petrópolis	Nova Friburgo	Itaguaí	Angra dos Reis	Valença
E	Pedagogo	10	1	2	2	2	0	2	1
E	Técnico em Assuntos Educacionais	23	1	3	3	2	4	2	1
E	Psicólogo	4	1	1	1	1	0	0	1
TOTAL		37	3	6	6	5	4	4	3

No segundo semestre de 2016, foram instituídas as Comissões de Acompanhamento de Desempenho Discente (CADDs) e aprovadas as normas de funcionamento. Orientando e acompanhando o aluno com baixo desempenho, a CADD é um instrumento importante que vem a contribuir de forma significativa na questão da permanência do aluno e na redução dos índices de evasão e retenção. Cada curso superior possui uma CADD, com as seguintes atribuições:

- Acompanhar e orientar alunos que têm apresentado baixo desempenho acadêmico de tal forma a orientá-los para a finalização do curso; e
- Assessorar o seu respectivo coordenador acerca de assuntos relativos à situação dos alunos em acompanhamento e orientação.

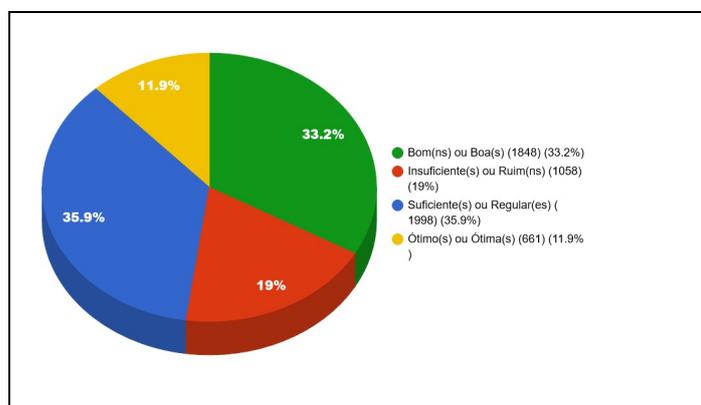
Há espaços de convivência que permitem a integração de todo público da Instituição. Para atender às atividades esportivas existem, em boas condições, quadras (coberta e descobertas) e piscina na Unidade Sede. Nas bibliotecas, há espaços específicos para estudo individual e em grupo. Maiores detalhes referentes a esses espaços e outros podem ser encontrados na Dimensão 7, infraestrutura.

Com relação a essa dimensão, foram propostas algumas questões específicas aos alunos da Instituição, apresentadas a seguir. Tais questões apresentaram comportamentos de resposta muito semelhantes e, em virtude desse fato, será feita uma análise conjunta.

Questões específicas aos alunos:

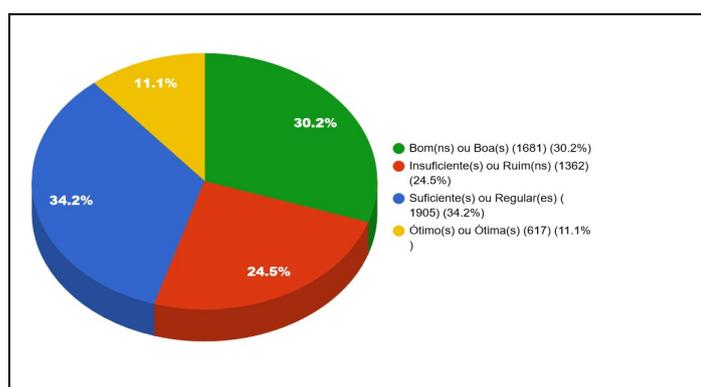
☛ Em sua opinião, a política de assistência estudantil ocorre de maneira...

Alunos-Graduação



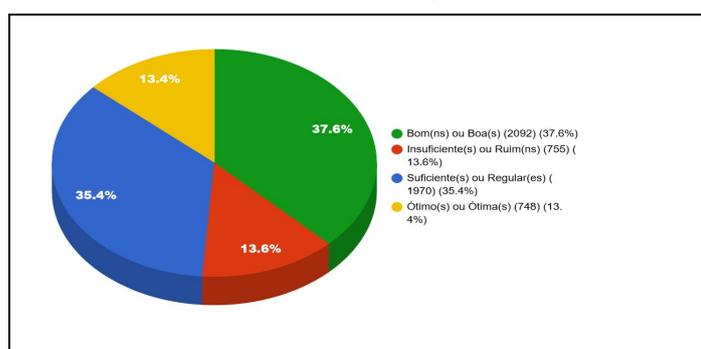
☛ O número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais pode ser considerado...

Alunos-Graduação



☛ O acesso aos regulamentos sobre os direitos e deveres dos estudantes pode ser avaliado como...

Alunos-Graduação



Considerando os três quesitos avaliados, observa-se que a maior parte dos alunos de graduação, correspondente a 35,9% e 34,2%, optou pela escala “suficiente”, seguida de uma parcela correspondente a 33,2% e 30,2%, que optou pela escala “boa” para avaliar os quesitos política de assistência estudantil e número de bolsas oferecidas aos estudantes com dificuldades sociais, respectivamente. Quanto ao acesso aos regulamentos sobre direitos e deveres dos estudantes, grande parte dos discentes de graduação, o equivalente a 37,6%, avaliou como bom, seguida de outra parte, o equivalente a 35,4%, que o considerou suficiente.

Em 2019, a maior parte dos alunos de graduação, correspondente a 36,9% e 41,3%, optou pela escala “bom”, seguida de uma parcela correspondente a 35,7% e 33,1%, que optou pela escala “suficiente” para avaliar os quesitos política de assistência estudantil e acesso aos regulamentos sobre direitos e deveres dos estudantes, respectivamente. Quanto ao número de bolsas oferecidas aos estudantes com dificuldades sociais, grande parte dos discentes de graduação, o equivalente a 32,7%, ficou igualmente dividida entre as escalas “bom” e “suficiente”.

a.2) Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil.

Conforme mencionado na Dimensão 2, as práticas pedagógicas e atividades acadêmicas buscam o desenvolvimento das capacidades investigativa, reflexiva e crítica, por meio de estudos, pesquisas e vivências em atividades, programas e eventos, como a iniciação científica (PIBIC), visitas técnicas, mobilidade estudantil (nacional e internacional) e a realização de disciplinas obrigatórias e optativas. Além disso, a Instituição incentiva seus alunos a interagir com outras culturas, como elemento agregador de valor em sua formação, por meio da participação nos programas Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos. Nesse contexto, cabe ressaltar que o CEFET/RJ participou do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), cujo o encerramento foi anunciado em abril de 2017. Tal programa buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O programa CsF foi fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. Com relação ao envolvimento dos alunos em atividades de Extensão, maiores detalhes podem ser encontrados na Dimensão 2.

Ainda nesse aspecto, é importante mencionar o acordo de cooperação internacional do CEFET/RJ com o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e com o Instituto Politécnico de Portalegre (IPPortalegre), de Portugal, que possibilita a obtenção de dupla-diplomação (DD). Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa receberão dois diplomas, um diploma de graduação da Instituição brasileira e o título de mestre, expedido pelo Instituto Politécnico. O intercâmbio iniciou em 2016, com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ do *campus* Angra e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da Instituição de Bragança. Em 2022, diversos cursos tiveram a possibilidade de participar dos editais de Dupla Diplomação lançados, como os de

Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica e Administração (Valença).

A tabela a seguir apresenta a relação de instituições de Ensino Superior em convênios com CEFET/RJ em 2022:

IES	PAÍS
HM/MUAS – Hochschule Munchen/Munich University of Applied Sciences	Alemanha
Fachhochschule Braunschweig/Wolfenbüttel	Alemanha
TH-OWL University of Applied Sciences – Technische Hochschule Ostwestfalen-Lippe	Alemanha
SMU – Saint Martin’s University	EUA
Alamo Colleges	EUA
FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Portugal
IPB – Instituto Politécnico de Bragança	Portugal
IPP – Instituto Politécnico do Porto	Portugal
IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Portugal
IPV – Instituto Politécnico de Viseu	Portugal
IPSantarém – Instituto Politécnico de Santarém	Portugal
IPPortoAlegre – Instituto Politécnico de Porto Alegre	Portugal
IPG – Instituto Politécnico de Guarda	Portugal
IPV – Instituto Politécnico de Viseu	Portugal
Instituto de Soldadura e Qualidade	Portugal
Université de La Rochelle	França
Universidad de Jaén	Espanha
Universidad de Valladolid	Espanha
Universidad de Corunha	Espanha
Dalhousie University	Canadá
Memorial University	Canadá
College Laflèche	Canadá
Confederation College	Canadá
Centennial College	Canadá
Limerick Institute of Technology	Irlanda
Fundacion Set Idiomas	Argentina
Universidad Nacional de Villa Maria	Argentina
Universidad Nacional de Mar del Plata	Argentina
Universidad Tecnológica Metropolitana	Chile
Fundación Universitaria del Área Andina	Colômbia
Universidade de Cabo Verde	Cabo Verde

Além disso, a Ascri, por meio da REARI-RJ (Rede de Assessoria de Relações Internacionais das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro), realizou acordos conjuntos com instituições internacionais, como por exemplo com a Utrecht Network, o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos (CCISP) e a Aix-Marseille Université (AMU).

Em 2022, o CEFET/RJ concedeu um total de 140 bolsas para o PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -Graduação), sendo 100 do própria Instituição e 40 do CNPq. O ingresso no programa se dá mediante edital, sendo que a seleção, acompanhamento e avaliação dos programas são feitos por um Comitê Interno e Externo, conforme regras estabelecidas pelo órgão de fomento.

No final de 2022, foi lançado o Edital 2022 do Programa de Bolsas de Monitoria do CEFET/RJ, quando foram oferecidas 110 bolsas para o ensino superior e 130 bolsas para o ensino médio/técnico, mantendo assim o quantitativo do ano anterior.

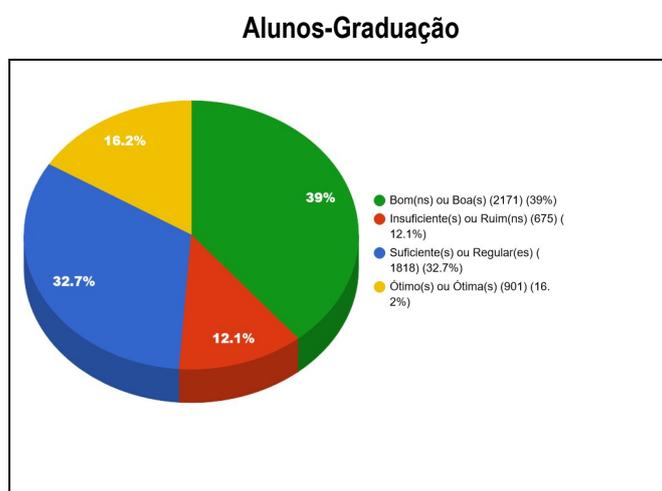
Com relação às bolsas referentes a projetos de extensão, no final de 2022, foi publicado o Edital 2022 do Programa de Bolsas de Extensão do CEFET/RJ, que oferecia 164 bolsas para os estudantes do sistema CEFET/RJ, mantendo, dessa forma, o mesmo quantitativo do ano anterior.

No que toca à avaliação institucional feita pelos alunos, a CPA aplica, anualmente, um questionário, no qual os alunos podem se manifestar avaliando a Instituição, seus cursos e seus professores. Tal questionário fica disponibilizado a partir do final do segundo período e, uma vez respondido, as respostas são coletadas pelo DTINF e processadas. A CPA analisa os dados processados e apresenta os resultados à comunidade acadêmica.

Com relação a esse aspecto, foram propostas algumas questões específicas aos alunos da Instituição, apresentadas a seguir.

Questões específicas aos alunos:

➡ A política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica, extensão, pode ser considerada como...

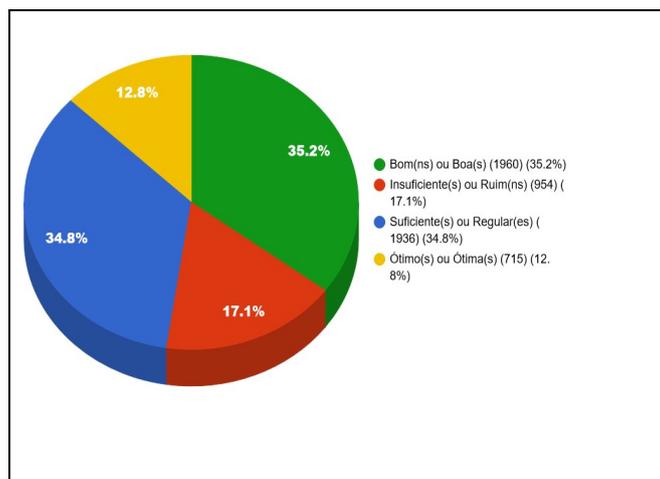


Considerando os estudantes de graduação, 39% indicaram que tal política pode ser considerada boa, seguidos de 32,7% que consideram suficiente, 16,2% que consideram ótima e 12,1%, insuficiente.

Em 2019, dos alunos de graduação respondentes, 44,5% indicavam que estavam bastante satisfeitos com tal quesito, apontando o conceito bom, seguidos de 29,4% que consideravam a política de participação dos estudantes como suficiente, 15,8% que consideravam tal política ótima e 10,3% insuficiente.

⇒ A política de incentivo à participação dos estudantes em projetos com os docentes ocorre de maneira...

Alunos-Graduação



Considerando os estudantes de graduação respondentes, 35,2% indicaram que tal política pode ser considerada boa, seguidos de 34,8% que consideram suficiente, 17,1% que consideram insuficiente e 12,8% ótima.

Em 2019, grande parte dos alunos de graduação (38,9%) indicou que tal quesito ocorria de forma boa. Na ocasião, a parcela de insatisfação correspondia a 16,4%.

a.3) Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.

O DERAC (Departamento de Administração e Registros Acadêmicos) no campus Sede e as SERACs (Secretarias Acadêmicas) nos demais *campi* possuem todos os registros relativos aos alunos, tais como dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno, entre outros.

A criação da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que se deu oficialmente em 2018, por meio da Portaria SETEC/ME Nº 01, de 03/01/2018, veio a contribuir muito nesse sentido. A PNP possui os índices de evasão, retenção, conclusão e eficiência acadêmica de toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. De posse de tais dados, a Instituição pode analisar tendências e tomar decisões específicas para cada curso em virtude da análise processada.

A preocupação com a questão da permanência dos estudantes e redução dos índices de evasão e retenção levou a constituir uma comissão, instituída pela Portaria 1.295 em 03 de setembro de 2015, objetivando propor um Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do CEFET/RJ. Tal documento foi aprovado

no CEPE, por meio da Resolução 04/2017, em 30/03/2017. Este estudo considera as taxas de evasão, retenção e de conclusão de cada curso do sistema CEFET/RJ, a partir dos dados do SISTEC.

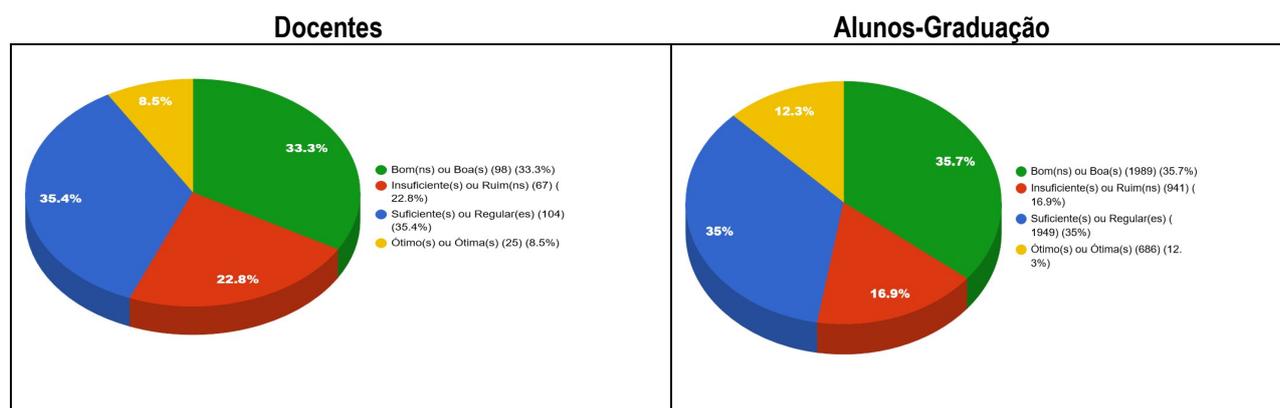
a.4) Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

Em 2022, foi aprovada pelo CEPE e homologada pelo CODIR, Resolução nº 51, de 02/12/2022, a Política de Acompanhamento de Egressos, permitindo a estruturação de ações que visam acompanhar o itinerário profissional e acadêmico do Cefet/RJ e retroalimentar as políticas de ensino da Instituição. A Política de Acompanhamento de Egressos é um conjunto de ações que visam a conhecer o itinerário profissional e acadêmico do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo educacional. O documento abrange comissões locais e uma comissão central responsáveis pelas ações previstas no documento.

Com relação a esse aspecto, foi proposta uma questão comum para professores e alunos, apresentada a seguir.

Questão comum aos docentes e alunos:

☞ As ações da Instituição no sentido de acompanhar a inclusão dos estudantes que se formam no CEFET/RJ no mercado de trabalho podem ser avaliadas como.... (para cursos novos considerar ações de planejamento)



De forma geral a comunidade se encontra satisfeita com este quesito. Grande parte dos professores, o equivalente a 35,4%, avaliou tal quesito como suficiente. Já grande parcela dos discentes considerou tal item bom, correspondente a 35,7% dos alunos da graduação.

Na avaliação realizada em 2019, professores e alunos avaliaram tal quesito como bom, o equivalente a 38,5% dos docentes e 38,4% dos discentes.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

O fato de a Divisão de Integração Empresarial (DIEMP) possuir mais de duas mil empresas conveniadas que oferecem regularmente oportunidades de estágio supervisionado, programas de trainee e também empregos para

estudantes de todos os níveis de ensino e egressos do CEFET/RJ se destaca como uma potencialidade da Instituição.

Deve-se citar ainda o incentivo da Instituição com relação à interação com outras culturas, por meio de programas tais como Mobilidade Estudantil ANDIFES, PEC-G e convênios interinstitucionais, como os existentes com os Estados Unidos, a Argentina, Portugal e Alemanha, de modo a propiciar o intercâmbio de alunos. Convém ressaltar que o CEFET/RJ e o Instituto Politécnico de Bragança, de Portugal, firmaram um acordo de cooperação internacional que possibilita a obtenção de dois diplomas em cinco anos. Os estudantes que cumprirem todas as etapas previstas no programa recebem dois diplomas de nível superior, um da Instituição brasileira e o outro da portuguesa, o título de mestre expedido pelo Instituto Politécnico. O intercâmbio teve início em 2016, com o bacharelado em Engenharia Mecânica do CEFET/RJ, *campus* Angra, e o curso de licenciatura em Engenharia Mecânica da Instituição de Bragança.

Das questões propostas, as que obtiveram estudantes avaliando com mais de 50% tal quesito como bom ou ótimo, foram as referentes ao acesso aos regulamentos sobre os direitos e deveres dos estudantes e a política de participação dos estudantes em atividades de ensino como monitoria, estágio, iniciação científica e extensão.

b.2) Fragilidades

Na pesquisa realizada com o questionário nesta dimensão, o maior índice de insatisfação apresentado pelos alunos de graduação, no caso 24,5%, foi com relação ao número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais. No entanto, deve-se considerar que a maioria desses alunos avaliou tal quesito como suficiente (34,2%), bom (30,2%), ou ótimo (11,1%).

c) Ações com base na análise

Apesar do número de bolsas oferecidas pela Instituição para os estudantes que apresentam dificuldades sociais estar diretamente ligado ao orçamento anual recebido, deve-se estudar alternativas para o aumento dessas bolsas.

3.4 – Eixo 4: Políticas de Gestão

3.4.1 – Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.

Tanto para os docentes como para os técnico-administrativos os planos de carreira se encontram regulamentados. As leis que regulamenta ambas as carreiras tiveram seus procedimentos e critérios públicos no sítio da Instituição.

No que se refere especificamente aos funcionários técnico-administrativos, a publicação em questão chama-se PLANO DE DESENVOLVIMENTO DOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (PCCTAE). Nesse plano se encontram, de maneira clara e definida, todas as ações que a Instituição prioriza, a fim de fazer com que a carreira dos funcionários técnico-administrativos se processe livre de quaisquer possibilidades de dúvidas ou pontos pouco esclarecidos. Tal plano foi instituído pela Lei 11.091, de 12/01/2005, regulamentado pelos Decretos nº 5.824, 5.825 e pela Portaria MEC nº 09, todos de 29/06/2006, e alterado pelas Leis 11.233/2005, 11.355/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012.

A aprovação do plano da Instituição se deu por meio da Resolução Nº 01, de 16/03/2007, do CODIR, que referendou o ato do Diretor-Geral que aprovou, *ad referendum*, o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação da Instituição. A aprovação do Regulamento de Qualificação e Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da Instituição se deu por meio da Resolução Nº 25, de 01/07/2016, do CODIR. Tal documento instituiu critérios para concessão de afastamentos e licenças para capacitação, horário especial ao servidor estudante, progressão por capacitação e condições de participação no Programa de Educação Formal. Esta política interna, elaborada com participação da comunidade por meio dos Conselhos, já foi revisada em 2018 (Resolução CODIR Nº 58, de 23/11/2018) e 2019 (Resolução CODIR Nº 52, de 08/11/2019), estando prevista nova revisão em 2023.

As portarias do MEC nº 2.519, de 15 de julho de 2005, e nº 2.562, de 21 de julho de 2005, instituíram a Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Técnico-administrativos em Educação do CEFET/RJ (CISPCCTAE), comissão responsável pelo assessoramento para implementação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação na Instituição. O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação estabelecido pela Lei nº 11.091/2005 é dividido em cinco níveis de classificação: A, B, C, D e E. Esses níveis são conjuntos de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de

responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições. O quadro de pessoal da Instituição conta atualmente com as classes C, D e E, cada uma dessas classes divide-se ainda em quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV).

O ingresso nos cargos técnico-administrativos ocorre no padrão inicial do primeiro nível de capacitação do respectivo nível de classificação por concurso público de provas, sendo observada rigorosamente a escolaridade exigida para cada nível de classificação, conforme estabelecido em lei. O desenvolvimento do servidor na carreira dá-se pela mudança de nível de capacitação (Progressão por Capacitação) ou padrão de vencimento (Progressão por Mérito Profissional), conforme estabelecido em lei.

Até 2019, a política estabelecia como instrumento de planejamento e gestão da capacitação o Plano Anual de Capacitação (PAC), elaborado a partir de Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) também anual, em que eram previstas e organizadas as capacitações institucionais a serem ofertadas aos servidores no ano seguinte, com o objetivo de promover a educação continuada dos servidores técnico-administrativos, com o desenvolvimento de competências individuais e institucionais para a prestação de serviço mais eficiente e eficaz aos cidadãos.

A partir de 2019, com a Instituição da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) pelo Decreto nº 9.991/2019 e normativas complementares, as revisões da política interna prevista no referido regulamento buscaram adequá-lo às novas diretrizes e implementar melhorias nos processos, aumentando o alinhamento com os objetivos estratégicos da Instituição. O instrumento de planejamento e gestão da capacitação passou a ser o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), cuja metodologia de elaboração veio sendo aperfeiçoada, consolidada e divulgada a cada ano, com aumento progressivo da adesão dos servidores e chefias e da assertividade na identificação e priorização de necessidades de desenvolvimento.

Assim, passaram a ser promovidas no contexto do PDP as ações para suprir as necessidades identificadas institucionalmente, o que inclui ações para promoção das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, como também para o suporte à sustentabilidade financeira na gestão da Instituição, dentre outras, conforme disponibilidade orçamentária.

A publicização tanto da política institucional quanto das práticas e procedimentos adotados na elaboração do PDP é feita por comunicados aos e-mails institucionais de todos os servidores, disponibilização de informações e banners de destaque no sítio institucional e publicação de editais internos para concessão de afastamentos; acrescenta-se ainda que as alterações da política são realizadas e discutidas nos Conselhos institucionais em reuniões públicas.

Quanto à carreira de docentes, existem duas carreiras na Instituição: a carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e a carreira de Professor do Magistério Superior. A Lei nº 12.772/2012, modificada pela Lei nº 12.863/2013 estabeleceu o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal composto por:

ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO		MAGISTÉRIO SUPERIOR				
CLASSE	NÍVEL	CLASSE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL		
D-I	1	A	Adjunto A Assistente A Auxiliar	1		
	2			2		
D-II	1			B	Assistente	1
	2					2
D-III	1	C	Adjunto	1		
	2			2		
	3			3		
	4			4		
D-IV	1	D	Associado	1		
	2			2		
	3			3		
	4			4		
Titular	1	E	Titular	ÚNICO		

Fonte: CPPD, dez/2014.

A tabela a seguir apresenta a Correlação da estrutura anterior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e a estrutura atual:

ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO						MAGISTÉRIO SUPERIOR						
SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	NÍVEL	CLASSE	CARREIRA	CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	NÍVEL	CLASSE	DENOMINAÇÃO	CARREIRA
Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Lei nº 11.784 de 2008)	D-I	1	1	D-I	Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal	Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal	Auxiliar	1	1	A	Adjunto A Assistente A Auxiliar	
		2	2					2				
		3	2					3				
		4	2					4				
	D-II	1	1	D-II			Assistente	1	1	B	Assistente	
		2	2					2				
		3	2					3				
		4	2					4				
	D-III	1	1	D-III			Adjunto	1	1	C	Adjunto	
		2	2					2				
		3	3					3				
		4	4					4				
	D-IV	1	1	D-IV			Associado	1	1	D	Associado	
		2	2					2				
		3	3					3				
		4	4					4				
D-V	1	2	D-IV	Associado	1	1	E	Titular				
	2	3			2							
	3	4			3							
	4	4			4							
-	-	1	Titular	Titular	1	1	E	Titular				

Fonte: CPPD, dez/2014.

Em 29/07/2016 foi sancionada pelo Governo Federal a Lei nº 13.325/2016 que altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação.

No que se refere aos critérios de progressão, em 2010, uma comissão formada por diversos docentes se encarregou de estabelecer critérios por mérito, através de uma tabela de pontos que, no final de 2010, entrou em vigor para a progressão de todos os docentes da Instituição. Os critérios atuais são utilizados não apenas para a

progressão funcional dos docentes, mas também para aprovação em estágio probatório. O "Regulamento da Avaliação de Desempenho para fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos docentes do CEFET/RJ", denominado RAD, foi aprovado no CEPE (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão) em 18/03/2010 e no CODIR (Conselho Diretor) em 01/10/2010.

Em 2013, o MEC publicou a Portaria 554, de 20/06/2013, que estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Em 2014, o CEFET/RJ aprovou alterações na planilha RAD, por meio da Resolução Nº 09, de 21/03/2014, do CODIR. Em 2016, o regulamento foi atualizado novamente, por meio da Resolução Nº 24, de 01/07/2016, do CODIR. Em seguida ocorreram outras atualizações, pela Resolução nº 03/2017 (CEPE), Resolução nº 14/2017 (CODIR) e Resolução 02/2022 (CEPE), validada pela Resolução nº 06/2022 (CODIR).

Os professores pertencentes à carreira EBTT do Magistério Federal da ativa podem solicitar o RSC, Reconhecimento de Saberes e Competências definido pela Lei 12.772/2012, que estabelece a equivalência de titulação exclusivamente para a concessão da RT. A Portaria Nº 1.094, de 07/11/2013, aprova o Regulamento do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC. A Portaria Nº 34, de 28/08/2014, aprova a Resolução nº 11/2014 do CEFET/RJ, que regulamenta a avaliação e fluxo de procedimentos para a concessão do RSC, no âmbito do CEFET/RJ (CODIR). A Resolução nº 11/2014 foi revisada e substituída pela Resolução nº 39/2015, do CODIR.

Para formulação e acompanhamento da execução da Política de Pessoal Docente no que tange à avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção funcional, entre outros itens, há a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), vinculada à Direção-Geral. A CPPD é constituída por um Comitê Central, sediado no *campus* Maracanã, e por Núcleos Permanentes de Pessoal Docente (NPPDs) localizados nos demais *campi* (Resolução CODIR nº 24/2013). O Comitê Central é formado por três representantes da Carreira de Magistério Superior (MS) e três do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Já os NPPDs são compostos por apenas um representante de cada carreira (MS e EBTT), quando existir mais de uma. Os membros da CPPD são eleitos por seus pares, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.772/2012 e a Lei nº 12.863/2013.

O quantitativo global de docentes por titulação, considerando a Instituição como um todo, foi apresentado na Tabela 1.5.

a.2) Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.

O governo federal, por meio do Decreto nº 5.707 (revogado), de 23 de fevereiro de 2006, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional,

implementada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por meio da Secretaria de Gestão Pública (SEGEP), nos órgãos que compõem o SIPEC. Em 28 de agosto de 2019, foi promulgado o Decreto nº 9.991, que instituiu uma nova Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), reconfigurando a gestão das necessidades e ações de desenvolvimento na administração pública federal, até aquele momento baseada no Decreto nº 5.707, de 2006, então revogado.

Conforme consta no PDI, no CEFET/RJ, a capacitação docente e técnico-administrativa era planejada, executada e gerida, até 2019, por diferentes setores da Instituição, resultando em planos de capacitação com periodicidade e abrangência distintas para as duas categorias profissionais. Em 28 de agosto de 2019, foi promulgado o Decreto nº 9.991, que instituiu uma nova Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), reconfigurando a gestão das necessidades e ações de desenvolvimento na administração pública federal, até aquele momento baseada no Decreto nº 5.707, de 2006, então revogado. Pelo Decreto nº 5.707, de 2006, a PNDP dispunha de três instrumentos: o plano anual de capacitação, o relatório de execução do plano anual de capacitação e o sistema de gestão por competência.

A Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DICAP), do Departamento de Recursos Humanos, até 2019, era a responsável pelas atividades relacionadas à capacitação institucional dos servidores técnico-administrativos do CEFET/RJ, o que envolvia o mencionado Levantamento de Necessidades de Capacitação, a realização da Avaliação de Desempenho, a elaboração do Plano Anual de Capacitação, a contratação de cursos e as propostas de regulamentação da capacitação e qualificação de servidores técnico-administrativos na Instituição. A operacionalização administrativa das ações de capacitação envolvia a CIS/PCCTAE e a Diretoria de Administração e Planejamento.

A capacitação docente, regulamentada pela Resolução CEPE nº 25/2015, era gerida, até 2019, pela Comissão Gestora do Plano Institucional de Capacitação Docente (CG-PICD), assessorado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). O PICD é o instrumento para a consecução da Política de Capacitação Docente do CEFET/RJ, com vigência de cinco anos e atualização anual. A elaboração do PICD é baseada nos Planos de Capacitação Docente dos Colegiados Acadêmicos (PCDCAs), com a mesma vigência do PICD, de cinco anos com atualização anual. Os PCDCAs eram encaminhados à Comissão Gestora após análise e aprovação pelo conselho imediatamente superior a cada Colegiado Acadêmico e a operacionalização administrativa do PICD envolvia DRH, CPPD e Diretoria de Administração e Planejamento, com as respectivas competências.

A partir do Decreto nº 9.991, foi instituído um instrumento único para apresentação das necessidades e planejamento de ações de desenvolvimento institucional, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), elaborado anualmente para vigorar no ano seguinte e que exige a aprovação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) para ser executado. O PDP de cada ano passa a ser analisado e autorizado a partir do Relatório Anual de Execução do PDP do ano anterior, podendo receber recomendações e alterações do órgão central do SIPEC, por meio de manifestação técnica, para a realização de ajustes e posterior aprovação.

Dessa forma, foi iniciado ainda em 2019 um trabalho coletivo envolvendo DRH, CIS/PCCTAE, CPPD, Comissão Gestora do PICD e Diretorias de Ensino e de Administração e Planejamento para a construção de uma política de capacitação unificada para as duas categorias, docentes e técnico-administrativos em educação, com a revisão das diretrizes e normativas internas para a área, bem como a redefinição e padronização de processos com o objetivo de reestruturar a gestão da capacitação institucional para o período de vigência do PDI 2020-2024.

Com relação a capacitação docente, vale registrar dois instrumentos que direcionam as atividades de ensino, pesquisa e extensão e fornecem subsídios para o estabelecimento de políticas institucionais, entre elas a de capacitação: o Regulamento da Avaliação de Desempenho Para Fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos Docentes do CEFET/RJ, acompanhado da planilha do Relatório de Atividades Docentes (RAD) e o Plano de Trabalho Docente.

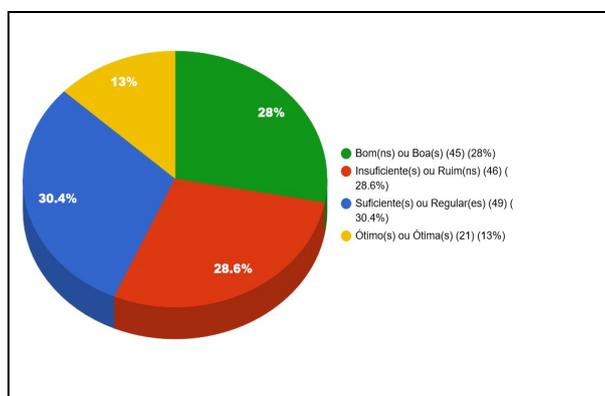
O regulamento da Avaliação de Desempenho Para Fins de Aprovação em Estágio Probatório e Progressão Funcional dos Docentes foi homologado pela Resolução CODIR nº 24/2010 e alterado pelas Resoluções CODIR nº 09/2014, nº 14/2017 e Resolução 02/2022 (CEPE), validada pela Resolução nº 06/2022 (CODIR). Tal documento estabelece indicadores mínimos para progressão baseados em uma métrica associada às três atividades-fim da Instituição – ensino, pesquisa e extensão –, além de atividades complementares. O Plano de Trabalho Docente, cujas diretrizes estão estabelecidas na Resolução CODIR nº 14/2011, relaciona as atividades a serem desenvolvidas pelo docente durante o ano/período letivo, com a respectiva atribuição de carga horária baseada nos indicadores estabelecidos no RAD para progressão. O plano de trabalho é submetido à aprovação da chefia imediata de departamento/coordenação e, ao final de cada ano/período letivo, os docentes preenchem relatório no qual indicam as atividades realizadas face ao Plano de Trabalho.

No que tange à capacitação dos servidores técnico-administrativos, cabe observar que em 2021 foi realizada uma pesquisa, por meio de formulário eletrônico, para o Levantamento de Necessidades e Desenvolvimento (LND) 2022. Além disso, vale registrar a publicação da Resolução CODIR nº 52/2019, aprovando o Regulamento de Qualificação e Capacitação dos Servidores Técnico-administrativos em Educação do CEFET/RJ, com a adequação provisória de seus termos à nova PNDP, até que seja finalizado o trabalho que unificará a política de capacitação institucional.

A comissão própria de avaliação aplicou um questionário abrangendo pontos orientados pelo SINAES, para uma melhor análise no que se refere ao conhecimento das ações da Instituição para a qualificação e melhoria da qualidade de vida dos seus funcionários. No que se relaciona aos aspectos de capacitação e incentivo à capacitação dos funcionários técnico-administrativos, foram aplicadas as seguintes perguntas, apresentadas a seguir, juntamente com os resultados obtidos.

Questões específicas aos técnico-administrativos

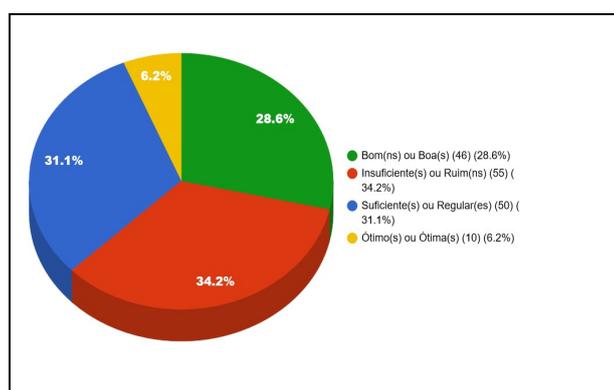
➔ A Instituição promove/incentiva a capacitação dos técnico-administrativos. Isso acontece de maneira...



Grande parte dos técnico-administrativos, 30,4%, considera que tal quesito ocorre de forma suficiente; outra parcela o considera insuficiente, 28,6%. Outros 28% avaliam-no como bom e 13% julgam-no ótimo. Esse alto índice de insatisfeitos merece atenção e sinaliza para a Instituição a necessidade de uma análise sobre as capacitações oferecidas.

Em 2019, grande parte dos técnico-administrativos, 38,7%, considerou que tal quesito ocorreu de forma insuficiente; outra parcela o considerou suficiente, 29,2%. Outros 28,3% avaliaram-no como bom e 3,8% julgaram-no ótimo.

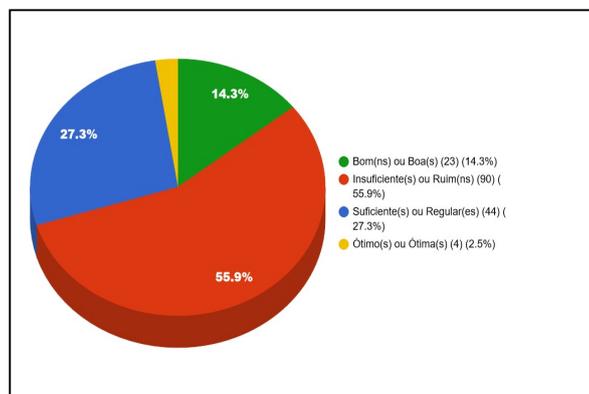
➔ Como você avalia a política de aperfeiçoamento para a carreira dos técnico-administrativos da Instituição?



Ao avaliarem de maneira específica a efetividade das políticas promovidas para o quadro de funcionários técnico-administrativos, 34,2% dos respondentes consideraram a política de aperfeiçoamento insuficiente; já 31,1% avaliaram como suficiente; 28,6% indicaram-na boa e, finalmente, 6,2% julgou ótima. Esse alto índice de insatisfeitos merece atenção.

Na avaliação realizada em 2019, 41,5% dos respondentes consideraram a política de aperfeiçoamento suficiente; 37,7% avaliaram como insuficiente; 19,8% indicaram-na como boa e, finalmente, 0,9% julgou ótima.

➔ Como você avalia os cursos de extensão disponíveis para os servidores da Instituição nas áreas artísticas, esportivas e culturais?



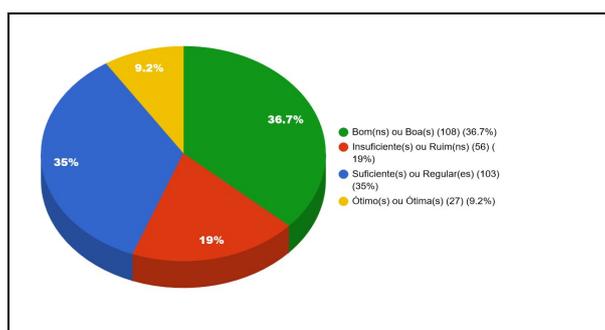
No que se refere aos cursos de extensão oferecidos aos funcionários, a maioria dos técnico-administrativos mostrou-se insatisfeita: 55,9% consideraram tais cursos insuficientes ou ruins; 27,3% avaliaram-nos como suficientes. O restante considerou tais cursos bons, 14,3% e ótimos, 2,5%. Essa avaliação, com a maioria insatisfeita, merece ser melhor investigada.

Em 2019, os técnico-administrativos também demonstraram uma grande insatisfação quanto a esse quesito. Na época, a maioria que avaliou tal quesito como insuficiente correspondia a 73,6% dos respondentes.

Quanto à questão específica do papel da Instituição nas práticas e políticas de aperfeiçoamento e/ou cursos de extensão, foi proposta a seguinte questão:

Questão específica aos docentes

➔ Como você avalia a política de capacitação continuada da Instituição, no âmbito didático pedagógico, para o aperfeiçoamento do seu trabalho?



A respeito da capacitação continuada no âmbito didático e pedagógico as respostas se deram da seguinte forma: 36,7% apontaram tal política como boa, perfazendo um total de 108 docentes; 35% avaliaram essa política como suficiente ou regular, perfazendo um total de 103 professores; 19% apontaram a atuação da Instituição nesta área como insuficiente, em um total de 56 docentes e 9,2% julgaram essa ação da Instituição como ótima, num total de 27 respondentes. Apesar de grande parcela de respondentes avaliar o quesito como bom e suficiente, percebe-se um significativo número de insatisfação, o que aponta para a Instituição - pelo menos em um aspecto quantitativo – a necessidade de maior promoção de ações que busquem este tipo de aprimoramento por parte dos docentes constantes de seus quadros.

Na avaliação realizada em 2019, a maior parcela de professores respondentes, na época 38,5%, avaliou o respectivo quesito como bom, seguida de uma parcela próxima que avaliou como suficiente ou regular, o correspondente a 31,4%. Já o índice de insatisfação, na época, foi de 18,1%, o equivalente a 84 respondentes.

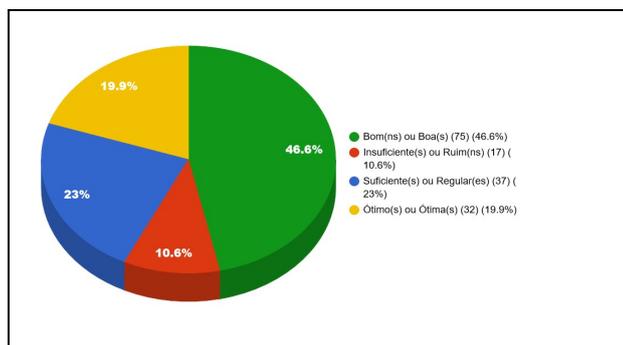
a.3) Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

Atualmente há uma tendência das instituições se empenharem na busca por um instrumento que meça, com relativo grau de precisão, o denominado “clima institucional”. Assim, existem no mercado diversas empresas que se especializaram em implementar ações específicas com tal finalidade, agindo de modo a medir os níveis de satisfação e as possibilidades de maior aproveitamento do potencial de trabalho de seus funcionários. As buscas por resultados ocorrem de modo mais evidente em organizações privadas que objetivam crescimento por relações comerciais. Como tais ações acontecem a nível mundial, esta passou a ser uma preocupação também das instituições educacionais públicas, que buscam, por determinações governamentais, otimizar suas ações visando o aumento considerável de seus rendimentos, entendendo-se estes como a realização final de sua missão institucional.

A partir de uma não especialização em pesquisas de clima, a comissão procurou estabelecer uma representação do panorama climático da Instituição no empreendimento de algumas questões aos funcionários. Assim, para avaliar a questão do ambiente e do potencial de trabalho aproveitado pela Instituição com relação ao seu efetivo de pessoal e suas possibilidades colaborativas foram propostas as duas questões a seguir.

Questões específicas aos técnico-administrativos

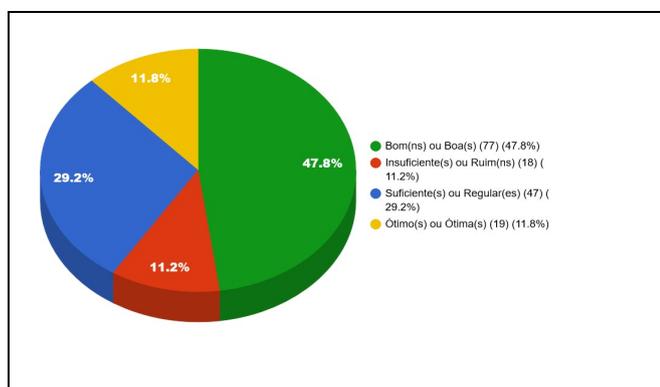
➤ O aproveitamento do seu potencial de trabalho no seu setor pode ser avaliado como...



Em relação a este questionamento, pode-se perceber um maior comprometimento com a possibilidade de revelar um panorama condizente com a realidade, posto que se parte do pressuposto que a proximidade do julgamento das próprias capacidades de contribuição ao bom funcionamento da Instituição não carece do questionamento do conhecimento ou não por parte dos respondentes. Nesse aspecto, as respostas se mostram a seguir: 46,6% dos respondentes consideraram bom o aproveitamento do seu potencial de trabalho; 23% julgaram tal aproveitamento suficiente; 19,9% analisaram-no ótimo, finalizando, 10,6% avaliaram como insuficiente ou ruim o aproveitamento do seu potencial em sua colaboração trabalhista.

Em 2019, a avaliação indicou que grande parte dos respondentes considerou bom o aproveitamento do seu potencial de trabalho, o equivalente a 48,1% dos respondentes. Na ocasião, o índice de insatisfação foi de 12,3% dos técnico-administrativos respondentes.

➤ Os instrumentos de avaliação do seu trabalho para o bom funcionamento da Instituição podem ser considerados...



A respeito dos instrumentos de avaliação do trabalho dos técnico-administrativos empreendidos pela Instituição - seja pela chefia imediata, seja pelos órgãos competentes da Instituição para essa finalidade - de um modo geral, as

respostas se deram do seguinte modo: 47,8% dos respondentes consideraram tal avaliação boa; 29,2% avaliaram-na suficiente; 11,8% julgaram-na ótima e, finalmente, 11,2% consideraram insuficiente a avaliação do seu trabalho.

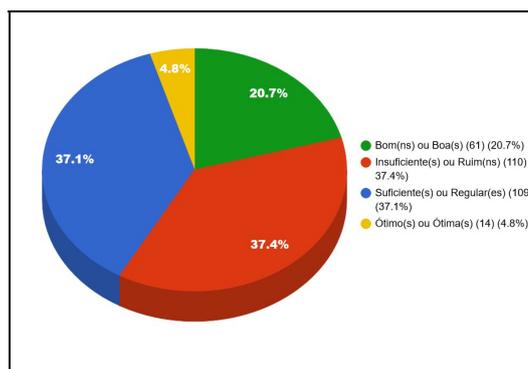
Na avaliação realizada em 2019, grande parte dos técnico-administrativos respondentes, o equivalente a 35,8%, também avaliou como bom tal quesito. Já o índice de insatisfação foi de 20,8% dos respondentes.

As respostas colhidas geram subsídios para a Instituição repensar suas atuações nas áreas pesquisadas, considerando o quantitativo total de técnico-administrativos participantes da pesquisa.

A respeito da prática da pesquisa por parte dos docentes nas suas respectivas áreas de atuação, os resultados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa podem ser observados no próximo gráfico.

Questões específicas aos docentes

➡ Na sua área de atuação, o CEFET/RJ estimula e oferece os recursos necessários para a prática de pesquisa de forma...



Nesse aspecto, os resultados obtidos foram: 37,4% avaliaram como insuficiente os estímulos à pesquisa, o correspondente a 110 respondentes; 37,1% responderam que a atuação da Instituição nesse quesito é suficiente, em um total de 109 docentes; 20,7% indicaram tal quesito como bom, o equivalente a 61 professores e, por fim, 4,8% apontaram esse quesito como ótimo, em um total de 14 respondentes.

Na avaliação realizada em 2019, 35,3% avaliaram como suficiente os estímulos à pesquisa, o correspondente a 164 respondentes; 30,8% responderam que a atuação da Instituição nesse quesito é insuficiente ou ruim, em um total de 143 docentes; 27,5% consideraram tal item bom, o equivalente a 128 respondentes e, por fim, 6,5% apontaram esse quesito como ótimo, em um total de 30 respondentes.

Os docentes responderam de maneira bem equilibrada a questão referente às condições de pesquisa oferecidas pela Instituição. Embora uma parte considerável de respondentes, o equivalente a 37,4%, as tenha avaliado como insuficientes ou ruins, essa parcela não se mostra como maioria e pode-se observar também que o restante da comunidade avaliou tais condições como suficientes, boas ou ótimas corresponde a um total de 62,6%. De qualquer

forma, este instrumento pode ser um bom termômetro para medir o clima institucional, na medida em que 110 docentes se encontram insatisfeitos, o que em uma Instituição do tamanho do CEFET/RJ mostra-se um dado revelador e indica a necessidade de futuras ações para dirimir as lacunas em tal questão.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Existência de um plano de progressão funcional docente, reformulado em 2022 e mais abrangente que o proposto em 2010, com critérios claros e bem definidos de progressão.

Cabe mencionar que os maiores índices de satisfação observados com a aplicação do questionário, nesta dimensão, referem-se à satisfação dos técnico-administrativos com relação aos instrumentos de avaliação de seu trabalho para o bom funcionamento da Instituição, ao aproveitamento de seu potencial e à política de capacitação continuada no âmbito didático pedagógico para o aperfeiçoamento do trabalho. Em se tratando dos instrumentos de avaliação, 47,8% indicaram tal quesito como bom. Com relação ao aproveitamento do potencial de trabalho, 46,6% consideraram tal quesito como bom. No caso da política de capacitação continuada, 36,7% avaliaram como boa.

b.2) Fragilidades

Com relação à progressão funcional, considerada já nos novos moldes, alguns critérios para pontuar ainda merecem atenção, como a orientação em projeto final que merece ser melhor pontuada.

O alto índice de insatisfação demonstrado pelos técnico-administrativos com relação aos cursos de extensão disponíveis nas áreas artísticas, esportivas e culturais pode apontar para uma insuficiência ou desconhecimento nesta área, que precisa ser pesquisado.

c) Ações com base na análise

Desenvolvimento de atividades junto aos técnico-administrativos que mostrem a importância da avaliação interna e da participação de toda a comunidade neste processo fundamental para a melhoria da qualidade. Esta sensibilização deve ser feita com o apoio da direção e sua importância deve ser mencionada em reuniões de colegiados, comissões etc. Muito já se avançou nesse sentido, mas é um segmento que ainda requer intensificar o processo de sensibilização. Desta forma, a cultura da avaliação estará sendo difundida, com a participação de todos.

Divulgar de forma mais intensa os cursos de extensão disponíveis nas áreas artísticas, esportivas e culturais e avaliar se o número de cursos oferecidos na área está adequado às necessidades da comunidade.

3.4.2 – Dimensão 6: Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

a) Principais Aspectos Avaliados

- a.1) Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.**
- a.2) Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.**
- a.3) Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.**
- a.4) Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.**
- a.5) Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).**
- a.6) Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos níveis).**

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI é o principal instrumento de planejamento e gestão da Instituição, elaborado para um período de cinco anos, e construído com ampla participação de servidores e estudantes. O PDI considera a identidade da Instituição, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, bem como à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e ou pretende desenvolver.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 mantém a **Missão** Institucional do plano anterior: “Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.”

Orientados pela legislação vigente, constituem **finalidades prioritárias** do CEFET/RJ: Ministar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia; ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais prioritariamente na área tecnológica; realizar pesquisa e inovação nas diversas áreas do conhecimento, estimulando o desenvolvimento de soluções e estendendo seus benefícios à sociedade; promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada; estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

Objetivos e Metas

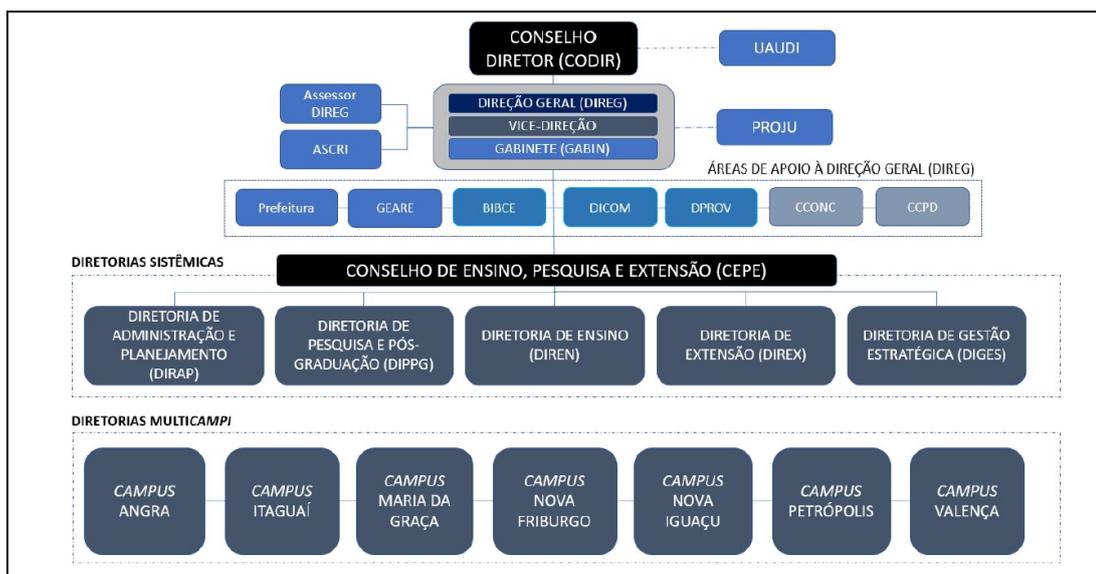
Conforme apresentado na dimensão 1 do Eixo 2, o PDI 2020-2024 marca a definição dos objetivos estratégicos, separados por áreas temáticas, que guiarão a Instituição para o cumprimento de sua missão. No mapa estratégico do CEFET/RJ, os objetivos estratégicos estão distribuídos em 4 perspectivas: Gestão; Processos Internos; Pessoas e Conhecimento e Sociedade.

Como pode ser observado na dimensão 1, cada eixo temático possui seus objetivos, que orientam a política de ação da Instituição. Cada objetivo é acompanhado de uma ou mais metas e cada meta é associada a pelo menos um indicador, ambos estão explicitados no PDI 2020-2024.

Estrutura organizacional para Consecução dos Objetivos:

A Direção Geral é o órgão que planeja e administra a Instituição. É formada pelo gabinete da Direção Geral e cinco diretorias sistêmicas que coordenam todas as Unidades de Ensino: a Diretoria de Ensino (DIREN), a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), a Diretoria de Extensão (DIREX), a Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP) e a Diretoria de Planejamento Estratégico (DIGES), conforme ilustrado no organograma principal a seguir. A administração do CEFET/RJ é exercida pela Direção-Geral tendo como órgão máximo o Conselho Diretor. A sua estrutura também conta com o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

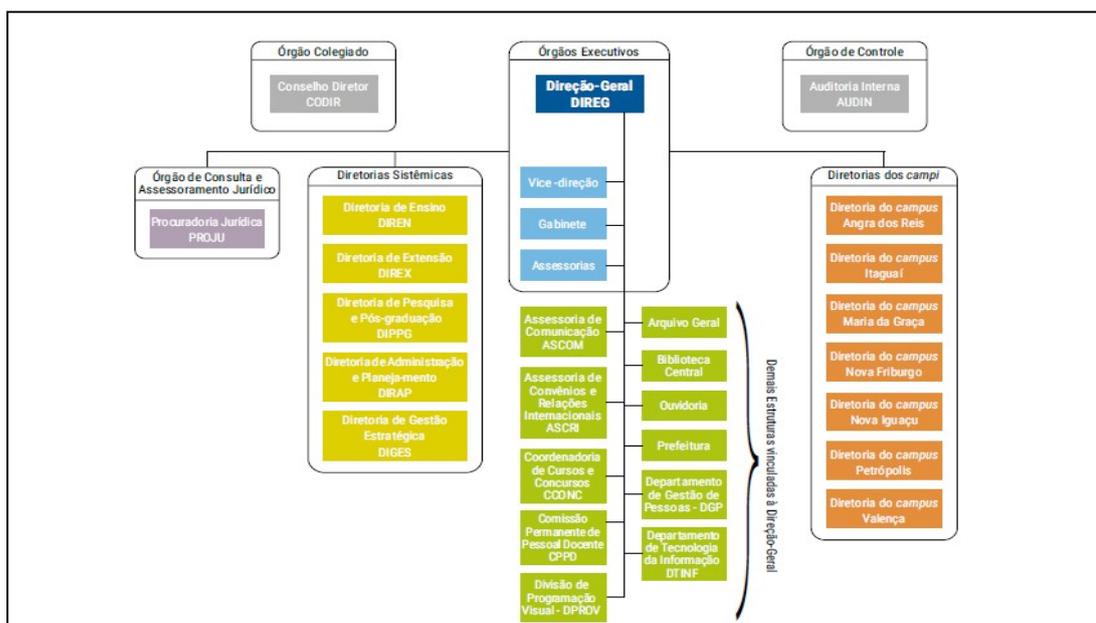
A Diretoria de Ensino (DIREN) é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino nos diferentes *campi* da Instituição, devendo estar em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão. A DIPPG é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação nos diferentes *campi* da Instituição, devendo estar em consonância com as diretrizes do ensino e da extensão. A DIREX é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão nos diferentes *campi* da Instituição, devendo estar em consonância com as diretrizes de desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa. A DIRAP é encarregada de prover e executar as atividades relacionadas com a administração, gestão de pessoal e planejamento orçamentário do CEFET/RJ, incluindo sua execução financeira e contábil. A DIGES é responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do CEFET/RJ. A figura a seguir ilustra o organograma principal do CEFET/RJ, com todas as suas diretorias sistêmicas e Unidades.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Organograma Principal do CEFET/RJ

Na figura anterior foram utilizadas cores para classificação dos CDs e FGs envolvidos: Conselhos (preto n/a); diretor geral CD2 (azul marinho); diretorias sistêmicas, diretorias de *campus* CD3 (cinza escuro); chefes de departamento, assessorias da direção geral e correlatos CD4 (azul). Um outro modelo de organograma do CEFET/RJ, mais atualizado e já apresentado na Dimensão 2 do Eixo 3, foi proposto pela DIGES no Relatório de Gestão 2022 e é apresentado na figura a seguir. Nele pode-se observar, por exemplo, que já consta a mudança da DICOM para ASCOM.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

Organograma Principal do CEFET/RJ

Política de gestão

Conforme consta no PDI, a política de gestão compreende a intencionalidade da Instituição em alcançar os objetivos traçados, respeitando os princípios constitucionais e estatutários que regem o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca como entidade da Administração Pública. Nesse sentido, o PDI assume um papel central no planejamento, condução e integração de projetos e programas institucionais por meio de ações que se reforcem mutuamente em prol de objetivos comuns.

O CEFET/RJ compreende o exercício de sua gestão como um processo dinâmico e sistêmico, orientado por seu compromisso social de contribuir para a formação profissional e cidadã de seus alunos, bem como para o desenvolvimento social, cultural, tecnológico e econômico de seu entorno, fortalecendo a relação de interdependência entre os *campi* sem perder o foco na unidade institucional, em sua missão e no seu plano de desenvolvimento, na sustentabilidade ambiental institucional, na transparência e na ética.

Reconhece, também, que os servidores da Instituição são cidadãos no exercício da vocação pública e que, apenas com a sua colaboração o Plano de Desenvolvimento Institucional pode se tornar um retrato do seu perfil institucional. Assim, a política de gestão prevê a promoção de uma cultura de excelência que valorize, apoie, desenvolva e retenha os talentos dos servidores, estimulando o comprometimento. Além disso, respeitando os princípios da economicidade e da eficiência, busca-se atingir a utilização inteligente dos recursos institucionais, sejam esses econômicos, materiais ou imateriais, de forma a garantir sua melhor aplicação, preservando, ainda, o interesse da sociedade em ter uma educação superior de qualidade e um ambiente sustentável. Cabe ressaltar a relevância da avaliação institucional, compreendida como ferramenta que viabiliza o diagnóstico da Instituição em uma perspectiva colaborativa de retroalimentação do planejamento institucional.

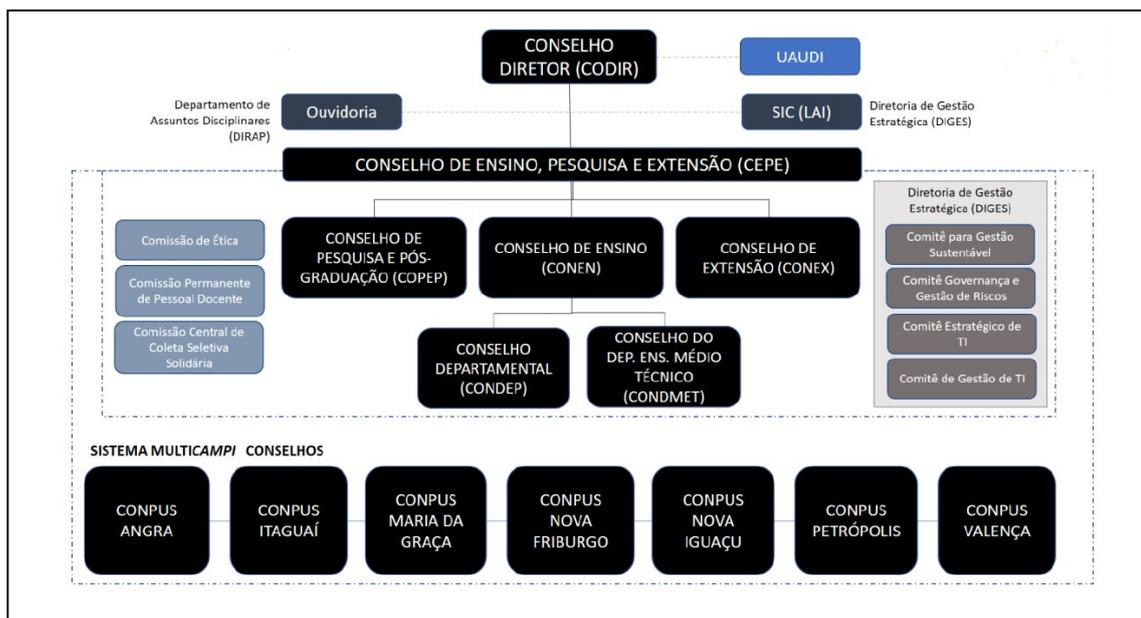
Resumidamente, configuram princípios norteadores da política de gestão:

- a democracia institucional, entendida como o respeito às decisões colegiadas e à garantia de espaços de expressão e participação da comunidade nas questões institucionais;
- a descentralização de decisão, percebida na delegação e concessão de autonomia às diretorias sistêmicas, aos *campi* e demais órgãos na tomada de decisão, obedecendo aos princípios que regem a Administração Pública e mantendo a Unidade Institucional regida pela lei de criação do Cefet/RJ;
- a integração local, regional e nacional, promovida por meio da realização de ações permanentes articuladas com atores estratégicos relevantes, direcionando esforços na formação de profissionais-cidadãos e na produção de conhecimentos, que estejam comprometidos com o desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentáveis;
- a gestão estratégica participativa, compreendida como o processo em que o Cefet/RJ, por meio de seus diversos atores articulados solidariamente, realiza uma autoavaliação, identifica suas forças e fragilidades, define o futuro desejado e cria planos de ações, organizando-se para alcançá-lo;
- reconhecimento da avaliação institucional como um processo contínuo de monitoramento sistemático da evolução institucional rumo ao futuro desejado, com vistas à adoção dos ajustes situacionais necessários;
- a transparência no orçamento e nos atos de gestão, entendidos como a garantia do conhecimento da composição da matriz orçamentária anual, da sua respectiva distribuição e execução orçamentária, da consolidação de sua estrutura organizacional e composição de seu quadro de servidores;
- o acesso à informação pública, por meio da divulgação das ações e serviços da gestão, garantindo o direito fundamental dos cidadãos ao acesso às informações públicas.

ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

A estrutura dos principais órgãos colegiados da Instituição pode ser obtida nos regulamentos localizados no Portal da Instituição, clicando em “Conselhos”, onde estão: o Conselho Diretor (CODIR), o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), o Conselho de Pesquisa e Pós Graduação (COPEP), o Conselho de Ensino (CONEN) e o Conselho de Extensão (CONEX). Os Conselhos das Unidades (CONPUS) são responsáveis pelas decisões operacionais locais de cada uma delas. A Sede apresenta ainda a seguinte estrutura: o Departamento de Educação Superior (DEPES) com seu Conselho Departamental (CONDEP) e o Departamento de Ensino Médio e Técnico (DEMET) com seu Conselho de Ensino Médio e Técnico (CONDMET).

As atribuições do Conselho Diretor, instância máxima recursal da Instituição, estão claramente estabelecidas no estatuto do CEFET/RJ. O Conselho Diretor determina que a administração superior de cada centro tenha como órgão executivo a diretoria-geral, e como órgão deliberativo e consultivo o Conselho Diretor, sendo este composto de dez membros e respectivos suplentes, todos nomeados pelo Ministro da Educação. A administração do CEFET/RJ é exercida pela Direção Geral tendo como órgão máximo o Conselho Diretor.

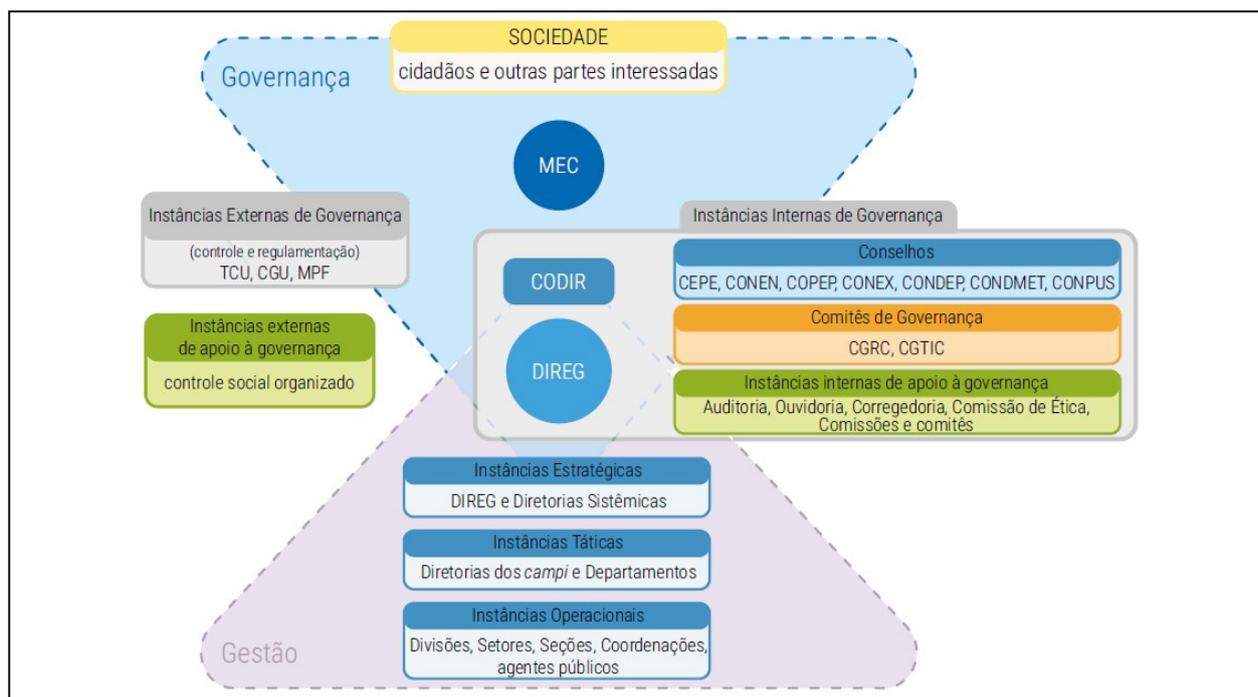


Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2016. DIGES, 2017.

Estrutura de Governança do CEFET/RJ

A estrutura de governança institucional do CEFET/RJ, ilustrada na figura anterior, está fundamentada nos conselhos que têm a missão de prezar pela transparência dos atos de gestão dos dirigentes e pela deliberação de ações institucionais, conforme a sua instância e abrangência de atuação. De forma complementar, há a colaboração de Comitês e Comissões composta por servidores especialistas. Tal estrutura de governança reflete a maneira como deveres e responsabilidade são distribuídos entre as diferentes partes interessadas, bem como, a forma de organização, interação e procedimento dos diversos atores para influenciar e monitorar o cumprimento da missão, visão e promoção dos valores institucionais.

Um modelo de estrutura de governança do CEFET/RJ, mais atualizado e já apresentado na Dimensão 2 do Eixo 3, foi proposto pela DIGES no Relatório de Gestão 2022 e é apresentado na figura a seguir.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2022.

Estrutura de Governança do CEFET/RJ

A estrutura de governança do Cefet/RJ foi planejada em atendimento à Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº 01, de 10 maio de 2016, e ao Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõem sobre controles internos, gestão de riscos e governança e sobre normas de políticas de governança na Administração Pública federal, fundacional e autárquica. O modelo de governança do Cefet/RJ, baseado no Referencial Básico de Governança do TCU, apresentado na figura ressalta a importância da interação entre as instâncias internas e externas e representa as diferentes instâncias envolvidas nas funções de governança e gestão da Instituição. O modelo enfatiza a distinção entre governança e gestão, porém admite que há uma região em que as duas funções se tocam e, eventualmente, se sobrepõem.

Macroprocessos

Os macroprocessos do CEFET/RJ estão divididos em atividades primárias (Macroprocessos Finalísticos: Ensino, Pesquisa e Pós-graduação e Extensão) e atividades de apoio (Macroprocessos Gerenciais: Governança e Gestão Estratégica, Administração e Gestão Orçamentária e Financeira; Macroprocessos de Suporte: Gestão de Pessoas, Gestão de Infraestrutura e de TI, Comunicação Institucional, Controle e Supervisão) voltadas a agregar valor por meio de suas atividades e ações. A Figura a seguir ilustra a estrutura da cadeia de valor do CEFET/RJ, onde são apresentados os macroprocessos pelos quais o Cefet/RJ cumpre a sua Missão e gera valor público para os alunos e para a sociedade.



Fonte: Relatório de Gestão do Exercício de 2022. DIGES, 2023.

Cadeia de Valor do CEFET/RJ

Com relação ao acompanhamento do PDI, principal instrumento de planejamento e gestão da Instituição, cabe mencionar a ferramenta ForPDI. A adesão do Cefet/RJ à Plataforma For foi concluída em 17 de janeiro de 2022. Enfim, em junho de 2022 foi iniciada a realização do monitoramento do PDI por meio da ferramenta ForPDI. O monitoramento acontece trimestralmente e é realizado pelos membros do CAD. Após a aprovação da nova versão da Política de Gestão de Riscos, iniciou-se o monitoramento dos riscos relacionados aos objetivos estratégicos por meio da ferramenta ForRiscos. As ferramentas ForRisco e ForPDI são integradas permitindo a vinculação de um risco a um objetivo estratégico. Além disso, a plataforma permite a vinculação de objetivos e riscos a processos institucionais

Nesse contexto, deve-se ressaltar a existência do Plano Estratégico Plurianual (desdobramento do PDI), que apresenta uma revisão anual por meio do Plano Estratégico Anual (PEA) onde são observados não só o planejamento orçamentário, mas também a métrica dos resultados obtidos por meio das alocações dos recursos recebidos.

Comunicação e circulação da informação

Informações detalhadas sobre a comunicação e circulação da informação na IES podem ser consultadas na Dimensão 4 do eixo 3, Comunicação com a Sociedade, que detalha os principais sistemas de informações que atuam nas diversas áreas da Instituição. Nessa mesma dimensão também vale consultar o montante de recursos aplicados em TI e as contratações mais relevantes, em 2022.

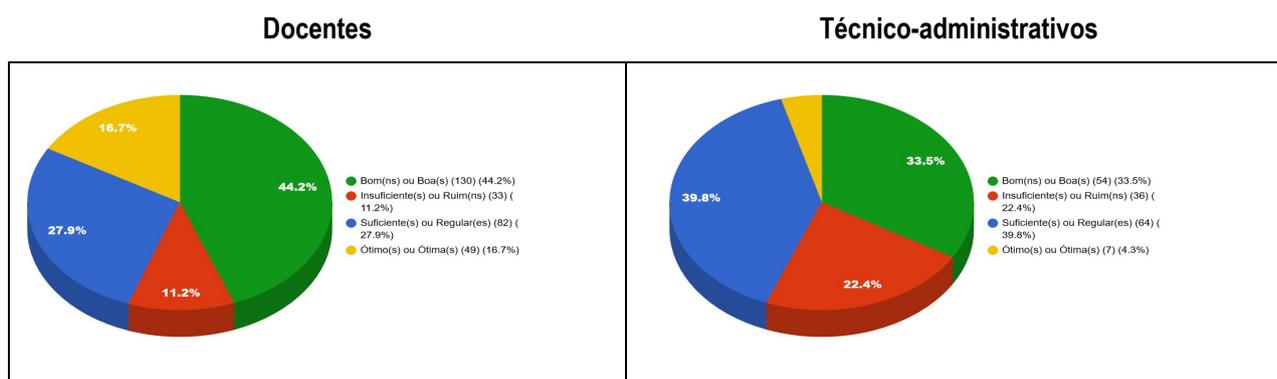
Foram propostas diversas questões diretamente relacionadas a essa dimensão a toda comunidade acadêmica. Existem ainda outras questões analisadas em outras dimensões, conforme pode ser verificado nos questionários apresentados no Anexo A, que também são pertinentes a essa dimensão. No que toca o investimento na comunicação e circulação da informação, por exemplo, deve-se reportar à Dimensão 4 (A comunicação com a sociedade), para maiores detalhes.

Os segmentos docente, aluno e técnico-administrativo opinaram de forma geral em questões referentes basicamente ao planejamento institucional em relação às finalidades educativas; a gestão estratégica e da informação da Instituição e a participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).

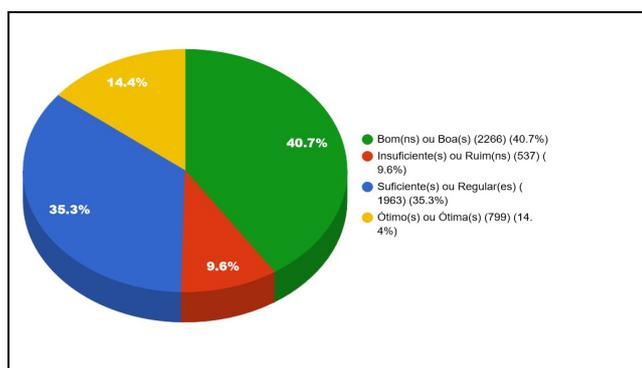
Com relação aos colegiados e a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ, foram feitas três perguntas. A primeira avalia de que forma os órgãos colegiados atendem as necessidades da comunidade e contribuem para a melhoria do desempenho da Instituição. A segunda verifica se as ações realizadas pela Instituição para garantir a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ vêm ocorrendo de forma satisfatória e a terceira avalia os mecanismos que garantem tal participação na gestão. Para avaliar a forma que o planejamento da IES vem ocorrendo com relação às necessidades da comunidade, foi feita também uma pergunta.

Questões comuns aos docentes, alunos e técnico-administrativos:

➡ Os órgãos colegiados contribuem para a organização e a gestão institucional, procurando atender as necessidades da comunidade e a melhoria do desempenho da Instituição. Isso acontece de forma...



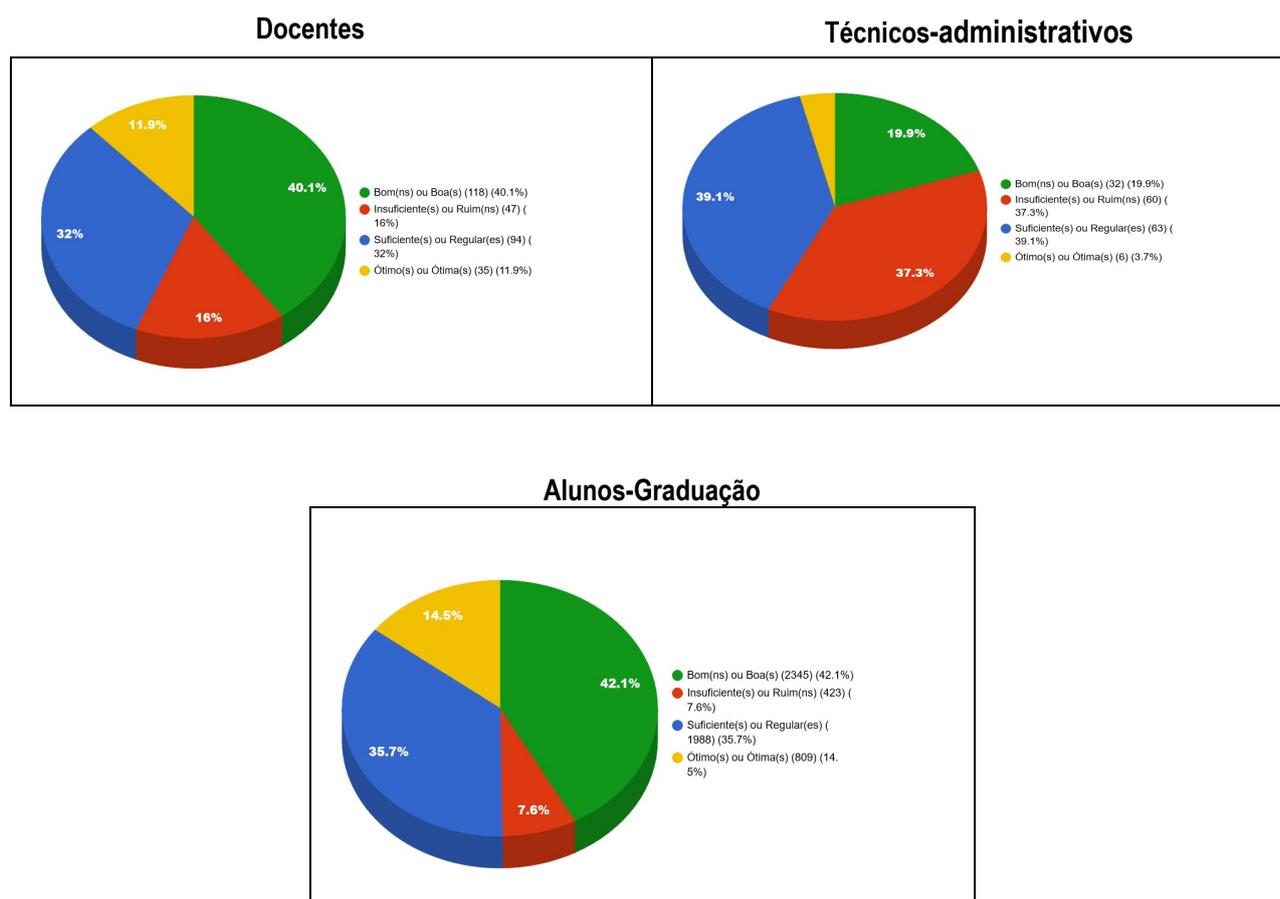
Alunos-Graduação



A avaliação referente ao desempenho dos órgãos colegiados indicou que grande parte dos docentes e alunos de graduação respondentes considera tal desempenho bom, o correspondente a 44,2% e 40,7%, respectivamente. Já a maior parcela dos técnico-administrativos (39,8%) considera tal item suficiente. Cabe destacar que o maior índice de insatisfação dentre os segmentos está relacionado aos técnico-administrativos, o equivalente a 22,4% dos respondentes. Esse índice merece atenção.

Em 2019, as maiores parcelas dos docentes e alunos da graduação avaliaram tal quesito como bom, o equivalente a 45,8% e 46,1%, respectivamente. Já a maior parcela dos técnico-administrativos (43,4%) considerou tal item suficiente. Inclusive, na ocasião, o maior índice de insatisfação dentre os segmentos foi o dos técnicos, o correspondente a 32,1% dos respondentes.

⇒ As ações realizadas pela Instituição garantem a participação dos docentes, alunos e técnico-administrativos na gestão do CEFET/RJ. Isso acontece de forma...

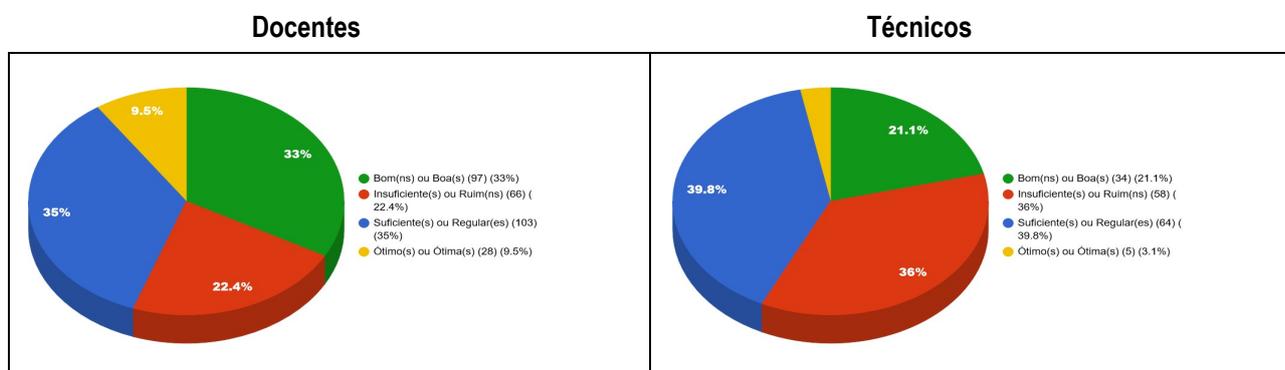


A avaliação referente à participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ indicou que grande parte dos docentes e alunos da graduação respondentes considera tal quesito bom, o correspondente a 40,1% e 42,1%, respectivamente, seguida de uma parcela que o considera suficiente, o equivalente a 32% dos docentes e 35,7% dos alunos da graduação. O restante ficou distribuído em insuficiente e ótimo. Já a maior parte dos técnico-administrativos julgou tal item suficiente, o equivalente a 39,1% dos respondentes, seguida por outra grande parcela que o considerou insuficiente, o correspondente a 37,3%. Inclusive, esse foi o maior índice de insatisfação dentre os segmentos. O restante ficou distribuído em bom e ótimo. Vale procurar entender por que uma parcela significativa de técnico-administrativos se sente excluída quando se trata do assunto “participação na gestão do CEFET/RJ”.

Em 2019, grande parte dos docentes considerou que tal quesito ocorria de forma suficiente, o equivalente a 36,3%. Já grande parcela dos técnicos avaliou esse item como insuficiente, o correspondente a 46,2%. Enquanto isso, a maior parte dos alunos da graduação, 45,7%, considerou tal item bom.

Questões comuns aos docentes e técnico-administrativos

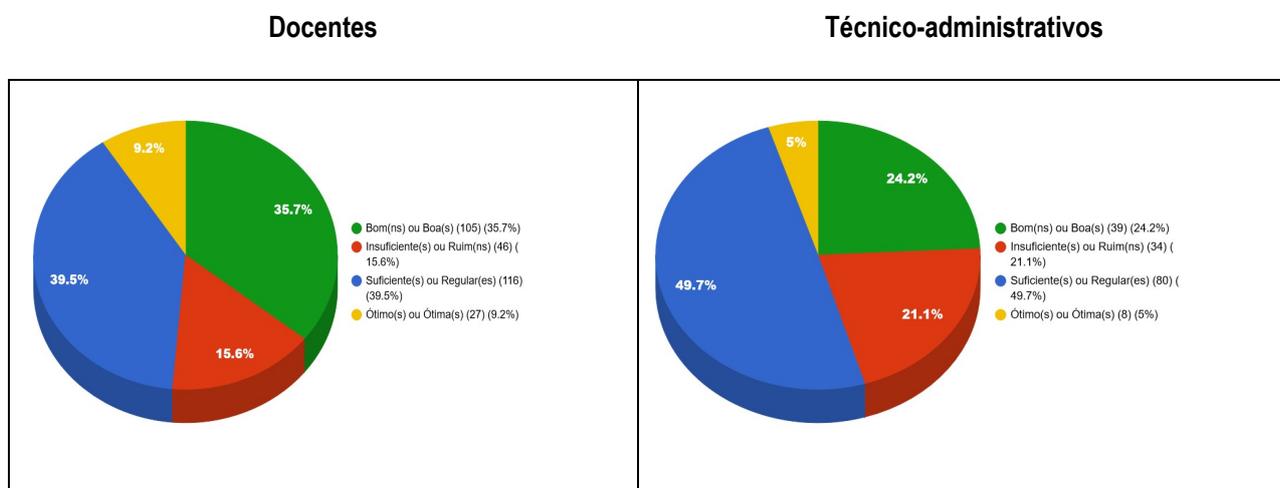
Os mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão do CEFET/RJ podem ser avaliados como...



Esta questão está relacionada à anterior, porém avalia unicamente os mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão da Instituição. Essa avaliação indicou que a maior parte dos professores respondentes considera tal quesito suficiente, o correspondente a 35%, seguida de uma parcela que o considera bom, o equivalente a 33%. Já grande parcela dos técnico-administrativos respondentes avalia tal quesito como suficiente, o correspondente a 39,8%, seguida de uma parcela que o considera insuficiente, o equivalente a 36%. O índice de insatisfação observado nos técnico-administrativos respondentes vem complementar o que já havia sido observado anteriormente e sugere que parte dos técnico-administrativos não está de acordo com tais mecanismos.

Em 2019, grande parte dos docentes considerou tal quesito suficiente, o correspondente a 36,1% dos respondentes. Já a maior parcela dos servidores técnico-administrativos avaliou esse item como insuficiente, o equivalente a 45,3% dos respondentes.

O planejamento da Instituição está atendendo às necessidades da comunidade de maneira...



Com relação à avaliação do planejamento da Instituição, a maior parcela de professores e técnicos indicou que tal planejamento vem atendendo às necessidades da comunidade de forma suficiente, o correspondente a 39,5% e 49,7%, respectivamente.

Em 2019, grande parte dos docentes respondentes avaliou que tal quesito ocorria de forma boa, o correspondente a 39,6%. Já na avaliação dos técnico-administrativos, grande parte o considerou suficiente, o equivalente a 48,1% dos respondentes. A parcela de insatisfação detectada na época foi de 15,1% dos docentes e 29,2% dos servidores técnico-administrativos.

Verificando-se a porcentagem mais significativa daqueles que não se encontram satisfeitos, observa-se que o maior índice de insatisfação dos docentes está associado à terceira questão (avaliação dos mecanismos que garantem a participação na gestão), o equivalente a 22,4% dos respondentes. Já na avaliação dos técnico-administrativos, o maior índice de insatisfação está relacionado à segunda questão (avaliação das ações da Instituição que garantem a participação na gestão), o equivalente a 37,3% dos respondentes. Cabe ressaltar que, em 2019, a avaliação realizada junto aos docentes e técnico-administrativos apresentou os maiores índices de insatisfação para as mesmas questões. O maior índice de insatisfação dos docentes esteve relacionado à terceira questão (avaliação dos mecanismos que garantem a participação da comunidade na gestão) e o maior índice de insatisfação dos técnicos esteve relacionado à segunda questão (avaliação das ações da Instituição que garantem a participação na gestão). Assim, no que tange à participação de professores e técnico-administrativos na gestão da Instituição, um trabalho de análise deve ser feito, objetivando diminuir os índices de insatisfação.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

Na opinião dos docentes e alunos da Instituição, os órgãos colegiados funcionam de forma boa, contribuindo para a organização e a gestão institucional, procurando atender as necessidades da comunidade e a melhoria do desempenho da Instituição.

b.2) Fragilidades

Desde 2008 a Instituição não recebe vagas para docentes da carreira do Magistério Superior e não são repostas as vagas daqueles que se aposentam, o que fragiliza a gestão da Instituição.

Embora boa parte dos alunos e docentes considerem que as ações realizadas pela Instituição garantem a participação dos docentes, alunos e técnico-administrativos na gestão do CEFET/RJ, os técnico-administrativos se mostraram insatisfeitos neste contexto.

c) Ações com base na análise

Estudar alternativas de fortalecer a carreira do Magistério Superior da Instituição.

Pesquisar junto aos técnico-administrativos os motivos da insatisfação com relação às ações realizadas pela Instituição para garantir a participação destes na gestão do CEFET/RJ e quanto aos mecanismos que garantem tal participação na gestão.

3.4.3 – Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Sustentabilidade financeira da Instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

a.2) Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Com a lei nº 6545, de 30/06/78, a Escola Técnica Federal “Celso Suckow da Fonseca” foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFETCSF), autarquia de regime especial, nos termos do Artigo 4º da Lei 5.540 de 28/11/68, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar. Portanto, o CEFET não possui sistema de captação de recursos como mensalidades e alternativas econômicas, sendo sua dotação orçamentária basicamente proveniente do Ministério da Educação.

Sustentabilidade Financeira

A Instituição recebe, anualmente, um orçamento do Governo Federal para prover, dentro das possibilidades e limites governamentais, a demanda social da região em que se encontram suas instalações físicas, tendo como referência o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, conforme consta no PDI, o governo federal é a principal fonte de financiamento do CEFET/RJ. Seus recursos são distribuídos através da Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada pelo Congresso Nacional, apresentada pelo MEC. Uma pequena parte dos recursos anuais deste Centro advém de receitas próprias, créditos extraordinários que poderão advir de outros órgãos do governo federal e também de emendas parlamentares. A capacidade e a sustentabilidade financeira são estabelecidas pelo Decreto nº 9.235/2017, que diz, em seu art. 20 inciso II- § 2º: “Aplicam-se às Ifes e às escolas de governo federais o disposto nas alíneas “a”, “b” e “g” do inciso I do caput e nas alíneas “b”, “c”, “d”, “f” e “g” do inciso II do caput”. E no seu art. 21: “Observada a organização acadêmica da Instituição, o PDI conterá, no mínimo, os seguintes elementos: Inciso X- o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira”.

O CEFET atende às necessidades sociais por meio de um orçamento pré-estabelecido pelo Ministério da Educação baseado em Metas, Ações e Programas bem definidos e acompanhados no sistema SIMEC (Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças), SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal) e Tesouro Gerencial, todos sistemas de governo. Esses recursos são alocados anualmente em uma proposta orçamentária e fixados por meio de receitas (orçamento federal destacado para o CEFET) e despesas (despesas correntes, de capital e pessoal) realizadas para atingir as Metas físicas pactuadas nas Ações e Programas discriminados nestes sistemas. Quem aprova essas Metas, Programas e Ações é o Congresso Nacional por meio de seus parlamentares, após passar pelas devidas comissões.

A compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento da Instituição e o orçamento previsto é realizada com atendimento dessas metas aprovadas no Congresso Nacional e auditadas pela Corregedoria Geral da União. Para cada programa governamental, existe um perfil de despesa correspondente ao orçamento já pré-estabelecido nos programas como benefícios, aquisição de equipamentos, manutenção de bens e instalações, pagamento de pessoal, pesquisa, novas Unidades, ensino superior, pós-graduação etc.

Os recursos oriundos de fonte do governo federal são destinados ao custeio das despesas com pessoal, instalações, bens móveis e imóveis, bem como para os investimentos necessários em obras e são distribuídos conforme critérios estabelecidos pela gestão e aprovados pelo Conselho Diretor (CODIR) através do Plano Operativo Anual (POA). Este último é elaborado pela DIRAP em consonância com os projetos, ações e atividades emanadas pelos Centros de Custos, conforme elaboração do PEA pelas Diretorias Sistêmicas. A Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP) é o órgão encarregado de prover e executar as atividades relacionadas com a administração de gestão de pessoas e planejamento orçamentário e execução financeira e contábil do orçamento do CEFET/RJ.

A sustentabilidade financeira da Instituição tem sua garantia no que estabelece a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual), que definem os recursos orçamentários e financeiros aprovados pelos Poderes Executivo e Legislativo, considerando o PPA (Plano Plurianual) do quadriênio. No entanto, como supracitado, a Instituição tem buscado captar recursos financeiros de órgãos governamentais e por meio de emendas parlamentares, entre os quais merecem destaque as dotações de recursos obtidas de órgãos públicos, em especial, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (Capes) e do Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP). A captação desses recursos tem contribuído para o crescimento do orçamento anual, viabilizando, principalmente, o funcionamento dos grupos de pesquisa da Instituição.

Outras fontes de arrecadação legalmente previstas contribuem para a sustentabilidade financeira institucional, tais como: doações da União, dos estados, dos municípios ou de qualquer entidade pública ou privada, seja por meio de convênios ou outras formas de colaboração previstas na lei.

Com o Novo Regime Fiscal aprovado pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (EC95/2016), o orçamento aprovado para a Instituição baseia-se na expectativa de arrecadação de recursos do governo federal. Dessa forma, caso a citada arrecadação venha a ocorrer em patamares inferiores ao previsto, poderá, o governo federal, a seu critério, contingenciar o orçamento, reduzindo a liberação do mesmo.

O montante e a distribuição dos recursos orçamentários do Ministério da Educação destinados às instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) são aprovados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). Essa divisão é calculada por meio da “Matriz Orçamentária de Custeio e Investimento para as Instituições Federais da RFEPCT”, cuja metodologia é desenvolvida no âmbito do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica

e Tecnológica (CONIF). Dessa forma, dado o total dos recursos disponibilizados pela SETEC/MEC, os mesmos critérios são aplicados a todas as instituições da rede para a definição da sua dotação orçamentária.

Desta forma, do ponto de vista operacional, a sustentabilidade financeira da Instituição é pautada, essencialmente, na adequação do planejamento anual dos gastos à previsão de recebimento de recursos e utilização eficiente destes para o cumprimento da missão institucional e seus objetivos estratégicos. O CEFET possui um sistema sólido de gestão acadêmica obedecendo às diretrizes educacionais e às conformidades legais dos órgãos governamentais com metas claras dentro de seu orçamento, a fim de atender às demandas sociais de sua região.

Estratégia de gestão econômico-financeira

Com base na Portaria CEFET/RJ 1.404/15, o Plano Operativo Anual (POA) é o instrumento interno de planejamento e programação orçamentária. O POA traz as propostas das ações institucionais e sua elaboração é realizada de forma conjunta com as diretorias sistêmicas e de *campi*. O POA leva em consideração o PDI vigente, além das diretrizes orçamentárias estabelecidas pelo Ministério da Educação.

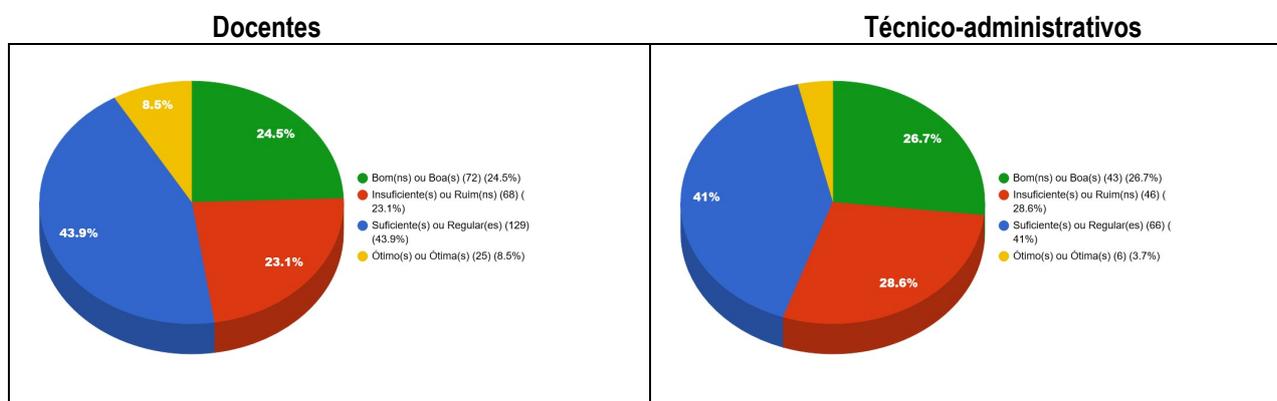
Durante o processo de planejamento financeiro anual, que tem início no ano que antecede sua vigência, os centros de custos recebem planilhas nas quais são registrados projetos previstos para o ano seguinte (PEA – Planejamento Estratégico Anual), que por sua vez se encontram alinhados com as metas estabelecidas no PDI.

Após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), com base nos projetos apresentados pelos centros de custos, há a distribuição interna dos recursos. Nesse momento, há a necessidade de compatibilização do orçamento previsto para os projetos e o valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA), em virtude da limitação de recursos. Em sequência, prioriza-se o cumprimento das obrigações dos serviços de execução contínua, essenciais ao funcionamento do Sistema CEFET/RJ, conforme Portaria nº 736 de 20 de outubro de 2012. É a Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Considerando esse aspecto, foi proposta uma questão comum para professores e técnico-administrativos, apresentada a seguir.

Questão comum aos docentes e técnico-administrativos:

☞ A gestão dos recursos orçamentários da Instituição pode ser avaliada como...



Com relação aos professores, grande parte, o correspondente a 43,9% dos respondentes, considera que a gestão dos recursos orçamentários é suficiente, seguida de 24,5% que analisam tal gestão como boa, 23,1% que consideram insuficiente e 8,5% que apontam como ótima. Os técnico-administrativos, em sua grande parte, apontam tal quesito como suficiente, o equivalente a 41%, seguidos de 28,6% que avaliam como insuficiente, 26,7% que o julgaram bom e 3,7% que analisam como ótimo.

Em 2019, grande parte dos professores, o correspondente a 40,9% dos respondentes, considerou que a gestão dos recursos orçamentários foi suficiente, seguida de 30,8% que analisaram tal gestão como boa, 20,6% que consideraram insuficiente e 7,7% que apontaram como ótima. Os técnico-administrativos, em sua grande parte, apontaram tal quesito como suficiente, o equivalente a 47,2%, seguidos de 27,4% que avaliaram como insuficiente, 24,5% que o julgaram bom e 0,9% que analisou como ótimo.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

O CEFET possui um sistema sólido de gestão acadêmica obedecendo às diretrizes educacionais e às conformidades legais dos órgãos governamentais com metas claras dentro de seu orçamento, a fim de atender às demandas sociais de sua região.

c) Ações com base na análise

Continuação dos investimentos relativos ao acervo da biblioteca para graduação e pós-graduação, aos laboratórios e a aquisição de novos computadores e softwares educacionais.

3.5 – Eixo 5: Infraestrutura Física

3.5.1 – Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

Esse relatório parcial engloba os eixos 2, 3 e 4. O eixo 5, Infraestrutura Física, que compreende a dimensão 7, foi avaliado no relatório do ano anterior e está disponível no site da Instituição para consulta, tendo obedecido a estrutura apresentada a seguir.

a) Principais Aspectos Avaliados

a.1) Adequação da infraestrutura da Instituição em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

a.2) Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins e utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

b) Análise dos dados e das informações

b.1) Potencialidades

b.2) Fragilidades

c) Ações com base na análise

4.1 – Análise dos Dados e das Informações

4.2 – Ações com Base na Análise

Este relatório parcial apresenta os dados e as informações referentes ao eixo 2, Desenvolvimento Institucional, ao eixo 3, Políticas Acadêmicas, e ao eixo 4, Políticas de Gestão, de acordo com o art. 3º da Lei Nº 10.861 e a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065. A análise dos dados e das informações foi apresentada ao longo dos capítulos referentes a cada eixo, que engloba as dimensões pertinentes.

No final de cada dimensão, pode ser encontrada uma síntese da análise dos dados e das informações. São apresentadas também as ações previstas a partir da análise desses dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da Instituição. Para uma melhor compreensão do diagnóstico da Instituição, assim como dos avanços e dos desafios a serem enfrentados, deve-se reportar, portanto, ao final de cada dimensão.

A Comissão Própria de Avaliação, após a análise das informações coletadas e processadas referentes ao eixo 2, Desenvolvimento Institucional, ao eixo 3, Políticas Acadêmicas, e ao eixo 4, Políticas de Gestão, elaborou esse relatório parcial, encaminhado à diretoria e ao INEP, que identifica fragilidades e potencialidades da Instituição, assim como apresenta análises, críticas e sugestões. Tais informações merecem ser cuidadosamente examinadas e consideradas nas tomadas de decisão, sempre que pertinentes. Os resultados obtidos também serão divulgados na forma de seminários e colocados no *site* da Instituição. O eixo 1, Planejamento e Avaliação Institucional, e o eixo 5, Infraestrutura Física, foram analisados no Relatório de Autoavaliação Institucional 2021.

O processo de avaliação interna ou autoavaliação, iniciado com a CPA instituída em 2004 e continuado com o empenho da CPA atual, busca contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade por parte da Instituição. Tal processo forneceu uma visão ampla e também detalhada do desempenho do CEFET/RJ no cumprimento de suas funções enquanto Instituição pública na oferta da Educação Superior. Esse retrato da Instituição é fundamental e oferece elementos que podem orientar nas tomadas de decisão. Neste contexto, é essencial o comprometimento de toda a comunidade acadêmica para validar o processo. Vale observar também que a avaliação não deve ser considerada completa nem definitiva, pois o processo de avaliação interna é um processo cíclico. A continuidade do processo é fundamental para aprofundar os aspectos revelados e verificar a evolução institucional.

Comissão Própria de Avaliação



6. Bibliografia Consultada

- AMORIM, A. **Avaliação Institucional da Universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.
- BALZAN, N. C.; SOBRINHO, J. D. (Org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL – CONAES. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – CONAES. **Nota Técnica Nº 065: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.
- BRASIL – SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, agosto de 2017.
- BRASIL – SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, agosto de 2017.
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2018 –1º Relatório Parcial**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2019. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/96/RELPARCIAL-CPA-2018.pdf>
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2019 –2º Relatório Parcial**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2022. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/96/CPA19.pdf>
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2020 –Relatório Integral**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2022. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/96/CPA20.pdf>
- CEFET/RJ - **Autoavaliação Institucional 2021 –1º Relatório Parcial**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2022. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br/attachments/article/96/RELPARCIAL-CPA-21.pdf>
- CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/arquivos_download/pdi/pdi_2015_2019.pdf
- CEFET/RJ - **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço http://www.cefet-rj.br/attachments/article/5553/PDI%20CONSOLIDADO_final.pdf
- CEFET/RJ - **Relatório de Gestão do Exercício de 2018 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2019.
- CEFET/RJ - **Relatório de Gestão do Exercício de 2019 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2020.
- CEFET/RJ - **Relatório de Gestão do Exercício de 2020 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2021.
- CEFET/RJ - **Relatório de Gestão do Exercício de 2021 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2022.
- CEFET/RJ - **Relatório de Gestão do Exercício de 2022 (DIGES)**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2023.
- CEFET/RJ - **Projeto Pedagógico Institucional – PPI**. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2010. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br>

CEFET/RJ - **Projeto Pedagógico Institucional** – PPI. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2016. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br>

CEFET/RJ - **Projeto Pedagógico Institucional** – PPI. Rio de Janeiro: CEFET, RJ, 2018. Disponível no endereço <http://www.cefet-rj.br>

COÊLHO, Ildu Moreira. **Avaliação institucional na universidade Pública**. In: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, v. 2, nº 3, set, 1997.

CORRÊA, Cynthia H. W. **A Cibercultura Científica Brasileira: ensino e pesquisa na rede Internet**. Ecos Revista, Pelotas/RS, Brasil, v. 9, n.2, n. 2, p. 41-59, 2004.

CURY, A. J. (Org.). **Universidade em Questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

DURAM, E. R. e SCHUARTZMAN, S. (Org.) **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo, EDUSP, 1992.

FREITAS, L. C. (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 6ª. ed., Porto Alegre, Educação e Realidade, 1992.

IANNONE, L. R. **Avaliação institucional: relato de uma experiência**. In: CAPELLETTI, Isabel (Org.). Avaliação educacional: fundamentos e práticas. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola, 1999.

JACOBSEN, A. L. **Avaliação Institucional em Universidades**. Florianópolis, Papa-Livro, 1996.

LEITE, D., TUTIKIAN, J, HOLZ, N. **Avaliação e Compromisso**. Construção e Prática da Avaliação Institucional em uma Universidade Pública. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª. ed., São Paulo: Cortez, 2011.

MEC/INEP/SINAES/DAES – **Indicadores de Qualidade da Educação Superior**. DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2022. Disponível no endereço <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>

MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica N°7/2022/CGCQES/DAES**. (Cálculo do Conceito Enade 2021). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2022.

MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica N°8/2022/CGCQES/DAES**. (Cálculo do IDD 2021). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2022.

MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica N°9/2022/CGCQES/DAES**. (Cálculo do CPC 2021). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2022.

MEC/INEP/DAES – **Nota Técnica N°10/2022/CGCQES/DAES**. (Cálculo do IGC 2021). DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior, Brasília, 2022.

MOREIRA, D. A. (Org.) **Didática do Ensino Superior: Técnicas e Tendências**. São Paulo: Pioneira, 2000.

PICCOLI, C.P, SOUZA, R., DALBON, A.C.S. (Org.) **Autoavaliação Institucional**. Rio Grande: FURG, 2007.

RAPHAEL, H.S., CARRARA, K. **Avaliação sob Exame**. Campinas: Ed. Autores Associados & FAPESP, 2002.

SALOMAO, I. L.; et al. **História, ciência e sociedade: como os pesquisadores do CEFET/RJ respondem aos desafios sociais a partir da produção científica e tecnológica**. R. Technol. Soc., v. 16, n. 44, p. 74-81, 2020.

Anexo A

- Questionário aplicado aos alunos
- Questionário aplicado aos docentes
- Questionário aplicado aos técnico-administrativos